



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR  
*MILITARY UNIVERSITY INSTITUTE*

REVISTA DE CIÊNCIAS MILITARES  
*PORTUGUESE JOURNAL OF MILITARY SCIENCES*

**VOLUME XI - NÚMERO 2**  
**Novembro 2023**

(Vol. XI, No 2, November 2023)

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR /**  
*MILITARY UNIVERSITY INSTITUTE*

CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO /  
*IUM RESEARCH AND DEVELOPMENT CENTRE*

**Revista de Ciências Militares /**  
*Portuguese Journal of Military Sciences*



**Autores / Authors**

Delfim Zambujo das Dores

Ana Carina da Costa e Silva Martins Esteves

Paulo Pereira Zagalo



## INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR

Publicação Semestral / *Biannual Publication*

ANO XI / *YEAR XI*

Vol. XI, N.º 2 – NOVEMBRO DE 2023 / *Vol. XI, No. 2 – NOVEMBER 2023*

### **Comandante / *Commander***

Tenente-general Hermínio Teodoro Maio

### **Propriedade e Edição / *Copyright and Edition***

Instituto Universitário Militar

Rua de Pedrouços, 1449-027 Lisboa

Telefone: (+315) 213 002 100 ; Fax: (+351) 213 002 162

Correio eletrónico: [revistacienciasmilitares@ium.pt](mailto:revistacienciasmilitares@ium.pt)

Internet: [www.ium.pt](http://www.ium.pt)

### **Pré-impresão e Acabamento / *Prepress and Finishing***

*What Colour Is This?*

Rua Roy Campbell, Lote 5, 4B 1300-504 Lisboa

Telefone: (+351) 219 267 950

Correio eletrónico: [info@wcit.pt](mailto:info@wcit.pt)

## **DIREÇÃO EDITORIAL / *EDITORIAL DIRECTION***

**Director / *Director*:** Tenente-general Hermínio Teodoro Maio

### **Editores / *Editors*:**

Editor Chefe / *Editor-in-chief*:

Coordenador Editorial / *Editorial Coordinator*:

Capa - Composição gráfica / *Cover - Layout*:

Secretariado / *Secretariat*:

Tradução / *Translation*:

Coronel Delfim Zambujo das Dores (Doutor)

Coronel Delfim Zambujo das Dores (Doutor)

Tenente-coronel Técnico de Informática Rui José da Silva Grilo

Assistente técnica Gisela Cristina da Rocha Basílio

Mestre Ana Filipa Carvalho Araújo

## **CONSELHO EDITORIAL / *EDITORIAL BOARD***

Almirante (Ref.) António Manuel Fernandes da Silva Ribeiro (Doutor), Marinha Portuguesa

Almirante (Ref.) António Mendes Calado, Marinha Portuguesa

General José Nunes da Fonseca (Mestre), Estado-Maior-General das Forças Armadas Portuguesas

General (Ref.) Joaquim Manuel Nunes Borrego, Força Aérea Portuguesa

Tenente-general Luís Francisco Botelho Miguel (Mestre), Guarda Nacional Republicana

Contra-almirante José Rafael Salvado de Figueiredo, Instituto Universitário Militar

Major-general (Ref.) Manuel António Lourenço Campos de Almeida, Força Aérea Portuguesa

Major-general (Ref.) José Manuel Freire Nogueira (Doutor), Exército Português

Major-general (Ref.) Carlos Manuel Martins Branco (Mestre), Exército Português



Major-general (Res.) José António Coelho Rebelo, Exército Português  
Major-general (Res.) José Augusto Nunes Vicente Passos Morgado (Doutor), Força Aérea Portuguesa  
Major-general Nuno Correia Barrento de Lemos Pires (Doutor), Direção-Geral de Política de Defesa Nacional  
Brigadeiro-general Ana Rita Duarte Gomes Simões Baltazar (Doutora), Direção-Geral de Política de Defesa Nacional  
Professora Doutora Ana Isabel Xavier, Centro de Estudos Internacionais, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa  
Professora Doutora Isabel Ferreira Nunes, Instituto de Defesa Nacional  
Professora Doutora Laura Ferreira Pereira, ISCSP-Universidade Técnica de Lisboa  
Professora Doutora Maria Helena Chaves Carreiras, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa; Instituto Nacional de Defesa  
Professora Doutora Maria Isabel Vieira Nicolau, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa  
Professora Doutora Maria Luísa Duarte, ICJP – Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa  
Professora Doutora Maria Manuela Sarmento Coelho, Academia Militar – IUM  
Professora Doutora Teresa Maria Ferreira Rodrigues, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – UNL  
Professor Doutor Armando Manuel de Barros Serra Marques Guedes, Faculdade de Direito – UNL  
Professor Doutor Eurico José Gomes Dias, Instituto Superior de Ciências Policiais e de Segurança Interna  
Professor Doutor Francisco José Costa Pereira, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias  
Professor Doutor Hermínio Joaquim de Matos, Instituto Superior de Ciências Policiais e de Segurança Interna  
Professor Doutor James Sterling Corum, Baltic Defense College, Estónia  
Professor Doutor Manuel António de Medeiros Ennes Ferreira, ISEG – Universidade Técnica de Lisboa  
Professor Doutor Ricardo Soares de Oliveira, Oxford University  
Professor Doutor José Luís Rocha Pereira do Nascimento, ISCSP - Universidade de Lisboa  
Professor Seven Biscop, European Political and Administrative Studies Department, Bruxelas  
Professor Marzena Żakowska, National Security Faculty, War Studies University, Polónia  
Capitão-de-mar-e-guerra Carlos Miguel Reis Silva de Oliveira e Lemos (Doutor), Marinha Portuguesa  
Capitão-de-mar-e-guerra Fernando Irineu de Souza (Doutor), Escola de Guerra Naval, Brasil  
Capitão-de-mar-e-guerra (Res.) João Afonso Marques Coelho Gil (Doutor), Instituto Universitário Militar  
Coronel Luís Fernando Machado Barroso (Doutor), Instituto Univesitário Militar  
Coronel (Res.) Luís Manuel Brás Bernardino (Doutor), Instituto Univesitário Militar  
Coronel Francisco Júlio Timóteo Thó Madeira Monteiro (Mestre), Exército Português  
Coronel (Res.) Carlos Jorge Ramos Páscoa (Doutor), Força Aérea Portuguesa  
Coronel António Luís Beja Eugénio (Mestre), Força Aérea Portuguesa  
Coronel João Paulo Nunes Vicente (Doutor), Força Aérea Portuguesa  
Coronel Luiz Carlos Fumiaki Miwa (Doutor), Universidade da Força Aérea, Brasil  
Coronel Jaime Flammarion Santos Costa (Doutor), Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Brasil  
Capitão-de-fragata Federico Aznar Fernández-Montesinos (Doutor), Centro Superior de Estudos de Defesa Nacional, Espanha  
Capitão-de-fragata Jaime Carlos do Vale Ferreira da Silva (Doutor), Marinha Portuguesa  
Tenente-coronel (Ref.) Francisco Miguel Gouveia Pinto Proença Garcia (Doutor), Exército Português  
Tenente-coronel Rui Manuel da Costa Ribeiro Vieira (Mestre), Exército Português  
Tenente-coronel Luís Carlos Falcão Escorrega (Mestre), Exército Português  
Tenente-coronel Carlos Filipe Nunes Lobão Dias Afonso (Doutor), Exército Português

**NOTA:** Os artigos presentes na *Revista de Ciências Militares* são da responsabilidade dos seus autores, não refletindo necessariamente os pontos de vista do Instituto Universitário Militar.

**NOTE:** *The articles published in the Portuguese Journal of Military Sciences are the sole responsibility of the authors and do not necessarily reflect the official views of the Military University Institute*

## ÍNDICE / INDEX

<b>Nota Editorial</b>	<b>7</b>
<b>Editor's Note</b>	<b>9</b>
TGEN Hermínio Teodoro Maio	
 <b>Artigos Científicos / Scientific Articles</b>	
1. Edificação do Sistema Integrado de Avaliação e Qualidade do Instituto Universitário Militar	<b>13</b>
<i>Designing an Assessment and Quality Assurance Integrated System for the Military     University Institute</i>	<b>49</b>
COR Delfim Zambujo das Dores	
 2. Conflito Rússia-Ucrânia - O impacto das Sanções Económicas na Rússia - Uma Revisão Narrativa da Literatura	<b>85</b>
<i>The Russia-Ukraine Conflict - The Impact of Economic Sanctions on Russia     - A Narrative Literature Review</i>	<b>107</b>
TCOR Ana Carina da Costa e Silva Martins Esteves	
 3. The EU's Role in Maintaining a Safe and Secure Environment in Bosnia and Herzegovina	<b>129</b>
<i>O papel da UE na Manutenção de um Ambiente Seguro e Estável na Bósnia     Herzegovina</i>	<b>159</b>
COR Paulo Pereira Zagalo	
 <b>Normas para publicação na Revista de Ciências Militares (RCM)</b>	
<b>Publication Guidelines of the Portuguese Journal of Military Sciences</b>	<b>191</b>
	<b>193</b>
 <b>Revisores Científicos a cujo parecer se recorreu no ano transato de 2023</b>	<b>195</b>
<b>Scientific Reviewers who contributed their time and expertise in the last year of 2023</b>	



## NOTA EDITORIAL

Com a publicação deste 22.º número da **Revista de Ciências Militares** (RCM), e da sua análoga versão em inglês, *Portuguese Journal of Military Sciences*, o Instituto Universitário Militar dá continuidade à sua política editorial de divulgação da investigação que é realizada ao nível das Ciências Militares.

O presente número da RCM inclui, assim, três artigos cuja elevada qualidade científica foi avaliada e confirmada, de forma similar ao sucedido nos números antecedentes, com recurso a um rigoroso processo de revisão que, analogamente, ao efetivado pelas revistas científicas (nacionais e internacionais) de comprovada notoriedade e referência, se inicia com a apreciação dos responsáveis editoriais da RCM, seguida pela revisão científica por pares em regime de duplo anonimato (*double-blind peer review*) e pela subsequente decisão última da direção editorial.

Primando sempre pela qualidade, independentemente de tal poder significar uma elevada taxa de atreção nos artigos que são submetidos à RCM, como sucedeu com a atual edição, são agora dados à estampa trabalhos atinentes de conhecimentos e evidências, que foram científica, metodológica e empiricamente validados. Assim publicamos:

– Sobre a garantia da qualidade no ensino superior, no contexto da especificidade do Ensino Superior Militar e da legislação que lhe é aplicável, a pesquisa ***Edificação do Sistema Integrado de Avaliação e Qualidade do Instituto Universitário Militar***;

– Relativo à guerra na Ucrânia, tendo por base um trabalho desenvolvido no âmbito do Centro de Observação de Guerra e Paz do IUM, a investigação ***Conflito Rússia-Ucrânia – o impacto das sanções económicas na Rússia – uma revisão narrativa da literatura***;

– No âmbito da relevância da influência dos países vizinhos da UE e dos países candidatos à adesão como a Bósnia Herzegovina (BiH) na estabilidade e no crescimento económico dessa zona da Europa, o estudo denominado ***O papel da UE na manutenção de um ambiente seguro e estável na Bósnia Herzegovina***.

Felicito os autores pela pertinência e distinção das suas pesquisas e cumprimento os leitores da vasta audiência da *Revista de Ciências Militares / Portuguese Journal of Military Sciences*, a quem subscrevo votos de uma agradável e profícua leitura.

O Comandante do IUM  
Hermínio Teodoro Maio  
Tenente-general





## EDITOR'S NOTE

With the publication of this 22nd issue of **Revista de Ciências Militares** (RCM) and its translation into English, the *Portuguese Journal of Military Sciences*, the Military University Institute continues to disseminate scientific studies in the field of Military Sciences.

This issue of the RCM contains three articles whose scientific value was verified, as in previous issues, through a rigorous process used by all reputed scientific journals, both in Portugal and internationally. First, the articles are appraised by the RCM's editorial board, after which they undergo a double-blind peer review, before being presented to the editorial direction for approval.

The RCM strives to maintain the quality of its articles, even though this may sometimes mean that they will be fewer in number. Therefore, the three articles published here provide scientifically, methodologically and empirically verified information and data. This issue includes:

– On quality assurance in higher education, in the context of the specific nature of Military Higher Education and the legislation that applies to it, the research ***Designing an Assessment and Quality Assurance Integrated System for the Military University Institute***;

– Concerning the war in Ukraine, based on work carried out within the framework of the IUM War and Peace Observation Centre, the investigation ***The Russia-Ukraine Conflict – The Impact of Economic Sanctions on Russia – A Narrative Literature Review***;

– In the context of the relevance of the influence of the EU's neighbouring countries and candidate countries such as Bosnia and Herzegovina (BiH) on the stability and economic growth of this part of Europe, the study called ***The Eu's Role in Maintaining a Safe and Secure Environment in Bosnia and Herzegovina***.

I congratulate the authors for the relevance and quality of their work and greet the vast audience of readers of the *Portuguese Journal of Military Sciences / Revista de Ciências Militares*, to whom I wish an enjoyable reading.

IUM Commander  
Hermínio Teodoro Maio  
Lieutenant-General



**ARTIGOS CENÍFICOS**  
*SCIENTIFIC ARTICLES*



# EDIFICAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE AVALIAÇÃO E QUALIDADE DO INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR<sup>1</sup>

*DESIGNING AN ASSESSMENT AND QUALITY ASSURANCE INTEGRATED SYSTEM FOR THE MILITARY UNIVERSITY INSTITUTE*

**Delfim Zambujo das Dores**

Coronel Engenheiro Eletrotécnico da Força Aérea Portuguesa  
Doutorado em Engenharia Mecânica pela Florida State University, EUA  
Chefe do Centro de Investigação e Desenvolvimento do IUM  
Professor no Instituto Universitário Militar (IUM)  
Rua de Pedrouços, 1449-027, Lisboa, Portugal  
dores.dz@ium.pt

## Resumo

A garantia interna da qualidade é, atualmente, um elemento estruturante e integrador das instituições de ensino superior nacionais. As instituições nacionais de ensino superior militar têm demonstrado possuir mecanismos de garantia da qualidade, no âmbito da acreditação dos seus ciclos de estudos. Porém, estes mecanismos não estão ainda integrados num sistema interno de garantia da qualidade, agregador do Instituto Universitário Militar e das suas unidades orgânicas.

O estudo tem por objetivo propor contributos para a edificação do sistema interno de garantia da qualidade do Instituto Universitário Militar, integrando as suas unidades orgânicas e cumprindo com os requisitos definidos pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior. Em termos metodológicos, optou-se por uma estratégia qualitativa, com recurso a entrevistas semiestruturadas a responsáveis da qualidade de instituições militares e civis nacionais, e de congêneres militares europeias e um desenho de pesquisa do tipo estudo de caso.

Como resultado da investigação, apresenta-se um conjunto de contributos, consubstanciados em elementos caracterizadores do sistema interno de garantia da qualidade e constrangimentos a mitigar no decurso da sua implementação, baseados nos sistemas existentes nas instituições analisadas e adaptados à especificidade do ensino superior militar.

**Como citar este artigo:** Dores, D. Z. (2023). Edificação do Sistema Integrado de Avaliação e Qualidade do Instituto Universitário Militar. *Revista de Ciências Militares*, novembro, XI(2), 13-48. Retirado de <https://www.ium.pt/publist/1>

---

<sup>1</sup> Artigo adaptado a partir do trabalho de investigação individual realizado no âmbito do Curso de Promoção a Oficial General 2021/22 e cuja defesa decorreu em 6 de junho de 2022, no Instituto Universitário Militar.



**Palavras-chave:** Ensino Superior Militar; Garantia da Qualidade no Ensino Superior; Instituto Universitário Militar; Sistema Interno de Garantia da Qualidade.

### **Abstract**

*Internal quality assurance is currently a structuring and integrating element of national higher education institutions. Portuguese military higher education institutions have shown to have quality assurance mechanisms, within the scope of the accreditation of its study cycles. However, these mechanisms are not yet integrated into an internal quality assurance system, aggregating the Portuguese Military University Institute and its schools.*

*This study aims to propose contributions to the edifice of the internal quality assurance system of the Military University Institute, integrating its schools, complying with the requirements defined by the Portuguese Agency for Assessment and Accreditation of Higher Education.*

*In methodological terms, a qualitative strategy was adopted, using semi-structured interviews with those responsible for the quality of national military and civil institutions, and European military counterparts, and a case study is used for the research design.*

*As a result of the investigation, a set of contributions is presented, embodied in elements that characterize the internal quality assurance system and constraints to be mitigated during its implementation, based on existing systems in the analysed institutions and adapted to the specificity of military higher education.*

**Keywords:** *Military Higher Education; Higher Education Quality Assurance; Portuguese Military University Institute; Internal Quality Assurance System.*

## **1. Introdução**

A qualidade no ensino e investigação é uma preocupação constante ao longo do Decreto-Lei n.º 249/2015, de 28 de outubro, que aprova a orgânica do ensino superior militar (ESM) e o estatuto do Instituto Universitário Militar (IUM). Nos termos do referido neste diploma, é objetivo desta Instituição de Ensino Superior (IES): “A criação de procedimentos e instrumentos de avaliação interna, de garantia da qualidade e de prestação pública de contas baseados em padrões nacionais e internacionais”. Adicionalmente, o diploma atribui ao Gabinete de Avaliação e Qualidade do IUM: a coordenação das atividades e dos processos no âmbito do controlo da qualidade; e, o controlo da avaliação e da acreditação no âmbito da avaliação do IUM, e das suas unidades de ensino e investigação, por parte da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES).

Atualmente, as Unidades Orgânicas (UO) do IUM mantêm os seus próprios Sistemas Internos de Garantia da Qualidade (SIGQ), existindo apenas ligação quase exclusivamente relacionadas com a acreditação, junto da A3ES, e o registo, junto da Direção-Geral de Ensino Superior (DGES), dos seus ciclos de estudos.

O IUM e as suas UO estão inseridas no sistema de ensino superior nacional, cumprindo, em particular, com o definido para avaliação da qualidade no ensino superior (Lei n.º 38/2007, de 16 de agosto). Neste âmbito, o IUM e as suas UO têm sido avaliados pela A3ES nas vertentes de acreditação institucional e de ciclos de estudos, segundo o estipulado no regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior (Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março). No decurso da avaliação institucional efetuada pela A3ES, em 2018, a Comissão de Avaliação Externa (CAE) refere, no seu relatório final, o seguinte:

[...] Sistema interno de garantia da qualidade definido a nível da Instituição e ainda não certificado pela A3ES [...] logo que possível, se defina um sistema global interno de garantia de qualidade que abranja todo o Instituto [...]

Recomendações de melhoria [da apreciação global da instituição]:

Estruturar o sistema interno de garantia de qualidade, associando as diversas Unidades Orgânicas e garantindo um elevado nível de qualidade no funcionamento do Instituto; [...]

Promover uma maior integração funcional das diversas Unidades Orgânicas, regularizando a fluidez de informação entre elas [...]. (A3ES, 2018a, pp. 3, 17, 21)

O plano estratégico da A3ES (2021c, p. 30) refere que a certificação dos SIGQ, assente nos referenciais definidos pela A3ES e apresentados na Figura 1, deverá ser um elemento normal da atividade das IES e que a sua avaliação deve ser integrada na avaliação institucional.

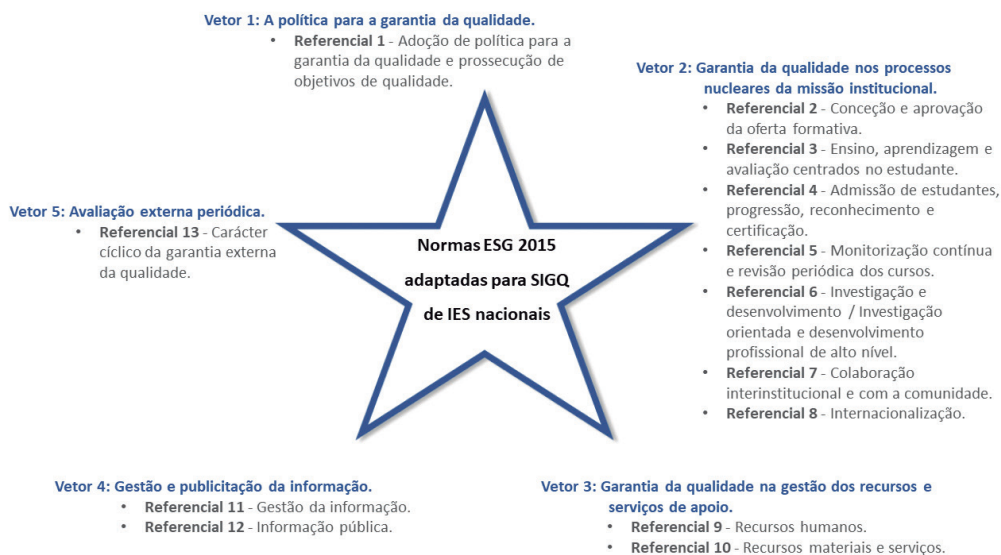


Figura 1 – Vetores e requisitos para a certificação dos SIGQ das IES em Portugal (baseado nas normas e orientações europeias para a garantia interna da qualidade nas instituições de ensino superior [ESG] de 2015)

O tema da presente investigação assume especial relevância tendo em consideração que a próxima avaliação institucional deverá ocorrer em 2023/2024, na qual o SIGQ do IUM poderá já ter de estar certificado.

O objetivo geral do estudo é propor contributos para a edificação do SIGQ do IUM, incluindo UO, de forma a cumprir com as normas definidas para a qualidade no ensino superior. Do objetivo geral deduziram-se os seguintes objetivos específicos:

- i. Analisar os Elementos Caracterizadores (EC) dos SIGQ e os constrangimentos à sua implementação salientados em documentos publicados;
- ii. Analisar os SIGQ existentes no IUM e em instituições europeias congéneres;
- iii. Analisar os SIGQ certificados de universidades e instituições universitárias nacionais.

A questão central consiste em saber como edificar o SIGQ do IUM de forma a cumprir com as normas definidas para a qualidade no ensino superior e dotar o IUM de um sistema integrado com as UO.

## **2. Enquadramento teórico, concetual e metodologia**

No presente capítulo apresenta-se a revisão da literatura, os conceitos estruturantes a metodologia e o método.

### **2.1. Revisão da literatura e conceitos estruturantes**

O conceito estruturante do presente estudo é o SIGQ, no âmbito do estabelecido pela A3ES, que resulta da definição da qualidade (no ensino superior) (A3ES, s.d.). Considera-se essencial perceber o significado do conceito e os elementos que constituem o SIGQ, no contexto do ensino superior europeu, e enquadrar o conceito na atual configuração do ensino superior nacional.

#### **2.1.1 A qualidade no ensino superior europeu**

No âmbito do processo de Bolonha, a qualidade no ensino superior assumiu um papel relevante, em particular na sequência da reunião dos responsáveis nacionais pela área de governação do ensino superior na Europa que decorreu em Berlim, em 2003. No Comunicado de Berlim (Bologna Process Ministerial Conference [BPMC], 2003), os responsáveis subscreveram que a qualidade no ensino superior era um elemento central na criação da Área de Ensino Superior Europeia e comprometeram-se a reforçar o apoio ao desenvolvimento da garantia da qualidade a todos os níveis (institucional, nacional e europeu). Adicionalmente, foi enfatizada a ideia de que as IES eram as primeiras responsáveis pela garantia da qualidade no ensino superior.

No decurso da conferência ministerial de Berlim foi, ainda, solicitado à European Association for Quality Assurance in Higher Education (ENQA), em coordenação com a European University Association (EUA), a European Association of Institutions in Higher Education (EURASHE) e os National Unions of Students in Europe (ESIB), a criação de um conjunto de normas, procedimentos e orientações para a garantia da qualidade no ensino superior (BPMC, 2003).

Na perspectiva de Santos (2011, p. 5), os elementos definidos na Conferência de Berlim integram as seguintes bases para a garantia interna da qualidade:

- A avaliação interna de todas as atividades da instituição, que envolve um processo de retroação para melhoria da qualidade.
- O envolvimento ativo de todos os atores relevantes no processo.
- A existência de uma política da qualidade e de procedimentos da instituição.
- A realização de avaliação externa de forma a garantir a existência de uma avaliação independente.

Tendo por base o definido na Conferência de Berlim, a ENQA, a EUA, a EURASHE e a ESIB, com a participação dos representantes dos governos, desenvolveram as primeiras normas e orientações para a garantia da qualidade do ensino superior, que foram aprovadas com a designação de *Standards and Guidelines for Quality Assurance in the European Higher Education Area – ESG 2005*, na reunião ministerial de Bergen, em 2005 (BPMC, 2005).

O documento ESG 2005 foi estruturado em três partes, a primeira parte dirigia-se às IES no âmbito da garantia da qualidade interna (apresentado no Quadro 1), a segunda parte era dirigida à garantia da qualidade externa (avaliação) efetuada pelas agências de avaliação nacionais às IES e a terceira parte relacionada com a avaliação externa a estas agências (ENQA, 2005).

Na sequência da aplicação das ESG 2005 ao nível europeu, verificou-se a necessidade de se efetuar a sua revisão (ENQA, 2011) que viria a ser refletida no documento ESG 2015 que foi adotado na reunião anual dos ministros responsáveis pelo ensino superior na Europa, de 2015, na Bielorrússia (BPMC, 2015). Os novos referenciais encontram-se, também, descritos no Quadro 1 (ENQA, European Student's Union, EUA, & EURASHE, 2015).

**Quadro 1 – As ESG 2005 e as ESG 2015**

<b>Normas ESG 2005</b>	<b>Normas ESG 2015</b>
1.1. Política e procedimentos para garantia de qualidade.	1.1. Política para garantia de qualidade.
1.2. Aprovação, monitorização e revisão periódica de programas e prémios.	1.2. Conceção e aprovação de programas.
1.3. Avaliação dos estudantes.	1.3. Aprendizagem, ensino e avaliação centrados no estudante.
1.3. Avaliação dos estudantes.	1.4. Certificação, reconhecimento, progressão e admissão de estudantes.
1.4. Garantia de qualidade do corpo docente.	1.5. Corpo docente.
1.5. Recursos de aprendizagem e apoio ao estudante.	1.6. Recursos de aprendizagem e apoio ao estudante.
1.6. Sistemas de informação.	1.7. Gestão da informação.
1.7. Informação pública.	1.8. Informação pública.
1.2. Aprovação, monitorização e revisão periódica de programas e prémios.	1.9. Monitorização contínua e revisão periódica dos programas.
	1.10. Garantia da qualidade externa regular.

Fonte: Adaptado de EQUIP (2016).

Segundo um estudo elaborado e financiado por várias associações europeias ligadas ao ensino superior, agrupadas no projeto EQUIP, as novas normas e orientações passaram a ter: aprendizagem centrada no estudante; maior flexibilidade nas metodologias de ensino; inclusão do reconhecimento de competências fora do sistema de ensino; incremento da internacionalização do ensino superior; e transparência e confiança no ensino superior (incluindo o novo suplemento ao diploma) (EQUIP, 2016, p. 1).

Apesar do documento ESG tenha a designação de normas, segundo o mencionado no sítio da internet da Comissão Europeia, sobre o tema Sistema Europeu de Transferência e Acumulação de Créditos e garantia da qualidade, no âmbito da área de Educação e Formação: The European Standards and Guidelines (ESG) are a set of standards and guidelines for internal and external quality assurance in higher education. **The ESG are not standards for quality, nor do they prescribe how the quality assurance processes are implemented**, but they provide guidance, covering the areas which are vital for successful quality provision and learning environments in higher education. (Comissão Europeia, 2021, 3.º parágrafo)

### 2.1.2. A qualidade no ensino superior em Portugal

A nível nacional, a avaliação da qualidade do ensino, no âmbito universitário, está consagrada no art.º 76.º da Constituição da República Portuguesa (Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de Agosto). Porém, a ênfase na existência de um SIGQ nas IES é apenas explicitada no regime jurídico da avaliação do ensino superior (Lei n.º 38/2007), no regime jurídico das IES (Lei n.º 62/2007, 10 de Setembro) e na criação da A3ES (Decreto-Lei n.º 369/2007, de 05 de novembro).

Na Lei n.º 38/2007, o art.º 17.º detalha a **garantia interna da qualidade** para as IES, o art.º 18.º individualiza a autoavaliação das IES e o art.º 19.º explicita os princípios da avaliação externa. Na Lei n.º 62/2007, o art.º 147.º define que as IES devem ter mecanismo de autoavaliação do seu desempenho, o art.º 159.º obriga as IES a publicar um relatório anual sobre as suas atividades, que inclui, entre outros, informação sobre os procedimentos de autoavaliação e de avaliação externa e os seus resultados e, finalmente, o art.º 161.º referente à transparência, menciona a necessidade de colocar, no seu sítio da internet, os relatórios de autoavaliação e de avaliação externa da instituição. O preâmbulo do Decreto-Lei n.º 369/2007 explicita a necessidade das IES constituírem sistemas próprios de garantia da qualidade, passíveis de serem certificados.

Pese embora a estrutura legislativa existente, a regulamentação da certificação dos SIGQ das IES só ocorreu durante o ano de 2013. Em janeiro de 2013, foi publicado o Manual de Auditoria dos SIGQ nas IES – Manual para o Processo de Auditoria (A3ES, 2013a) e guiões de apoio e, em outubro, foi publicado o regulamento que aprovou o novo regime dos procedimentos de avaliação e de acreditação das IES e dos seus ciclos de estudos (Regulamento n.º 392/2013, de 01 de outubro).

A regulamentação foi elaborada com base numa experiência iniciada em 2011 com cinco IES, após convite da A3ES para as IES integrarem um teste ao modelo de auditoria para

a certificação dos SIGQ (A3ES, 2013b). As auditorias ocorreram durante o ano de 2012 e, no início de 2013, ocorreram as primeiras certificações (A3ES, 2021b).

O processo inicial de certificação dos SIGQ em Portugal teve como base o trabalho de Santos (2011) e as ESG 2005, que foram transpostas em dez referenciais descritos no Quadro 2 (A3ES, 2013a, pp. 13-16).

Os normativos europeus ESG 2015 foram integrados na regulamentação nacional em 2016 (A3ES, 2016a), com a configuração apresentada no Quadro 2. Concomitantemente, apresentam-se, no Quadro 2, as diferenças entre os referenciais nacionais de 2013 e de 2015, a fim de explicar a sua evolução.

Desde o início do processo de certificação dos SIGQ das IES, a A3ES já efetuou 40 auditorias que resultaram na certificação dos SIGQ, sendo que seis destas auditorias foram de recertificação (iniciadas em 2020) (A3ES, 2021b).

No que respeita ao ESM, o Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM) teve o seu SIGQ certificado no início de 2016 (A3ES, 2016b), por seis anos e sem condições, sendo o único certificado das instituições de ESM (A3ES, 2021b). Salienta-se que Magalhães (2020) efetuou um estudo sobre o SIGQ do IUM, mas assente num modelo diferente do preconizado no corrente estudo.

**Quadro 2 – Comparação dos referenciais da A3ES para certificação dos SIGQ de 2013 com os de 2016**

Referenciais dos SIGQ da A3ES de 2013 (baseado nas ESG 2005)	Referenciais dos SIGQ da A3ES de 2016 (baseado nas ESG 2015)
1 – Definição da política e objetivos de qualidade.	1 – Adoção de política para a garantia da qualidade e prossecução de objetivos de qualidade. – <b>Mais abrangente do que na versão anterior.</b>
2 – Definição e garantia da qualidade da oferta formativa.	2 – Conceção e aprovação da oferta formativa. – <b>Mais abrangente do que na versão anterior.</b> – <b>A componente do acompanhamento e da revisão periódica passou para o Referencial 5.</b>
3 – Garantia da qualidade das aprendizagens e apoio aos estudantes.	3 – Ensino, aprendizagem e avaliação centrados no estudante. – <b>Mais abrangente do que na versão anterior.</b> – <b>Inclui parcialmente o Referencial 3.</b>
3 – Garantia da qualidade das aprendizagens e apoio aos estudantes.	4 – Admissão de estudantes, progressão, reconhecimento e certificação. – <b>Novo referencial.</b> – <b>Inclui parcialmente o Referencial 3.</b>
2 – Definição e garantia da qualidade da oferta formativa.	5 – Monitorização contínua e revisão periódica dos cursos. – <b>Novo referencial.</b> – <b>Inclui parcialmente o Referencial 2.</b>
4 – Investigação e desenvolvimento.	6 – Investigação e desenvolvimento / Investigação orientada e desenvolvimento profissional de alto nível. – <b>Semelhante à versão anterior.</b>



[Cont.]

5 – Relações com o exterior.	7 – Colaboração interinstitucional e com a comunidade. – <b>Semelhante à versão anterior.</b>
10 – Internacionalização.	8 – Internacionalização. – <b>Semelhante à versão anterior.</b>
6 – Recursos humanos.	9 – Recursos humanos. – <b>Mais abrangente do que a versão anterior.</b>
7 – Recursos materiais e serviços.	10 – Recursos materiais e serviços. – <b>Mais abrangente do que a versão anterior.</b>
8 – Sistemas de informação.	11 – Gestão da informação. – <b>Semelhante à versão anterior.</b>
9 – Informação pública.	12 – Informação pública. – <b>Mais abrangente do que a versão anterior.</b>
	13 – Carácter cíclico da garantia externa da qualidade. – <b>Novo referencial.</b>

## 2.2 Metodologia

A investigação foi desenvolvida seguindo o desenho de pesquisa apresentado por Saunders et al. (2009, p.108, cit. por Santos & Lima, 2019, p.32). Foi adotado o raciocínio indutivo, tendo em conta que se partiu de uma observação de factos particulares (SIGQ implementados em diversas Instituições) para se estabelecer uma abordagem (SIGQ para IUM), através de comparação e associação dos dados observados. A estratégia de investigação seguida foi a qualitativa (com pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas). No que respeita ao desenho, foi seguido o modelo de estudo de caso, tendo em conta que existia unicidade no estudo a efetuar. Finalmente, o estudo é transversal no que respeita ao horizonte temporal, sabendo que o mesmo se baseou na recolha de dados num instante de tempo, a fim de estabelecer modelos de associação entre os casos estudados e, a partir daí, criar uma teoria (Santos & Lima, 2019, pp. 25-37).

## 2.3 Método

No decurso da fase exploratória utilizou-se a técnica focada na revisão da bibliografia. Pretendeu-se com esta técnica analisar a legislação e regulamentação existente e a documentação produzida pelos diversos atores e entidades, principalmente relacionada com o objeto da investigação.

De seguida, efetuou-se a análise dos dados, que permitiu identificar as dimensões e as variáveis (EC de SIGQ) e a criação de um conjunto de perguntas de modo a caracterizar o SIGQ de instituições ensino superior, bem como identificar constrangimentos à sua edificação.

Posteriormente, realizaram-se entrevistas semiestruturadas aos diversos responsáveis dos SIGQ do IUM (incluindo as suas UO), de institutos europeus congéneres do IUM e de universidades nacionais, de forma a complementar a informação existente e dirimir dúvidas

que surgiram no decurso da análise documental. As entrevistas foram organizadas de forma a identificar os EC e os constrangimentos da edificação dos respetivos SIGQ, com os entrevistados a poderem responder de forma aberta. Decorreu posteriormente a análise de conteúdo segundo o preconizado por Sarmento (2013, pp. 53-66).

A análise de todos os dados seguiu as práticas referidas por Rosa, Sarrico e Amaral (2012, p. 143), no qual mencionam que “Benchmarking not only allows for the comparison of indicators [...] but also allows for the sharing of best practices [...] identifying more intelligent ways of performing the same task and new solutions for common problems”.

A discussão agregou os dados recolhidos o que permitiu a criação de uma abordagem para a edificação do SIGQ do IUM, incluindo as UO.

### **3. Os SIGQ de IES – visão de documentação publicada**

Neste capítulo efetua-se uma análise aos SIGQ de IES, num novo prisma, baseada em documentos publicados (artigos científicos, regulamentos e avaliações da A3ES a SIGQ).

#### **3.1 Dimensões e variáveis dos SIGQ**

A definição das dimensões do estudo levou à análise dos objetivos das auditorias aos SIGQ, aos elementos básicos da qualidade e a estudos anteriores em que tivessem sido efetuadas revisões analíticas de bibliografia relacionada com a qualidade no ensino superior.

No que respeita às auditorias aos SIGQ a realizar pela A3ES, o manual da auditoria explicita os seus objetivos, incluindo a política da qualidade, os processos e procedimentos utilizados pela instituição nas diversas atividades e a melhoria contínua do sistema (A3ES, 2020a, pp. 3-4).

Em termos dos elementos básicos da qualidade, a Organização Internacional de Normalização (ISO) apresenta os princípios da gestão da qualidade (ISO, 2015).

No âmbito da organização dos domínios de análise da investigação, Manatos, Sarrico e Rosa (2015) apresentam um modelo de revisão da literatura relacionada com a integração da gestão da qualidade em IES. Este modelo utiliza dimensões de análise (Processos, Organização e Princípios da Gestão da Qualidade) que:

“[...] are the most significant in terms of understanding the different approaches to QM [*Quality Management*] in HE [*Higher Education*], as well as for drawing conclusions about the degree of integration of QM within the overall governance and management systems of HEIs [*Higher Education Institutions*]”. (Manatos et al., 2015, p. 3)

O projeto Smart-Qual, que integra várias instituições/agências de ensino superior europeias e é cofinanciado pelo programa Erasmus+ de União Europeia, produziu um relatório sobre o estado da arte nos sistemas de gestão da qualidade em IES (Smart-Qual, 2021) que agrupa indicadores de SIGQ no formato ESG+A3ES. Este documento menciona que o racional da combinação das normas ESG+A3ES está relacionado com o facto de que a norma da A3ES tem uma abrangência superior à norma ESG, por incluir, também, as áreas da investigação, das relações com a comunidade e da internacionalização.

A estrutura definida para a análise dos indicadores da qualidade dos SIGQ do projeto Smart-Qual inclui 14 domínios (*vide* Figura 2), apresentando um espectro mais claro e abrangente sobre as áreas de foco dos SIGQ, quando comparado com o estudo apresentado por Manatos et al. (2015).

Standard
1.1 Policy for quality assurance and pursuit of quality objectives
2.1 Design and approval of programmes
2.2 Student-centred learning, teaching and assessment
2.3 Student admission, progression, recognition, and certification
2.4 Ongoing monitoring and periodic review of programmes
2.5 Research and development / targeted research and high-level professional development
2.6 External relations
2.7 Internationalisation
3.1 Human resources
3.2 Material resources and services
4.1 Information management
4.2 Public information
5.1 Cyclical external quality assurance
5.2 Cyclical internal monitoring, evaluation and continuous improvement of the QMS.

**Figura 2 – Domínios de indicadores de SIGQ de IES**

Fonte: Disponível em Smart-Qual (2021, p. 8).

No prisma A3ES, o processo da auditoria da qualidade aos SIGQ das IES foi organizado pelas seguintes áreas específicas de análise:

1. A política institucional para a garantia da qualidade [...].
2. A abrangência e eficácia dos procedimentos e estruturas de garantia da qualidade relacionados com cada uma das vertentes nucleares da missão institucional:
  - 2.1 O ensino e aprendizagem;
  - 2.2 A investigação e desenvolvimento [...];
  - 2.3 A colaboração interinstitucional e com a comunidade;
  - 2.4 As políticas de gestão do pessoal;
  - 2.5 Os serviços de apoio;
  - 2.6 A internacionalização.

3. A articulação entre o sistema de garantia da qualidade e a gestão estratégica [...] da instituição.
4. A participação das partes interessadas, internas e externas, nos processos de garantia da qualidade.
5. A gestão da informação [...].
6. A publicação de informação relevante para as partes interessadas externas.
7. O acompanhamento, avaliação e melhoria contínua do sistema de garantia da qualidade. (A3ES, 2020a, pp. 4-5)

No estudo efetuado por Cardoso, Rosa, Videira e Amaral (2017, p. 332), sobre a estrutura dos SIGQ implementados por IES, é mencionado que as instituições evitam desviar-se do modelo desenhado pela A3ES para terem os seus sistemas certificados com auditorias mais simples, eliminando as potenciais diferenças relacionadas com características específicas.

Baseado num racional que agrega os elementos anteriores, optou-se por definir as áreas específicas de análise no processo de certificação dos SIGQ da A3ES, acima apresentadas, como **dimensões da investigação**. No entanto, os princípios da gestão da qualidade, anteriormente apresentados, serão tidos em conta como elementos orientadores da análise. No que respeita às **variáveis da investigação**, serão utilizados EC e constrangimentos da implementação dos SIGQ, identificados na análise a estes sistemas.

### 3.2 EC e constrangimentos de SIGQ de IES, baseados em documentos publicados

A análise de identificação das variáveis do estudo foi efetuada a partir de dois tipos de documentação publicada sobre SIGQ em IES: documentos científicos e relatórios das avaliações efetuadas pela A3ES a SIGQ, de universidades e institutos universitários.

No que respeita aos documentos científicos, a significativa diferença entre os normativos da A3ES e os ESG 2015, referenciada anteriormente, levou essencialmente à análise de estudos nacionais, em detrimento de estudos baseados nos ESG 2015.

Serralheiro e Moraes (2019, p. 4) realçam a afetação de recursos para a implementação do SIGQ, com consequentes encargos financeiros. Adicionalmente, é mencionada a necessidade da realização de auditorias internas, sendo que estas fazem parte da constante avaliação e melhoria do sistema, através do ciclo *Plan-Do-Check-Act* (PDCA).

Cardoso, Rosa, Videira e Amaral (2019, p. 258) apresentam efeitos da implementação de práticas de garantia da qualidade como: maior exigência e disponibilidade de tempo para tarefas não académicas; maior formalização dos procedimentos; aumento da monitorização do desempenho dos docentes; melhoria na qualidade da informação pública das atividades da instituição; e, reconhecimento pelos docentes e pessoal não docente do aumento da carga burocrática.

Cardoso et al. (2017), na discussão sobre a forma de implementação de um SIGQ, mencionam que: o modelo de certificação da A3ES levou a que as IES construíssem o seu modelo de SIGQ à imagem do modelo da A3ES; a criação de uma estrutura documental poderá levar a que o sistema se torne muito burocrático; as estruturas dos SIGQ estão, tipicamente, assentes num nível estratégico (com comissões ou conselhos) e num nível funcional (com gabinetes e

serviços); os sistemas de informação têm um papel relevante nos SIGQ; e, a publicitação da informação das IES é fraca nos SIGQ das IES portuguesas.

Santos e Dias (2017, p. 285) mencionam que a política da qualidade do SIGQ da Universidade do Minho (UM) é implementada através do programa estratégico, do plano da qualidade e de procedimentos para a monitorização, avaliação e retroação para a melhoria da qualidade (utilização do ciclo PDCA). A participação das partes interessadas, no decurso do desenho e da implementação do SIGQ da UM, foi um elemento de sucesso para o SIGQ. Adicionalmente, a implementação do sistema de informação evidenciou a existência de problemas de articulação entre diversos setores da instituição.

Em termos dos relatórios de avaliação dos SIGQ, elaborados pelas CAE da A3ES, verificou-se a existência de nove instituições certificadas de universidades e institutos universitários públicos (A3ES, 2021b), conforme apresentado no Quadro 3.

**Quadro 3 – IES universitárias públicas com SIGQ certificado**

<b>Designação da IES</b>	<b>Data da Certificação do SIGQ</b>
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa	11-02-2015
Universidade Aberta	19-05-2020
Universidade do Algarve	12-04-2018
Universidade de Aveiro	14-12-2017
Universidade de Coimbra	06-04-2015
Universidade de Évora	21-08-2020 <sup>2</sup>
Universidade do Minho	01-07-2020 <sup>2</sup>
Universidade do Porto	14-12-2017
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	19-05-2020

Fonte: Disponível em A3ES (2021b).

Devido ao reduzido número de instituições certificadas, optou-se por analisar todo o universo de relatórios de avaliação das CAE da A3ES, elaborados na sequência das certificações mais recentes.

A recolha dos EC foi efetuada com base em elementos salientados nos relatórios, no que respeita à sua existência (com especial ênfase nos pontos fortes ou a necessitar de ações de melhoria) ou referência da ausência do mesmo, conforme apresentado nos exemplos da Tabela 1.

---

<sup>2</sup> Recertificação.

Tabela 1 – Identificação de EC de SIGQ

Exemplos de identificação de elementos caracterizadores de SIGQ
No domínio do ensino-aprendizagem, <b>o SIGAQ [Sistema Interno de Garantia de Avaliação e Qualidade] tem um suporte fundamental no Sistema de Informação</b> , que faculta a aplicação de múltiplos instrumentos de produção de informação e de apoio à análise dos resultados anuais. <b>De entre esses instrumentos merecem especial destaque os inquéritos pedagógicos aos estudantes e os inquéritos aos docentes, os relatórios de autoavaliação de UC [Unidade Curricular] e de curso, em particular os “relatórios síntese-reflexivos periódicos”</b> . (A3ES, 2020b, p. 3)
Apesar da preocupação e esforço da Universidade no que diz respeito à formação pedagógica dos docentes, a CAE <b>não obteve evidência formal sobre formação prescritiva e específica em função da avaliação de desempenho docente e/ou na sequência de recomendações derivadas da análise de anomalias no funcionamento de unidades curriculares</b> . (A3ES, 2017b, p. 7)
<b>Não são referidas auditorias internas da qualidade</b> a órgãos ou serviços específicos, ou a processos sectoriais. Nem são referidas auditorias aos processos de investigação, nem de extensão. (A3ES, 2015b, p. 16)

Fonte: Disponível em A3ES (2021b).

Salienta-se que, no decurso da análise, foi constante a preocupação com a existência de mecanismos de deteção de instâncias de qualidade deficiente, transversalmente às dimensões do estudo, e da identificação de indicadores com metas definidas a atingir (meta-avaliação). Este último facto foi também identificado no trabalho de investigação sobre contributos para o SIGQ da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, elaborado por Nicolau (2016, p. 16), no decurso da análise efetuada a manuais da qualidade de SIGQ certificados.

Salienta-se que o texto existente em cada um dos documentos consultados poderá ser diferente do mencionado nos EC, devido ao facto do texto inscrito nos relatórios depender de cada CAE. No entanto, a ideia do texto mencionado no relatório está associada ao EC identificado.

Os EC identificados nos documentos consultados encontra-se agrupados nas dimensões da investigação, apresentando-se abaixo os EC mais referenciados:

- Domínio da política institucional para a qualidade: existência de órgão funcional do SIGQ; existência de plano estratégico; existência de órgão de conselho específico para a qualidade / SIGQ.
- Ensino e aprendizagem: existência do relatório do ciclo de estudos; existência de mecanismos de apoio/controlo do processo de ensino-aprendizagem; existência de inquérito de opinião do estudante.
- Investigação e desenvolvimento: existência de uma estrutura organizacional para a investigação; existência de avaliação regular das unidades de investigação; existência de órgão de conselho específico para a investigação.
- Colaboração interinstitucional e com a comunidade: existência de mecanismos e instrumentos de ligação interinstitucional e com a comunidade; existência de uma estrutura organizacional para a colaboração interinstitucional e com a comunidade; participação da instituição em entidades externas de desenvolvimento e inovação.



- Políticas de gestão do pessoal: existência de mecanismos e instrumentos de avaliação dos docentes e investigadores; existência de mecanismos e instrumentos de apoio à docência para melhoria do ensino; existência de mecanismos sistemáticos de formação dos recursos humanos.
- Serviços de apoio: existência de mecanismos e instrumentos de avaliação dos serviços de apoio; certificação ISO 9001; integração dos serviços de apoio no SIGQ.
- Internacionalização: existência de mecanismos de internacionalização; existência de uma estrutura organizacional para a internacionalização; existência de mecanismos e instrumentos de avaliação da internacionalização.
- Articulação entre o sistema de garantia da qualidade e os órgãos de governação e gestão da instituição: representação dos órgãos de gestão no SIGQ; existência de mecanismos de ligação dos órgãos de gestão com o SIGQ.
- Participação das partes interessadas: existência de mecanismos de participação e colaboração das partes interessadas, internas e externas, nas diversas vertentes do SIGQ; identificação das partes interessadas; existência de uma estrutura organizacional para a ligação às partes interessadas.
- Sistema de Informação: existência de sistema de informação do SIGQ com elevado nível de integração e abrangência; existência de sistema de informação que sistematize e disponibilize a informação atualizada, para os vários níveis de tomada de decisão; produção de relatórios de forma automática/sistemática.
- Publicação de informação relevante para as partes interessadas externas: disponibilização de informação atualizada nos portais institucionais, segundo o definido na legislação/regulamentação; visibilidade externa do SIGQ no portal da instituição; existência de uma estrutura organizacional para a publicação da informação.
- Acompanhamento, avaliação e melhoria contínua do sistema de garantia da qualidade: existência de relatório periódico do SIGQ para acompanhamento, avaliação e melhoria contínua; existência de meta-avaliação; existência de mecanismo relacionado com as sugestões e as reclamações.

No que respeita a constrangimentos, os mais relevantes identificados na análise foram os seguintes:

- A inexistência de um sistema de informação integrado com todas as vertentes da informação relacionada com o SIGQ.
- A rotação dos recursos humanos devido à especificidade do ensino militar.

#### **4. Os SIGQ de IES – visão das instituições**

Este capítulo inclui a apresentação do estudo efetuado aos SIGQ implementados no IUM e nas suas UO, em instituições europeias congéneres do IUM e em IES nacionais, com uma estrutura semelhante à do IUM. A investigação encontra-se organizada por tipo de instituição, mas, devido à sua similaridade, os resultados da análise no IUM, incluindo as suas UO, e nas instituições europeias congéneres do IUM são apresentados em conjunto.

O estudo dos SIGQ foi suportado na pesquisa efetuada aos manuais da qualidade destas instituições, quando disponíveis, e na recolha de informação no decurso das entrevistas realizadas aos responsáveis da qualidade das mesmas.

O ponto de partida da análise incluiu os EC e os constrangimentos compilados no capítulo anterior, categorizados nas dimensões do estudo. A partir destes, foi criado um conjunto de perguntas, para o guião das entrevistas. As perguntas foram adaptadas a cada conjunto de instituições (IUM e suas UO, IES europeias congéneres do IUM e IES nacionais), tendo em consideração a especificidade das mesmas. No que respeita à especificidade, a análise teve em conta o enquadramento legal, a regulamentação aplicável, a organização, a estrutura, os alunos, os recursos humanos, o sistema de informação e o sistema da qualidade existente.

As entrevistas semiestruturadas foram organizadas tendo por base os modelos apresentados por Freixo (2012, pp. 220-223) e Santos e Lima (2019, pp. 83-85). No que respeita à análise de conteúdo, tendo por base Sarmento (2013, pp. 53-66), as categorias são as dimensões da investigação e as unidades de registo são os EC dos SIGQ e os constrangimentos à sua implementação. No decurso das entrevistas, foi permitida a máxima abertura das respostas aos entrevistados, não obstante o foco das mesmas estivesse nas dimensões definidas.

#### **4.1 Os SIGQ do IUM e de instituições europeias congéneres**

##### **4.1.1. Os SIGQ do IUM e das suas UO**

O IUM tem seis UO, das quais três são autónomas de natureza universitária (Escola Naval [EN], Academia Militar [AM] e Academia da Força Aérea [AFA]), uma é autónoma de natureza politécnica (Unidade Politécnica Militar [UPM]), uma é não autónoma de natureza universitária (Departamento de Estudos Pós-Graduados [DEPG]) e a última é um centro de investigação e desenvolvimento (Centro de Investigação e Desenvolvimento do IUM [CIDIUM]) (Decreto-Lei n.º 249/2015). As UO autónomas têm uma estrutura e uma história de vários anos (Borges, 2005), enquanto o CIDIUM e a UPM têm uma estrutura bem mais recente, criados respetivamente em 2015 e em 2019.

Os estabelecimentos de ESM foram integrados nas normas enquadradoras do ensino superior em Portugal no ano de 2006 (Decreto-Lei n.º 37/2008, de 05 de Março). Desde então, estes estabelecimentos viram acreditados 47 ciclos de estudos (A3ES, 2021a). Sabendo que entre os elementos de análise para a acreditação de ciclos de estudos pela A3ES encontram-se requisitos relacionados com os SIGQ das IES, os estabelecimentos de ESM têm mecanismos de garantia da qualidade aceites pela A3ES (A3ES, 2018b). No entanto, estes mecanismos não estão certificados como SIGQ (A3ES, 2021b).

A análise aos SIGQ das UO do IUM foi efetuada de forma individual, por UO. Porém, o CIDIUM e a UPM não têm um SIGQ próprio, conforme definido na legislação aplicável (Decreto-Lei n.º 249/2015; Decreto-Lei n.º 17/2019, de 22 de janeiro). Desta forma, o atual SIGQ do IUM inclui a informação relativa a estas UO. Ainda assim, os responsáveis daquelas UO foram contactados a fim de complementarem a informação obtida no decurso da entrevista com o responsável do SIGQ do IUM.

Os SIGQ das UO do IUM têm, de forma genérica, uma estrutura que se enquadra nos atuais requisitos de certificação da A3ES (IUM, 2017; EN, 2015; AM, 2022; AFA, 2015). Este facto é visível pela comparação dos EC e constrangimentos identificados na documentação existente com os categorizados na análise dos manuais da qualidade e das entrevistas aos responsáveis da qualidade das UO do IUM (J. Martins, entrevista presencial, 16 de fevereiro de 2022; L. Bernardino, entrevista presencial, 17 de fevereiro de 2022; J. Patronilho, entrevista presencial, 23 de fevereiro de 2022; L. Pereira, entrevista presencial, 23 de fevereiro de 2022; V. Almeida, entrevista por email, 14 de abril de 2022; J. Marreiros, entrevista por email, 18 de abril de 2022).

Os SIGQ do IUM têm especificidades inerentes à incompleta estrutura legislativa existente (a aprovação dos regulamentos internos das UO está em falta desde 2015), à condição militar das instituições, à sua ligação hierárquica e ao seu cliente final. Este último tem especial ênfase, tendo em conta que o Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA)/Ramos/Guarda Nacional Republicana (GNR) são os principais clientes do IUM e suas UO, juntamente com os alunos. Estas especificidades incluem os seguintes EC e constrangimentos:

- Existência de dupla dependência, a hierárquica e a funcional.
- Existência de estratégia institucional baseada na estratégia da sua estrutura hierárquica (EMGFA/Ramo/GNR).
- Existência de uma política da qualidade de cada UO sem interligação com a das restantes UO.
- Organização assente, essencialmente, em procedimentos (NEP).
- Existência de reuniões do Conselho Científico ou de gestão sectorial do Comando direccionadas para a qualidade/melhoria contínua.
- Ligação às unidades operacionais das Forças Armadas para garantir a eficácia da formação.
- Inexistência de regulamentos internos das UO enquadrados na nova estrutura do IUM.
- Inexistência de sistema integrado de informação do SIGQ.
- Inexistência de integração efetiva do CIDIUM e da UPM no SIGQ do IUM.
- Organização discrepante entre UO no que respeita ao enquadramento da acreditação dos ciclos de estudos.
- Constante rotação dos militares nas funções exercidas nas UO, com especial ênfase nos responsáveis da qualidade.

#### **4.1.2. Os SIGQ de instituições europeias congéneres do IUM**

No que respeita à certificação de SIGQ de IES europeias congéneres do IUM, com uma organização semelhante à do IUM, efetuou-se a pesquisa da acreditação institucional e de cursos e da certificação dos SIGQ através da base de dados da European Quality Assurance Register for Higher Education (EQAR) (2022), da *Military School Directory* (2022), das páginas institucionais das IES e das agências de acreditação nacionais.

A Finnish National Defence University (FINDU) e o Norwegian Defence University College (NDUC) são as únicas instituições europeias congêneres do IUM que se enquadram no atual estudo. Estas têm certificação do seu SIGQ ou acreditação institucional, que inclui o sistema da qualidade, perante as agências nacionais de acreditação do ensino superior, e uma estrutura semelhante à do IUM, com várias UO (FINDU, 2022; NDUC, 2022).

Na Finlândia, a avaliação dos SIGQ é efetuada pelo Finnish Education Evaluation Centre (FINEEC), estando a decorrer o terceiro ciclo de avaliações, compreendido entre 2018 e 2024 (FINEEC, 2022). A FINDU foi avaliada em 2017 e será novamente avaliada na primavera de 2023. A informação sobre esta instituição foi obtida no relatório de avaliação de 2017 (FINEEC, 2017), onde se identificaram EC da FINDU, e na entrevista efetuada à responsável da qualidade da instituição. O relatório salienta a boa prática executada pela instituição, onde é dada atenção especial à rotatividade rápida e abundante do pessoal militar, para garantir que a organização permaneça operacional em todas as circunstâncias. No decurso da entrevista (H. Tarja, entrevista por videoconferência, 12 de maio de 2022) identificaram-se os seguintes EC: existência de sistema de garantia da qualidade único, transversal a todas as unidades orgânicas; existência de um Vice-Reitor com responsabilidade de coordenação do sistema de garantia da qualidade; existência de comissões, com representantes dos ramos, para discutir assuntos relacionados com os cursos; e, contribuição de todos os atores para a melhoria contínua do sistema de garantia da qualidade.

Na Noruega, a avaliação dos SIGQ é efetuada pela Norwegian Agency for Quality Assurance in Education (NOKUT), baseada nos ESG 2015, com uma periodicidade entre seis a oito anos (NOKUT, 2022a). A regulamentação em vigor foi aprovada em 2017, tendo sido planeada a avaliação do NDUC até ao verão do corrente ano. Salienta-se que os requisitos definidos no manual de avaliação da garantia da qualidade da NOKUT (2021), têm semelhanças com os requisitos do manual de auditoria aos SIGQ da A3ES (Schmidt, 2017; A3ES, 2020a).

Segundo K. Tokstad (entrevista por videoconferência, 12 de abril de 2022), a estrutura da qualidade no NDUC, como um todo, está em fase de implantação devido ao facto de ter sido apenas criada em 2018. Assim, o NDUC ainda não está inserido no sistema da NOKUT. Porém, as UO do NDUC foram avaliadas, de forma individual, entre 2011 e 2014 (NOKUT, 2022b). Apesar da instituição esteja ainda no processo de certificação, a análise do SIGQ desta instituição manteve-se de forma a identificar semelhanças aos sistemas existentes no IUM e elementos que pudessem contribuir para maior integração do SIGQ do IUM. No decurso da entrevista identificaram-se dois elementos distintivos a considerar. O primeiro elemento é o facto de que as UO têm coordenadores locais, com a sua própria estrutura, “quite independent” e trabalhando em equipa, segundo K. Tokstad (*op. cit.*). A estrutura local coordena todas as atividades dentro da sua UO, existindo reuniões com todos os coordenadores, quando necessário. O segundo elemento é respeitante às partes interessadas, em particular os Ramos, existindo localmente “advisory boards” ou “advisory groups” com membros internos (e.g. coordenadores dos ciclos de estudos) e externos (e.g. representantes da Defesa ou dos Ramos) a fim de discutir assuntos relacionados com a eficácia da formação (K. Tokstad, *op. cit.*).

## **4.2 Os SIGQ de institutos universitários e de universidades, com uma organização semelhante à do IUM**

### **4.2.1. As universidades e institutos universitários nacionais com SIGQ certificados**

Em Portugal existem 15 Universidades / Institutos Universitários públicos (DGES, 2021), dos quais nove têm os seus SIGQ certificados pela A3ES (2021b). Adicionalmente, existem 14 Universidades / Institutos Universitários privados (DGES, 2021), dos quais seis têm os seus SIGQ certificados pela A3ES (2021b). Salienta-se que algumas das Universidades que não têm os seus SIGQ certificados, têm UO com SIGQ certificados, e. g. Universidade de Lisboa / Instituto Superior Técnico.

No que concerne à estrutura, das 15 Universidades / Institutos Universitários que têm os seus SIGQ certificados, apenas seis são constituídas por UO Autónomas: Universidade do Algarve (UALg); Universidade de Évora (UEv); UM; Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD); Universidade do Porto; e, Universidade de Coimbra. Porém, apenas as quatro primeiras têm UO universitárias e politécnicas (DGES, 2021).

### **4.2.2. Os SIGQ certificados de universidades com UO universitárias e politécnicas**

A análise aos SIGQ certificados das universidades e institutos universitários nacionais centrou-se nas UALg, UEv, UM e UTAD, tendo todas as responsáveis da qualidade das mesmas demonstrado total disponibilidade para a colaboração no presente estudo, incluindo a realização de entrevistas. Anteriormente às entrevistas, foi efetuada a compilação dos EC identificados nos respetivos manuais da qualidade das respetivas instituições (UALg, 2020; UEv, 2015; UM, 2019; UTAD, 2022).

As entrevistas esclareceram que os SIGQ destas instituições integram, sem qualquer diferença, o ensino politécnico, assim como todas as áreas das instituições (S. Lameiras, entrevista por videoconferência, 22 de março de 2022; C. Pires, entrevista por videoconferência, 24 de março de 2022; A. Freitas, entrevista por videoconferência, 25 de março de 2022; C. Amaral, entrevista por videoconferência, 20 de abril de 2022).

No que respeita à efetiva implementação do SIGQ, A. Freitas (*op. cit.*) menciona que “a qualidade tem de estar entrosada com o planeamento estratégico”, no âmbito da necessidade de existir um elemento do órgão máximo da instituição na coordenação dos assuntos da qualidade, e a existência de um entrosamento completo entre o plano estratégico, os planos e relatórios de atividades e os relatórios da qualidade. Adicionalmente, segundo A. Freitas (*op. cit.*), o Conselho Consultivo para a Qualidade, presidido pelo Reitor, teve um papel essencial na implementação do SIGQ, a fim de efetuar a ligação com todos os dirigentes internos e com entidades externas.

Em termos do SIGQ, C. Amaral (*op. cit.*) refere que “o cliente primordial da instituição é o estudante” e A. Freitas (*op. cit.*) menciona que a sua implementação permitiu uma sistematização e simplificação dos processos de avaliação dos ciclos de estudos perante a

A3ES. No que respeita aos custos iniciais da implementação do SIGQ, C. Amaral (*op. cit.*) refere que a formação dos recursos humanos é “absolutamente necessária”, em particular nos sistemas de informação.

O sistema de informação, que é o elemento de ligação no SIGQ, foi consensual entre todos os entrevistados como sendo um dos pilares do SIGQ. Na UM é considerado uma das estruturas de coordenação, articulação e suporte, conjuntamente com o Vice-Reitor para a Qualidade, a Comissão de Acompanhamento do SIGQ e o serviço responsável pela qualidade (UM, 2019, p. 11). No que respeita à sua abrangência, S. Lameiras (*op. cit.*) menciona que através do sistema de informação do SIGQ, a estrutura central consegue chegar a todas as UO, tornando desnecessária a existência de estruturas da qualidade ao nível das UO.

No que respeita ao modelo de SIGQ, a sua semelhança com a estrutura das áreas de análise do manual de auditoria da qualidade, é um elemento facilitador no processo de certificação pela A3ES (C. Pires, *op. cit.*).

Tendo por base a investigação efetuada, verifica-se elevada similaridade entre os SIGQ destas instituições, com algumas especificidades devido à forma da sua implementação. Realçam-se os seguintes EC identificados na análise efetuada:

- Existência de um membro da direção com responsabilidades na coordenação do SIGQ.
- Existência de um órgão, ao nível da direção, para a Qualidade.
- Inexistência de estrutura para a qualidade nas UO.
- Transversalidade do SIGQ, sem diferenças entre ensino universitário e politécnico.
- Automatização dos instrumentos do SIGQ (inquéritos e relatórios).
- Existência de mecanismos de deteção de instâncias de qualidade deficiente e planos de melhoria.
- Existência de um sistema de informação integrador.
- Existência de uma estrutura única de produção da informação a divulgar.
- Existência de meta-avaliação.

## 5. Discussão dos resultados

A análise dos EC da documentação publicada e das IES demonstra que os SIGQ destas instituições são suportados por quatro grandes áreas: a estrutura (organização da instituição e estruturas físicas), os mecanismos (os sistemas de suporte e os processos/procedimentos), os instrumentos (inquéritos e relatórios) e os atores do sistema (partes interessadas internas e externas) (UM, 2019, p. 9). Desta forma, a discussão dos SIGQ agregará as dimensões do estudo nestas grandes áreas.

No decurso deste capítulo, o SIGQ do IUM, integrando todas as UO e serviços de apoio, é designado como Sistema Integrado de Garantia da Qualidade do IUM (SIGQIUM), a fim de explicitar a sua função integradora no ESM.

## 5.1 Discussão sobre o SIGQIUM

### 5.1.1. A estrutura

A estrutura orgânica do IUM, definida no Decreto-Lei n.º 249/2015, não prevê a existência de um órgão de conselho para a qualidade. Este diploma prevê apenas que as propostas de medidas necessárias à garantia da qualidade do ensino e de investigação sejam apresentadas, pelo Comandante do IUM, ao Conselho Diretivo. Porém, este Órgão tem uma representatividade pouco ampla no que respeita aos atores de um SIGQ (e.g. o DEPG, o CIDIUM e os alunos não estão representados neste conselho).

As universidades analisadas têm estruturas de conselho, ou semelhantes, onde têm assento representantes de todos os atores do SIGQ (UAlg, 2020, p. 8; UEv, 2015, p. 8; UM, 2019, p. 11; UTAD, 2022, p. 9-10). Porém, devido à diversidade de assuntos a analisar por este órgão, algumas universidades criaram subcomissões ao nível das UO, fazendo a ligação vertical, e subcomissões transversais sobre áreas de interesse comum (e.g. ensino, investigação, Conselho Pedagógico, Conselho Científico), fazendo a ligação horizontal entre os órgãos existentes em cada UO (C. Amaral, *op. cit.*). Estas estruturas permitem a harmonização dos mecanismos e instrumentos do SIGQ, a vários níveis e áreas (C. Amaral, *op. cit.*).

A UTAD criou a Comissão de Acompanhamento da Qualidade, presidida pelo Reitor, tendo na sua composição o coordenador para a qualidade, os presidentes das UO de ensino e investigação, o presidente da associação académica e outros órgãos ou figuras internas e externas convidadas. Desta forma, contornando a impossibilidade de se criar um conselho para a qualidade do SIGQIUM, poder-se-ia criar uma Comissão de Acompanhamento para a Qualidade, com uma representação semelhante à da UTAD, com a possibilidade da inclusão do EMGFA/Ramos/GNR, quando necessário, à imagem do implementado na FINDU e na NDUC. As estruturas verticais seriam subcomissões nas UO e as horizontais seriam subcomissões sobre temas transversais a todos os organismos (ensino, investigação, comissões científicas e pedagógicas, serviços de apoio, etc.).

No que concerne à operacionalização do SIGQIUM, o modelo da NDCU, com um gabinete coordenador e gabinetes ao nível das UO, permitiria salvaguardar a autonomia e as especificidades de cada UO e garantir a adequada coordenação com as mesmas, preocupação apresentada por todos os responsáveis dos gabinetes da qualidade das UO do IUM (J. Martins, *op. cit.*; L. Bernardino, *op. cit.*; J. Patronilho, *op. cit.*; L. Pereira, *op. cit.*).

As universidades apresentam, também, outras estruturas transversais para áreas específicas como: internacionalização e mobilidade, comunicação e imagem e relação com as partes interessadas. Este tópico merece reflexão, no decurso da criação do SIGQ, de forma a garantir o cumprimento dos requisitos definidos e em simultâneo permitir a autonomia das UO. Salienta-se que, na UEv, a internacionalização está descentralizada nas áreas da universidade, tendo em consideração a sua especificidade em cada área (C. Pires, *op. cit.*).

A criação do SIGQIUM, com a configuração acima proposta, permitiria a criação da organização e estruturas normalmente existentes em SIGQ, a otimização de recursos (caso sejam criadas estruturas transversais para áreas específicas) e a harmonização dos mecanismos e instrumentos do sistema (através das subcomissões).



### 5.1.2. Os mecanismos

O SIGQ é constituído por dois pilares essenciais, o plano estratégico e o manual da qualidade, sendo que este último efetua a ligação entre a estratégia institucional e a política da qualidade (UAlg, 2020, p. 1), sendo estes documentos únicos e transversais à instituição. Segundo UM (2019, p. 10), o desenvolvimento e a implementação da política da qualidade assentam no plano estratégico, no plano de atividades, no relatório de atividades, no manual da qualidade, entre outros documentos. Adicionalmente, a meta-avaliação é um elemento essencial da política da qualidade, no âmbito da melhoria contínua do SIGQ, com um *dashboard* que auxilie a tomada de decisão suportada na informação do SIGQ (UM, 2019, p. 33-35).

Atualmente, no universo IUM existem quatro planos estratégicos e igual número de políticas da qualidade. O SIGQIUM terá de integrar as estratégias sectoriais das UO, ligadas às diretivas estratégicas do EMGFA e dos Ramos/GNR, numa estratégia única, mas ampla, que permita refletir os diversos interesses. A política da qualidade, que dependerá desta estratégia, terá, também, de os incluir. O plano de atividade de cada UO, poderá, então, conter elementos ligados à Diretiva Estratégica do Ensino Superior Militar, ao plano estratégico do IUM e às diretivas estratégicas dos Ramos/GNR, contribuindo para a persecução dos objetivos de ambos.

A organização do Manual da Qualidade e respetivo SIGQ deverá ser semelhante ao estabelecido no manual de auditoria da qualidade da A3ES, conforme efetuado por praticamente todas as instituições.

No que respeita ao seu conteúdo, o Manual da Qualidade identifica as partes interessadas do sistema (internas e externas) e respetivas responsabilidades, e explana os mecanismos e os instrumentos de ligação ao SIGQ (UAlg, 2020, p. 1). Neste âmbito, a maioria das instituições optaram por um modelo de mecanismos apoiado em regulamentos e procedimentos, preterindo o modelo processos. Este último, tem relevância num estágio mais avançado do sistema, onde seja possível avançar para a certificação ISO, conforme efetuado pela UTAD (2022, p. 2).

No que concerne aos mecanismos, que incluem a monitorização, avaliação e intervenção nas áreas do sistema (ensino, investigação e serviços de apoio), salienta-se a preocupação com as instâncias de qualidade deficiente, o acompanhamento dos planos de melhoria associados a estas situações e o reconhecimento de mérito de todos os colaboradores das instituições (docentes, investigadores e pessoal de gestão e dos serviços).

Adicionalmente, salienta-se o mecanismo da acreditação institucional e dos ciclos de estudos que, nas universidades analisadas, está associado às estruturas do SIGQ. No caso das UO dos IUM, existem diferenças na abordagem a este mecanismo (e.g. EN). No entanto, será necessário a harmonização do mesmo, através do modelo normalmente utilizado, contribuindo para a consolidação da rede de Gabinetes da Qualidade, no âmbito da acreditação dos ciclos de estudos, descrito no plano estratégico da A3ES 2021-2024 (A3ES, 2021c, p. 23).

Tendo em consideração a especificidade da carreira militar, deverá ser criado um mecanismo para minimizar os impactos negativos da elevada rotatividade dos militares no IUM, conforme efetuado pela FINDU (FINEEC, 2017).



No âmbito dos sistemas de documentação e de informação, parte integrante dos mecanismos, S. Lameiras (*op. cit.*) menciona que “os nossos documentos são únicos, transversais, holísticos e integrados face a todas as UO” e A. Freitas (*op. cit.*) menciona que “a integração de toda a informação num único sistema é um trabalho que tem de ser feito” e que, em termos da publicação, “a informação tem de ser única”. Na avaliação efetuada pela A3ES aos SIGQ da UEv e da UM, o sistema de informação foi mencionado como elemento relevante do SIGQ, contribuindo para o seu desenvolvimento (A3ES, 2020e, p. 10; A3ES, 2020b, p. 11). Adicionalmente, a criação do sistema de informação do SIGQ pelas IES é uma vantagem, pelo facto de estes necessitarem continuamente de serem melhorados/alterados (A. Freitas, *op. cit.*; C. Pires, *op. cit.*; S. Lameiras, *op. cit.*).

Desta forma, terá de ser criada uma estrutura documental, um sistema de informação agregador e mecanismos de publicação da informação de forma sistemática e única, transversais a todas as UO e organismos do IUM. A aquisição de uma plataforma *on the shelf* (Sistema Integrado de Gestão do Ensino Superior Militar) foi o início do processo de integração da gestão da informação. Porém, a contratualização de um serviço de manutenção e atualização do sistema poderá ser essencial para o bom funcionamento do SIGQIUM, para que este não se torne um constrangimento.

### 5.1.3. Os instrumentos

Os sistemas de informação das IES nacionais, de forma transversal, geram automaticamente os inquéritos e os relatórios, existindo campos de preenchimento manual, para autoavaliação dos responsáveis pelos mesmos, incluindo a possibilidade de apresentação de propostas de melhoria, quando aplicável. Caso os responsáveis não adicionem informação, os relatórios ficam encerrados nos prazos estabelecidos e são analisados pelas estruturas existentes (A. Freitas, *op. cit.*). Este facto permite a desburocratização do SIGQ, constrangimento identificado na documentação analisada, a existência dos instrumentos que contribuem para a avaliação do sistema e a tomada de decisão estratégica, essencial para o desenvolvimento do SIGQ (A3ES, 2020b, p. 3). Identificaram-se diversos instrumentos do SIGQ utilizados nos SIGQ certificados pela A3ES, como: os inquéritos, a todos os atores e sobre todas as áreas da instituição; e, os relatórios, incluindo à unidade curricular, ao ciclo de estudos, à UO e aos serviços de apoio e o da meta-avaliação. A meta-avaliação tem uma periodicidade anual, normalmente concentrada num relatório específico de avaliação do SIGQ, e “integra não só uma análise sintética da informação relevante dos restantes relatórios, mas também uma apreciação sobre o estado de desenvolvimento do SIGQUALg face aos referenciais da A3ES”, sendo também considerados as sugestões e recomendações de melhoria dos diversos órgãos (UALg, 2020, p. 37).

No que respeita às UO do IUM, os responsáveis da qualidade mencionaram que existem algumas dificuldades no que respeita aos instrumentos utilizados nos SIGQ, incluindo a falta de automatização (L. Bernardino, *op. cit.*; J. Patronilho, *op. cit.*; L. Pereira, *op. cit.*), dificultando a avaliação das áreas do SIGQ. Desta forma, a integração dos instrumentos do SIGQIUM no sistema de informação a adquirir, com a sua automatização/sistematização, é um elemento fulcral para a simplificação e melhoria contínua do sistema.

O instrumento de auditoria é pouco utilizado pelas universidades analisadas. No caso da UM, este instrumento é utilizado como auditoria pedagógica, na sequência da sinalização de instâncias de qualidade deficiente em unidades curriculares (S. Lameiras, *op. cit.*). A UTAD apenas utiliza a auditoria no âmbito da certificação da ISO (C. Amaral, *op. cit.*).

Tendo em consideração que a sua eficácia não é consensual entre as universidades, as auditorias deverão ficar para uma fase posterior da implementação do SIGQIUM.

#### 5.1.4. Os atores

A liderança é um dos princípios da qualidade (ISO, 2015, p. 6). As universidades colocaram o reitor, ou um dos vice-reitores, na coordenação do SIGQ. Tendo em consideração o definido no art.º 10.º do Estatuto do IUM (Decreto-Lei n.º 249/2015), o Comandante deverá assumir, na plenitude, a responsabilidade de coordenação do SIGQIUM.

Nas instituições de ensino superior o cliente é o aluno, mas, no IUM, o cliente principal é o EMGFA, os Ramos e a GNR. Pese embora o foco do SIGQ esteja no aluno (ENQA et al., 2015, p. 12), a interação com os clientes é um dos princípios basilares da qualidade (ISO, 2015, p. 4). Desta forma, a criação do SIGQIUM deverá ser efetuada em conjunto com os clientes da instituição.

O SIGQ só ficará completo com a intervenção de todos os atores do sistema, incluindo alunos, docentes, investigadores e pessoal de gestão e dos serviços de apoio, seguindo o definido no terceiro princípio da qualidade (ISO, 2015, p. 8). Porém, é essencial uma adaptação ponderada dos atores ao sistema de informação do SIGQ, incluindo formação, para que este tenha uma boa recetividade e efetividade (A. Freitas, *op. cit.*; C. Amaral, *op. cit.*).

### 5.2 Contributos para a edificação do SIGQ do IUM, integrando as UO

O SIGQIUM deverá ter em consideração os EC e os constrangimentos identificados durante o estudo. Adicionalmente, dever-se-á ter em consideração as especificidades do ESM, como a autonomia das UO e a forte ligação aos Ramos, seu principal cliente.

Tendo por base a análise efetuada, a edificação do SIGQIUM, a fim permitir o seu desenvolvimento e integração, e cumprir com as normas definidas para a qualidade no ensino superior, deverá assentar nos seguintes elementos:

- Indigitação do Comandante do IUM como responsável pela implementação e gestão do SIGQIUM, à imagem do efetuado na UTAD (Regulamento n.º 959/2021, de 08 de novembro).
- Criação de uma Comissão de Acompanhamento do SIGQIUM (CA-SIGQIUM), presidida pelo comandante do IUM, à imagem da Comissão de Acompanhamento do SIGQ da UTAD (2022, p. 9-10).
- Criação de subcomissão para a qualidade em cada UO, à imagem das comissões das UO da UTAD (C. Amaral, *op. cit.*).
- Criação de subcomissões da CA-SIGQIUM, por área de intervenção (e.g. ensino, investigação, Comissões Científicas, Comissões Pedagógicas), à imagem das subcomissões da UM (S. Lameiras, *op. cit.*) e da UTAD (C. Amaral, *op. cit.*).

- Integração das partes interessadas do IUM, internas (e.g. Comandantes/Chefes das UO, alunos) e externas (e.g. EMGFA, Ramos e GNR), na CA-SIGQIUM ou suas subcomissões, à imagem dos “advisory groups” da NDUC (K. Tokstad, *op. cit.*).
- Criação de uma estrutura descentralizada do Gabinete de Avaliação e Qualidade, com o polo principal no IUM (em Pedrouços) e delegações nas UO autónomas, à imagem da estrutura da NDUC (K. Tokstad, *op. cit.*).
- Integração de todas as áreas de intervenção do IUM no SIGQ (UO e serviços de apoio) e respetivos atores, conforme estipulado pela A3ES (2020a, p. 20).
- Criação de outras estruturas transversais às UO, sempre que se justificar (e.g.: internacionalização; comunicação, informação e imagem), à imagem das estruturas existentes na UAlg (2020).
- Criação de um plano estratégico para o IUM, incluindo as UO.
- Definição de uma política da qualidade, alinhada com o plano estratégico do IUM, ampla o suficiente para acomodar os interesses do EMGFA, dos Ramos e da GNR, dentro do exequível.
- Criação de um Manual da Qualidade único para o SIGQIUM, que inclui as linhas orientadoras para a criação dos mecanismos e os instrumentos transversais a todas as UO do IUM.
- Criação de planos de atividades de todas as UO e serviços de apoio do IUM, alinhados com o plano estratégico do IUM e acomodando os interesses do EMGFA/Ramos/GNR, dentro do exequível.
- Efetivação de uma meta-avaliação do SIGQIUM.
- Criação de mecanismos de monitorização, avaliação e melhoria contínua transversais ao IUM, para todas as áreas de intervenção, suportados por procedimentos e sinalizações (e.g. procedimentos para sinalização de instâncias de qualidade deficiente e respetivos planos de melhoria e *dashboard* de monitorização do SIGQIUM). Um modelo a analisar é o da UEv, em que os mecanismos do ensino estão assentes num único regulamento, que integra quase todos os procedimentos da área (C. Pires, *op. cit.*).
- Implementação de um sistema de informação que integre toda a informação do SIGQIUM.
- Implementação dos instrumentos, que são utilizados transversalmente pelas IES nacionais, ao IUM e suas UO (e.g. inquéritos aos alunos, docentes, investigadores e pessoal das restantes funções; relatórios da qualidade de todas as áreas de intervenção), que sejam sistematizados e automatizados, no âmbito do sistema de informação do SIGQIUM.
- No decurso da implementação do SIGQIUM deverão ser mitigados, em particular, os seguintes constrangimentos:
  - A elevada rotação dos recursos humanos devido à especificidade do ESM.
  - A existência de sistema de informação que não funcione de acordo com as necessidades do SIGQ.

- A falta de formação inicial dos recursos humanos em relação ao SIGQ, em particular no sistema de informação.
- A organização discrepante nas UO do IUM no que respeita ao enquadramento da acreditação dos ciclos de estudos.

## 6. Conclusões

O IUM e as suas UO têm demonstrado, junto da A3ES, que têm mecanismos de garantia da qualidade, no âmbito da acreditação dos seus ciclos de estudos. Porém, apenas o IESM, antecessor do IUM, obteve certificação do seu SIGQ, em 2015. No presente, o IUM (de forma isolada), a EN, a AM e a AFA têm o seu próprio SIGQ, que é independente dos restantes. Por este facto, no âmbito da acreditação institucional do IUM pela A3ES, ocorrida em 2019, a CAE recomendou a criação de um SIGQ que integrasse todas as UO.

A A3ES menciona, no seu plano estratégico para 2021-2024, que a certificação dos SIGQ das IES deve ser integrada na avaliação institucional. No caso do IUM, a renovação da acreditação institucional deverá ocorrer em 2024. Desta forma, o IUM e as suas UO poderão ter de consolidar o seu SIGQ a breve trecho.

Tendo em consideração a necessidade da criação do SIGQ do IUM, integrando as UO, este estudo teve como objetivo: propor contributos para a edificação do SIGQ do IUM, incluindo UO, de forma a cumprir com as normas definidas para a qualidade no ensino superior. Desta forma, o objeto de estudo foi o SIGQ, delimitando-se o estudo: ao período em que ocorreram certificações de SIGQ pela A3ES (desde 2013); ao IUM e suas UO, suas congéneres europeias e IES nacionais, com SIGQ certificado e uma estrutura semelhante à do IUM (com UO autónomas de ensino binário); à utilização de normativos nacionais e europeus de certificação de SIGQ de IES.

No que concerne ao procedimento metodológico, a investigação seguiu um raciocínio indutivo, baseado numa estratégia de investigação qualitativa, assente num estudo de caso como desenho de pesquisa. Foram utilizados os instrumentos de pesquisa documental (a documentação sobre a certificação de SIGQ de IES) e entrevistas semiestruturadas (a responsáveis da qualidade de IES que se enquadravam no âmbito do estudo).

A fim de verificar o conhecimento existente referente ao objeto de estudo, foi efetuada uma revisão bibliográfica, onde se verificou que as normas existentes em Portugal para a certificação dos SIGQ são mais abrangentes que as normas europeias. Dessa forma, os elementos essenciais do estudo foram obtidos em documentos referentes a SIGQ nacionais. Não obstante o estudo se foque nos requisitos da A3ES para a certificação dos SIGQ, os princípios da qualidade da ISO foram tidos em conta na análise efetuada.

Na primeira parte do estudo foi realizada a análise, num novo prisma, da documentação existente referente à certificação de SIGQ. Assim, definiram-se as dimensões do estudo, associadas às áreas específicas de análise do processo de auditoria da A3ES e identificaram-se elementos caracterizadores destas dimensões. Adicionalmente, identificaram-se constrangimentos à implementação dos SIGQ, associados às dimensões da análise. Tendo em

consideração a discrepância entre os normativos europeus (ESG) e nacionais (A3ES), centrou-se a análise essencialmente em documentação relacionada com SIGQ de IES nacionais.

Na segunda parte do estudo foram analisados os SIGQ do IUM e suas UO, bem como de instituições europeias congéneres do IUM. Neste último caso, compilou-se a informação referente às instituições europeias de ESM e deduziu-se que apenas as congéneres da Finlândia e da Noruega se enquadravam no estudo, embora a NDUC ainda estivesse no processo de certificação. A NDCU tem uma estrutura de SIGQ descentralizada nas UO. A FINDU e a NDCU têm um sistema de garantia da qualidade único, um Vice-Reitor para a qualidade e comissões que integram a Defesa e os Ramos das Forças Armadas. No que respeita ao IUM e às suas UO, verificou-se uma total independência dos atuais SIGQ e que os mesmos não se encontram certificados pela A3ES. Adicionalmente, constatou-se a existência de elementos caracterizadores específicos das Forças Armadas, e. g. os Ramos são os clientes principais das instituições de ensino superior militar. A análise dos manuais da qualidade, complementada com a análise da informação obtida nas entrevistas, permitiu identificar similitudes nos SIGQ destas instituições, refletidas nos EC e nos constrangimentos à sua implementação.

A terceira fase do estudo incluiu a análise do SIGQ da UAlg, da UEv, da UM e da UTAD, que têm UO autónomas e ensino universitário e politécnico. Verificou-se, de forma genérica, que a existência de ensino politécnico, nas universidades, não afeta os modelos de SIGQ destas IES. Adicionalmente, a análise efetuada aos manuais da qualidade destas instituições, consolidada com as entrevistas aos respetivos responsáveis pela qualidade, permitiu estruturar EC, entre os quais se evidenciam: os modelos de SIGQ analisados estão alinhados com as áreas específicas de análise do processo de auditoria da A3ES, facilitando o processo de certificação; o Reitor, um dos Vice-Reitores ou Pró-Reitores da instituição é responsável pela coordenação do SIGQ; o SIGQ está sustentado num sistema de informação que é um elemento integrador do SIGQ; existe uma estrutura única da publicação da informação; e, é efetuada uma meta-avaliação ao SIGQ.

A congregação da informação obtida nas análises efetuadas aos SIGQ de IES, acima descritas, permitiu verificar que existem EC identificados nos SIGQ do IUM e suas UO com especificidades atuais do ESM, onde se incluem: a incompleta estrutura legislativa existente, a autonomia definida no Decreto-Lei n.º 249/2015, a condição militar das instituições, a sua ligação hierárquica e o seu cliente final. O OG do estudo foi atingido com os contributos propostos para a edificação do SIGQIUM (que integra todas as UO do IUM), cumprindo com as normas definidas para a qualidade no ensino superior nacional, em particular: indigitação do Comandante do IUM como responsável pela implementação e gestão do SIGQIUM; criação de uma Comissão de Acompanhamento do SIGQIUM, presidida pelo Comandante do IUM; criação de subcomissões para a qualidade em cada UO e por área de intervenção (e.g. ensino, investigação, Comissões Científicas, Comissões Pedagógicas); integração das partes interessadas do IUM, internas (e.g. Comandantes/Chefes do IUM e suas UO, alunos) e externas (e.g. EMGFA, Ramos e GNR), na Comissão de Acompanhamento ou suas subcomissões; criação de uma estrutura descentralizada do Gabinete de Avaliação e Qualidade, com o polo principal no IUM (em Pedrouços) e delegações nas UO autónomas;

criação de um plano estratégico para o IUM, incluindo as UO, e de uma política da qualidade, amplos o suficiente para acomodar os interesses do EMGFA, dos Ramos e da GNR; efetivação de uma meta-avaliação do SIGQIUM; criação de mecanismos de monitorização, avaliação e melhoria contínua transversais ao IUM, para todas as áreas de intervenção, suportados por procedimentos e sinalizações (e.g. procedimentos para sinalização de instâncias de qualidade deficiente e respetivos planos de melhoria e *dashboard* de monitorização do SIGQIUM); implementação de um sistema de informação que integre toda a informação do SIGQIUM; e, implementação dos instrumentos do SIGQIUM (e.g. inquéritos aos alunos, docentes, investigadores e pessoal das restantes funções; relatórios da qualidade de todas as áreas de intervenção), que sejam sistematizados e automatizados através do sistema de informação do SIGQIUM.

Adicionalmente, identificaram-se constrangimentos para a implementação de SIGQ, que deverão levar à tomada de medidas conducentes à sua mitigação (e.g. criação de mecanismos para minimizar os efeitos da elevada rotação dos recursos humanos do IUM e adaptação dos atores ao sistema de informação do SIGQ, incluindo formação, para uma boa receptividade e efetividade do sistema).

O estudo contribuiu, também, para o alargamento do conhecimento nesta área de estudo, identificando EC de SIGQ de IES, a ter em consideração na criação e operação de SIGQ de IES, associados às áreas específicas de análise do processo de auditoria da A3ES, bem como constrangimentos para a sua implementação.

### Referências bibliográficas

- Academia da Força Aérea. (2015). *Manual da Qualidade*. Sintra: Autor.
- Academia Militar. (2022). *Manual da Qualidade - Versão 02.2*. Lisboa: Autor.
- Accreditation, Certification and Quality Assurance Institute. (2022, 02 de abril). ACQUIN Accreditation Agency [Página *online*]. Retirado de <https://www.acquin.org/>
- Accreditation Organisation of the Netherlands and Flanders. (2022a, 02 de abril). Royal Military School [Página *online*]. Retirado de <https://www.nvao.net/nl/besluiten/koninklijke-militaire-school>
- Accreditation Organisation of the Netherlands and Flanders. (2022b, 08 de abril). Decisions and reports [Página *online*]. Retirado de <https://www.nvao.net/en/decisions/educations?institutions=faculteit-militaire-wetenschappen-van-de-nederlandse-defensie-academie&p=1>
- Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior. (2013a). *Auditoria dos Sistemas Internos de Garantia da Qualidade nas Instituições de Ensino Superior - Manual para o processo de auditoria*. Lisboa: Autor.
- Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior. (2013b). *Manual de Avaliação (Sistemas da Qualidade das IES)*. Lisboa: Autor.
- Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior. (2015a). ASIGQ/14/00026 — *Relatório preliminar da CAE ao SIGQ da Universidade De Coimbra*. Retirado de <https://www.a3es.pt/pt/resultados-acreditacao-2>

- Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior. (2015b). *ASIGQ/14/00031 — Relatório preliminar da CAE ao SIGQ do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa*. Retirado de <https://www.a3es.pt/pt/resultados-acreditacao-1>
- Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior. (2016a). *Referenciais para os Sistemas Internos de Garantia da Qualidade nas Instituições de Ensino Superior (Adaptado aos ESG 2015)*. Lisboa: Autor. Retirado de <https://www.a3es.pt/pt/acreditacao-e-auditoria/guioes-e-procedimentos/auditoria-de-sistemas-internos-de-garantia-da-qualidade>
- Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior. (2016b). *ASIGQ/15/00036 — Intenção de decisão do CA referente ao SIGQ do Instituto de Estudos Superiores Militares*. Retirado de <https://www.a3es.pt/pt/resultados-acreditacao>
- Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior. (2017a). *ASIGQ/17/00009 — Relatório final da CAE ao SIGQ da Universidade De Aveiro*. Retirado de <https://www.a3es.pt/pt/resultados-acreditacao-7>
- Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior. (2017b). *ASIGQ/17/00010 — Relatório final da CAE ao SIGQ da Universidade do Porto*. Retirado de <https://www.a3es.pt/pt/resultados-acreditacao-5>
- Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior. (2018a). *AINST/16/00034 - Avaliação Institucional do IUM - Relatório final da CAE*. Retirado de <https://www.a3es.pt/pt/resultados-acreditacao-94>
- Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior. (2018b). *Guião para a autoavaliação - Ciclo de estudos em funcionamento - Guião ACEF 2018-2023 PT e PERA 2018-2023 PT*. Lisboa: Autor. Retirado de <https://www.a3es.pt/pt/acreditacao-e-auditoria/guioes-e-procedimentos/avaliacao/acreditacao-de-ciclos-de-estudos-em-funcionamento>
- Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior. (2018c). *ASIGQ/17/00011 — Relatório final da CAE ao SIGQ da Universidade do Algarve*. Retirado de <https://www.a3es.pt/pt/resultados-acreditacao-9>
- Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior. (2020a). *Auditoria dos Sistemas Internos de Garantia da Qualidade nas Instituições de Ensino Superior - Manual para o processo de auditoria*. Lisboa: Autor. Retirado de <https://www.a3es.pt/pt/acreditacao-e-auditoria/guioes-e-procedimentos/auditoria-de-sistemas-internos-de-garantia-da-qualidade>
- Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior. (2020b). *ASIGQ/19/0000003 — Relatório final da CAE ao SIGQ da Universidade do Minho*. Retirado de <https://www.a3es.pt/pt/resultados-acreditacao-112>
- Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior. (2020c). *ASIGQ/19/0000002 — Relatório final da CAE ao SIGQ da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro*. Retirado de <https://www.a3es.pt/pt/resultados-acreditacao-102>
- Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior. (2020d). *ASIGQ/19/0000005 — Relatório preliminar da CAE ao SIGQ da Universidade Aberta*. Retirado de <https://www.a3es.pt/pt/resultados-acreditacao-103>



- Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior. (2020e). *ASIGQ/19/0000013 — Relatório final da CAE ao SIGQ da Universidade de Évora*. Retirado de <https://www.a3es.pt/pt/resultados-acreditacao-118>
- Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior. (2021a, 18 de novembro). Resultados dos processos de acreditação - Acreditação de ciclos de estudos [Página online]. Retirado de <https://www.a3es.pt/pt/acreditacao-e-auditoria/resultados-dos-processos-de-acreditacao/acreditacao-de-ciclos-de-estudos>
- Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior. (2021b, 07 de dezembro). Resultados dos processos de acreditação/certificação dos sistemas internos de garantia da qualidade [Página online]. Retirado de <https://www.a3es.pt/pt/acreditacao-e-auditoria/resultados-dos-processos-de-acreditacao/certificacao-dos-sistemas-internos-de-garantia-da-qualidade>
- Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior. (2021c). *Plano estratégico da A3ES 2021-2024*. Lisboa: Autor. Retirado de <https://www.a3es.pt/pt/o-que-e-a3es/plano-estrategico/plano-estrategico-2021-2024#sistemas-internos-de-garantia-de-qualidade>
- Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior. (s.d.). *Glossário da A3ES*. Lisboa: Autor. Retirado de <https://www.a3es.pt/pt/documentos/documentos/glossario>
- Agency for Quality Assurance and Accreditation Austria. (2022, 02 de abril). Decisions of universities of applied sciences [Página online]. Retirado de [https://www.aq.ac.at/de/akkreditierte-hochschulen-studien/entscheidungen\\_fh.php](https://www.aq.ac.at/de/akkreditierte-hochschulen-studien/entscheidungen_fh.php)
- Belgian Royal Military Academy. (2022, 02 de abril). Wellcome [Página online]. Retirado de <https://www.rma.ac.be/fr/a-propos-de-lerm/bienvenue>
- Bologna Process Ministerial Conference (2003, setembro). *Realising the European Higher Education Area. Communiqué of the Conference of Ministers responsible for Higher Education*, Berlim. Retirado de <http://www.ehea.info/page-ministerial-conference-berlin-2003>
- Bologna Process Ministerial Conference (2005, maio). *The European Higher Education Area - Achieving the Goals. Communiqué of the Conference of European Ministers Responsible for Higher Education*, Bergen. Retirado de <http://www.ehea.info/page-ministerial-conference-bergen-2005>
- Bologna Process Ministerial Conference (2015, maio). *Communiqué of the Conference of Ministers responsible for Higher Education*, Yerevan. Retirado de <http://www.ehea.info/page-ministerial-conference-yerevan-2015>
- Borges, J. (2005). Uma Cronologia da História do Ensino Superior Militar em Portugal. *Revista Militar*, (2440), pp. 445-451. Retirado de <https://www.revistamilitar.pt/artigo/128>
- Bulgarian National Evaluation and Accreditation Agency. (2022, 02 de abril). Accredited Institutions - higher Education Institutions [Página online]. Retirado de <https://www.neaa.government.bg/akreditirani-institucii/visshi-uchilischa>
- Bundeswehr University Hamburg - Helmut Schmidt University. (2022, 02 de abril). Página principal [Página online]. Retirado de <https://www.hsu-hh.de/>



- Bundeswehr University Munich. (2022, 02 de abril). Página principal [Página *online*]. Retirado de <https://www.unibw.de/home-en>
- Callado-Muñoz, F., & Utrero-González, N. (2019). Integration in the European higher education area: the case of military education. *Defence Studies*, 19(4), pp. 373–391. doi:10.1080/14702436.2019.1681897
- Cardoso, S., Rosa, M. J., Videira, P., & Amaral, A. (2017). Internal quality assurance systems: “tailor made” or “one size fits all” implementation? *Quality Assurance in Education*, 25(3), pp. 329-342. doi:10.1108/QAE-03-2017-0007
- Cardoso, S., Rosa, M. J., Videira, P., & Amaral, A. (2019). Internal quality assurance: A new culture or added bureaucracy? *Assessment & Evaluation in Higher Education*, 44(2), pp. 249-262. doi:10.1080/02602938.2018.1494818
- Centre for Quality Assessment in Higher Education. (2022, 07 de abril). Evaluation results [Página *online*]. Retirado de <https://www.skvc.lt/default/lt/kokybe/universitetai-generolo-jono-zemaicio-lietuvos-karo-akademija>
- Centro Universitario de la Defensa en la Escuela Naval Militar de Marín. (2022, 03 de abril). Presentation [Página *online*]. Retirado de <https://cud.uvigo.es/en/presentation/>
- Centros Universitarios de la Defensa. (2022, 03 de abril). Centros Universitarios de la Defensa [Página *online*]. Retirado de <http://www.tecnologiaeinnovacion.defensa.gob.es/es-es/Presentacion/OrganizacionID/Paginas/CentrosUniversitarios.aspx>
- Comissão Europeia. (2021, 23 de novembro). Education and Training Area - ECTS and quality assurance [Página *online*]. Retirado de [https://ec.europa.eu/assets/eac/education/ects/users-guide/quality\\_assurance\\_en.htm](https://ec.europa.eu/assets/eac/education/ects/users-guide/quality_assurance_en.htm)
- Croatian Agency for Science and Higher Education. (2022, 02 de abril). Overview of external evaluations in higher education and science [Página *online*]. Retirado de <https://www.azvo.hr/ishodi-vrednovanja/>
- Croatian Military Academy Dr. Franjo Tuđman. (2022, 02 de abril). About the Croatian Military College [Página *online*]. Retirado de <https://www.morh.hr/o-nama-hvu/>
- Czech Republic University of Defence. (2022, 08 de abril). University scope [Página *online*]. Retirado de [https://www.unob.cz/en/university/Pages/university\\_scope.aspx](https://www.unob.cz/en/university/Pages/university_scope.aspx)
- Danish Accreditation Council of the Minister of Education. (2022, 02 de abril). Decisions [Página *online*]. Retirado de <https://akkrediteringsraadet.dk/database/?query=1&Institution%5B%5D=Forsvarsakademiet>
- Decreto-Lei n.º 17/2019, de 22 de janeiro (2019). *Regula a Unidade Politécnica Militar e consagra as especificidades da componente politécnica do ensino superior militar no contexto do ensino superior politécnico*. Diário da República, 1.ª Série, 15, 462-468. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.
- Decreto-Lei n.º 249/2015, de 28 de outubro (2015). *Aprova a orgânica do ensino superior militar, consagrando as suas especificidades no contexto do ensino superior, e aprova o Estatuto do Instituto Universitário Militar*. Diário da República, 1.ª Série, 211, 9298-9311. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.

- Decreto-Lei n.º 369/2007, de 05 de novembro (2007). *Institui a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior*. Diário da República, 1.ª Série, 211, 8032-8040. Lisboa: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.
- Decreto-Lei n.º 37/2008, de 05 de Março (2008). *Aplica ao ensino superior público militar o Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, que estabelece o regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior*. Diário da República, 1.ª Série, 46, 1382-1387. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março (2006). *Aprova o regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior (com todas as atualizações até ao Decreto-Lei n.º 27/2021, 16 de abril)*. Diário da República, 1.ª Série, 60, 2242-2257. Lisboa: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.
- Direção-Geral de Ensino Superior. (2021, 06 de dezembro). Cursos e Instituições [Página online]. Retirado de [https://www.dges.gov.pt/pt/pesquisa\\_cursos\\_instituicoes?plid=372](https://www.dges.gov.pt/pt/pesquisa_cursos_instituicoes?plid=372)
- Duarte, R., Duarte, J., Gonçalves, H., Nobre, Â. L., Ribeiro, J. S., & Pires, A. R. (2016, junho). *A gestão da qualidade como promotora da mudança em Instituições de Ensino Superior*. Paper apresentado nos VII Encontros Dos Investigadores da Qualidade da Associação Portuguesa para a Qualidade, Troia. Retirado de <https://publicacoes.riqual.org/troia-vii>
- Dutch Defence Academy. (2022, 08 de abril). Defence Academy [Página online]. Retirado de <https://www.defensie.nl/onderwerpen/defensieacademie>
- EQUIP. (2016). *Comparative Analysis of the ESG 2015 and ESG 2005*. Retirado de <https://www.enqa.eu/publications/comparative-analysis-of-the-esg-2015-and-esg-2005/>
- European Association for Quality Assurance in Higher Education. (2005). *Standards and Guidelines for Quality Assurance in the European Higher Education Area - ESG 2005*. Bergen: Autor. Retirado de <http://www.ehea.info/page-ministerial-conference-bergen-2005>
- European Association for Quality Assurance in Higher Education. (2011). *Mapping the Implementation and Application of the ESG (MAP-ESQ Project)*. Occasional Papers, 17. Bruxelas: Autor. Retirado de <https://www.enqa.eu/publications/>
- European Association for Quality Assurance in Higher Education, The European Students' Union, The European University Association, & European Association of Institutions in Higher Education. (2015). *Standards and Guidelines for Quality Assurance in the European Higher Education Area - ESG 2015*. Bruxelas: Autores. Retirado de <https://www.enqa.eu/esg-standards-and-guidelines-for-quality-assurance-in-the-european-higher-education-area/>
- European External Action Service, European Security and Defence College, & Paile-Calvo, S. (2016). *From European Mobility to Military Interoperability: Exchanging Young Officers, Knowledge and Know-How*. Luxemburgo: Autores. doi:10.2855/483120
- European Quality Assurance Register for Higher Education. (2022, 01 de abril). Database of External Quality Assurance Results [Página online]. Retirado de <https://www.eqar.eu/qa-results/search/by-institution/>
- Escola Naval. (2015). *Manual da Qualidade*. Alfeite: Autor.

Estonian Academy of the Defence Forces. (2022, 03 de abril). The Academy [Página *online*]. Retirado de <https://www.kvak.ee/akadeemiast/>

Estonian Quality Agency for Higher and Vocational Education. (2022, 04 de abril). Institutional accreditation decisions and reports [Página *online*]. Retirado de <https://ekka.edu.ee/en/universities/institutional-accreditation/assessment-decisions-reports/>

Ferdinand I Military Technical Academy. (2022, 08 de abril). Quality assurance [Página *online*]. Retirado de <https://mta.ro/asigurarea-calitatii>

Finnish Education Evaluation Centre. (2017). *Maanpuolustuskorkeakoulun Auditointi*. Helsinki: Autor. Retirado de: [https://karvi.fi/wp-content/uploads/2017/03/KARVI\\_0817.pdf](https://karvi.fi/wp-content/uploads/2017/03/KARVI_0817.pdf)

Finnish Education Evaluation Centre. (2022, 05 de abril). Audits of higher education institutions 2018–2024 [Página *online*]. Retirado de <https://karvi.fi/en/higher-education/audits-higher-education-institutions-2018-2024/>

Finnish National Defence University. (2022, 05 de abril). General information [Página *online*]. Retirado de <https://maanpuolustuskorkeakoulu.fi/en/general-information>

Freixo, M. J. (2012). *Metodologia Científica - Fundamentos Métodos e Técnicas* (4.ª Ed.). Lisboa: Instituto Piaget.

French Air and Space School. (2022, 04 de abril). Página principal [Página *online*]. Retirado de <https://www.ecole-air-espace.fr/>

French Naval Academy. (2022, 04 de abril). Página principal [Página *online*]. Retirado de <https://www.ecole-navale.fr/en>

French War School. (2022, 04 de abril). Página principal [Página *online*]. Retirado de <https://ecoledeguerre.paris/>

General Jonas Žemaitis Military Academy of Lithuania. (2022, 07 de abril). Strategy of the Academy [Página *online*]. Retirado de <https://www.lka.lt/strategy-of-the-academy/>

Georgi Benkovski Bulgarian Air Force Academy. (02 de abril de 2022). Accreditation [Página *online*]. Retirado de <https://www.af-acad.bg/about/accreditation>

Hellenic Air Force Academy. (2022, 06 de abril). Certificate [Página *online*]. Retirado de [https://hafa.haf.gr/wp-content/uploads/2021/12/certificate\\_en.pdf](https://hafa.haf.gr/wp-content/uploads/2021/12/certificate_en.pdf)

Hellenic Army Academy. (2022, 06 de abril). Certificate [Página *online*]. Retirado de [https://sse.army.gr/sites/sse.army.gr/files/attachments/apofasi\\_pistopoiisis\\_toy\\_esoterikoy\\_systimatos\\_diasfalisis\\_poiotitas\\_tis\\_stratiotikis\\_sholis\\_eyelpidon\\_0.pdf](https://sse.army.gr/sites/sse.army.gr/files/attachments/apofasi_pistopoiisis_toy_esoterikoy_systimatos_diasfalisis_poiotitas_tis_stratiotikis_sholis_eyelpidon_0.pdf)

Hellenic Authority for Higher Education. (2022, 06 de abril). External Evaluation Reports of Academic Units [Página *online*]. Retirado de <https://www.ethaae.gr/en/quality-assurance/external-evaluation-reports>

Hellenic Naval Academy. (2022, 06 de abril). Certificate [Página *online*]. Retirado de [https://www.hna.gr/snd/Docs/modip/esdp\\_certification\\_en.pdf](https://www.hna.gr/snd/Docs/modip/esdp_certification_en.pdf)

Henri Coanda Air Force Academy HCAFA. (2022, 08 de abril). Página principal [Página *online*]. Retirado de <https://www.afahc.ro/>

High Council for Evaluation of Research and Higher Education. (2022, 04 de abril). Institutions/Organizations Assessed [Página *online*]. Retirado de [https://www.hceres.fr/en/rechercher-une-publication/evaluer?key=&date\\_from=&date\\_to=](https://www.hceres.fr/en/rechercher-une-publication/evaluer?key=&date_from=&date_to=)

- Higher Naval School N. J. Vaptsarov. (2022, 02 de abril). Accreditation [Página *online*]. Retirado de <http://www.naval-acad.bg/about-us-bg/accreditation>
- Instituto Universitário Militar. (2017). *Manual da Qualidade - Edição 3.0*. Pedrouços: Autor.
- Irish Military College. (2022, 06 de abril). The Military College [Página *online*]. Retirado de <https://www.military.ie/en/who-we-are/army/defence-forces-training-centre/the-military-college/>
- Italian Air Force Academy. (2022, 07 de abril). University [Página *online*]. Retirado de <https://www.accademiaaeronautica.it/universita/>
- Kohoutek, J. (2016). Deconstructing Institutionalisation of the European Standards for Quality Assurance: From Instrument Mixes to Quality Cultures and Implications for International Research. *Higher Education Quarterly*, 70(3), pp. 301–326. doi:10.1111/hequ.12093
- Latvian Quality Agency for Higher Education. (2022, 07 de abril). National Defence Academy of Latvia [Página *online*]. Retirado de <https://eplatforma.aika.lv/index.php?r=site%2Fhei%2Fprograms&id=43>
- Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de Agosto (2005). *Procede à sétima revisão constitucional da Constituição da República Portuguesa, aprovada pelo Decreto de aprovação da Constituição de 10 de abril de 1976*. Diário da República, 1.ª Série, 155, 4642-4686. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei n.º 38/2007, de 16 de agosto (2007). *Aprova o regime jurídico da avaliação do ensino superior (com as alterações introduzidas pela Lei n.º 94/2019, de 04 de setembro)*. Diário da República, 1.ª Série, 157, 5310-5313. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei n.º 62/2007, 10 de Setembro (2007). *Regime jurídico das instituições de ensino superior*. Diário da República, 1.ª Série, 174, 6358-6389. Lisboa: Assembleia da República.
- Magalhães, L. J. (2020). *O enquadramento do IUM no contexto do modelo de governança pública* (Trabalho de investigação Individual efetuado no âmbito do Curso de Estado Maior Conjunto). Instituto Universitário Militar. Retirado de <http://hdl.handle.net/10400.26/33117>
- Manatos, M. J., Sarrico, C. S., & Rosa, M. J. (2015). The integration of quality management in higher education institutions: a systematic literature review. *Total Quality Management & Business Excellence*, 28(1-2), pp. 159-175. doi:10.1080/14783363.2015.1050180
- Military Academy of Saint-Cyr Coëtquidan. (2022, 04 de abril). The Academy [Página *online*]. Retirado de <https://www.st-cyr.terre.defense.gouv.fr/index.php/L-Academie/L-Ecole-Speciale-Militaire-de-Saint-Cyr>
- Military School Directory. (2022, 26 de março). Alpha Listing of International Military Schools [Página *online*]. Retirado de <https://militaryschooldirectory.com/>
- Military University of Land Forces. (2022, 08 de abril). University [Página *online*]. Retirado de <https://www.wojsko-polskie.pl/awl/en/awl-university/>
- Military University of Technology of Poland. (2022, 08 de abril). About Military University of Technology [Página *online*]. Retirado de <https://www.wojsko-polskie.pl/wat/en/about-military-university-technology/>

- Mircea cel Batran Naval Academy. (2022, 08 de abril). Página principal [Página *online*]. Retirado de <https://www.anmb.ro/#gsc.tab=0>
- National Accreditation Bureau for Higher Education. (2022, 08 de abril). Reports on external evaluation of higher education institutions [Página *online*]. Retirado de <https://www.nauvs.cz/index.php/cs/kontrolni-cinnost/158-vnejsi-hodnoceni-2020>
- National Defence Academy of Latvia. (2022, 07 de abril). About us [Página *online*]. Retirado de <https://www.naa.mil.lv/index.php/en/about-us>
- National Defense University Carol I. (2022, 08 de abril). Quality assurance [Página *online*]. Retirado de <https://www.unap.ro/index.php/ro/prezentare/asigurarea-calitatii>
- National Military University Vasil Levski. (2022, 02 de abril). Institutional Accreditation [Página *online*]. Retirado de <https://www.nvu.bg/en/node/3>
- Nicolae Balcescu Land Forces Academy. (2022, 08 de abril). High degree of confidence [Página *online*]. Retirado de [https://www.armyacademy.ro/grad\\_ridicat.php](https://www.armyacademy.ro/grad_ridicat.php)
- Nicolau, R. (2016). *Contributos para o Sistema Interno de Garantia da Qualidade da FCT NOVA* (Tese de Dissertação de Mestrado em Engenharia e Gestão Industrial). Universidade Nova de Lisboa. Retirado de <https://run.unl.pt/handle/10362/21787>
- Norwegian Agency for Quality Assurance in Education. (2021). *Systematic quality work in higher education*. Lysaker: Autor. Retirado de [https://www.nokut.no/siteassets/tilsyn-og-kvalitetsarbeid/veiledning-til-systematisk-kvalitetsarbeid-hoyere-utdanning\\_01092021.pdf](https://www.nokut.no/siteassets/tilsyn-og-kvalitetsarbeid/veiledning-til-systematisk-kvalitetsarbeid-hoyere-utdanning_01092021.pdf)
- Norwegian Agency for Quality Assurance in Education. (2022a, 08 de abril). Overview of all audits [Página *online*]. Retirado de <https://www.nokut.no/utdanningskvalitet/tilsyn-med-det-systematiske-kvalitetsarbeidet/oversikt-over-alle-tilsyn/>
- Norwegian Agency for Quality Assurance in Education. (2022b, 08 de abril). Evaluation of system for quality assurance of education 2011–2014 [Página *online*]. Retirado de <https://www.nokut.no/publikasjoner-og-kunnskap/evaluering-av-system-for-kvalitetsikring/>
- Norwegian Defence University College. (2022, 08 de abril). The Norwegian Defence University College [Página *online*]. Retirado de <https://www.forsvaret.no/en/organisation/nduc>
- Organização Internacional de Normalização. (2015). *Quality management principles*. Geneva: Autor. Retirado de <https://www.iso.org/publication/PUB100080.html>
- Pires, A. R., Gonçalves, H., & Duarte, J. (2015, novembro). *Sistemas de Gestão da Qualidade em IES: Experiências, Resultados e Perspetivas*. Paper apresentado na 5.ª Conferência Forges: Autonomia e os Modelos de Governo e Gestão das Instituições de Ensino Superior, Coimbra. Retirado de [http://www.aforges.org/wp-content/uploads/2016/11/4-Antonio-Ramos-Pires-et-al\\_Sistemas-da-gestao-da-qualidade.pdf](http://www.aforges.org/wp-content/uploads/2016/11/4-Antonio-Ramos-Pires-et-al_Sistemas-da-gestao-da-qualidade.pdf)
- Polish Accreditation Committee. (2022, 08 de abril). Database of the evaluated higher education institutions, units and programmes [Página *online*]. Retirado de <https://www.pka.edu.pl/en/database-of-the-assessed-higher-education-institutions-units-and-programmes/>

- Polish Air Force University. (2022, 08 de abril). Página principal [Página *online*]. Retirado de <https://mua.law.mil.pl/index.php/en/>
- Polish Naval Academy. (2022, 08 de abril). Página principal [Página *online*]. Retirado de <https://www.amw.gdynia.pl/index.php/en/>
- Polish War Studies University. (2022, 08 de abril). Página principal [Página *online*]. Retirado de <https://www.wojsko-polskie.pl/aszwoj/en/>
- Quality and Qualifications Ireland. (06 de abril de 2022). Página principal [Página *online*]. Retirado de <https://www.qqi.ie/>
- Rakovski National Defence College. (2022, 02 de abril). About us [Página *online*]. Retirado de <https://rncd.bg/en/about/>
- Regulamento n.º 392/2013, de 01 de outubro. (2013). *Aprova o regime dos procedimentos de avaliação e de acreditação das instituições de ensino superior e dos seus ciclos de estudos*. Diário da República, 2.ª Série, 200, 31108-31113. Lisboa: A3ES.
- Regulamento n.º 959/2021, de 08 de novembro. (2021). *Regulamento do Sistema Integrado de Gestão da Qualidade da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro*. Diário da República, 2.ª Série, 216, 179-181. Lisboa: UTAD.
- Romanian Agency for Quality Assurance in Higher Education. (2022, 08 de abril). Institutional Evaluations [Página *online*]. Retirado de <http://arhiva.aracis.ro/104/?L=2>
- Rosa, M. J., Sarrico, C. S., & Amaral, A. (2012). Implementing Quality Management Systems in Higher Education Institutions. Em: IntechOpen (Ed.), *Quality Assurance and Management* (pp. 129-146). doi: 10.5772/33922
- Rosa, M. J., Sarrico, C. S., Machado, I., & Costa, C. (2015). *Importância e Grau de Implementação dos Referenciais da A3ES nas Instituições de Ensino Superior Portuguesas*. A3ES Readings, 13. Lisboa: Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior. Retirado de <https://www.a3es.pt/pt/documentos/publicacoes/serie-a3es-readings>
- Royal Danish Defence College. (2022, 02 de abril). Organization and strategy [Página *online*]. Retirado de <https://www.fak.dk/da/om-os/organisation/>
- Ruivo, I., Rato, L., Quaresma, P., Carvalho, A., Miguéns, C., Cristóvão, D., ... Marrafa, G. (2014, novembro). *O sistema interno de promoção e garantia da qualidade e o sistema de informação integrado da Universidade de Évora*. Paper apresentado na 4.ª Conferência do FORGES - A expansão do ensino superior nos países de língua portuguesa: desafios, estratégias, qualidade e avaliação, Luanda e Lubango. Retirado de [http://www.aforges.org/wp-content/uploads/2017/03/18-Iruivo\\_et\\_al\\_O-sistema-interno-de-promoc\\_a\\_o.pdf](http://www.aforges.org/wp-content/uploads/2017/03/18-Iruivo_et_al_O-sistema-interno-de-promoc_a_o.pdf)
- Santos, I., & Dias, G. (2017). A comprehensive internal quality assurance system at University of Minho. *International Journal of Quality & Reliability Management*, 34(2), pp. 278-294. doi:10.1108/IJQRM-04-2015-0063
- Santos, L. A. B., & Lima, J. M. M. (Coord.) (2019). *Orientações metodológicas para a elaboração de trabalhos de investigação*. (2.ª ed., revista e atualizada). Cadernos do IUM, 8. Lisboa: Instituto Universitário Militar.

- Santos, S. M. (2011). *Análise comparativa dos processos europeus para a avaliação e certificação de sistemas internos de garantia da qualidade*. A3ES Readings, 1. Retirado de <https://www.a3es.pt/pt/documentos/publicacoes/serie-a3es-readings>
- Sarmento, M. (2013). *Metodologia científica para a elaboração, escrita e apresentação de teses*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Schmidt, E. K. (2017). Quality assurance policies and practices in Scandinavian higher education systems: convergence or different paths? *Journal of Higher Education Policy and Management*, 39(3), pp. 247–265. doi:10.1080/1360080X.2017.1298194
- Serralheiro, A. V., & Morais, G. (2019). *The Quality Systems' Certification in the Framework of ISO and A3ES and the Importance of the Involvement of Audit*. Paper apresentado na 2019 14th Iberian Conference on Information Systems and Technologies (CISTI) da IEEE, Coimbra. doi:10.23919/CISTI.2019.8760951
- Smart-Qual. (2021). *IO1.A1 - State of the Art of the Quality Management System of HEIs - Clustering Document*. Retirado de <https://smartqual.eu/#use-our-results>
- Swedish Defence University. (2022, 08 de abril). A unique academic environment [Página online]. Retirado de <https://www.fhs.se/en/swedish-defence-university/about-sedu/a-unique-academic-environment.html>
- Swedish Higher Education Authority. (08 de abril de 2022). What we do [Página online]. Retirado de <https://english.uka.se/>
- Theresan Military Academy. (2022, 02 de abril). Organisation [Página online]. Retirado de <https://www.milak.at/en/about-us/organisation>
- Universidade de Évora. (2015). *Manual da Qualidade - Sistema Interno de Garantia da Qualidade - MQ-01/V01*. Retirado de <https://www.uevora.pt/universidade/qualidade/SIGQ-UE>
- Universidade de Trás-os-Montes. (2022). *Manual do Sistema Integrado de Gestão da Qualidade - Revisão 03*. Retirado de <https://www.utad.pt/gesqua/>
- Universidade do Algarve . (2020). *Manual da Qualidade - Versão 2.1*. Retirado de <https://www.ualg.pt/qualidade>
- Universidade do Minho. (2019). *Manual da Qualidade - Sinopse do Sistema Interno de Garantia da Qualidade do UMinho - MQ-2.0*. Retirado de <https://www.uminho.pt/PT/uminho/Qualidade/SIGAQ-UM/Paginas/default.aspx>



# DESIGNING AN ASSESSMENT AND QUALITY ASSURANCE INTEGRATED SYSTEM FOR THE MILITARY UNIVERSITY INSTITUTE<sup>1</sup>

## *EDIFICAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE AVALIAÇÃO E QUALIDADE DO INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR*

**Delfim Zambujo das Dores**

Colonel in the Portuguese Air Force, Electrical Engineering specialty  
PhD in Mechanical Engineering from Florida State University, USA  
Head of the IUM Research and Development Centre  
Professor at the Military University Institute (IUM)  
Rua de Pedrouços, 1449-027, Lisbon, Portugal  
dores.dz@ium.pt

### **Abstract**

Internal quality assurance plays a structuring and integrating role in national higher education institutions. Portuguese military higher education institutions have shown that they have the quality assurance mechanisms required to accredit their study programmes. However, these mechanisms have not yet been integrated into a common internal quality assurance system that includes both the Military University Institute and its schools.

This study proposes guidelines to design an internal quality assurance system that includes the Military University Institute's schools and complies with the requirements of the Portuguese Agency for Assessment and Accreditation of Higher Education.

The methodology used for this study included a qualitative strategy, semi-structured interviews with quality managers from Portuguese military and civilian education institutions, as well as from European institutions similar to the IUM, and a case study research design.

The study findings consist of a set of guidelines, which correspond to distinctive features of the internal quality assurance system and the challenges that must be addressed during its implementation. These guidelines are based on the systems used by the analysed institutions, adapted to the specificities of military higher education.

**How to cite this article:** Dores, Z. M. (2023). Designing an Assessment and Quality Assurance Integrated System for the Military University Institute. *Revista de Ciências Militares*, November, XI(2), 49-83. Retrieved from <https://www.ium.pt/publist/1>

---

<sup>1</sup> Article adapted from the individual research work carried out in the 2021 / 2022 Flag Officers Course. The defence took place on 6 June 2022 at the Military University Institute.



**Keywords:** Military Higher Education; Quality Assurance in Higher Education; Military University Institute; Internal Quality Assurance System..

## **Resumo**

*A garantia interna da qualidade é, atualmente, um elemento estruturante e integrador das instituições de ensino superior nacionais. As instituições nacionais de ensino superior militar têm demonstrado possuir mecanismos de garantia da qualidade, no âmbito da acreditação dos seus ciclos de estudos. Porém, estes mecanismos não estão ainda integrados num sistema interno de garantia da qualidade, agregador do Instituto Universitário Militar e das suas unidades orgânicas.*

*O estudo tem por objetivo propor contributos para a edificação do sistema interno de garantia da qualidade do Instituto Universitário Militar, integrando as suas unidades orgânicas e cumprindo com os requisitos definidos pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior.*

*Em termos metodológicos, optou-se por uma estratégia qualitativa, com recurso a entrevistas semiestruturadas a responsáveis da qualidade de instituições militares e civis nacionais, e de congêneres militares europeias e um desenho de pesquisa do tipo estudo de caso.*

*Como resultado da investigação, apresenta-se um conjunto de contributos, consubstanciados em elementos caracterizadores do sistema interno de garantia da qualidade e constrangimentos a mitigar no decurso da sua implementação, baseados nos sistemas existentes nas instituições analisadas e adaptados à especificidade do ensino superior militar.*

**Palavras-chave:** *Ensino Superior Militar; Garantia da Qualidade no Ensino Superior; Instituto Universitário Militar; Sistema Interno de Garantia da Qualidade.*

## **1. Introduction**

Decree-Law No. 249/2015 of 28 October, which approves the organizational structure of military higher education (MHE) institutions and the status of the Military University Institute (IUM), reflects a concern with improving the quality of teaching and research. The decree states that this Higher Education Institution (HEI) is responsible for “[...] creating procedures and instruments that allow it to conduct internal assessments and improve its quality and accountability, in compliance with Portuguese and international standards”. It also states that the IUM’s Assessment and Quality Office is responsible for coordinating all quality control activities and processes, as well as for supervising the process through which the IUM and its teaching and research units are assessed and accredited by the Portuguese Agency for Assessment and Accreditation of Higher Education (A3ES).

Currently, the IUM schools have dedicated Internal Quality Assurance Systems (SIGQ), which are mostly autonomous, with some exceptions, such as the A3ES accreditation process and the registration of study programmes with the Directorate-General for Higher Education (DGES).

The IUM and its schools are part of the Portuguese higher education system and, as such, they must comply with the standards for quality assurance in higher education (Law No. 38/2007 of 16 August). The IUM and its schools have been assessed by A3ES during the accreditation of the institution and its study programmes, as set out in the law on higher education degrees and diplomas (Decree-Law No. 74/2006 of 24 March). The final report of the institutional assessment carried out by the A3ES External Assessment Team (EAT) in 2018 mentions the following points:

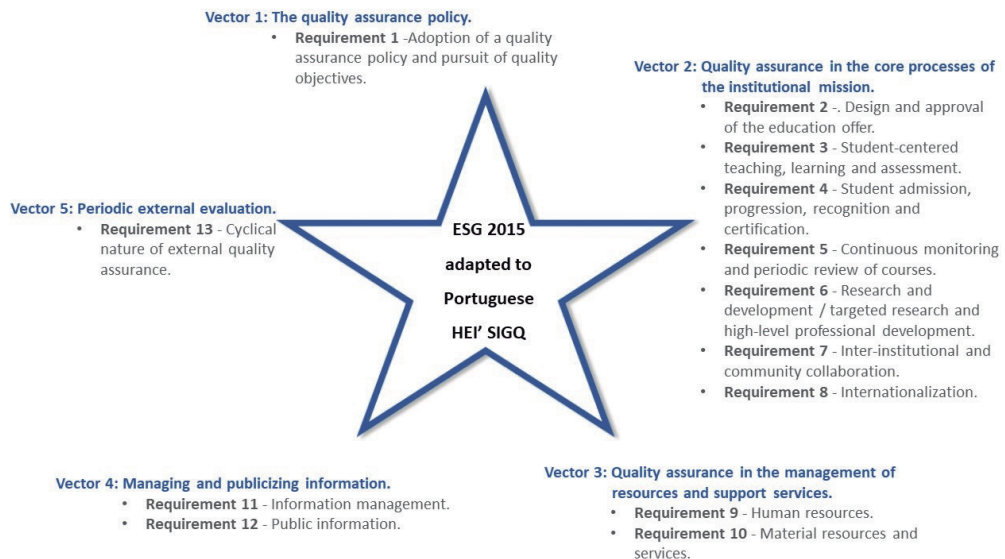
[...] Internal quality assurance system defined by the Institution, not yet certified by A3ES [...] as soon as possible, a single internal quality assurance system that covers the whole Institute should be defined [...]

Recommendations for improvement [taken from the global assessment of the institution]:

Designing an internal quality assurance system that includes the IUM schools and ensures that the Institute operates at a high level of quality; [...]

Improving the functional integration of the schools and harmonising the flow of information between them [...]. (A3ES, 2018a, pp. 3, 17, 21)

According to the A3ES strategic plan (2021c, p. 30), the process to certify the SIGQ (which is based on the A3ES benchmarks shown in Figure 1) should be integrated into the operation of HEI and included in the institutional assessment.



**Figure 1 – Vectors and requirements used to certify the SIGQ of Portuguese HEI (based on the European standards and guidelines for higher education institutions for 2015 [ESG])**

The topic of this study is especially relevant because the next institutional assessment of the IUM will take place in 2024 and the SIGQ may have to be certified by that time.

The general objective of the study is to propose guidelines to design a SIGQ for the IUM and its schools, in compliance with the quality standards for higher education establishments. The general objective was divided into specific objectives:

- i. To analyse the Distinctive Features (DF) of SIGQ and the challenges to their implementation which are highlighted in the literature;
- ii. To analyse the SIGQ used by the IUM and in similar European higher education institutions;
- iii. To analyse the certified SIGQ of Portuguese universities and university institutions.

The research question is how to design a SIGQ for the IUM that complies with the quality standards for higher education institutions and includes all its schools.

## **2. Theoretical and conceptual framework and methodology**

This chapter contains the literature review and the key concepts.

### **2.1. Literature review and key concepts**

The key concept of this study is a SIGQ that meets the requirements set by A3ES, which are based on the principles of quality (in higher education) (A3ES, n.d.). This chapter will begin by explaining the concept and elements of a SIGQ in the context of European higher education, and describe how it is applied in Portuguese higher education institutions.

#### **2.1.1 Quality in European higher education**

Quality in higher education was at the centre of the Bologna process, particularly after the meeting of European ministers responsible for higher education in their countries, which took place in Berlin in 2003. In the Berlin Communiqué (Bologna Process Ministerial Conference [BPMC], 2003), the ministers agreed that quality in higher education was vital to the creation of the European Higher Education Area and pledged to support the development of quality assurance processes at all levels (institutional, national and European). They also stressed that HEI have the primary responsibility for quality assurance in higher education.

During the ministerial conference in Berlin, the European Association for Quality Assurance in Higher Education (ENQA) was asked to create a set of standards, procedures and guidelines for quality assurance in higher education, in coordination with the European University Association (EUA), the European Association of Institutions in Higher Education (EURASHE) and the National Unions of Students in Europe (ESIB) (BPMC, 2003).

According to Santos (2011, p. 5), the aspects defined at the Berlin Conference include the following quality assurance requirements:

- All the institution's activities are assessed internally, using feedback to improve quality.
- All stakeholders are involved in the process.
- A quality policy and institutional procedures.
- External assessments to ensure that the assessment process is independent.

Based on the decisions that came out of the Berlin Conference, the ENQA, EUA, EURASHE and ESIB (with the participation of government representatives) created the first standards and guidelines for quality assurance in higher education, which were approved at a ministerial meeting held in 2005, in Bergen (BPMC, 2005). The resulting document was titled *Standards and Guidelines for Quality Assurance in the European Higher Education Area - ESG 2005*.

The ESG 2005 was organized in three sections: the first addressed quality assurance in HEI (Table 1), the second focused on external quality assurance (assessment) of HEI by national assessment agencies, and the third addressed the external assessment of those agencies (ENQA, 2005).

After ESG 2005 was implemented at European level, the document had to be reviewed (ENQA, 2011). The review was published in a document titled ESG 2015, which was adopted at the annual meeting of ministers responsible for higher education in Europe, held in Belarus in 2015 (BPMC, 2015). The new reference points are listed in Table 1 (ENQA, European Student's Union, EUA, & EURASHE, 2015).

**Table 1 – ESG 2005 and ESG 2015**

<b>ESG Standards 2005</b>	<b>ESG Standards 2015</b>
1.1 Quality assurance policies and procedures.	1.1 Quality assurance policy.
1.2 Approval, monitoring and periodic review of programmes and awards.	1.2 Design and approval of programmes.
1.3. Student assessment.	1.3. Student-centred learning, teaching and assessment.
1.3. Student assessment.	1.4. Student certification, recognition, progression and admission.
1.4. Ensuring quality teaching staff.	1.5. Teaching staff.
1.5. Learning resources and student support.	1.6. Learning resources and student support.
1.6. Information systems.	1.7 Information management.
1.7. Public information.	1.8. Public information.
1.2 Approval, monitoring and periodic review of programmes and awards.	1.9. On going monitoring and periodic review of programmes.
	1.10. Cyclical external quality assurance.

Source: Adapted from EQUIP (2016).

According to a study prepared and funded by several European higher education associations (under the umbrella of the EQUIP project), the new standards and guidelines include: student-centred learning; flexible learning methods; recognising competencies acquired outside formal education; increasing internationalisation in higher education; and transparency and trust in higher education (including the new diploma supplement) (EQUIP, 2016, p. 1).

Despite the fact that the ESG document is simply titled Standards, the European Commission website (in the section on the European Credit Transfer and Accumulation System and quality assurance in Education and Training) states that:

The European Standards and Guidelines (ESG) are a set of standards and guidelines for internal and external quality assurance in higher education. **The ESG are not standards for quality, nor do they prescribe how the quality assurance processes are implemented**, but they provide guidance, covering the areas which are vital for successful quality provision and learning environments in higher education. (European Commission, 2021, 3rd paragraph)

### 2.1.2. Quality in Portuguese higher education

Article 76 of the Constitution of the Portuguese Republic (Constitutional Law No. 1/2005, of 12 August) sets out the framework for the assessment of teaching quality in Portuguese universities. However, the importance of implementing an SIGQ in HEI is only explicitly mentioned in the law on the assessment of higher education (Law No. 38/2007), the law regulating HEI (Law No. 62/2007, 10 September) and the decree law that created the A3ES (Decree-Law No. 369/2007, 5 November).

Article 17 of Law No. 38/2007 sets out internal quality assurance requirements for HEI. Article 18 refers to self-assessment procedures for HEI and article 19 sets out the principles of external assessment. Article 147 of Law No. 62/2007 states that HEI are obliged to have a self-assessment mechanism to review their performance; article 159 highlights that HEI must publish an annual report on their activities with information on their self-assessment and external assessment procedures (including the results of the assessments) and; article 161, which addresses transparency, mentions the obligation to publish the self-assessment and external assessment reports on the institution's website. The foreword to Decree Law No. 369/2007 states that "HEI must implement their own quality assurance systems, which are likely to be certified."

Despite the legislative framework already in place, the certification of the SIGQ used by HEI was only regulated in 2013. In January 2013, A3ES published a manual titled Auditing Internal Quality Assurance Systems In Higher Education Institutions – Manual for the Audit Process (A3ES, 2013a), as well as a set of guidelines. The regulation approving the new system for the assessment and accreditation of HEI and their study programmes was published in October (Regulation No. 392/2013 of 1 October).

The regulations were based on an experiment that began in 2011, in which five HEI were invited by the A3ES to test the audit model used to certify SIGQ (A3ES, 2013b). The audits were held during 2012 and the first certifications were awarded in early 2013 (A3ES, 2021b).

Initially, the process for certifying SIGQ in Portuguese HEI was based on the comparative analysis drafted by Santos (2011) and on the ESG 2005, which were converted into the ten references listed in Table 2 (A3ES, 2013a, pp. 13-16).

The 2015 European ESG standards were introduced into Portuguese law in 2016 (A3ES, 2016a), in the format shown in Table 2 (which also shows the differences between the 2013 and 2015 national reference frameworks).

Since the process to certify the SIGQ of HEI was implemented, A3ES has carried out 40 audits that awarded certifications to SIGQ, six of which were recertification audits that began in 2020 (A3ES, 2021b).

The SIGQ of a MHE institution, the Institute of Higher Military Studies (IESM), was certified in early 2016 (A3ES, 2016b). The certification was granted for six years, with no conditions attached, and so far it is the only certified MHE institution (A3ES, 2021b). Magalhães (2020) conducted a study on the IUM's SIGQ, which was based on a different model than the one recommended in this study.

**Table 2 – Comparison of reference points defined by A3ES for the SIGQ certification process in 2013 and 2016**

Frame of reference for SIGQ published by A3ES in 2013 (based on the ESG 2005)	Frame of reference for SIGQ published by A3ES in 2016 (based on the ESG 2015)
1 – Definition of a quality policy and objectives.	1 – Policy for quality assurance and pursuit of quality objectives. – <b>More comprehensive than the previous version.</b>
2 – Definition and quality assurance of educational offer.	2 – Design and approval of programmes. – <b>More comprehensive than the previous version.</b> – <b>The monitoring and periodic review component was moved to Reference 5.</b>
3 – Quality assurance of learning and student support.	3 – Student-centred teaching, learning and assessment. – <b>More comprehensive than the previous version.</b> – <b>Includes part of Reference 3.</b>
3 – Quality assurance of learning and student support.	4 – Student admission, progression, recognition and certification. – <b>New benchmark.</b> – <b>Includes part of Reference 3.</b>
2 – Definition and quality assurance of the educational offer.	5 – On going monitoring and periodic review of programmes. – <b>New benchmark.</b> – <b>Includes part of Reference 2.</b>
4 – Research and development.	6 – Research and development / Targeted research and high level of professional development. – <b>Similar to the previous version.</b>
5 – External relations.	7 – Collaboration with other institutions and with the community. – <b>Similar to the previous version.</b>
10 – Internationalisation.	8 – Internationalisation. – <b>Similar to the previous version.</b>
6 – Human resources.	9 – Human resources. – <b>More comprehensive than the previous version.</b>
7 – Material resources and services.	10 – Material resources and services. – <b>More comprehensive than the previous version.</b>
8 – Information systems.	11 – Information management. – <b>Similar to the previous version.</b>

[Cont.]

9 – Public information.	12 – Public information. – <b>More comprehensive than the previous version.</b>
	13 – Cyclical external quality assurance. – <b>New reference.</b>

## 2.2 Methodology

The study used the research design proposed by Saunders et al. (2009, p.108, cited in Santos & Lima, 2019, p.32). Inductive reasoning was used throughout the study, which begins with the observation of specific facts (the SIGQ used by higher education institutions) to define an approach (a SIGQ for the IUM) by comparing and making associations between the observed data. The research strategy was a qualitative approach that included a literature review and semi-structured interviews. The research design used a case study model because the analysis focused on a single unit. Finally, the study uses a cross-sectional time horizon, in which data are collected at a specific point in time to establish associations between each case and use them to formulate a theory (Santos & Lima, 2019, pp. 25-37).

## 2.3 Method

The literature review was carried out during the exploratory phase. This technique was used to analyse the legislation and regulations in force and documents related to the study topic published by various actors and entities.

The data was analysed to identify dimensions and variables (DF of the SIGQ) and to create a set of questions that served to identify the elements of a SIGQ for higher education institutions, as well as any challenges to its implementation.

To complement the information available in the literature and clarify the questions that were raised during the literature review, semi-structured interviews were conducted with quality managers responsible for the SIGQ used by the IUM (and its schools), by European institutes similar to the IUM and by Portuguese universities. The interviews consisted of open ended questions that helped identify the DF of the SIGQ and the challenges to their implementation. The content analysis was performed according to the method recommended by Sarmiento (2013, pp. 53-66).

The data were analysed using the process described by Rosa, Sarrico and Amaral (2012, p. 143). According to the authors, “Benchmarking not only allows for the comparison of indicators [...] but also allows for the sharing of best practices [...] identifying more intelligent ways of performing the same task and new solutions for common problems”.

In the discussion phase, the collected data were aggregated, and an approach to design a SIGQ for the IUM and its schools was defined.

### 3. The SIGQ of HEI- an overview of the literature

This chapter analyses the SIGQ of HEI from a new perspective based on published documents (scientific articles, regulations and SIGQ assessment reports produced by A3ES).

#### 3.1 Dimensions and variables of a SIGQ

To define the dimensions of the study, the objectives of the audits of SIGQ, the basic principles of quality management and previous studies that review the literature on quality in higher education were analysed.

The audit manual published by A3ES describes the objectives of the audits of SIGQ, which include reviewing the quality policy, the processes and procedures used by the institution in its activities and the system's continuous improvement (A3ES, 2020a, pp. 3-4).

With regards to the basic principles of quality management, the International Organization for Standardisation (ISO) published a document introducing a set of Quality Management Principles (ISO, 2015).

The study was organized into levels of analysis, according to the model provided by Manatos, Sarrico and Rosa (2015) in a review of the literature on the integration of quality management in HEI. The levels of analysis in this model (Processes, Organization and Principles of Quality Management):

“[...] are the most significant in terms of understanding the different approaches to QM [Quality Management] in HE [Higher Education], as well as for drawing conclusions about the degree of integration of QM within the overall governance and management systems of HEIs [Higher Education Institutions].” (Manatos et al., 2015, p. 3)

The Smart-Qual project includes several European higher education institutions / agencies and is co funded by the European Union's Erasmus+ programme. The project published a report on the state of the art of the quality management systems of HEI S (Smart-Qual, 2021), which clusters SIGQ indicators in the ESG+A3ES format. According to the document, the rationale for combining the ESG+A3ES standards is the fact that the A3ES standards are more comprehensive than the ESG because they include research, relations with society and internationalisation.

The structure used to analyse the quality indicators of the Smart-Qual project's SIGQ consists of 14 domains (see Figure 2) and provides a clearer and more comprehensive picture of the areas covered by the SIGQ than the study by Manatos et al. (2015).



Standard
1.1 Policy for quality assurance and pursuit of quality objectives
2.1 Design and approval of programmes
2.2 Student-centred learning, teaching and assessment
2.3 Student admission, progression, recognition, and certification
2.4 Ongoing monitoring and periodic review of programmes
2.5 Research and development / targeted research and high-level professional development
2.6 External relations
2.7 Internationalisation
3.1 Human resources
3.2 Material resources and services
4.1 Information management
4.2 Public information
5.1 Cyclical external quality assurance
5.2 Cyclical internal monitoring, evaluation and continuous improvement of the QMS.

**Figure 2 – Indicators of the SIGQs of HEIs grouped by domains**

Source: Available from Smart-Qual (2021, p. 8).

The process used by A3ES to audit the SIGQ of HEI was organized according to specific areas of analysis:

1. The institutional policy for quality assurance [...].
2. The scope and effectiveness of the quality assurance procedures and structures related to each of the core aspects of the institutional mission:
  - 2.1 Teaching and learning;
  - 2.2 Research and development [...];
  - 2.3 Collaboration with other institutions and with the community;
  - 2.4 Policies for staff management;
  - 2.5 Support services;
  - 2.6 Internationalisation.
3. The relationship between the quality assurance system and the strategic management [...] of the institution.
4. The participation of internal and external stakeholders in the quality assurance processes.
5. The information management [...].
6. The publication of information relevant to external stakeholders.

7. The monitoring, evaluation and continuous improvement of the internal quality assurance system. (A3ES, 2020a, pp. 4-5).

A study by Cardoso, Rosa, Videira and Amaral (2017, p. 332) on the structure of the SIGQ implemented by HEI found that institutions avoid deviating from the model defined by A3ES because they wish to have their systems certified with simpler audits, which results in any differences related to specific features being eliminated.

The areas of analysis of the A3ES SIGQ certification process were defined as the **research dimensions**, based on a rationale that combines the aspects presented above. However, the quality management principles listed earlier will be used to guide the analysis. The DF and the challenges to the implementation of the SIGQ identified in the analysis of these systems will be used as **research variables**.

### 3.2 DF of the SIGQ of HEI and challenges to implementation found in the reviewed literature

The analysis performed to identify the study variables was based on two types of published documents about the SIGQ of HEI: scientific studies and audit reports produced by A3ES after assessing the SIGQ of universities and university institutes.

Due to the significant differences between the A3ES regulations and the ESG 2015, which can be seen in the Table above, the analysis focused on Portuguese studies, rather than on studies based on the ESG 2015.

Serralheiro and Morais (2019, p. 4) stress that implementing the SIGQ will require the allocation of resources and that this will entail financial costs. The study also mentions the need to carry out internal audits to ensure the system's continuous assessment and improvement using the Plan-Do-Check-Act (PDCA) cycle.

Cardoso, Rosa, Videira and Amaral (2019, p. 258) list some effects of implementing quality assurance practices: greater demand and time availability for non-academic tasks; greater formalisation of procedures; increased monitoring of academic performance; improving the quality of public information about the institution's activities; and recognition by teaching and non-teaching staff of the additional bureaucratic burden.

When discussing how to implement a SIGQ, Cardoso et al. (2017) mention that: the A3ES certification model has led HEI to base their SIGQ model on the A3ES model; the creation of a document base could cause the system to become over bureaucratic; the SIGQ structures are usually organized into a strategic level (with committees or councils) and a functional level (with offices and services); information systems play an important role in SIGQ; and, the information dissemination on HEI is a weakness in the SIGQ of Portuguese HEI.

Santos and Dias (2017, p. 285) state that the quality policy of the SIGQ used by University of Minho (UM) is implemented through the strategic programme, the quality plan, and the procedures for monitoring, assessment and feedback for quality enhancement (using the PDCA cycle). The participation of stakeholders during the design and implementation of the UM's SIGQ was a factor in the system's success. The implementation of the information system also highlighted problems of articulation between different sectors of the institution.

With regards to the SIGQ audit reports prepared by the A3ES' EAT, nine certified public universities and university institutes were identified (A3ES, 2021b), as shown in Table 3.

**Table 3 – Public HEI with a certified SIGQ**

Name of HEI	Date of SIGQ Certification
ISCTE – University Institute of Lisbon	11-02-2015
Open University	19-05-2020
University of Algarve	12-04-2018
University of Aveiro	14-12-2017
University of Coimbra	06-04-2015
University of Évora	21-08-2020 <sup>2</sup>
University of Minho	01-07-2020 <sup>2</sup>
University of Porto	14-12-2017
University of Trás-os-Montes and Alto Douro	19-05-2020

Source: Available from A3ES (2021b).

Since only a small number of certified institutions was found, the analysis included all assessment reports drafted by the A3ES' EAT during the most recent certifications.

The identified DF were based on aspects highlighted in the reports, with regards to their existence (and especially regarding their strengths or the areas to be improved) or lack thereof, as shown in Table 1.

**Table 1 – DF of SIGQ**

Examples of defining features of a SIGQ
In teaching and learning, <b>the SIGAQ [Internal System for Quality Assurance and Assessment] is supported by the Information System</b> , which provides multiple tools for producing information and analysing the annual results. <b>The most relevant of these tools are the pedagogical student surveys and teacher surveys, the self-assessment reports of CU [Curricular Units] and courses, especially the “periodic summary / reflective reports”.</b> (A3ES, 2020b, p. 3)
Despite the University's commitment and efforts to ensure the quality of the pedagogical training of teaching staff, the EAT <b>could not obtain formal information about any prescriptive and specific training being provided as a result of teaching performance assessments</b> and / or recommendations stemming from the <b>analysis of anomalies in the functioning of curricular units.</b> (A3ES, 2017b, p. 7)
<b>There is no mention of internal quality audits</b> having been conducted on bodies or services, or of any sectoral processes. Likewise, the report does not mention any audits on research or extension processes (A3ES, 2015b, p. 16). (A3ES, 2015b, p. 16)

Source: Available from A3ES (2021b).

<sup>2</sup> Recertification.

The analysis focused on the existence of mechanisms for detecting quality anomalies in all research dimensions, and on identifying indicators with targets to be achieved (meta assessment). The latter were also identified by Nicolau (2016, p. 16), in a study that reviewed certified SIGQ quality manuals to propose a set of indicators for the SIGQ of the Faculty of Science and Technology of the NOVA University of Lisbon.

The wording of the reviewed documents may differ from the wording of the DF. This is due to the fact that the text of the reports depends on the EAT that drafts them. However, the contents of the report refer to the identified DF.

The DF identified in the documents are grouped into research dimensions. The most frequently mentioned DF are listed below:

- Institutional quality policy: a functional body that manages the SIGQ; a strategic plan; an advisory body for quality / the SIGQ.
- Teaching and learning: a study cycle report; support / monitoring mechanisms for the teaching and learning process; a student survey.
- Research and development: an organizational structure for research; regular assessment of research units; a specific advisory body for research.
- Collaboration with other institutions and with the community: mechanisms and instruments for liaising with other institutions and with the community; an organizational structure for collaborating with other institutions and with the community; the institution participates in external development and innovation organizations.
- Personnel management policies: mechanisms and instruments to assess teaching staff and researchers; mechanisms and instruments to support teaching staff and improve teaching quality; systematic mechanisms to train human resources.
- Support services: mechanisms and instruments to assess the support services; ISO 9001 certification; integration of support services into the SIGQ.
- Internationalisation: internationalisation mechanisms; organizational structure for internationalisation; mechanisms and instruments to assess internationalisation.
- Articulation between the quality assurance system and the institution's governance and management bodies: the management bodies are represented in the SIGQ; linkages between the management bodies and the SIGQ.
- Stakeholder participation: mechanisms that allow for the participation and collaboration of internal and external stakeholders in all aspects of the SIGQ; identification of stakeholders; organizational structure to liaise with stakeholders.
- Information system: a comprehensive and highly integrated information system within the SIGQ; an information system that systematises and provides up-to-date information to the decision making levels; automated / systematic production of reports.
- Publication of relevant information for external stakeholders: up-to-date information available on the institutional websites, as defined in the legislation / regulations; information about the SIGQ available on the institution's website; an organizational structure responsible for publishing the information.

- Monitoring, assessment and continuous improvement of the quality assurance system: a regular SIGQ report to enable monitoring, assessment and continuous improvement; a meta-assessment; a mechanism for suggestions and complaints.

The most relevant challenges identified in the analysis were:

- The lack of an integrated information system with all the information related to the SIGQ.
- Staff turnover due to the specific nature of military education.

#### **4. The SIGQ of HEI – the institution’s perspective**

This chapter analyses the SIGQ implemented at the IUM and its schools, at European institutions similar to the IUM and at national HEI with a structure similar to the IUM’s. The research is organized by type of institution. However, due to their similarities, the findings of the analyses carried out at the IUM (and its schools) and at European institutions similar to the IUM are presented together.

The analysis of the SIGQ was based on a review of the quality manuals of each institution, when available, and on the information collected during the interviews with the institutions’ quality managers.

The analysis included the DF and challenges listed in the previous chapter, grouped into categories that correspond to research dimensions. A set of questions was created for the interview script based on these dimensions. The questions were adapted to each set of institutions (the IUM and its schools, the IUM’s European counterparts and Portuguese HEI), bearing in mind their specificities. Regarding these specificities, the analysis included the applicable legislation and regulations, the organization, the structure, the students, the human resources, the information system and the current quality system.

The semi-structured interviews were organized as recommended by Freixo (2012, pp. 220-223) and Santos and Lima (2019, pp. 83-85), and the content analysis was performed according to the procedures described by Sarmento (2013, pp. 53-66), in which categories correspond to research dimensions and the recording units are the DF of the SIGQ and the challenges to their implementation. During the interviews, the interviewees could elaborate freely on their answers, even though the focus was on the defined dimensions.

##### **4.1 The SIGQ used by the IUM and its European counterparts**

###### **4.1.1. The SIGQ used by the IUM and its schools**

The IUM has six schools: three autonomous schools that confer university level degrees (Naval School [EN], Military Academy[AM] and Air Force Academy [AFA]), one autonomous polytechnic school (Military Polytechnic Unit [UPM]), one non-autonomous school that confers postgraduate degrees (Department of Postgraduate Studies [DEPG]), and a research and development centre (IUM Research and Development Centre [CIDIU]) (Decree-Law No. 249/2015). The structure and history of the autonomous schools dates back several years (Borges, 2005), whereas the CIDIU and the UPM are more recent (they were created in 2015 and 2019, respectively).

MHE establishments were included in the legislation that governs Portuguese higher education in 2006 (Decree-Law No. 37/2008 of 5 March). Since then, these institutions have obtained accreditation for 47 study programmes (A3ES, 2021a). MHE establishments have quality assurance mechanisms accepted by A3ES because they are aware that some aspects analysed for the accreditation of study programmes by A3ES are requirements related to the SIGQ of HEI (A3ES, 2018b). However, these mechanisms are not certified as SIGQ (A3ES, 2021b).

The SIGQ of the IUM schools were analysed individually. However, the CIDIUM and the UPM do not have their own SIGQ, as set out in the relevant legislation (Decree-Law No. 249/2015; Decree-Law No. 17/2019 of 22 January). As such, the IUM's current SIGQ also includes the information related to these schools. Despite this, the quality managers of the schools were contacted and asked to provide information that complemented the interviews with the IUM's SIGQ manager.

In general terms, the SIGQ of the IUM's schools comply with the certification requirements set by A3ES (IUM, 2017; EN, 2015; AM, 2022; AFA, 2015). This can be confirmed by comparing the DF and challenges identified in the literature with the categories identified during the analysis of the quality manuals and the interviews with the quality managers of the IUM schools (J. Martins, face-to-face interview, 16 February 2022; L. Bernardino, face-to-face interview, 17 February 2022; J. Patronilho, face-to-face interview, 23 February 2022; L. Pereira, face-to-face interview, 23 February 2022; V. Almeida, email interview, 14 April 2022; J. Marreiros, email interview, 18 April 2022).

The IUM's SIGQ have specificities that stem from: the fact that the current legislative structure is incomplete (the internal regulations of the schools have been pending approval since 2015); their status as military institutions; their hierarchical organization, and; their end customer. The latter is especially important because the primary customers of the IUM and its schools are the General Staff of the Armed Forces (EMGFA) / the Branches / the National Republican Guard (GNR) and the students. These specificities include the following DF and challenges:

- There is a double interdependence, hierarchical and functional.
- The institutional strategy is based on the strategy defined by the hierarchical structure (EMGFA / Branch / GNR).
- There are different quality policies for each school.
- The organization is mainly based on procedures (NEP).
- The Scientific Council or the Command's sector managers hold meetings to discuss quality assurance/continuous improvement.
- The institution collaborates with the Armed Forces' operational units to ensure that the education provided is effective.
- The schools' internal regulations are not integrated into the new IUM structure.
- The SIGQ does not have an integrated information system.
- The CIDIUM and the UPM are not integrated into the IUM's SIGQ.

- The procedures for the accreditation for study programmes are not the same in all schools.
- Military personnel, and especially quality managers, remain in their positions at the schools for a relatively short time.

#### **4.1.2. The SIGQ of European institutions similar to the IUM**

The database of the European Quality Assurance Register for Higher Education (EQAR) (2022), the Military School Directory (2022), the institutional websites of the HEIs and the national accreditation agencies were consulted to obtain information on the accreditation status of the institutions / programmes and the certification status of their SIGQ.

The Finnish National Defence University (FINDU) and the Norwegian Defence University College (NDUC) are the only European institutions similar to the IUM that fit the scope of this study. They have certified SIGQ or institutional accreditation (which includes the quality assurance system) from the Finnish higher education accreditation agencies, and a structure similar to the IUM structure (with several schools) (FINDU, 2022; NDUC, 2022).

In Finland, SIGQ are assessed by the Finnish Education Evaluation Centre (FINEEC). The third cycle of assessments began in 2018 and will continue until 2024 (FINEEC, 2022). The FINDU was assessed in 2017 and will be assessed again in the spring of 2023. The information on FINDU was obtained from the 2017 assessment report (FINEEC, 2017), which was analysed to identify the institution's DF, and from an interview with the institution's quality manager. The report highlights the best practices adopted by the institution, which pays special attention to the high turnover of military personnel, and makes efforts to ensure that the organization is operational at all times. During the interview (H. Tarja, videoconference interview, 12 May 2022), the following DF were identified: the quality assurance system includes all schools; the Vice-Rector is responsible for coordinating the quality assurance system; there are committees with representatives from the branches, which discuss matters related to the programmes; and all stakeholders participate in the continuous improvement of the quality assurance system.

In Norway, SIGQ are assessed every six to eight years by the Norwegian Agency for Quality Assurance in Education (NOKUT), according to the ESG 2015 (NOKUT, 2022a). The applicable legislation was approved in 2017 and the assessment of the NDUC will take place by the summer of this year. The requirements set out in NOKUT's quality assurance assessment manual (2021) are similar to the requirements defined by A3ES in the manual for auditing SIGQ (Schmidt, 2017; A3ES, 2020a).

According to K. Tokstad (videoconference interview, 12 April 2022), the NDUC's quality structure was only created in 2018 and is still in the implementation phase. As such, the NDUC is not yet integrated into the NOKUT system. However, the NDUC schools were assessed individually between 2011 and 2014 (NOKUT, 2022b). Even though the certification process is still ongoing, the SIGQ of this institution was analysed to identify similarities to the systems used at the IUM and any aspects that may enhance the integration of the IUM's SIGQ. During the interview, two defining features were identified. The first is that the schools



have local coordinators, with their own staff, who are “quite independent” and work as a team, according to K. Tokstad (op. cit.). The local staff coordinates all activities that take place in its school, and meetings are held with all coordinators when needed. The second feature concerns the stakeholders, and specifically the branches. There are local advisory boards or advisory groups with internal members (e.g. study cycle coordinators) and external members (e.g. representatives from the Defence sector or the branches), who meet to discuss issues related to education effectiveness (K. Tokstad, op. cit.).

## **4.2 The SIGQ of university institutes and universities with an organization similar to that of the IUM**

### **4.2.1. National universities and university institutes with certified SIGQ**

There are 15 public universities / university institutes (DGES, 2021) in Portugal, nine of which have SIGQ certified by A3ES (2021b). There are also 14 private universities / university institutes (DGES, 2021), six of which have SIGQ certified by A3ES (2021b). However, some universities that do not have certified SIGQ have schools with certified SIGQ, e.g. University of Lisbon / Instituto Superior Técnico.

In terms of structure, of the 15 universities / university institutes that have certified SIGQ, only six have autonomous schools: University of Algarve (UALg); University of Évora (UEv); UM; University of Trás-os-Montes and Alto Douro (UTAD); University of Porto; and University of Coimbra. However, only the first four have university and polytechnic schools (DGES, 2021).

### **4.2.2. The certified SIGQ of universities with university level schools and polytechnic schools**

The analysis of the certified SIGQ of the national universities and university institutes focused on UALg, UEv, UM and UTAD, all of which had quality managers who were willing to participate in the study and available to be interviewed. The DF identified in the quality manuals of each institution were compiled before the interviews took place (UALg, 2020; UEv, 2015; UM, 2019; UTAD, 2022).

The interviews revealed that the SIGQ of these institutions integrated polytechnic education and all other areas of the institutions (S. Lameiras, videoconference interview, 22 March 2022; C. Pires, videoconference interview, 24 March 2022; A. Freitas, videoconference interview, 25 March 2022; C. Amaral, videoconference interview, 20 April 2022).

With regards to the implementation of the SIGQ, A. Freitas (op. cit.) stated that “quality should be aligned with strategic planning”, referring to the need for a quality coordinator, who should be a representative of the institution’s governing body, and the need to harmonise the strategic plan, the activity plans and reports, and the quality reports. According to A. Freitas (op. cit.), the Quality Advisory Board, chaired by the Rector, liaised with all internal managers and external stakeholders and was instrumental in the SIGQ’s implementation.

Referring to the SIGQ, C. Amaral (op. cit.) states that “the institution’s main customer is the student body” and A. Freitas (op. cit.) mentions that, by implementing the system, the



institution was able to systematise and simplify the procedures to have study programmes audited by A3ES. With regards to the initial costs of implementing the SIGQ, C. Amaral (op. cit.) stresses that training human resources, especially in information systems, is “absolutely necessary”.

All interviewees agreed that one of the pillars of the SIGQ is the information system, which acts as the system’s liaising element. At UM, it is considered one of the coordination, articulation and support structures, along with the Vice-Rector for Quality, the SIGQ Monitoring Committee and the department responsible for quality assurance (UM, 2019, p. 11). S. Lameiras (op. cit.) states that the central structure liaises with the schools through the SIGQ information system, eliminating the need for local quality managers.

The fact that the SIGQ model is similar to the structure of the areas of analysis defined in the quality audit manual makes it easier to have the system certified by A3ES (C. Pires, op. cit.).

The analysis revealed that there are many similarities between the SIGQ of these institutions, with some specificities that result from how they are implemented. The following DF were identified in the analysis:

- A member of the governing body is responsible for coordinating the SIGQ.
- There is a management body responsible for Quality.
- The schools do not have local quality managers.
- The SIGQ covers all areas and there is no differentiation between university and polytechnic education.
- The SIGQ instruments (surveys and reports) are automated.
- There are mechanisms to detect instances of poor quality, and improvement plans to address them.
- There is an integrated information system.
- There is a single structure responsible for producing the information that will be published.
- A meta-assessment is carried out.

## 5. Discussion of findings

The analysis of the DF identified in the published literature and the DF of HEI shows that these institutions’ SIGQ are supported by four main areas: structure (organization of the institution and physical infrastructure), mechanisms (support systems and processes / procedures), instruments (surveys and reports) and system actors (internal and external stakeholders) (UM, 2019, p. 9). Therefore, in the section discussing the SIGQ, the study dimensions will be grouped into these broad areas.

In this chapter, the IUM’s SIGQ, which will include all schools and support services, will be referred to as IUM Integrated Quality Assurance System (SIGQIUM), to highlight that it plays an integrating role in MHE.

## 5.1 The SIGQIUM

### 5.1.1. Structure

The organizational structure of the IUM defined in Decree-Law No. 249/2015 does not include a quality advisory body. The document only mentions that proposals for measures to improve the quality of education and research should be submitted by the IUM Commandant to the Board of Directors. However, this body is not particularly representative of the SIGQ actors (e.g. the DEPG, the CIDIUM and the student body do not have a seat on this board).

The universities analysed in the study have councils or similar structures that include representatives of all the SIGQ actors (UAlg, 2020, p. 8; UEV, 2015, p. 8; UM, 2019, p. 11; UTAD, 2022, p. 9-10). Given the broad range of issues that this body analyses, some universities have set up subcommittees for each school, which provide vertical linkages, and subcommittees for common areas (e.g. education, research, Pedagogical Council, Scientific Council) that provide horizontal linkages between the bodies of each school (C. Amaral, *op. cit.*). Through these structures, the SIGQ mechanisms and instruments can be harmonised at different levels and areas (C. Amaral, *op. cit.*).

UTAD has a Quality Monitoring Committee chaired by the Rector, which consists of the quality coordinator, the heads of the schools and research units, the president of the academic association, and other bodies or internal and external representatives that have been invited. Given that creating a quality advisory council for the SIGQIUM will not be possible, a Quality Monitoring Committee similar to the UTAD's could be created instead, which may include the EMGFA / Branches / GNR, when needed (as in the case of FINDU and NDUC). The vertical structures would be the schools' subcommittees and the horizontal structures would be subcommittees on topics that are common to all areas (education, research, scientific and pedagogical committees, support services, etc.).

With regards to the operationalisation of the SIGQIUM, the NDCU model includes a coordinating office and local offices at the schools. This would allow the schools to maintain their autonomy and specificities, as well as provide a way to coordinate with them, which all the managers of the quality offices of the IUM schools mentioned was a concern (J. Martins, *op. cit.*; L. Bernardino, *op. cit.*; J. Patronilho, *op. cit.*; L. Pereira, *op. cit.*).

Universities also have common structures for specific areas, including: internationalisation and mobility, communication and image, and relations with stakeholders. This topic should be discussed when the SIGQ is designed to ensure that the requirements are met and, simultaneously, to allow the schools to remain autonomous. At UEV, internationalisation is decentralised in the different areas of the university because each area has specific requirements (C. Pires, *op. cit.*).

Using the format proposed above to design the SIGQIUM would make it possible to take advantage of the organization and structures that already exist in SIGQ, optimise resources (if cross cutting structures are created for specific areas) and harmonise the system's mechanisms and instruments (through the subcommittees).

### 5.1.2. The mechanisms

The SIGQ is based on two pillars: the strategic plan and the quality manual, which links the institutional strategy and the quality policy (UAlg, 2020, p. 1). These two documents cover all the institution's activities. According to UM (2019, p. 10), the development and implementation of the quality policy is based on the Military Higher Education Strategic Directive, the strategic plan, the activity plan, the activity report and the quality manual, among other documents. Meta-assessment is also an essential feature of the quality policy, promoting the continuous improvement of the SIGQ and providing a dashboard to aid decision making based on the information generated by the SIGQ (UM, 2019, p. 33-35).

Currently, the IUM as a whole has four strategic plans and four quality policies. The SIGQIUM should integrate the sectoral strategies of the schools, which are interconnected with the strategic directives of the EMGFA and the Branches / GNR, into a single but comprehensive strategy that reflects their specific interests. The quality policy will depend on this strategy and should also take those interests into account. The schools' activity plans may include some of the activities in the IUM's strategic plan and the strategic directives of the Branches / GNR, in order to accomplish the objectives outlined in both documents.

The organization of the Quality Manual and respective SIGQ should be similar to what is described in the A3ES quality audit manual, as is the case in most institutions.

The Quality Manual identifies the system's stakeholders (both internal and external) and their responsibilities, and explains the mechanisms and instruments that liaise with the SIGQ (UAlg, 2020, p. 1). Most institutions use mechanisms based on regulations and procedures, rather than a model based on processes. The latter is useful at a more advanced stage of the system, when the process to obtain ISO certification can be initiated, as UTAD has done (2022, p. 2).

These mechanisms, which include monitoring, assessment and intervention on the different areas of the system (teaching, research and support services), should focus on instances of poor quality, on monitoring the improvement plans that were produced to address these situations, and on the recognition of the efforts made by all the institutions' employees (teaching staff, researchers, managers and service staff).

In the universities analysed in this study, the mechanism for institutional accreditation and the accreditation of study programmes is supported by the SIGQ structures. The IUM schools have different approaches to this mechanism (e.g. EN), which should be harmonised by applying the most commonly used model, in order to consolidate the network of Quality Offices involved in the accreditation of study programmes, as described in the A3ES strategic plan 2021-2024 (A3ES, 2021c, p. 23).

Given the specific nature of military careers, a mechanism should be created to minimise the negative impacts of the high turnover rates of military personnel at the IUM, as FINDU has done (FINEEC, 2017).

Referring to the documentation and information systems, which are an integral part of these mechanisms, S. Lameiras (op. cit.) states that "our documents are unique, cross cutting, holistic and integrated in all schools". A. Freitas (op. cit.) stresses that "integrating all the

information into a single system is something that must be done” and that the “information must be published in a single platform”. According to the assessment reports from A3ES, the information system plays an important role in the SIGQ of UEv and UM, supporting their development (A3ES, 2020e, p. 10; A3ES, 2020b, p. 11). Furthermore, HEI will benefit from implementing an information system in their SIGQ because these systems have to be improved / changed continuously (A. Freitas, op. cit.; C. Pires, op. cit.; S. Lameiras, op. cit.).

A document base should be created, along with a comprehensive information system and mechanisms for publishing information in a systematic way that cross cuts all IUM schools and organizations. The on-the-shelf platform acquisition (Military Higher Education Management Integrated System) was the beginning of the process of integrating information management. However, it may be necessary to hire a service to maintain and update the SIGQIUM, to ensure that it does not become a challenge.

### 5.1.3. The instruments

The information systems of the Portuguese HEI automatically generate surveys and reports, and there are fields for area managers to fill out manually with their self-assessments, and allow them to add suggestions for improvement, when applicable. If the managers do not add any information, the reports are closed when the deadlines are reached, and are analysed by the existing structures (A. Freitas, op. cit.). This prevents the SIGQ from becoming over bureaucratic (a challenge that was identified in the analysed documents), provides instruments to assess the system, and allows for strategic decision making, which is essential to develop the SIGQ (A3ES, 2020b, p. 3). Several instruments used in the SIGQ certified by A3ES were identified, including: surveys addressed to all actors, on all areas of the institution; and reports on the curricular units, study programmes, schools and support services; and the meta assessment. The meta-assessment is carried out annually, usually through a SIGQ assessment report. It “integrates not only a synthetic analysis of information contained in the other reports, but also an assessment of the state of development of the SIGQUALg with reference to the Evaluation and Accreditation Agency for Higher Education”, and includes suggestions and recommendations for improvement from the various bodies (UAlg, 2020, p. 37).

According to the quality managers, the instruments used in the SIGQ of the IUM schools have some shortcomings, such as the lack of automation (L. Bernardino, op. cit.; J. Patronilho, op. cit.; L. Pereira, op. cit.), which makes it difficult to assess the areas covered by the SIGQ. To simplify and continuously improve the system, the SIGQIUM instruments should be integrated into the information system that will be acquired.

Audits are rarely used by the universities included in this analysis. At UM, this instrument is used to conduct a pedagogical audit when instances of poor quality are detected in curricular units (S. Lameiras, op. cit.). UTAD only uses auditing for the purposes of ISO certification (C. Amaral, op. cit.).

Given that the analysed universities have different opinions about the effectiveness of audits, they should only be used at a more advanced stage of the SIGQIUM’s implementation.

#### 5.1.4. The actors

Leadership is one of the principles of quality (ISO, 2015, p. 6). The universities have appointed the rector, or one of the vice-rectors, as the SIGQ coordinator. According to the provisions of article 10 of the IUM Statute (Decree-Law No. 249/2015), the Commandant is responsible for coordinating the SIGQIUM.

In higher education institutions, the customer is the student body, but at the IUM, the main customers are the EMGFA, the branches and the GNR. While the focus of the SIGQ is the student body (ENQA et al., 2015, p. 12), interaction with customers is one of the basic principles of quality (ISO, 2015, p. 4). Therefore, the institution's customers should be involved in the design of the SIGQIUM.

The SIGQ will only be complete if all the actors in the system are involved, including students, teachers, researchers, managers and support service staff, in line with the third principle of quality (ISO, 2015, p. 8). However, the actors should be allowed to adapt to the SIGQ information system, and training is essential for the system to be accepted and effective (A. Freitas, op. cit.; C. Amaral, op. cit.).

#### 5.2 Guidelines to design a SIGQ for the IUM and its schools

The SIGQIUM should include the DF and challenges identified in the study. The system should also account for the specificities of MHE, such as the autonomy of the schools and their close links to the Branches, their main customer.

Based on the analysis carried out in the study, developing and integrating a SIGQIUM that complies with the quality standards for higher education should be based on the following guidelines:

- Appointing the IUM Commandant as the person responsible for coordinating the implementation and management of the SIGQIUM, as UTAD has done (Regulation No. 959/2021 of 8 November).
- Creating a SIGQIUM Monitoring Committee (SIGQIUM-MC) chaired by the IUM Commandant, similar to UTAD's SIGQ Monitoring Committee (2022, p. 9-10).
- Creating a quality assurance subcommittee in each school, similar to the committees of the UTAD schools (C. Amaral, op. cit.).
- Creating subcommittees of the SIGQIUM-MC for each area of intervention (e.g. teaching, research, Scientific Committees, Pedagogical Committees), similar to the subcommittees created by UM (S. Lameiras, op. cit.) and UTAD (C. Amaral, op. cit.).
- Including all IUM stakeholders, both internal (e.g. Commanders / Heads of the schools, students) and external (e.g. EMGFA, Branches and GNR), in the SIGQIUM-MC or its subcommittees, as NDUC has done with its advisory groups (K. Tokstad, op. cit.).
- Creating a decentralised structure for the Assessment and Quality Office, with the main hub at the IUM (in Pedrouços) and delegations in the autonomous schools, similar to the NDUC structure (K. Tokstad, op. cit.).

- Integrating all IUM areas of intervention (schools and support services) and their respective actors into the SIGQ, as set out by A3ES (2020a, p. 20).
- Creating other cross cutting structures, which all schools can use when needed (e.g.: internationalisation; communication, information and image), similar to the structures created at UAlg (2020).
- Producing a strategic plan for the IUM and its schools.
- Defining a quality policy aligned with the IUM's strategic plan, comprehensive enough to accommodate the interests of the EMGFA, the Branches and the GNR, when possible.
- Creating a single Quality Manual for the SIGQIUM, which should include guidelines for the creation of mechanisms and instruments that are common to all IUM schools.
- Creating activity plans for all IUM schools and support services, which should be aligned with the IUM strategic plan and accommodate the interests of the EMGFA / Branches / GNR, when possible.
- Conducting a meta-assessment of the SIGQIUM.
- Creating cross cutting monitoring, assessment and continuous improvement mechanisms for all the IUM's areas of intervention, supported by procedures and flags (e.g. procedures for detecting instances of poor quality, improvement plans and the SIGQIUM monitoring dashboard). The UEv model is worth analysing. In this model, the teaching mechanisms are based on a single regulation that integrates almost all the procedures for that area (C. Pires, *op. cit.*).
- Implementing an information system that integrates all the information in the SIGQIUM.
- Implementing the instruments used by all Portuguese HEI at the IUM and its schools (e.g. surveys addressed to students, teaching staff, researchers and non teaching staff; quality reports on all areas of intervention), which should be systematised and automated in the SIGQIUM information system.

When the SIGQIUM is implemented, the following challenges should be addressed:

- The high turnover rates of human resources due to the specific nature of MHE.
- The information system does not meet the needs of the SIGQ.
- The lack of training provided to human resources on how to operate the SIGQ, and especially on the information system.
- The IUM schools have different procedures for accrediting study programmes.

## 6. Conclusions

The IUM and its schools have shown that they have the quality assurance mechanisms required to accredit their study programmes through A3ES. However, only the IESM, the IUM's predecessor, obtained a certification for its SIGQ (in 2015). Currently, the IUM (individually), the EN, the AM and the AFA have dedicated SIGQ that operate independently. During the IUM's institutional accreditation by A3ES in 2019, the EAT recommended the implementation of a SIGQ that included all schools.

The A3ES strategic plan for 2021-2024 states that the certification of the SIGQ of HEI should be included in the institutional assessment. The IUM's institutional accreditation is set to be renewed in 2024. As a result, the IUM and its schools may have to consolidate their SIGQ in the short term.

Given the need to design a SIGQ for the IUM that includes the schools, the purpose of this study was: to propose guidelines to design a SIGQ for the IUM and its schools, in order to comply with the standards for quality assurance in higher education. The object of study was the SIGQ, and the study was delimited to: the period since the first SIGQ certifications were granted by A3ES (since 2013); the IUM and its schools, their European counterparts and Portuguese HEI with certified SIGQ and a structure similar to the IUM's (with autonomous schools that offer both polytechnic and university level degrees); the use of Portuguese and European standards to certify the SIGQ of HEI.

With regard to the methodological procedure, the study used inductive reasoning, supported by a qualitative research strategy and a case study research design. The instruments were a review of the literature (on the certification of the SIGQ of HEI) and semi-structured interviews (with quality managers from HEI who fit the scope of the study).

To ascertain the state of the art on the study topic, a literature review was carried out, which revealed that the current Portuguese standards for the certification of SIGQ are more comprehensive than the European standards. Therefore, the data that supported the study were obtained from published documents on Portuguese SIGQ. The study focuses on the A3ES requirements for the certification of SIGQ. However, the ISO quality principles were also included in the analysis.

The first part of the study analysed the documentation on the certification of SIGQ from a new perspective. Research dimensions were defined and associated with the specific areas of analysis of the A3ES audit process, and elements characterising these dimensions were identified. Challenges to the implementation of SIGQ were also identified for each dimension. Due to the differences between European (ESG) and Portuguese (A3ES) regulations, the analysis focused on documents related to the SIGQ of Portuguese HEI.

The second part of the study analysed the SIGQ used at the IUM and its schools, as well as the SIGQ used by European institutions similar to the IUM. In the case of European MHE institutions, the analysis revealed that only the Finnish and Norwegian counterparts fit the scope of the study, even though the NDUC certification process was still underway. At NDCU, the SIGQ structures are decentralised in the schools. Both FINDU and NDCU have a single quality assurance system, a Vice-Rector responsible for coordinating quality, and committees that include Defence representatives and representatives from the Branches of the Armed Forces. The SIGQ that are currently used at the IUM and its schools are fully independent and are not certified by A3ES. Furthermore, some defining features are specific to the Armed Forces, e.g. the branches are the main customers of military higher education institutions. By analysing the quality manuals and the information obtained in the interviews, it was possible to identify similarities in the SIGQ of these institutions, which are reflected in the DF and in the challenges to implementation.



The SIGQ of UAlg, UEv, UM and UTAD, which have autonomous schools that confer university and polytechnic degrees, were analysed during the third phase of the study. Generally, the fact that universities offer polytechnic education does not influence the SIGQ models of these HEI. Analysing the quality manuals of these institutions and the interviews with the quality managers also made it possible to identify DF, which include: the SIGQ models are aligned with the areas of analysis of the A3ES audit process, which facilitates the certification process; the Rector or one of the Vice-Rectors / Pro-Rectors of the institution is responsible for coordinating the SIGQ; the SIGQ is supported by an integrated information system; there is a single structure responsible for publishing information; and a meta-assessment of the SIGQ is carried out.

By analysing the SIGQ of the HEI described above, it was possible to identify DF in the SIGQ of the IUM and its schools, as well as specificities related to the current status of MHE, including: an incomplete legislative framework, the autonomy defined in Decree-Law No. 249/2015, the military status of the institutions, their hierarchical interconnection and their end customer. The study's GO was accomplished by compiling a set of guidelines to design the SIGQIUM (which includes all the IUM schools), in compliance with the standards defined for quality in national higher education: appointing the IUM Commandant as the person responsible for coordinating the implementation and management of the SIGQIUM; creating a SIGQIUM Monitoring Committee chaired by the IUM Commandant; creating quality subcommittees for each school and area of intervention (e. g. teaching, research, Scientific Committees, Pedagogical Committees); including IUM stakeholders, both internal (e.g. Commanders / Heads of the IUM and the schools, students) and external (e.g. EMGFA, Branches and GNR) in the Monitoring Committee or its subcommittees; creating a decentralised structure for the Assessment and Quality Office, with the main hub at the IUM (in Pedrouços) and delegations in the autonomous schools; creating a strategic plan for the IUM that includes the autonomous schools and a quality policy comprehensive enough to accommodate the interests of the EMGFA, the Branches and the GNR; carrying out a meta assessment of the SIGQIUM; creating monitoring, assessment and continuous improvement mechanisms in all the IUM, for all areas of intervention, supported by procedures and flags (e. g. procedures for detecting instances of poor quality, the respective improvement plans, and a dashboard to monitor the SIGQIUM); implementing an information system that integrates all information provided by the SIGQIUM; implementing the SIGQIUM instruments (e.g. surveys addressed to students, teaching staff, researchers and non teaching staff; quality reports on all areas of intervention), which should be systematised and automated through the information system of the SIGQIUM.

Several challenges to the implementation of the SIGQ were identified and should be addressed (e.g. by creating mechanisms to reduce the effects of the high turnover rates of the IUM's human resources and by training the actors on how to use the SIGQ information system to ensure that it is both accepted and effective).

Furthermore, the study served to advance the knowledge in this field of study by identifying the DF of the SIGQ of HEI, which should be taken into account when designing



and operating these systems, and which correspond to the areas of analysis of the A3ES audit process, as well as the challenges to the implementation of these systems.

## References

- Accreditation, Certification and Quality Assurance Institute. (2022, 02 April). ACQUIN Accreditation Agency [Online]. Retrieved from <https://www.acquin.org/>
- Accreditation Organisation of the Netherlands and Flanders. (2022a, 02 April). Royal Military School [Online]. Retrieved from <https://www.nvao.net/nl/besluiten/koninklijke-militaire-school>
- Accreditation Organisation of the Netherlands and Flanders. (2022b, 08 April). Decisions and reports [Online]. Retrieved from <https://www.nvao.net/en/decisions/educations?institutions=faculteit-militaire-wetenschappen-van-de-nederlandse-defensie-academie&p=1>
- Agency for Assessment and Accreditation of Higher Education. (2013a). *Auditoria dos Sistemas Internos de Garantia da Qualidade nas Instituições de Ensino Superior - Manual para o processo de auditoria* [Auditing Internal Quality Assurance Systems in Higher Education Institutions – Manual for the Audit Process]. Lisbon: Author.
- Agency for Assessment and Accreditation of Higher Education. (2013b). *Manual de Avaliação (Sistemas da Qualidade das IES)* [Assessment Handbook (Quality Systems of HEI)]. Lisbon: Author.
- Agency for Assessment and Accreditation of Higher Education. (2015a). ASIGQ/14/00026 — *Relatório preliminar da CAE ao SIGQ da Universidade De Coimbra* [Preliminary report of the EAT audit to the SIGQ of the University of Coimbra]. Retrieved from <https://www.a3es.pt/pt/resultados-acreditacao-2>
- Agency for Assessment and Accreditation of Higher Education. (2015b). ASIGQ/14/00031 — *Relatório preliminar da CAE ao SIGQ do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa* [Preliminary report of the EAT audit to the SIGQ of ISCTE - University Institute of Lisbon]. Retrieved from <https://www.a3es.pt/pt/resultados-acreditacao-1>
- Agency for Assessment and Accreditation of Higher Education. (2016a). *Reference Framework for Internal Quality Assurance Systems in Portuguese Higher Education Institutions (Adapted to the ESG 2015)*. Lisbon: Author. Retrieved from <https://www.a3es.pt/en/accreditation-and-audit/guidelines/audit-internal-systems-quality-assurance>
- Agency for Assessment and Accreditation of Higher Education. (2016b). ASIGQ/15/00036 — *Intenção de decisão do CA referente ao SIGQ do Instituto de Estudos Superiores Militares*. [Decision of the Board of Directors on the SIGQ of the Institute of Higher Military Studies] Retrieved from <https://www.a3es.pt/pt/resultados-acreditacao>
- Agency for Assessment and Accreditation of Higher Education. (2017a). ASIGQ/17/00009 — *Relatório final da CAE ao SIGQ da Universidade De Aveiro* [Final report of the EAT audit to the SIGQ of the University of Aveiro]. Retrieved from <https://www.a3es.pt/pt/resultados-acreditacao-7>
- Agency for Assessment and Accreditation of Higher Education. (2017b). ASIGQ/17/00010 — *Relatório final da CAE ao SIGQ da Universidade do Porto* [Final report of the EAT

- audit to the SIGQ of the University of Porto]. Retrieved from <https://www.a3es.pt/pt/resultados-acreditacao-5>
- Agency for Assessment and Accreditation of Higher Education. (2018a). *AINST/16/00034 - Avaliação Institucional do IUM - Relatório final da CAE*. [Institutional Assessment of the IUM – Final report of the EAT] Retrieved from <https://www.a3es.pt/pt/resultados-acreditacao-94>
- Agency for Assessment and Accreditation of Higher Education. (2018b). *Guidelines for Self-Assessment of Study Programmes in Operation (ACEF/PERA 2023-2028) and PERA 2018-2023*. Lisbon: Author. Retrieved from <https://www.a3es.pt/en/accreditation-and-audit/guidelines/assessment/accreditation-study-programmes-operation>
- Agency for Assessment and Accreditation of Higher Education. (2018c). *ASIGQ/17/00011 — Relatório final da CAE ao SIGQ da Universidade do Algarve* [Final report of the EAT audit to the SIGQ of the University of Algarve]. Retrieved from <https://www.a3es.pt/pt/resultados-acreditacao-9>
- Agency for Assessment and Accreditation of Higher Education. (2020a). *Auditing Internal Quality Assurance Systems in Higher Education Institutions – Manual for the Audit Process*. Lisbon: Author. Retrieved from <https://www.a3es.pt/en/accreditation-and-audit/guidelines/audit-internal-systems-quality-assurance>
- Agency for Assessment and Accreditation of Higher Education. (2020b). *ASIGQ/19/0000003 — Relatório final da CAE ao SIGQ da Universidade do Minho* [Final report of the EAT audit to the SIGQ of the University of Minho]. Retrieved from <https://www.a3es.pt/pt/resultados-acreditacao-112>
- Agency for Assessment and Accreditation of Higher Education. (2020c). *ASIGQ/19/0000002 — Relatório final da CAE ao SIGQ da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro* [Final report of the EAT audit to the SIGQ of the University of Trás-os-Montes and Alto Douro]. Retrieved from <https://www.a3es.pt/pt/resultados-acreditacao-102>
- Agency for Assessment and Accreditation of Higher Education. (2020d). *ASIGQ/19/0000005 — Relatório preliminar da CAE ao SIGQ da Universidade Aberta* [Preliminary report of the EAT audit to the SIGQ of Open University Portugal]. Retrieved from <https://www.a3es.pt/pt/resultados-acreditacao-103>
- Agency for Assessment and Accreditation of Higher Education. (2020e). *ASIGQ/19/0000013 — Relatório final da CAE ao SIGQ da Universidade de Évora* [Final report of the EAT audit to the SIGQ of the University of Évora]. Retrieved from <https://www.a3es.pt/pt/resultados-acreditacao-118>
- Agency for Assessment and Accreditation of Higher Education. (2021a, 18 November). *Accreditation Process Results - Accreditation of Study Programmes* [Online]. Retrieved from <https://www.a3es.pt/en/accreditation-and-audit/accreditation-process-results/accreditation-study-programmes>
- Agency for Assessment and Accreditation of Higher Education. (2021b, 07 December). *Accreditation Process Results / Certification of Internal Quality Assurance*

- Systems [Online]. Retrieved from <https://www.a3es.pt/en/accreditation-and-audit/accreditation-process-results/certification-internal-quality-assurance-systems>
- Agency for Assessment and Accreditation of Higher Education. (2021c). *Strategic Plan 2021-2024*. Lisbon: Author. Retrieved from <https://www.a3es.pt/en/node/85269>
- Agency for Assessment and Accreditation of Higher Education. (s.d.). *Glossário da A3ES* [A3ES Glossary]. Lisbon: Author. Retrieved from <https://www.a3es.pt/pt/documentos/documentos/glossario>.
- Agency for Quality Assurance and Accreditation Austria. (2022, 02 April). Decisions of universities of applied sciences [Online]. Retrieved from [https://www.aq.ac.at/de/akkreditierte-hochschulen-studien/entscheidungen\\_fh.php](https://www.aq.ac.at/de/akkreditierte-hochschulen-studien/entscheidungen_fh.php)
- Air Force Academy. (2015). *Manual da Qualidade*. [Quality Manual] Sintra: Author.
- Belgian Royal Military Academy. (2022, 02 April). Wellcome [Online]. Retrieved from <https://www.rma.ac.be/fr/a-propos-de-lerm/bienvenue>
- Bologna Process Ministerial Conference (2003, September). *Realising the European Higher Education Area. Communiqué of the Conference of Ministers responsible for Higher Education*, Berlin. Retrieved from <http://www.ehea.info/page-ministerial-conference-berlin-2003>
- Bologna Process Ministerial Conference (2005, May). *The European Higher Education Area - Achieving the Goals. Communiqué of the Conference of European Ministers Responsible for Higher Education*, Bergen. Retrieved from <http://www.ehea.info/page-ministerial-conference-bergen-2005>
- Bologna Process Ministerial Conference (2015, May). *Communiqué of the Conference of Ministers responsible for Higher Education*, Yerevan. Retrieved from <http://www.ehea.info/page-ministerial-conference-yerevan-2015>
- Borges, J. (2005). Uma Cronologia da História do Ensino Superior Militar em Portugal [A Chronology of the History of Military Higher Education in Portugal]. *Revista Militar*, (2440), pp. 445-451. Retrieved from <https://www.revistamilitar.pt/artigo/128>
- Bulgarian National Evaluation and Accreditation Agency. (2022, 02 April). Accredited Institutions - Higher Education Institutions [Online]. Retrieved from <https://www.neaa.government.bg/akreditirani-institucii/visshi-uchilischa>
- Bundeswehr University Hamburg - Helmut Schmidt University. (2022, 02 April). Homepage [Online]. Retrieved from <https://www.hsu-hh.de/>
- Bundeswehr University Munich. (2022, 02 April). Homepage [Online]. Retrieved from <https://www.unibw.de/home-en>
- Callado-Muñoz, F., & Utrero-González, N. (2019). Integration in the European higher education area: the case of military education. *Defence Studies*, 19(4), pp. 373–391. doi:10.1080/14702436.2019.1681897
- Cardoso, S., Rosa, M. J., Videira, P., & Amaral, A. (2017). Internal quality assurance systems: “tailor made” or “one size fits all” implementation? *Quality Assurance in Education*, 25(3), pp. 329-342. doi:10.1108/QAE-03-2017-0007

- Cardoso, S., Rosa, M. J., Videira, P., & Amaral, A. (2019). Internal quality assurance: *A new culture or added bureaucracy? Assessment & Evaluation in Higher Education*, 44(2), pp. 249-262. doi:10.1080/02602938.2018.1494818
- Centre for Quality Assessment in Higher Education. (2022, 07 April). Evaluation results [Online]. Retrieved from <https://www.skvc.lt/default/lt/kokybe/universitetai-generolono-jono-zemaicio-lietuvos-karo-akademija>
- Centro Universitario de la Defensa en la Escuela Naval Militar de Marín. (2022, 03 April). Presentation [Online]. Retrieved from <https://cud.uvigo.es/en/presentation/>
- Centros Universitarios de la Defensa. (2022, 03 April). Centros Universitarios de la Defensa [Online]. Retrieved from <http://www.tecnologiaeinnovacion.defensa.gob.es/es-es/Presentacion/OrganizacionID/Paginas/CentrosUniversitarios.aspx>
- Constitutional Law No. 1/2005 of 12 August (2005). *Seventh revision of the Constitution of the Portuguese Republic, approving and decreeing the Constitution of 10 April of 1976*. Journal of the Republic, 1st Series, 155, 4642-4686. Lisbon: Portuguese Parliament.
- Croatian Agency for Science and Higher Education. (2022, 02 April). Overview of external evaluations in higher education and science [Online]. Retrieved from <https://www.azvo.hr/ishodi-vrednovanja/>
- Croatian Military Academy Dr. Franjo Tuđman. (2022, 02 April). About the Croatian Military College [Online]. Retrieved from <https://www.morh.hr/o-nama-hvu/>
- Czech Republic University of Defence. (2022, 08 April). University scope [Online]. Retrieved from [https://www.unob.cz/en/university/Pages/university\\_scope.aspx](https://www.unob.cz/en/university/Pages/university_scope.aspx)
- Danish Accreditation Council of the Minister of Education. (2022, 02 April). Decisions [Online]. Retrieved from <https://akkrediteringsraadet.dk/database/?query=1&Institution%5B%5D=Forsvarsakademiet>
- Decree-Law No. 17/2019 of 22 January (2019). *Regulates the Military Polytechnic Unit and enshrines the specificities of the polytechnic component of military higher education in the context of polytechnic higher education*. Journal of the Republic, 1st Series, 15, 462-468. Lisbon: Presidency of the Council of Ministers.
- Decree-Law No. 249/2015 of 28 October (2015). *Approves the organization of military higher education, enshrining its specificities in the context of higher education, and approves the Statute of the Military University Institute*. Journal of the Republic, 1st Series, 211, 9298-9311. Lisbon: Ministry of National Defence.
- Decree-Law No. 369/2007 of 05 November (2007). *Creates the Agency for Assessment and Accreditation of Higher Education*. Journal of the Republic, 1st Series, 211, 8032-8040. Lisbon: Ministry of Science, Technology and Higher Education.
- Decree-Law No. 37/2008 of 05 March (2008). *Applies to military public higher education Decree Law No. 74/2006 of March 24, which establishes the legal system for higher education degrees and diplomas*. Journal of the Republic, 1st Series, 46, 1382-1387. Lisbon: Ministry of National Defence.

- Decree-Law No. 74/2006 of 24 March (2006). *Approves the legal system for higher education degrees and diplomas (including all updates up to Decree Law No. 27/2021, 16 April.* Journal of the Republic, 1st Series, 60, 2242-2257. Lisbon: Ministry of Science, Technology and Higher Education.
- Directorate-General for Higher Education. (2021, 06 December). Courses and Higher Education Institutions [Online]. Retrieved from [https://www.dges.gov.pt/en/pesquisa\\_cursos\\_instituicoes](https://www.dges.gov.pt/en/pesquisa_cursos_instituicoes)
- Duarte, R., Duarte, J., Gonçalves, H., Nobre, Â. L., Ribeiro, J. S., & Pires, A. R. (2016, June). *A gestão da qualidade como promotora da mudança em Instituições de Ensino Superior* [Quality management as a driver of change in Higher Education Institutions.]. Paper presented at the VII Meeting of Quality Researchers of the Portuguese Association for Quality, Troia. Retrieved from <https://publicacoes.rigual.org/troia-vii->
- Dutch Defence Academy. (2022, 08 April). Defence Academy [Online]. Retrieved from <https://www.defensie.nl/onderwerpen/defensieacademie>
- EQUIP. (2016). *Comparative Analysis of the ESG 2015 and ESG 2005*. Retrieved from <https://www.enqa.eu/publications/comparative-analysis-of-the-esg-2015-and-esg-2005/>
- European Association for Quality Assurance in Higher Education. (2005). *Standards and Guidelines for Quality Assurance in the European Higher Education Area - ESG 2005*. Bergen: Author. Retrieved from <http://www.ehea.info/page-ministerial-conference-bergen-2005>
- European Association for Quality Assurance in Higher Education. (2011). *Mapping the Implementation and Application of the ESG (MAP-ESQ Project)*. Occasional Papers, 17. Brussels: Author. Retrieved from <https://www.enqa.eu/publications/>
- European Association for Quality Assurance in Higher Education, The European Students' Union, The European University Association, & European Association of Institutions in Higher Education. (2015). *Standards and Guidelines for Quality Assurance in the European Higher Education Area - ESG 2015*. Brussels: Authors. Retrieved from <https://www.enqa.eu/esg-standards-and-guidelines-for-quality-assurance-in-the-european-higher-education-area/>
- European Commission. (2021, 23 November). Education and Training Area - ECTS and quality assurance [Online]. Retrieved from [https://education.ec.europa.eu/sites/default/files/document-library-docs/ects-users-guide\\_en.pdf](https://education.ec.europa.eu/sites/default/files/document-library-docs/ects-users-guide_en.pdf)
- European External Action Service, European Security and Defence College, & Paile-Calvo, S. (2016). *From European Mobility to Military Interoperability: Exchanging Young Officers, Knowledge and Know-How*. Luxembourg: Authors. doi:10.2855/483120
- European Quality Assurance Register for Higher Education. (2022, 01 April). Database of External Quality Assurance Results [Online]. Retrieved from <https://www.eqar.eu/qa-results/search/by-institution/>
- Estonian Academy of the Defence Forces. (2022, 03 April). The Academy [Online]. Retrieved from <https://www.kvak.ee/akadeemiast/>

- Estonian Quality Agency for Higher and Vocational Education. (2022, 04 April). Institutional accreditation decisions and reports [Online]. Retrieved from <https://ekka.edu.ee/en/universities/institutional-accreditation/assessment-decisions-reports/>
- Ferdinand I Military Technical Academy. (2022, 08 April). Quality assurance [Online]. Retrieved from <https://mta.ro/asigurarea-calitatii>
- Finnish Education Evaluation Centre. (2017). *Maanpuolustuskorkeakoulun Auditointi*. Helsinki: Author. Retrieved from: [https://karvi.fi/wp-content/uploads/2017/03/KARVI\\_0817.pdf](https://karvi.fi/wp-content/uploads/2017/03/KARVI_0817.pdf)
- Finnish Education Evaluation Centre. (2022, 05 April). Audits of higher education institutions 2018–2024 [Online]. Retrieved from <https://karvi.fi/en/higher-education/audits-higher-education-institutions-2018-2024/>
- Finnish National Defence University. (2022, 05 April). General information [Online]. Retrieved from <https://maanpuolustuskorkeakoulu.fi/en/general-information>
- Freixo, M. J. (2012). *Metodologia Científica - Fundamentos Métodos e Técnicas* (4th Ed.). Lisbon: Instituto Piaget.
- French Air and Space School. (2022, 04 April). Homepage [Online]. Retrieved from <https://www.ecole-air-espace.fr/>
- French Naval Academy. (2022, 04 April). Homepage [Online]. Retrieved from <https://www.ecole-navale.fr/en>
- French War School. (2022, 04 April). Homepage [Online]. Retrieved from <https://ecoledeguerre.paris/>
- General Jonas Žemaitis Military Academy of Lithuania. (2022, 07 April). Strategy of the Academy [Online]. Retrieved from <https://www.lka.lt/strategy-of-the-academy/>
- Georgi Benkovski Bulgarian Air Force Academy. (02 April 2022). Accreditation [Online]. Retrieved from <https://www.af-acad.bg/about/acreditation>
- Hellenic Air Force Academy. (2022, 06 April). Certificate [Online]. Retrieved from [https://hafa.haf.gr/wp-content/uploads/2021/12/certificate\\_en.pdf](https://hafa.haf.gr/wp-content/uploads/2021/12/certificate_en.pdf)
- Hellenic Army Academy. (2022, 06 April). Certificate [Online]. Retrieved from [https://sse.army.gr/sites/sse.army.gr/files/attachments/apofasi\\_pistopoiisis\\_toy\\_esoterikoy\\_systematos\\_diasfalisis\\_poiotitas\\_tis\\_stratitotikis\\_sholis\\_eyelpidon\\_0.pdf](https://sse.army.gr/sites/sse.army.gr/files/attachments/apofasi_pistopoiisis_toy_esoterikoy_systematos_diasfalisis_poiotitas_tis_stratitotikis_sholis_eyelpidon_0.pdf)
- Hellenic Authority for Higher Education. (2022, 06 April). External Evaluation Reports of Academic Units [Online]. Retrieved from <https://www.ethaae.gr/en/quality-assurance/external-evaluation-reports>
- Hellenic Naval Academy. (2022, 06 April). Certificate [Online]. Retrieved from [https://www.hna.gr/snd/Docs/modip/esdp\\_certification\\_en.pdf](https://www.hna.gr/snd/Docs/modip/esdp_certification_en.pdf)
- Henri Coanda Air Force Academy HCAFA. (2022, 08 April). Homepage [Online]. Retrieved from <https://www.afahc.ro/>
- High Council for Evaluation of Research and Higher Education. (2022, 04 April). Institutions/Organizations Assessed [Online]. Retrieved from [https://www.hceres.fr/en/recherche-une-publication/evaluer?key=&date\\_from=&date\\_to=](https://www.hceres.fr/en/recherche-une-publication/evaluer?key=&date_from=&date_to=)
- Higher Naval School N. J. Vaptsarov. (2022, 02 April). Accreditation [Online]. Retrieved from <http://www.naval-acad.bg/about-us-bg/accreditation>



- International Organization for Standardization. (2015). *Quality management principles*. Geneva: Author. Retrieved from <https://www.iso.org/publication/PUB100080.html>
- Irish Military College. (2022, 06 April). The Military College [Online]. Retrieved from <https://www.military.ie/en/who-we-are/army/defence-forces-training-centre/the-military-college/>
- Italian Air Force Academy. (2022, 07 April). University [Online]. Retrieved from <https://www.academiaaeronautica.it/universita/>
- Kohoutek, J. (2016). Deconstructing Institutionalisation of the European Standards for Quality Assurance: From Instrument Mixes to Quality Cultures and Implications for International Research. *Higher Education Quarterly*, 70(3), pp. 301–326. doi:10.1111/hequ.12093
- Latvian Quality Agency for Higher Education. (2022, 07 April). National Defence Academy of Latvia [Online]. Retrieved from <https://eplatforma.aika.lv/index.php?r=site%2Fhei%2Fprograms&id=43>
- Law No. 38/2007 of 16 de August (2007). *Approves the legal framework for higher education evaluation (including the changes introduced by Law No. 94/2019 of 04 September)*. Journal of the Republic, 1st Series, 157, 5310-5313. Lisbon: Portuguese Parliament.
- Law No. 62/2007 of 10 September (2007). *Establishes the legal framework for higher education institutions*. Journal of the Republic, 1st Series, 174, 6358-6389. Lisbon: Portuguese Parliament.
- Magalhães, L. J. (2020). *O enquadramento do IUM no contexto do modelo de governança pública* [The integration of the IUM in the public governance model] (Individual research work prepared for the Joint Staff Course). Military University Institute. Retrieved from <http://hdl.handle.net/10400.26/33117>
- Manatos, M. J., Sarrico, C. S., & Rosa, M. J. (2015). The integration of quality management in higher education institutions: a systematic literature review. *Total Quality Management & Business Excellence*, 28(1-2), pp. 159-175. doi:10.1080/14783363.2015.1050180
- Military Academy. (2022). *Manual da Qualidade - Versão 02.2* [Quality Manual – Version 02.2] Lisbon: Author.
- Military Academy of Saint-Cyr Coëtquidan. (2022, 04 April). The Academy [Online]. Retrieved from <https://www.st-cyr.terre.defense.gouv.fr/index.php/L-Academie/L-Ecole-Speciale-Militaire-de-Saint-Cyr>
- Military School Directory. (2022, 26 de March). Alpha Listing of International Military Schools [Online]. Retrieved from <https://militaryschooldirectory.com/>
- Military University Institute. (2017). *Manual da Qualidade - Edição 3.0* [Quality Manual – Edition 3.0] Pedrouços: Author.
- Military University of Land Forces. (2022, 08 April). University [Online]. Retrieved from <https://www.wojsko-polskie.pl/awl/en/awl-university/>
- Military University of Technology of Poland. (2022, 08 April). About Military University of Technology [Online]. Retrieved from <https://www.wojsko-polskie.pl/wat/en/about-military-university-technology/>

- Mircea cel Batran Naval Academy. (2022, 08 April). Homepage [Online]. Retrieved from <https://www.anmb.ro/#gsc.tab=0>
- National Accreditation Bureau for Higher Education. (2022, 08 April). Reports on external evaluation of higher education institutions [Online]. Retrieved from <https://www.nauvs.cz/index.php/cs/kontrolni-cinnost/158-vnejsi-hodnoceni-2020>
- National Defence Academy of Latvia. (2022, 07 April). About us [Online]. Retrieved from <https://www.naa.mil.lv/index.php/en/about-us>
- National Defense University Carol I. (2022, 08 April). Quality assurance [Online]. Retrieved from <https://www.unap.ro/index.php/ro/prezentare/asigurarea-calitatii>
- National Military University Vasil Levski. (2022, 02 April). Institutional Accreditation [Online]. Retrieved from <https://www.nvu.bg/en/node/3>
- Naval School. (2015). *Manual da Qualidade* [Quality Manual]. Alfeite: Author.
- Nicolae Balcescu Land Forces Academy. (2022, 08 April). High degree of confidence [Online]. Retrieved from [https://www.armyacademy.ro/grad\\_ridicat.php](https://www.armyacademy.ro/grad_ridicat.php)
- Nicolau, R. (2016). *Contributos para o Sistema Interno de Garantia da Qualidade da FCT NOVA* [Proposal of indicators for the Internal Quality Assurance System of the FCT NOVA]. (Master's dissertation in Industrial Engineering and Management). NOVA University of Lisbon. Retrieved from <https://run.unl.pt/handle/10362/21787>
- Norwegian Agency for Quality Assurance in Education. (2021). *Systematic quality work in higher education*. Lysaker: Autor. Retrieved from [https://www.nokut.no/siteassets/tilsyn-og-kvalitetsarbeid/veiledning-til-systematisk-kvalitetsarbeid-hoyere-utdanning\\_01092021.pdf](https://www.nokut.no/siteassets/tilsyn-og-kvalitetsarbeid/veiledning-til-systematisk-kvalitetsarbeid-hoyere-utdanning_01092021.pdf)
- Norwegian Agency for Quality Assurance in Education. (2022a, 08 April). Overview of all audits [Online]. Retrieved from <https://www.nokut.no/utdanningskvalitet/tilsyn-med-det-systematiske-kvalitetsarbeidet/oversikt-over-alle-tilsyn/>
- Norwegian Agency for Quality Assurance in Education. (2022b, 08 April). Evaluation of system for quality assurance of education 2011–2014 [Online]. Retrieved from <https://www.nokut.no/publikasjoner-og-kunnskap/evaluering-av-system-for-kvalitetssikring/>
- Norwegian Defence University College. (2022, 08 April). The Norwegian Defence University College [Online]. Retrieved from <https://www.forsvaret.no/en/organisation/nduc>
- Pires, A. R., Gonçalves, H., & Duarte, J. (2015, November). *Sistemas de Gestão da Qualidade em IES: Experiências, Resultados e Perspetiva*. [Quality Management Systems in HEI: Experiences, Results and Perspective]. Paper presented at the 5th FORGES Conference: Autonomy and the Governance and Management Models of Higher Education Institutions, Coimbra. Retrieved from [http://www.aforges.org/wp-content/uploads/2016/11/4-Antonio-Ramos-Pires-et-al\\_Sistemas-da-gestao-da-qualidade.pdf](http://www.aforges.org/wp-content/uploads/2016/11/4-Antonio-Ramos-Pires-et-al_Sistemas-da-gestao-da-qualidade.pdf)
- Polish Accreditation Committee. (2022, 08 April). Database of the evaluated higher education institutions, units and programmes [Online]. Retrieved from <https://www.pka.edu.pl/en/database-of-the-assessed-higher-education-institutions-units-and-programmes/>
- Polish Air Force University. (2022, 08 April). Homepage [Online]. Retrieved from <https://mua.law.mil.pl/index.php/en/>



- Polish Naval Academy. (2022, 08 April). Homepage [Online]. Retrieved from <https://www.amw.gdynia.pl/index.php/en/>
- Polish War Studies University. (2022, 08 April). Homepage [Online]. Retrieved from <https://www.wojsko-polskie.pl/aszwoj/en/>
- Quality and Qualifications Ireland. (06 April de 2022). Homepage [Online]. Retrieved from <https://www.qqi.ie/>
- Rakovski National Defence College. (2022, 02 April). About us [Online]. Retrieved from <https://rncd.bg/en/about/>
- Regulation No. 392/2013 of 01 October. (2013). *Approves the regime for the assessment and accreditation procedures of higher education institutions and their study programmes*. Journal of the Republic, 2.ª Série, 200, 31108-31113. Lisbon: A3ES.
- Regulation No. 959/2021, de 08 de November. (2021). *Regulation of the Integrated Quality Management System of the University of Trás-os-Montes and Alto Douro*. Journal of the Republic, 2nd Series, 216, 179-181. Lisbon: UTAD.
- Romanian Agency for Quality Assurance in Higher Education. (2022, 08 April). Institutional Evaluations [Online]. Retrieved from <http://arhiva.aracis.ro/104/?L=2>
- Rosa, M. J., Sarrico, C. S., & Amaral, A. (2012). Implementing Quality Management Systems in Higher Education Institutions. In: IntechOpen (Ed.), *Quality Assurance and Management* (pp. 129-146). doi: 10.5772/33922
- Rosa, M. J., Sarrico, C. S., Machado, I., & Costa, C. (2015). *Importância e Grau de Implementação dos Referenciais da A3ES nas Instituições de Ensino Superior Portuguesas* [Importance and Degree of Implementation of the A3ES Reference Points in Portuguese Higher Education Institutions]. A3ES Readings, 13. Lisbon: Agency for Assessment and Accreditation of Higher Education. Retrieved from <https://www.a3es.pt/pt/documentos/publicacoes/serie-a3es-readings>
- Royal Danish Defence College. (2022, 02 April). Organization and strategy [Online]. Retrieved from <https://www.fak.dk/da/om-os/organisation/>
- Ruivo, I., Rato, L., Quaresma, P., Carvalho, A., Miguéns, C., Cristóvão, D., ... Marrafa, G. (2014, November). *O sistema interno de promoção e garantia da qualidade e o sistema de informação integrado da Universidade de Évora* [The internal quality promotion and assurance system and the integrated information system of the University of Évora]. Paper presented at the 4th FORGES Conference - Expansion of Higher Education in CPLP Countries: challenges, strategies, quality and assessment. Luanda and Lubango. Retrieved from [http://www.aforges.org/wp-content/uploads/2017/03/18-Iruivo\\_et-al\\_O-sistema-interno-de-promoc\\_a\\_o.pdf](http://www.aforges.org/wp-content/uploads/2017/03/18-Iruivo_et-al_O-sistema-interno-de-promoc_a_o.pdf)
- Santos, I., & Dias, G. (2017). A comprehensive internal quality assurance system at University of Minho. *International Journal of Quality & Reliability Management*, 34(2), pp. 278-294. doi:10.1108/IJQRM-04-2015-0063
- Santos, L. A. B., & Lima, J. M. M. (Coord.) (2019). *Orientações metodológicas para a elaboração de trabalhos de investigação*. [Methodological Guidelines for the Elaboration of

- Research Papers] (2nd ed., revised and updated). IUM Notebooks, 8. Lisbon: Military University Institute.
- Santos, S. M. (2011). *Comparative Analysis of European Processes for Assessment and Certification of Internal Quality Assurance Systems*. A3ES Readings, 1. Retrieved from <https://www.a3es.pt/pt/documentos/publicacoes/serie-a3es-readings>
- Sarmiento, M. (2013). *Metodologia científica para a elaboração, escrita e apresentação de teses*. Lisbon: Universidade Lusíada Editora.
- Schmidt, E. K. (2017). Quality assurance policies and practices in Scandinavian higher education systems: convergence or different paths? *Journal of Higher Education Policy and Management*, 39(3), pp. 247–265. doi:10.1080/1360080X.2017.1298194
- Serralheiro, A. V., & Morais, G. (2019). *The Quality Systems' Certification in the Framework of ISO and A3ES and the Importance of the Involvement of Audit*. Paper presented at the 2019 14th Iberian Conference on Information Systems and Technologies (CISTI) held by IEEE, Coimbra. doi:10.23919/CISTI.2019.8760951
- Smart-Qual. (2021). IO1.A1 - *State of the Art of the Quality Management System of HEIs - Clustering Document*. Retrieved from <https://smartqual.eu/#use-our-results>
- Swedish Defence University. (2022, 08 April). A unique academic environment [Online]. Retrieved from <https://www.fhs.se/en/swedish-defence-university/about-sedu/a-unique-academic-environment.html>
- Swedish Higher Education Authority. (08 April de 2022). What we do [Online]. Retrieved from <https://english.uka.se/>
- Theresan Military Academy. (2022, 02 April). Organisation [Online]. Retrieved from <https://www.milak.at/en/about-us/organisation>
- University of Évora. (2015). *Manual da Qualidade - Sistema Interno de Garantia da Qualidade - MQ-01/V01* [Quality Manual - Internal Quality Assurance System - MQ-01/V01]. Retrieved from <https://www.uevora.pt/universidade/qualidade/SIGQ-UE>
- University of Trás-os-Montes. (2022). *Integrated Quality Management System Manual – Edition 03* Retrieved from <https://www.utad.pt/gesqua/en>
- University of Algarve. (2020). *Quality Manual - Version 2.1*. Retrieved from <https://www.ualg.pt/en/quality>
- University of Minho. (2019). *Quality Manual - Synopsis of the Internal System for Quality Assurance of UMinho - MQ-2.0*. Retrieved from <https://www.uminho.pt/EN/uminho/Quality/SIGAQ-UM/Pages/default.aspx>



# CONFLITO RÚSSIA-UCRÂNIA – O IMPACTO DAS SANÇÕES ECONÓMICAS NA RÚSSIA – UMA REVISÃO NARRATIVA DA LITERATURA

## *THE RUSSIA-UKRAINE CONFLICT – THE IMPACT OF ECONOMIC SANCTIONS ON RUSSIA – A NARRATIVE LITERATURE REVIEW*

**Ana Carina da Costa e Silva Martins Esteves**

Tenente-coronel Administradora Aeronáutica da Força Aérea Portuguesa  
Docente no Instituto Universitário Militar  
Rua de Pedrouços, 1449-027, Lisboa, Portugal  
ana.esteves.lx@gmail.com

### **Resumo**

O presente estudo tem como objetivo examinar os efeitos das sanções económicas na Rússia no contexto do conflito Rússia-Ucrânia, que teve início a 24 de fevereiro de 2022. Adotou-se a revisão narrativa da literatura como metodologia, tendo por base artigos recolhidos no dia 11 de abril de 2023 de fonte aberta, e com data posterior a fevereiro de 2022, que contivessem “*impact*”, “*santions*” e “*Russia*” no título. Foram incluídos oito estudos na revisão, obtidos no Google Scholar e na *Open Knowledge Maps*, que abrangeram diferentes origens e captaram o impacto de sanções comerciais e de sanções financeiras. Os oito estudos demonstram o impacto das sanções financeiras e económicas no enfraquecimento da economia russa, designadamente nas variáveis exportações, importações, rublo, indústrias, PIB, desemprego, inflação e taxa de câmbio. A grande maioria dos autores avaliou o impacto como mitigado, no início, por estratégias russas, mas que está a tornar-se cada vez mais visível. Defendem, por isso, manter as sanções e refiná-las. Concluímos que as sanções foram aplicadas sobre condições que a teoria das sanções mais recente refere como eficaz. Estudos futuros devem dar continuidade ao acompanhamento do impacto das sanções ao longo do tempo e, com particular importância para as Forças Armadas, a investigação sobre contrassanções. Destacamos, como limitações, a ausência de dados oficiais da Rússia.

**Palavras-chave:** Rússia, impacto, sanções económicas.

### **Abstract**

*This study examines the effects of the economic sanctions imposed on Russia due to the conflict between Russia and Ukraine, which began in 24 February 2022. The methodology used in the study is a narrative literature review of articles collected from open sources on 11 April 2023.*

**Como citar este artigo:** Esteves, A. C. C. S. M. (2023). Conflito Rússia-Ucrânia - O impacto das Sanções Económicas na Rússia - Uma Revisão Narrativa da Literatura. *Revista de Ciências Militares*, novembro, XI(2), 85-106. Retirado de <https://www.iium.pt/publist/1>

*All articles were published after February 2022 and had titles that contained the words “impact”, “sanctions” and “Russia”. The review focused on eight studies by different authors, obtained from Google Scholar and Open Knowledge Maps, which examine the impact of trade sanctions and financial sanctions. The studies show how financial and economic sanctions have weakened the Russian economy by analysing the following variables: exports, imports, the rouble, industries, GDP, unemployment, inflation and exchange rates. According to most authors, this impact was initially reduced by Russian strategies but is becoming increasingly visible. Therefore, they argue that the sanctions should be maintained and adapted. This review shows that, according to the most recent theories about sanctions, the conditions under which they were applied are effective. Future studies should continue to monitor the impact of sanctions over time and investigate the effects of counter-sanctions, which are particularly relevant for the Armed Forces. One limitation in this study is the lack of official data from Russia.*

**Keywords:** *Military Higher Education; Higher Education Quality Assurance; Portuguese Military University Institute; Internal Quality Assurance System.*

## 1. Introdução

O triunfo da força baseia-se na produção de armas, e esta, por sua vez, na produção em geral – portanto, no “poder económico”. Nada é mais dependente de pré-condições económicas do que as Forças Armadas.  
Engels, 1970

A 24 de fevereiro de 2022 a Rússia violou um dos principais pilares do direito internacional com uma invasão militar à Ucrânia e a anexação das regiões de Donetsk, Lugansk, Zaporíjia e Quérson, com escalada ininterrupta de ataques, ocupação de territórios, mortos e feridos, militares e civis. O Ocidente, com maior protagonismo da União Europeia (UE), no âmbito da Política Externa e de Segurança Comum<sup>1</sup>, e em estreita cooperação com os Estados Unidos (EUA), o Reino Unido, o Canadá, a Austrália e o Japão impôs sanções, sem precedentes em escala e em austeridade, como resposta de desaprovação. Têm como objetivo alterar ações ou políticas, tais como violações do Direito Internacional ou dos Direitos Humanos. À Rússia, em 2022, quase todos os instrumentos de sanções possíveis foram empregues numa soma que ascende a cerca de 3000 sanções.

As sanções, juntamente com as entregas de armas à Ucrânia, tornaram-se as principais ferramentas da política dos EUA em particular, e da estratégia ocidental em geral, em relação às ações da Rússia na Ucrânia (Bubnova, 2022). Sendo a paz mundial um ideal poderoso para o Ocidente, a alteração à segurança global e às relações económicas (Snower, 2022) transformaram a Rússia no país mais sancionado do Mundo. Sanções duras, essencialmente

---

<sup>1</sup> [portaldiplomatico.mne.gov.pt](http://portaldiplomatico.mne.gov.pt)

económicas, foram utilizadas como instrumento não militar de coerção, na designada “revolução das sanções”<sup>2</sup> com vista limitar a capacidade da Rússia travar a guerra (Caprile & Delivorias, 2023) e dificultar a capacidade de financiar o esforço militar, de forma a diminuir mortes e destruição (Nell, 2023).

O Centro de Observação da Guerra e da Paz, do Instituto Universitário Militar, acompanha diariamente a evolução da guerra na Ucrânia e discute semanalmente a pertinência em aprofundar determinados temas. Considerando a adoção sucessiva de pacotes de sanções, já no décimo primeiro pacote de sanções, cientes que os resultados não são lineares (Gaur et al., 2023), envolto em dúvida e ceticismo dos próprios investigadores, com opiniões divergentes. e depois de um ano volvido de guerra, o impacto das sanções económicas na Rússia emergiu como tema relevante para investigar. É nesse âmbito que se desenvolve o presente trabalho exploratório intitulado “conflito Rússia-Ucrânia – o impacto das sanções económicas na Rússia – uma revisão narrativa da literatura” com o objetivo de reunir as informações e as perspetivas mais recentes sobre o impacto das sanções na economia da Rússia e a perceção de que forma estão a ser eficazes. A investigação é orientada pela pergunta de investigação: de que forma as sanções económicas afetam a Rússia?

O interesse da comunidade científica pelo tema tem crescido de forma exponencial desde 2014, tendo aumentado ainda mais desde 2022. Os mais recentes estudos sobre sanções económicas têm versado sobre o conflito Rússia-Ucrânia, procurando investigar se as sanções económicas funcionam (Meyer et al., 2023), rever a efetividade das sanções no contexto (Tsouloufas & Rochat, 2023) ou mesmo o sentimento público que elas provocam (Ngo et al., 2022). Procuram ainda estimar os efeitos das sanções na Rússia (Mahlstein et al., 2022), designadamente das exportações no dólar canadiano (que poderá valoriza a moeda), considerando que o Canadá é um dos principais exportadores de matérias-primas, como o petróleo bruto e o gás natural, que são atingidos pela guerra (Sokhanvar & Lee, 2023).

Os especialistas afirmam que as maiores dificuldades decorrentes das sanções económicas à Rússia surgem na esfera das importações, cujo principal parceiro de importação é exatamente a UE (Shevchenko, 2017), de quem detém uma forte dependência de alta tecnologia, de produtos de engenharia, de medicamentos e de produtos alimentares (Sinyakov et al., 2015). A substituição efetiva das importações, que implica 48 países e cuja participação no produto bruto mundial é de cerca de 60%, torna-se praticamente impossível e a rutura nos laços de integração e de cooperação, não pode deixar de afetar o declínio geral da produtividade do trabalho à escala global, representar a alteração da divisão internacional do trabalho e conduzir à desaceleração da taxa de crescimento global da economia mundial.

A Rússia foi exposta a sanções económicas em 2014 e, por tal, as sanções de 2022 não a apanharam desprevenida. Com efeito resistiu-lhes e aos seus impactos económicos negativos e adaptou-se: fortaleceu o patriotismo e nacionalismo nos russos (Yurgens, 2015); mudou a estratégia diplomática para o Oriente, procurando novas cooperações com os países asiáticos

---

<sup>2</sup> *Timeline* das sanções, consultado em 11 de abril de 2023, disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/sanctions/restrictive-measures-against-russia-over-ukraine/history-restrictive-measures-against-russia-over-ukraine/>

e evitar o isolamento diplomático dos EUA e da UE, como são exemplos a construção de oleoduto para a China, os exercícios militares conjuntos com a Índia “Indra-2014” e o perdão de 90% da dívida da Coreia do Norte com a ex-União Soviética (Kundu & Banerjee, 2023).

A situação da Rússia em 2022 é resultado do impacto das sanções de 2014. Tornou-a alerta para abordar a sua lacuna tecnológica (Gould-Davies, 2020) e adaptar-se a elas (Ashford, 2017), tendo tido efeitos negligenciáveis (Davis, 2016). A Rússia tem vivido e contornado uma série de crises económicas nos últimos 14 anos: em 2008/2009, sofreu uma forte contração de 9%; em 2014/2015 entrou numa nova recessão devido às sanções ocidentais e, mais importante, ao colapso do preço do petróleo; em 2020/2021 sofreu as consequências da pandemia de COVID-19 (Titov, 2022).

A narrativa do Kremlin, a escassez de dados oficiais, a grande quantidade de sanções aplicadas fazem da avaliação do impacto das sanções económicas da Rússia, individuais e em conjunto, uma tarefa que exige especial atenção, recolha e confrontação com diferentes e variadas fontes.

Propomo-nos, com este trabalho, prosseguir o objetivo de examinar os efeitos das sanções económicas na Rússia por via de revisão narrativa da literatura, constituindo-se um primeiro estudo, abrangente e exploratório, dos artigos que vêm sendo publicados depois de um ano de conflito. Começaremos com um enquadramento teórico onde nos referimos às sanções e aos seus objetivos, bem como às determinantes de sucesso ou insucesso das sanções, segue-se a metodologia, apresentamos e discutimos os resultados obtidos com a avaliação do impacto das sanções e por fim, apresentamos a conclusão.

## **2. Enquadramento teórico**

### **2.1 Sanções económicas e seus objetivos**

As sanções económicas são um tipo de diplomacia coerciva (Baldwin, 1985; Hufbauer et al., 1990; Mulder, 2022; Naylor, 2001) que aplica pressão sobre os governos. Trata-se de uma instância de negociação internacional (Lacy & Niou, 2004; Marinov, 2005; Morgan & Miers, 1999; Smith, 1996), alternativa à ação militar, que tem sido amplamente utilizada pelos Estados para alcançar objetivos políticos, alterar ou deter alguma política do estado-alvo.

As sanções económicas são usadas quando a diplomacia falha e enquanto as opções militares parecem muito drásticas. Visam prejudicar a economia do país-alvo, por meio de restrições ou proibições ao comércio de certos bens e serviços, de quebra de laços financeiros ou embargo total, e interromper as relações comerciais, financeiras e de investimento para impor custos (Lektzian & Souva, 2007). Esses custos não são um fim em si mesmos, mas um meio para alcançar objetivos políticos: as sanções traduzem custos económicos em objetivos políticos, criando novos compromissos e realidades, dissuadindo ações futuras, por meio de ameaças de retaliação, transmitindo a determinação de impedir novos comportamentos inaceitáveis, infligindo custos que negam ou limitam a capacidade do alvo de realizar outras ações, mudando o regime ou os transgressores. As sanções podem funcionar, também, para condenar comportamentos inaceitáveis e reafirmar normas e regras violadas para manter a ordem internacional (Gould-Davies, 2023).

Outra perspectiva, menos estudada, é de ver as sanções económicas como meio de precondicionar a guerra, preparando o campo de batalha e as Forças Armadas de uma nação-alvo, apoiando infraestruturas e indústrias estratégicas ou reduzindo os recursos militares e o tempo necessário para alcançar a vitória. Podem reduzir as baixas durante a guerra, tanto na nação-alvo, quanto na nação remetente ou diminuir os custos e o tempo necessários para as atividades de restauração pós-guerra. É necessária uma nova abordagem com uma visão bem definida no sentido de neutralizar os conflitos internacionais, antes que irrompam em guerras totais, desestabilizando ainda mais a comunidade das nações (Boudreau, 1997).

Os países impõem sanções económicas por diversos motivos e objetivos passíveis de ser categorizados: objetivos primários, relacionados com o comportamento e políticas dos alvos; objetivos secundários, relacionados com o *status* internacional dos países sancionadores; e objetivos terciários, que dizem respeito à estrutura e operação do sistema internacional (Barber, 1979). Mais amplamente, por motivos e objetivos da política externa, de conformidade, subversão, dissuasão, simbolismo doméstico e simbolismo internacional (Lindsay, 1986).

A racionalidade política na tomada de decisões sobre sanções económicas é explicada pela teoria de incentivos múltiplos, que se opõe à teoria do dominante belicista, que explica que líderes autoritários são mais propensos a escolher ações militares (Castro, 2012).

As sanções económicas provocam efeitos na economia: em variáveis económicas, comerciais e financeiras. É possível estimar esses efeitos usando modelos econométricos (Bali & Rapelanoro, 2021) ou o modelo “bayesiano VAR” (Pestova & Mamonov, 2019) que constituem ferramentas de simulação, que visam captar os efeitos económicos das medidas coercivas internacionais.

Para projetar sanções eficazes, é necessário identificar claramente o objetivo, compreender as vulnerabilidades do alvo e a sua capacidade de suportar o ónus económico, desenvolver uma estratégia para circunscrever o ónus, enfraquecer a determinação do alvo, refinar continuamente a estratégia e indicar claramente as condições para a remoção de sanções (Nephew, 2018).

Os Estados membros da UE adotaram, até à data, onze pacotes de sanções, com o décimo a marcar um ano desde o início da guerra. Cada pacote alterou e ampliou gradualmente a abrangência dos regimes de sanções adotados a partir de 2014. Das sanções definidas pela UE incluem-se a proibição das transações com empresas industriais militares estatais russas, a desconexão de instituições financeiras russas (do SWIFT, por exemplo), a proibição da exportação para a Rússia de bens e tecnologias de duplo uso, motores *drones*, armas de fogo civis, munições, veículos militares e equipamento paramilitar, a proibição de exportações dos setores da aviação marítima e da tecnologia, por exemplo semicondutores, e a exportação de produtos de luxo para a Rússia, a proibição das importações da Rússia de carvão de petróleo bruto e derivados de petróleo, a imposição de limite preço do petróleo bruto e de produtos petrolíferos russos exportados para países terceiros a proibição de exportações para a Rússia bens e tecnologias no setor de refinaria de petróleo e a proibição de novos investimentos no setor da energia e minério russo (Caprile & Delivorias, 2023).



## 2.2 Determinantes de sucesso ou insucesso das sanções económicas

Quando as sanções são implementadas, existe incerteza sobre a disposição e capacidade do outro estado de suportar o ónus económico a elas associado. Com o passar do tempo, as decisões de continuar, tomadas individualmente pelo alvo e pelo remetente, permitem que ambos os estados atualizem as suas crenças sobre a determinação do outro.

A maior parte do trabalho existente lançou luz sobre os determinantes do sucesso ou fracasso de tais políticas e o efeito das sanções sobre a economia do alvo. Drezner (1999), Hufbauer et al. (2009) e van Bergeijk (2009) fornecem visões gerais pedagógicas sobre o estado da pesquisa a esse respeito. Para análises empíricas, Hufbauer et al. (2009) também se referem a um registo completo de casos de sanções, com ênfase em sanções impostas por americanos e europeus. O banco de dados *Threat and Imposition of Economic Sanctions* (TIES), de Morgan & Bapat (2009) constitui-se como uma segunda fonte muito detalhada para sanções, que abrange mais países emissores e alvos. Ambos os conjuntos de dados fornecem medidas quantitativas sobre o tipo e a intensidade das medidas aplicadas e tentam julgar o seu sucesso ou fracasso em relação aos respetivos objetivos políticos. Caruso (2003) estima os efeitos médios das sanções na segunda metade do século XX, nos fluxos comerciais agregados.

A questão se as sanções económicas funcionam, tem motivado diversos estudos e mostrado controvérsia (Doxey, 1987; Galtung, 1967; Nincic & Wallenstein, 1983; Nossal, 1989) sem a perspetiva de se chegar a um consenso (van Bergeijk, 2021).

Na ausência de capitulação total dos alvos, as sanções ainda podem ser consideradas eficazes, ou pelo menos mais eficazes do que ineficazes, quando extraíam concessões parciais ou se estabeleçam acordos entre países sancionadores e alvos (Baldwin, 1985, 1998; Elliott, 1998; Hufbauer et al., 2007). Certos estudos revelam que, as sanções são ferramentas bem-sucedidas em cerca de 35% das vezes (Hufbauer et al., 2007; Morgan et al., 2014), assumindo que as sanções efetivas são aquelas que resultam no cumprimento total da meta ou, pelo menos, na mudança parcial da política de acordo com os objetivos declarados da política dos remetentes.

O tipo de regime do estado-alvo é um fator importante em ambos os lados da equação de sanções. A presença de um alvo democrático encurta a duração das sanções, independentemente do lado (Allen, 2005).

As sanções podem ser eficazes quando são aplicadas em concertação com outras políticas, como a diplomacia e a cooperação regional, e podem ser mais eficazes quando aplicadas em estágios diferentes, começando com medidas menos punitivas e aumentando a pressão ao longo do tempo, e quando são aplicadas por um grupo de países, em vez de um único país (Hufbauer et al., 2007). As variáveis chave de sucesso apontadas são a imposição de sanções por coalizão multilateral (Morgan & Bapat, 2009; Kaempfer & Lowenberg, 1999; Martin, 1993; Miers & Morgan, 2002), se os custos para o alvo são suficientemente altos (Doxey 1980; Drury 1998; Hufbauer et al., 1990; Morgan & Schwebach, 1997), “sanções inteligentes”, isto é, projetadas de modo a que os custos sejam arcados pelas pessoas certas no estado-alvo

(Cortright & Lopez, 2002; Morgan & Schwebach, 1996) ou até que ponto o remetente e o alvo esperam envolver-se em conflitos futuros (Drezner, 1999). Pesam também as características dos estados envolvidos em episódios de sanções a ponto de alvos democráticos ou estados com instabilidade política interna serem particularmente suscetíveis a sanções (Bolks & Al-Sowayel, 2000; Brooks, 2002; Lektzian & Souva, 2007).

As sanções económicas são bem-sucedidas cerca de um terço das vezes em que são usadas (Hufbauer et al., 1990), enquanto são eficazes em provocar mudanças políticas (Askari et al. 2003; Barber, 1979; Doxey, 1971; Galtung, 1967; Haass, 1998; Kaempfer & Lowenburg, 1988, 1992; Lektzian & Souva, 2007; Pape, 1997; Renwick, 1981; Wallensteen, 1968, 2000).

A efetividade das sanções económicas depende do nível de interdependência económica entre o estado-alvo e o estado sancionador (Drezner, 2003), e têm maior probabilidade de serem eficazes quando combinadas com força militar ou ameaça de força militar (Pape, 1997) e multilaterais (Martin, 1992).

As condições de eficácia de acordo com a abordagem da teoria dos jogos para estudar as sanções económicas argumentam que, devido à interação estratégica, ninguém deve observar a maioria das falhas, mas perder a maior parte do sucesso. Os modelos da teoria dos jogos de coerção económica sugerem que a taxa de sucesso das sanções pode ser subestimada (Dezner, 2003).

Outra vertente da literatura explorou se as sanções direcionadas são mais eficazes do que as sanções comerciais e de investimento convencionais. Sanções direcionadas incluem congelamento de ativos, restrições financeiras à atividade bancária internacional, negação de vendas de bens de luxo, sanções setoriais (por exemplo, embargos de armas e restrições à tecnologia de duplo uso) e restrições de viagens. As sanções convencionais foram as medidas preferidas no século XX, tendo sido substituídas pelas sanções direcionadas como as ferramentas coercivas favoritas nas últimas duas décadas, pela expectativa de que elas seriam mais bem-sucedidas ao exercerem mais pressão direta sobre os principais atores-alvo e suas coalizões de apoio.

Num estudo com informações detalhadas sobre 23 episódios de sanções direcionadas da ONU, as medidas direcionadas atingiram o seu objetivo principal em apenas 22% dos casos, o que é inferior à taxa geral de sucesso das sanções convencionais (Hufbauer et al., 1990) (34%) e bases de dados TIES (37,5%) (Biersteker et al., 2016), resultado atenuado por Pape (1997), que reduziu a taxa de sucesso das sanções, no mesmo período, para 5%. De outra forma, a taxa de sucesso das sanções financeiras dos EUA pode ser uma exceção notável à taxa de sucesso relativamente baixa das sanções direcionadas. Analisando dados de 22 casos de sanções financeiras dos EUA desde 11 de setembro de 2001, eles relatam que as sanções financeiras funcionam cerca de 40% das vezes (Rosenberg et al, 2016).

De outra perspectiva, as medidas coercivas têm efeitos imprevisíveis que são, paradoxalmente - Paradoxo de Giffen - do próprio interesse dos países visados (Nureev & Petrakov, 2016). Além disso, o estudo de Jones & Whitworth (2014) mostra que as sanções internacionais têm incentivado a Rússia a buscar novos parceiros, a fim de ser menos dependente do ocidente, defendendo que não funcionam.

Países com economias fortes podem enfrentar mais facilmente as consequências económicas das sanções (Drury, 1998).

A sabedoria convencional de há 20 anos sobre as sanções, sustentava que as sanções económicas não eram instrumentos políticos eficazes. No entanto, pesquisas recentes convenceram muitos estudiosos de que as sanções podem influenciar o comportamento dos alvos sob condições identificáveis.

Num estudo sobre a robustez das relações e identificação das correlações sistemáticas e robustas, chegou-se às variáveis que precisam de ser incluídas em teorias sobre a eficácia das sanções. De 18 variáveis selecionadas concluiu-se que só duas tiveram efeitos positivos e robustos sobre o sucesso das sanções: o envolvimento de organizações internacionais e os custos-alvo. Para além dessas duas, encontraram-se três variáveis que parecem estar sistematicamente (e positivamente) relacionadas ao sucesso das sanções impostas, sendo apenas fracamente robustas: sanções financeiras, múltiplos problemas e dependência de comércio alvo (Bapat et al., 2013).

Outro estudo quantitativo sobre a eficácia das sanções, procurou encontrar uma estratégia de “sanção ótima” nas importações. As sanções afetam tanto o país-alvo como o remetente. Tendo em conta o equilíbrio entre o dano económico a provocar (que se pretende que seja o maior) e os efeitos colaterais entre quem impõe a ação (que se quer o mais baixo possível) assim como manter a distribuição de ganhos e perdas económicas entre os remetentes tão estreita quanto possível, chegou-se a um conjunto de oito setores com efeitos substanciais, sem necessidade de proibir genericamente as importações de todos os setores (Schropp & Tsigas, 2023).

Contra as democracias, pode-se atingir a coalizão vencedora com sanções relativamente amplas. Contra as não-democracias, sanções amplas que impõem custos significativos à sociedade, permitem que os líderes não democráticos extraiam mais rendimentos, fortalecendo, desta forma, a sua posição política e tornando-os menos propensos a ceder. Como resultado, a relação entre o custo das sanções e o tipo de regime é condicional. É mais provável que o sucesso contra líderes não democráticos venha de sanções focadas predominantemente na liderança (Lektzian & Souva, 2007).

Por fim, as sanções muitas vezes falham porque terceiros (*sanction busters*) ajudam a prejudicá-las (Berner et al., 2022). Estados com motivações políticas (cavaleiro negro) ou motivações comerciais exercem um efeito potente e negativo no sucesso das sanções (Hufbauer et al. 1990). A análise mostrou que a quantidade de violação de sanções que ocorre em nome de um estado-alvo diminui a probabilidade de as sanções terem em sucesso, mas a violação de sanções do cavaleiro negro por si só não tem tais efeitos. As sanções multilaterais e não globais deixam margem de manobra para serem contornadas através de importações de países terceiro,s reexportação direta ou indireta, entre outros.

Podemos, de forma sucinta e resumida, concluir que são os estudos mais recentes que demonstram eficácia nas sanções, e destacar seis condições para sanções efetivas: alvos em dificuldades, sanções onerosas, cooperação com organizações internacionais, fraca preocupação do remetente com a segurança nacional e a coerção económica contra um

alvo democrático (tendem a ser mais eficaz do que alvos não democráticos), relação de dependência.

Não sendo um fim em si mesmas, as sanções económicas visam traduzir custos económicos em objetivos políticos e por isso, apesar do impacto em variáveis económicas, o efeito desejado, a eficácia, não tem com elas relação linear e direta, tornando a questão da eficácia muito controversa.

### 3. Metodologia

A metodologia considerada mais adequada e a que melhor pode responder à pergunta de partida, as limitações dos dados que a Rússia disponibiliza, bem como o carácter exploratório que a temática representa para o Instituto Universitário Militar, foi um estudo qualitativo de revisão narrativa da literatura.

Pretendemos resumir o conhecimento mediante uma estratégia de pesquisa seletiva de informação, com critérios sistematizados, sem avaliar a qualidade, e sintetizar os resultados por via de um resumo narrativo (Paré et al., 2015). Mantivemos uma ampla base de pesquisa por forma a mapear as descobertas atuais e descobrir áreas para pesquisas futuras.

Empenhados em garantir rigor e uniformidade dos dados tendo em conta o objetivo (Paré et al., 2015), tivemos por base artigos recolhidos no dia 11 de abril de 2023, de fonte aberta e com data posterior a fevereiro de 2022 que contivessem “*impact*”, “*santions*” e “*Russia*” no título. Pesquisamos na *Web Of Science* e na *Scopus*, que não devolveram resultados, e estendemos à *Google Scholar* e à *Open Knowledge Maps*. Foram incluídos oito estudos na revisão que abrangeram diferentes origens e perspetivas (Green et al., 2006).

### 4. Resultados e discussão

Com a pesquisa efetuada, obtivemos oito estudos sobre o impacto das sanções na Rússia compostos por dois relatórios de grupos de trabalho internacionais (Caprile & Delivorias, 2023; Nell et al., 2023) e seis artigos (Babina et al., 2023; Demertzis et al., 2023; Kalish, 2022; Makhoulf & Selmi, 2022; Novianto, 2022; Rácz et al., 2023).

Em termos temporais, temos dois estudos de março de 2022, a refletir o impacto logo após o início do conflito; outros dois de 2022 (em junho e em outubro) e quatro de 2023, com uma visão mais abrangente, depois de um ano de conflito.

De acordo com os estudos, os objetivos das sanções económicas do Ocidente face à Rússia são de enfraquecer a sua base económica, reduzir a sua capacidade de fazer a guerra, dificultar o acesso da Rússia a tecnologias e componentes militares (Racz, 2022; Caprile & Delivorias, 2023), limitar as principais fontes de receitas (exportações de petróleo e derivados), dificultar o seu acesso a tecnologias e componentes militares e minar o apoio ao regime (Caprile & Delivorias, 2023).

A energia está na raiz do potencial impacto económico. A Rússia é um petro-Estado e as exportações russas de petróleo bruto e derivados são os principais impulsionadores das contas externas do país, da sua economia e das finanças governamentais, incluindo o financiamento de guerra (Babina et al., 2023; Kalish, 2022, Nell et al., 2023). O setor de energia representa

cerca de 60% das receitas do Estado russo e quase 50% das exportações de energia da Rússia vão para a União Europeia (Nell et al., 2023; Novianto, 2022).

As sanções analisadas foram o embargo da UE ao petróleo bruto transportado por via marítima e o mecanismo de limite de preços do Grupo dos Sete (G7), que entraram em vigor em 5 de dezembro de 2022 (Babina et al., 2023); sanções contra as exportações russas de carvão, ouro, ferro, aço e exportações de luxo; sanções do setor financeiro que inclui a proibição das transações e congelamento de ativos limitações de acesso a capitais e mercados financeiros restrições dívida e património e desconexão do sistema de mensagens financeiras SWIFT; sanções sobre bens militares e de duplo uso e sobre tecnologia (Nell et al., 2023).

O quadro 1 resume os estudos incluídos na nossa análise, contem as datas e tipo de publicação, as sanções/variáveis de impacto neles analisadas, e as fontes de informação.

**Quadro 1 – Resumo dos estudos empíricos sobre o impacto das sanções económicas na Rússia**

<b>Autores</b>	<b>Título</b>	<b>Data</b>	<b>Variável de impacto</b>	<b>Fontes de informação</b>	<b>Origem</b>
Babina et al., 2023	Assessing the Impact of International Sanctions on Russian Oil Exports	FEV23	Exportações de petróleo	Federal Customs Service; Bloomberg	Artigo
Caprile & Delivorias, 2023	EU sanctions on Russia: overview, impact, challenges	MAR23	PIB Desemprego Inflação Taxa de câmbio Troca	Rosstat; Bloomberg; Worl Bank; EBRD; IMF; OECD	Relatório do Parlamento Europeu
Demertzis et al., 2023	How have sanctions impacted Russia?	OUT22	Importações Exportações Rublo	Bruegel	Artigo
Kalish, 2022	How sanctions impact Russia and the global economy	MAR22	Sansões financeiras	Central Bank of Russia	Artigo
Makhlouf & Selmi, 2022	Do sanctions work in a crypto world? The impact of the removal of Russian Banks from SWIFT on Remittances	MAR22	Sansões financeiras	World Bank	Artigo
Nell et al., 2023	One year of war: sanctions impact assessment and action plan for 2023	s.d.	Diversas	Worl Bank; Air Force Command of EUA Armed Forces; The Bank of Russia	Relatório do Instituto KSE
Novianto, 2022	European Union Sanctions Against Russia as Impact of Russia-Ukraine Conflict	JUN22	Energia Rublo Indústrias		Artigo
Rácz et al., 2023	Why sanctions against Russia work?	2023	Importações	The Bank of Russia	Artigo

#### 4.1 Impacto das sanções económicas na Rússia

Os primeiros estudos, em março de 2022, tiveram um caráter prospetivo e pedagógico sobre o impacto das sanções impostas pelos EUA, a UE, o Reino Unido, o Canadá e o Japão, que incluíram proibir o comércio secundário de títulos do governo russo, proibir a interação com os principais bancos russos, proibir as exportações de tecnologia crítica para a Rússia, congelar os ativos e suspender a certificação do gasoduto *Nord Stream II*. A incerteza fez aumentar consideravelmente os preços das principais *commodities*, houve um aumento da inflação e um fraco crescimento a nível global. O Banco Central da Rússia teve dificuldade em obter grande parte das suas reservas estrangeiras, o rublo caiu vertiginosamente até 40% em relação ao valor americano e, conseqüentemente, houve diminuição do poder de compra real dos consumidores que, para serem compensados viram a taxa de juro elevada a 20% e o declínio acentuado do PIB (Produto Interno Bruto) real (Kalish, 2022).

Pela mesma altura, em março de 2022, investigadores tiveram a preocupação de perceber se as sanções funcionariam num mundo criptográfico e se seria possível separar completamente a Rússia do sistema financeiro global, com a medida de desconectar a Rússia do sistema de pagamento SWIFT. Com o país privado de acesso ao sistema interbancário SWIFT, as transações internacionais mais complicadas e o aumento dos seus custos, podia ser forte a tentação de confiar nas cripto moedas, introduzidas no sistema financeiro mundial como um novo tipo de dinheiro, permitindo a manutenção da sua riqueza em bitcoin e escapar às sanções. Mas a cripto moeda não permitirá que esta evasão aconteça, oferecendo, antes, várias limitações quando confrontada com a realidade: grandes multinacionais a gerar bilhões em receita, não seriam capazes de fazer a troca com eficiência uma vez que não há volume nem liquidez suficientes nos mercados de cripto moedas (Makhlouf & Selmi, 2022).

Analisando o comércio russo de 2022, os dados do *Federal Customs Reserve* são consistentes com os dados do Banco da Rússia: registou-se um aumento do comércio de 21% face a 2021, resultando num um superavit comercial record de 316 bilhões de dólares. Na sua origem esteve o aumento dos preços da energia (gás natural, carvão, produtos petrolíferos e petróleo bruto) e o colapso nas importações da Rússia. No entanto, a estatística anual esconde a degradação do comércio da Rússia, que passou de 22,7 bilhões de dólares por mês em janeiro/fevereiro de 2022, para apenas 4,1 bilhões de dólares por mês em dezembro do mesmo ano (Babina et al., 2023; Demertzis et al., 2023; Rácz et al., 2023).

Por outro lado, os preços das exportações de petróleo da Rússia têm sido objeto de muita especulação. A *Bloomberg, Federal Custom Service* indicam que a Rússia está a vender o petróleo bruto substancialmente acima do limite de preço do G7, de 60 dólares o barril (Babina et al., 2023), comprometendo a eficácia da que se constitui como a principal ferramenta de política em jogo para reduzir as receitas do petróleo russo (Nell et al., 2023).

Considerando que, tanto o embargo da UE, como o teto preço do G7 foram implementados em dezembro de 2022, a alta dos preços do petróleo e o redirecionamento das exportações de petróleo mais que compensou ou reduziu a dependência de petróleo russo nos países sancionadores (Babina et al., 2023). Os autores defendem que as sanções não começaram a sério até aqui.

As sanções relacionadas com as exportações russas de petróleo e derivados são críticas e empreenderão mudanças importantes no padrão das exportações, que já ocorreram em 2022. Tendo a UE diminuído as importações de petróleo russo, a China e a Índia vieram substituí-la, assumindo-se como mercado de exportação mais importante da Rússia. Assistiu-se, assim, a mudanças significativas nos padrões comerciais e à fragmentação do mercado do petróleo russo (Babina et al., 2023). No entanto, não ao ponto de substituir o fluxo do Oceano Pacífico, de 60% do ramo norte de Drogba para Alemanha e Polónia nem os 40% do ramo sul para República Tcheca Hungria e República por encontrar restrições nas infraestruturas (Babina et al., 2023).

O mesmo acontece com a angariação de novos clientes para o gás russo: a infraestrutura do gasoduto é voltada para o Ocidente e não pode ser facilmente reorganizada. Desta forma, a Rússia reduziu maciçamente as suas exportações de gás para a Europa (Rácz et al., 2023).

O embargo ao carvão funcionou melhor, na medida em que a Rússia não conseguiu encontrar novos clientes para compensar a queda da procura da UE em termos financeiros. No entanto, o carvão desempenha um menor papel nas receitas da Rússia, sendo o petróleo e o gás mais decisivos (Nell et al., 2023; Rácz et al., 2023).

Inicialmente a Rússia ganhou com a guerra energética: os preços do petróleo e do gás subiram acentuadamente, levando à inflação, a taxas mais altas e à desaceleração da economia da Europa, ao mesmo tempo que proporcionou à Rússia receitas recordes que ajudaram a proteger a sua economia e o impacto das sanções (Nell et al., 2023).

Sanções contra as exportações de ouro, ferro, aço e exportações de luxo apresentam grandes lacunas. A contração média da economia desde a invasão foi de cerca de 4% para a maioria dos setores com destaque para a forte contração no comércio grossista e retalhista (12%), setor da construção e agricultura. Isto mostra que as sanções tiveram impacto, uma vez que os volumes de exportação caíram para todos os produtos e particularmente para o ouro, e por isso, defende-se que as sanções se estendam a todos os países sancionadores de forma abrangerem os diamantes, peixe, produtos siderúrgicos e madeira, por exemplo. Propõe-se ainda a imposição de teto de preço para fertilizantes nitrogenados (Nell et al., 2023).

As sanções às importações causam perdas de produção devido à falta de materiais, matérias-primas e tecnologias. De acordo com dados dos principais parceiros comerciais da Rússia, as importações russas diminuíram até 50% no primeiro semestre de 2022 (Rácz et al., 2023). Com efeito, a produção foi temporariamente interrompida, e quando retomada, com escassez de componentes de alta tecnologia para tanques e outros veículos blindados. Há sinais de baixo nível de stocks de mísseis de cruzeiro e de veículos de ataque aéreo não tripulados e de menos intensidade dos ataques na Ucrânia (Nell et al., 2023).

A combinação de sanções no setor da tecnologia e a retirada de empresas ocidentais de alta tecnologia teve impacto nas forças armadas russas, considerando que a Rússia foi incapaz de substituir as perdas de material militar com sistemas de armas recém produzidos (Rácz et al., 2023).

Para reduzir a duração da guerra, as sanções incluíram restrições ao setor financeiro da Rússia, como a proibição das transações e o congelamento de ativos, limitações de acesso



a capitais e mercados financeiros, restrições da dívida e do património, e desconexão do sistema de mensagens financeiras SWIFT ao seu Banco Central.

Estima-se que se a atual dinâmica fiscal persistir, a Rússia provavelmente terá um défice orçamental de cerca de 2% do PIB. Apesar da pressão sobre o equilíbrio fiscal ter aumentado, a Rússia conseguiu criar amortecedores fiscais por meio de uma consolidação significativa após 2014 quando as sanções foram impostas pela primeira vez estando por isso a fortaleza da Rússia a funcionar. O setor financeiro da Rússia é dominado por bancos públicos, responsável por mais de 2/3 dos ativos totais, com poder para aumentar as suas participações, e ajudar a estabilizar o setor financeiro. Apesar destes ativos terem perdido o acesso aos sistemas financeiros dos EUA e da UE (as duas moedas mais importantes do mundo), as condições estruturais de liquidez retornaram a níveis de pré sanções, e vários outros canais permitiram que os bancos se mantivessem conectados com o mundo exterior. No entanto, o sistema financeiro enfrenta desafios consideráveis de acordo com o Banco da Rússia, os bancos russos perderam quase 25 bilhões de dólares no primeiro semestre de 2022, em grande parte devido a operações de moeda estrangeira. Com esta consciência de que a Rússia é capaz de reconstruir as reservas, defende-se que as sanções devem ser alteradas e atualizadas constantemente (Demertzis et al., 2023; Nell et al., 2023).

Inicialmente houve um impacto na liquidez do sistema bancário porque houve uma corrida aos bancos por parte dos russos, mas a Rússia conseguiu estabilizar com incentivos domésticos e com o aumento da taxa de juro.

O rublo forte não é sinal de ineficácia das sanções (Demertzis et al., 2023). É correta a observação de que as sanções às importações levaram à valorização da moeda enquanto as sanções às exportações e às reservas cambiais levaram à depreciação. E assim assiste-se a uma flutuação da taxa de câmbio, que não tem uma relação linear simples entre taxa de câmbio e o bem-estar (Rácz et al., 2023). Na realidade, o Banco Central russo respondeu com medidas que incluíram o aumento da taxa básica de juros para 20%, convertendo à força 80% das receitas de exportação em rublos e limitando a capacidade dos investidores não residentes de retirar capital e a capacidade dos russos de movimentar dinheiro através da fronteira. Esta política impediu uma fuga de capitais (Caprile & Delivorias, 2023).

Sanções sobre bens militares e de duplo uso tendentes a limitar o acesso da Rússia à tecnologia avançada por meio de controlos de exportação e sanções teve um impacto negativo na indústria das armas da Rússia, tendo-se tornado mais difícil produzir e armazenar armas. Foram selecionadas empresas que operam no setor da defesa da Rússia e da Bielorrússia bem como indivíduos envolvidos na produção militar. A lista de bens de duplo uso proibida foi alargada, as licenças comerciais existentes para exportação de bens de duplo uso foram suspensas, a proibição do sistema de mensagens financeiras SWIFT imposta ao Promsvyazbank, banco central para a execução de operações relativas a ordens de defesa do Estado e de grandes contratos do Estado (Nell et al., 2023).

Os países sancionadores cooperaram para limitar a exportação, o fornecimento, a transferência e a entrega de itens relacionados à aviação e ao espaço de bens e tecnologias destinados à refinaria de petróleo e de bens e tecnologias destinados ao uso de embarcações



de bandeira russa e a navegação marítima. O impacto geral ainda não foi significativo (Nell et al., 2023).

No caso do PIB, as estimativas eram: antes da guerra, o Fundo Monetário Internacional (FMI) projetou o crescimento do PIB para a Rússia em 2022 em + 2,8% e +2,1% em 2023 (um pouco mais pessimista, o Banco Mundial, em janeiro de 2022, havia estimado o crescimento do PIB para a Rússia em +2,4% em 2022 e +1,8% em 2023). Com uma crise financeira evitada e com o aumento da produção militar (incluído do PIB), o déficit projetado para 2022 foi gradualmente reduzido para -4,5%, pelo Banco Mundial, -3,9%, pelo Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), e em -3,4 % pelo FMI (que reviu em alta este número para -2,2 % em janeiro de 2023) (Caprile & Delivorias, 2023).

No futuro, a perspectiva da OCDE espera que o PIB russo caia -5,6% em 2023 e -0,2% em 2024. O Banco Mundial espera que a recessão continue em 2023 (-3,3% do PIB) na sequência do impacto das sanções, mas que volte a um crescimento modesto em 2024 (1,6%). Ao contrário, em janeiro de 2023, o FMI projetou um crescimento do PIB de 0,3% já em 2023 (contra uma queda de -2,3% na sua atualização de outubro de 2022) e um crescimento um pouco maior em 2024 (2,1%) (Caprile & Delivorias, 2023).

As medidas foram mitigadas pelo recurso ao Fundo Nacional de Riqueza (NWF) russo, originalmente destinado a apoiar o seu sistema de pensões. Desde o início da invasão da Ucrânia, que se tornou uma das principais fontes de financiamento para o défice orçamental, e uma ferramenta para sustentar empresas estatais em dificuldades. Eles também puderam recorrer a impostos únicos como o imposto, recentemente proposto, sobre as grandes empresas (com previsão de receita de 2,8-3,5 bilhões dólares), para compensar a queda nas receitas do petróleo (Caprile & Delivorias, 2023).

Quanto ao desemprego, o FMI estimou que, para 2022, o desemprego na Rússia cairia de 4,9% para 4,6%. De acordo com fontes russas oficiais, o desemprego está atualmente numa baixa recorde de 3,7%. Especialistas consideram, portanto, que o número real de desempregados no final de 2022 é pelo menos o dobro dos dados oficiais, se não mais próximo de 10% (contabilizando a mobilização militar e outros dados omissos) (Caprile & Delivorias, 2023).

Relativamente à inflação, em dezembro de 2022, situou-se em 11,9%, bem acima da meta do Banco Central da Rússia, de 4%. Prevê-se que a inflação caia para um intervalo entre 5% em 2023 e 4 % em 2024 (FMI) e 5,9% em 2023 e 4,5% em 2024 (Banco Mundial). Isso pode influenciar o custo de vida dos consumidores russos, continuando a tendência de queda no consumo e piorando a qualidade de vida do cidadão comum (Caprile & Delivorias, 2023).

De outra perspectiva, e analisando o impacto das sanções de 2014, alerta-se para que se as sanções continuarem e a Rússia mostrar que é capaz de se manter sozinha sem o apoio dos países ocidentais, tornará a Rússia um país maior, fazendo com que a UE exorte a Rússia cooperar novamente. As contrassanções exigirão um esforço da UE para neutralizar o impacto de fatores económicos internacionais desfavoráveis (Novianto, 2022).

## 4.2 Considerações sobre o impacto das sanções económicas na Rússia

As medidas restritivas afetaram setores-chave da economia russa, incluindo finanças, energia, metalurgia ferrosa, mineração, eletrónica, engenharia e transportes. Quase todos os instrumentos de sanções possíveis foram empregues, incluindo o bloqueio de sanções financeiras, proibições de investimentos, controlo às exportações e importações, bloqueios de transporte. As restrições impostas foram incríveis, em ritmo e escala. Além disso, os países que iniciaram as sanções, apresentaram uma consolidação política única. Se antes, os EUA lideravam o caminho e a UE ficar para trás (Timofeev, 2020), agora seus esforços estão altamente sincronizados.

Não é fácil atribuir os efeitos apenas às sanções, e isolar as variáveis relevantes e estabelecer a sua relativa dependência ou independência é praticamente impossível (Mayntz, 2004). Os fatores relevantes para essa explicação causal são identificados pela teoria do estado gramsciana (Falletti & Lynch, 2009). Foi possível obter o impacto num conjunto de variáveis económicas, designadamente o crescimento económico, preços do petróleo no rublo, política agrícola, desenvolvimento das relações económicas da Índia com a Rússia e a União Económica Euroasiática, desenvolvimento de negócios de empresas de petróleo e gás, sustentabilidade da dívida das empresas estatais na dívida externa, nas regiões industriais da Rússia.

Houve países que assumiram um papel facilitador da evasão das sanções, como a China, Turquia, Chipre, Emirados Árabes Unidos, Bielorrússia, Cazaquistão e Uzbequistão. China, Índia e Turquia foram responsáveis por uma parcela substancial das exportações russas de petróleo bruto, além de Singapura e Emirados Árabes Unidos, que importaram quantidades significativas de derivados de petróleo. O Japão, embora alinhado com as sanções internacionais contra a Rússia em muitas áreas, não implementou nenhuma restrição ao petróleo e gás russos (Nell et al., 2023).

A Rússia teve dificuldades em encontrar novos clientes para o gás dado que a infraestrutura do gasoduto é fortemente voltada para o Ocidente e não pode ser facilmente reorganizada.

A Rússia continuou a importar semicondutores, drones e peças em 2022. Além disso, as importações de microprocessadores/semicondutores da Rússia aumentaram mais de 34% em 2022 (Bienkowski et al., 2023).

Com a capacidade da Rússia de exportar certos produtos limitada, esperam-se repercussões na indústria doméstica de refinaria. Encontramos evidências de descontos a compradores alternativos, em 2022, para manter os volumes de exportação de derivados de petróleo. Os países que proibiram os produtos petrolíferos russos estão a adquiri-los via Índia e Turquia, que por sua vez aumentaram suas importações de petróleo bruto russo (Babina, 2023).

O postulado chave é que as sanções se mostraram ineficazes em termos de impacto imediato das medidas restritivas utilizadas como instrumento de política externa, não tendo alterado o curso político da Rússia (Timofeev, 2022).

Mais de 500.000 russos já deixaram o país, cerca de 50% dos quais têm alto nível de escolaridade ou trabalharam como trabalhadores qualificados na indústria de tecnologia (Demertzis, 2022; Sonnenfeld et al., 2022), enquanto mais de 1.000 empresas ocidentais

deixaram a Rússia desde o início da invasão, revertendo cerca de 30 anos de investimento estrangeiro (Rácz et al., 2023).

Um grupo de pesquisadores do *Chief Executive Leadership Institute* da Universidade de Yale retrata a situação económica da Rússia, que difere fundamentalmente da narrativa oficial do Kremlin (Sonnenfeld et al., 2022). De acordo com este estudo, as sanções enfraqueceram significativamente a Rússia. O presente estudo, que agrega oito estudos, também orienta no sentido de tornar as sanções mais rigorosas, fechar brechas e evitar a evasão. As sanções foram eficazes, enviaram um forte sinal de determinação e unidade ocidental ao Kremlin, degradaram as capacidades militares da Rússia e estão a asfixiar a sua economia, o seu setor de energia, com consequências permanentes.

As restrições reais às importações de energia da Rússia chegaram muito tarde ou ainda estão pendentes. Por um lado, isso permitiu à Rússia encontrar novos clientes tendo conseguido estabelecer rotas alternativas de importação. Por outro lado, as exportações para a Europa continuaram, o embargo de petróleo russo da UE só entrou em vigor em dezembro de 2022 e por estes motivos, os autores dos estudos da presente revisão da literatura referem que a Rússia ganhou com a guerra, tendo conseguido evitar a crise.

É unânime entre os autores que o escudo foi enfraquecido e que as sanções devem continuar e ser intensificadas, no sentido de restringir e isolar a Rússia, continuando a tomar medidas de ajuste (Babina et al., 2023; Caprile & Delivorias, 2023, Demertzis et al., 2022, Kalish, 2022; Makhoulf & Selmi, 2022, Nell, 2023, Rácz et al., 2023).

Defendem a intensificação de sanções no setor da energia no sentido de: reduzir os limites do preço do petróleo para 30/bbl dólares opor barril; fiscalizar e aplicação do regime de teto de preço; aplicar sanções totais às empresas russas de petróleo e gás e ao Gazprombank; acabar com as importações de gás russo; banir a energia russa na economia avançada da Ásia; melhorar a cooperação e coordenação das medidas sobre bens militares e de uso duplo; aprimorar os controles de exportação; ampliar a lista de bens de dupla utilização; impor sanções abrangentes ao setor militar-industrial russo e bielorrusso; parar de produzir e/ou fornecer recursos de produtos de alta tecnologia para a Rússia.

Sendo a aplicação efetiva do teto do preço do petróleo fundamental, propõem-se ações para melhorar a conformidade como confiscar o petróleo e vendê-lo para benefício de Ucrânia, nos casos em que a origem é ocultada, agir contra empresas ocidentais que vendem acima do teto máximo (Nell et al., 2023).

A orientação é no sentido de proibir as importações da Rússia de mercadorias adicionais, estabelecer um teto de preço para as exportações russas de fertilizantes nitrogenados, fechar lacunas importantes no atual regime de sanções, estendendo sanções totais às empresas de metais (Nell et al., 2023). Há, entretanto, um autor contra a continuidade das sanções, defendendo que a cooperação futura fica comprometida (Novianto, 2022) não sendo, por isso, eficazes.

A maioria dos efeitos do regime de sanções não são apenas direta, mas também indireta, afetando as características estruturais do desenvolvimento económico. Os efeitos totais das sanções, e não os diretos, são macroeconomicamente substanciais tanto para a Rússia como para a UE. O potencial de efeito negativo das sanções sobre a economia russa é estimado

em 8–10% do PIB e 0,5% do PIB para os países remetentes. O efeito negativo das sanções poderá ser parcialmente compensado pelos recursos disponíveis aos agentes económicos russos a longo e médio prazo. Os efeitos mais graves serão possíveis se o regime de sanções for preservado a longo prazo (Allen, 2022).

Hufbauer & Oegg (2003) analisaram os efeitos no desempenho macroeconómico russo das sanções em vigor na década de 1990 tendo descoberto que o efeito total sobre o PIB dos EUA pairou em torno de 0,4%. Dreger et al. (2016) também avaliaram o impacto económico do regime de sanções entre os países ocidentais e a Federação Russa em vez do impacto nos fluxos comerciais.

As sanções podem ter um efeito significativo sobre a economia global e sobre as empresas que fazem negócios nos países sancionados assim como podem ter efeitos negativos não intencionais, como aumentar a rigidez dos regimes políticos e criar custos económicos a população em geral (Hufbauer et al., 2007), prejudicar pessoas inocentes, fortalecer a determinação do governo visado ou aproximá-lo dos seus aliados (Bali & Rapelanoro, 2021; Drezner, 2003). As sanções económicas desestabilizam os líderes dos países que visam que muitas vezes deixam o poder (Marinov, 2005).

Ao longo do último século, a segurança europeia foi fortemente influenciada pela dinâmica do poder económico e militar, bem como pela utilização da guerra económica e de sanções que alteraram os equilíbrios entre adversários.

## 5. Conclusões

Desde a invasão da Ucrânia pela Rússia em 24 de fevereiro de 2022, um conjunto de sanções sem precedentes foi imposto à Rússia, como resposta de desaprovação e com o objetivo de alterar ações e políticas, designadamente relativas às violações do Direito Internacional e dos Direitos Humanos.

As sanções tiveram impacto na economia da Rússia, mas ainda não foi atingido o objetivo final. Apesar da contração da Rússia ter sido menor do que inicialmente esperado atribui-se o desempenho superior à resiliência inicial da Rússia face às sanções. Por um lado, porque já esperaria, mostrando-se menos vulnerável do que em 2014 e mais bem preparada e, por outro lado, pelo aumento das receitas de petróleo e de gás, que sustentaram a sua economia. Acredita-se que o impacto está a tornar-se cada vez mais visível com o endurecimento e refinamento temporal dos onze pacotes, principalmente as de dezembro de 2022.

A eficácia das sanções é afirmada e defendida por investigadores mais recentes, se impostas sobre determinadas condições, como são exemplo impor sanções que onerem o alvo, sejam aplicadas em estreita cooperação com organizações internacionais ou existindo relação de dependência entre países.

Os estudos analisados avaliam o impacto das sanções concluindo que a Rússia conseguiu evitar a crise financeira, conseguiu evitar repercussões na economia real, conseguiu estabelecer rotas alternativas de importação, e portanto, que o impacto das sanções foi mitigado.

Concluimos, por meio de uma revisão narrativa da literatura de oito artigos, que é unânime entre os autores que as sanções tiveram impacto na economia da Rússia, devem continuar e

ser intensificadas, no sentido de isolar e restringir a Rússia, promovendo contínuas medidas de ajuste. Para a isolar, sugere-se melhorar o grau de cooperação multilateral, garantir a eficácia da execução das sanções (fechar brechas e evitar a evasão). Para a restringir, reduzir o teto do preço do petróleo para 30 dólares por barril, acabar com o gás russo na Europa, proibir o Japão, Coreia do Sul e Taiwan de importar petróleo, carvão e gás russos, limitar o preço para as exportações de fertilizantes nitrogenados, proibir outros produtos (diamantes, urânio, minério de ferro, produtos siderúrgicos, madeira e peixes) e fiscalizar a adoção das sanções.

Há, entretanto, um autor contra a continuidade das sanções, defendendo que a cooperação futura fica comprometida (Novianto, 2022).

Para estudos futuros, o contínuo trabalho de investigação e acompanhamento dos efeitos das sanções na Rússia, é essencial a uma perfeita compreensão, contribuirá para uma melhor noção da força deste instrumento de política internacional e para a teoria das sanções, cujas conclusões variam e por vezes divergem. Por outro prisma, emergiu a curiosidade de investigar, com especial interesse para as Forças Armadas, as contrassanções, explorando a hipótese de que a Rússia está em xeque mas capaz de fazer xeque-mate (Dolidze, 2015), e o ponto de vista da definição de sanções económicas como algo mais tremendo que a guerra (Wilson, 1919).

Como limitações deste estudo destacamos a pouca quantidade de artigos científicos obtidos avaliados por pares e a ausência de dados oficiais da Rússia, designadamente os que integraram o presente estudo.

### Referências bibliográficas

- Allen, S. H. (2005). The determinants of economic sanctions success and failure. *International Interactions*, 31(2), 117-138.
- Allen, S. H. (2022). The uncertain impact of sanctions on Russia. *Nature Human Behaviour*, 6(6), 761-762.
- Ashford, E. (2017). *On Sanctions and Negotiations*.
- Askari H., Forrer J., Teegen H. & J. Yang (2003). *Economic sanctions: examining their philosophy and efficacy*. Greenwood Publishing Group.
- Babina, T., Hilgenstock, B., Itskhoki, O., Mironov, M., & Ribakova, E. (2023). *Assessing the impact of international sanctions on Russian oil exports*. Available at SSRN.
- Baldwin, D. A. (1985). *Economic Statecraft*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Baldwin, D. A., & Pape, R. A. (1998). Evaluating economic sanctions. *International Security*, 23(2), 189-198.
- Bali, M. & Rapelanoro, N. (2021). "How to simulate international economic sanctions: A multipurpose index modelling illustrated with EU sanctions against Russia," *International Economics*, Elsevier, 168(C), 25-39.
- Barber, J. (1979). Economic Sanctions as a Policy Instrument. *International Affairs* 5(3): 367–384. doi:10.2307/2615145.
- Bapat, N. A., Heinrich, T., Kobayashi, Y., & Morgan, T. C. (2013). Determinants of sanctions effectiveness: Sensitivity analysis using new data. *International Interactions*, 39(1), 79-98.

- Berner, R., Cecchetti, S. & Schoenholtz, K. (2022). Russian Sanctions: Some Questions and Answers [4]”, VoxEU.org, 21 March.
- Bienkowski, P., Kausman, M., Lunde, N., Mironov, M. (2023) *Effectiveness Of U.S. Sanctions Targeting Russian Companies And Individual*. Free Russia Foundation.
- Biersteker, T. J., Eckert, S. E., & Tourinho, M. (2016). *Targeted sanctions*. Cambridge University Press.
- Bolks, S. M., & Al-Sowayel, D. (2000). How long do economic sanctions last? Examining the sanctioning process through duration. *Political Research Quarterly*, 53(2), 241-265.
- Boudreau, D. G. (1997). Economic sanctions and military force in the twenty-first century, *European Security*, 6(2), 28-46, DOI: 10.1080/09662839708407310
- Brooks, R. A. (2002). Sanctions and regime type: What works, and when?. *Security Studies*, 11(4), 1-50.
- Bubnova, N. I. (2022). Total Sanctions in the Context of “Integrated Deterrence”: Western Countries’ Response to Russia’s Special Military Operation in Ukraine (2022). *Herald of the Russian Academy of Sciences*, 92(Suppl 13), S1230-S1239.
- Caprile, A. & Delivorias, A. (2023). EU sanctions on Russia: Overview, impact, challenges. European Parliamentary Research Service.
- Caruso, R. (2003). The Impact of International Economic Sanctions on Trade: An Empirical Analysis’, *Peace Economics, Peace Science and Public Policy* 9(2): Article1.
- Castro, T. (2012). *Teoria das Relações Internacionais*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão.
- Chorzempa, M. (2022), Export controls against Russia are working – with the help of China, *PIIE Realtime Economics Blog*.
- Cortright, D., Lopez, G. A., & Gerber, L. (2002). *Sanctions and the search for security: Challenges to UN action*. Lynne Rienner Publishers.
- Davis, C. M. (2016) The Ukraine conflict, economic–military power balances and economic sanctions, *Post-Communist Economies*, 28:2, 167-198, DOI: 10.1080/14631377.2016.1139301.
- Demertzis, M., Hilgenstock, B., McWilliams, B., Ribakova, E., & Tagliapietra, S. (2022). *How have sanctions impacted Russia?* 26. Bruegel.
- Doxey, M. P. (1980). *Economic sanctions and international enforcement*. Springer.
- Doxey, M. P. (1987). *International sanctions in contemporary perspective*. Springer.
- Drezner, D. W. (1999). *The sanctions paradox: Economic statecraft and international relations* (No. 65). Cambridge University Press.
- Drezner, D. (2003). *The Hidden Hand of Economic Coercion*. *International Organization*, 57(3), 643-659. doi:10.1017/S0020818303573052
- Dreger, C., Kholodilin, K. A., Ulbricht, D., & Fidrmuc, J. (2016). Between the hammer and the anvil: The impact of economic sanctions and oil prices on Russia’s ruble. *Journal of comparative economics*, 44(2), 295-308.
- Drury, A. C. (1998). Revisiting economic sanctions reconsidered. *Journal of Peace Research*, 35(4), 497-509.
- Elliott, K. A. (1998). The sanctions glass: half full or completely empty?. *International Security*, 23(1), 50-65.

- Engels, F. (1970). *Anti-Dühring*. New York, NY: International Publishers.
- Falleti, T.G., & Lynch, J.F. (2009). Context and Causal Mechanisms in Political Analysis. *Comparative Political Studies*, 42(9), 1143–1166. <https://doi.org/10.1177/0010414009331724>.
- Galtung, J. (1967). On the effects of international economic sanctions, with examples from the case of Rhodesia. *World politics*, 19(3), 378-416.
- Gould-Davies, N. (2023). Russia, the West and sanctions. In *Survival: Global Politics and Strategy (February-March 2020): Deterring North Korea* (pp. 7-28). Routledge.
- Green, B. N., Claire D. J. & Adams, A. (2006). Writing Narrative Literature Reviews for Peer-Reviewed Journals: Secrets of the Trade. *Journal of Chiropractic Medicine*. 5(3): 101–17.
- Haass, R. (1998). *Economic sanctions and American diplomacy*. Council on Foreign Relations.
- Hufbauer, G. C., Schott, J. J. & Elliot, K. A. (1990). *Economic Sanctions Reconsidered: History and current policy*, Second Edition, 2 volumes, Washington, D.C.: Institute for International Economics.
- Hufbauer, G. C., & Oegg, B. (2003). *The impact of economic sanctions on US trade: Andrew Rose's gravity model* (No. PB03-04).
- Hufbauer, G. C., Schott, J. J., Elliott, K. A. & Oegg, B. (2007) *Sanções econômicas reconsideradas*. Washington, DC: Peterson Institute for International Economics.
- Hufbauer, G. C., Schott, J. J. & Elliott, K. A. (2009). *Economic Sanctions Reconsidered*, 3rd Edition. Peterson Institute Press: All Books, Peterson Institute for International Economics, number 4129, October.
- Kalish, I. (2022) *How sanctions impact Russia and the global economy*. Obtido em: <https://www2.deloitte.com/xe/en/insights/economy/global-economic-impact-of-sanctions-on-russia.html>
- Kaempfer, W. H., & Lowenberg, A. D. (1988). The theory of international economic sanctions: A public choice approach. *The American Economic Review*, 78(4), 786-793.
- Kaempfer, W. H. & Lowenberg, A. D. (1992). *International Economic Sanctions: A Public Choice Perspective* (Westview Press, Boulder, CO).
- Kaempfer, W. H., & Lowenberg, A. D. (1999). Unilateral versus multilateral sanctions: A public choice perspective. *International Studies Quarterly*, 43(1): 37-58.
- Kundu, S., & Banerjee, A. (2023). Diplomatic Associations and Exchange Rates: A Study on Russia-Ukraine War. *Indian Journal of Finance*, 17(3), 8-19.
- Lacy, D., & Niou, E. M. (2004). A theory of economic sanctions and issue linkage: The roles of preferences, information, and threats. *The journal of politics*, 66(1), 25-42.
- Lektzian, D., & Souva, M. (2007). An institutional theory of sanctions onset and success. *Journal of Conflict Resolution*, 51(6), 848-871.
- Lindsay, J. M. (1986). Trade sanctions as policy instruments: A re-examination. *International Studies Quarterly*, 30(2), 153-173.
- Mahlstein, K., McDaniel, C., Schropp, S., & Tsigas, M. (2022). Estimating the economic effects of sanctions on Russia: An Allied trade embargo. *The World Economy*, 45, 3344–3383. <https://doi.org/10.1111/twec.13311>.
- Makhlouf, F. & Selmi, R. (2022) *Do sanctions work in a crypto world? The impact of the removal of Russian Banks from SWIFT on Remittances*.



- Marinov, N. (2005). Do Economic Sanctions Destabilize Country Leaders? *American Journal of Political Science* 49 (3): 564–576. [10.1111/ajps.2005.49.issue-3](https://doi.org/10.1111/ajps.2005.49.issue-3)
- Martin, L. (1992). *Coercive Cooperation: Explaining Multilateral Economic Sanctions*. Princeton, N.J.: Princeton University Press.
- Martin, L. (1993) Credibility, Costs, and Institutions: Cooperation on Economic Sanctions. *World Politics*, 45(3), 406-432. <https://doi.org/10.2307/2950724>.
- Mayntz, R. (2004). Mechanisms in the Analysis of Social Macro-Phenomena. *Philosophy of the Social Sciences*, 34(2), 237–259. <https://doi.org/10.1177/0048393103262552>.
- Meyer, K. E., Fang, T., Panibratov, A. Y., Peng, M. W., & Gaur, A. (2023). International business under sanctions. *Journal of World Business*, 58(2), 101426.
- Miers, A., & Morgan, T. (2002). Multilateral sanctions and foreign policy success: Can too many cooks spoil the broth?. *International Interactions*, 28(2), 117-136.
- Morgan, T. C., & Schwebach, V. L. (1996). Economic sanctions as an instrument of foreign policy. *International Interactions*. 21:247-263
- Morgan, T. C., & Schwebach, V. L. (1997). Fools suffer gladly: The use of economic sanctions in international crises. *International Studies Quarterly*, 41(1), 27-50.
- Morgan, T. C., & Miers, A. C. (1999). When threats succeed: A formal model of the threat and use of economic sanctions. In *Annual Meeting of the American Political Science Association, Atlanta, GA* (Vol. 264).
- Morgan, T. C., Bapat, N. & Kobayashi, Y. (2014) *The Threat and Imposition of Economic Sanctions 1945–2005: Updating the TIES Dataset*. *Conflict Management and Peace Science* 31(5):541–558.
- Morgan, T. C. & Bapat, N. A. (2009). Multilateral versus unilateral sanctions reconsidered: A test using new data. *International Studies Quarterly*, 53(4), 1075-1094.
- Mulder, N. (2022). *The Economic Weapon: The Rise of Sanctions as a Tool of Modern War*. Yale University Press. <https://doi.org/10.2307/j.ctv240df1m>
- Naylor R. T. (2001). *Economic Warfare: Sanctions, Embargo Busting, and Their Human Costs*. Boston: Northeast University Press.
- Nell, J., Hilgenstock, B. & Dodonov, B. (2023). *One year of war: sanctions impact assessment and action plan for 2023*. [https://uglobal.university/wp-content/uploads/2023/03/KSE\\_One-year-of-war\\_Sanctions-impact-assessment.pdf](https://uglobal.university/wp-content/uploads/2023/03/KSE_One-year-of-war_Sanctions-impact-assessment.pdf)
- Nephew, R. (2018). The hard part: The art of sanctions relief. *The Washington Quarterly*, 41(2), 63-77.
- Ngo, V. M., Huynh, T. L. D., Nguyen, P. V. & Nguyen, H. H. (2022). Public sentiment towards economic sanctions in the Russia–Ukraine war. *Scottish Journal of Political Economy*, 69, 564–573. Available from: <https://doi.org/10.1111/sjpe.12331>.
- Nincic, M. & Wallenstein, P. (1983). *Dilemmas of Economic Coercion: Sanctions in World Politics*. Praeger.
- Nossal, K. R. (1989). International sanctions as international punishment. *International Organization*, 43(2), 301-322.



- Novianto, B. P. P. (2022). DOI: European Union Sanctions Against Russia as Impact of Russia-Ukraine Conflict. *International Journal of Multicultural and Multireligious Understanding*, 9(6) <http://dx.doi.org/10.18415/ijmmu.v9i6.3920>.
- Nephew, R. (2017). *The Art of Sanctions*. Columbia University Press. Retrieved from <https://www.perlego.com/book/773624/the-art-of-sanctions-a-view-from-the-field-pdf>.
- Pape, R. A. (1997). Why economic sanctions do not work. *International security*, 22(2), 90-136.
- Paré, G., Trudel, M. C., Jaana, M., & Kitsiou, S. (2015). Synthesizing information systems knowledge: A typology of literature reviews. *Information & Management*, 52(2), 183-199.
- Rácz, András, Spillner, Ole and Wolff, Guntram B. (2023). "Why Sanctions Against Russia Work" *Intereconomics*, 58(1), 52-55. <https://doi.org/10.2478/ie-2023-0009>
- Renwick, R. (1981) *Economic Sanctions*. Center for International affairs, Harvard University.
- Schropp, S. & Tsigas, M. (2023). Designing 'optimal' sanctions on Russian imports. *The World Economy*, 46, 498– 531. <https://doi.org/10.1111/twec.13377>
- Shevchenko, A. (2017). *Sanktsii Zapada protiv Rossii: kto teryaet bol'she? [Western sanctions: who loses more?]*. Available on the Internet: <https://riss.ru/smi/43483>
- Sinyakov, A., Roitman, A. & Seleznev, S. (2015). *Dinamika potentsial'nogo VVP Rossii posle neftyanogo shoka: rol' sil'nogo izmeneniya otnositel'nykh tsen i strukturnykh zhestkosti [Dynamics of Russia's potential GDP after the oil shock: The role of big change in relative prices and structural rigidities]*. Moscow: Bank of Russia Publ.
- Smith, A. (1996). *The success and use of economic sanctions*. *International Interactions* 21:229-245.
- Snower, D. (2022). Multilateralism after the Ukraine invasion", VoxEU.org, 21 March.
- Sokhanvar, A. & Lee, C.-C. (2022). How do energy price hikes affect exchange rates during the war in Ukraine? *Empirical Economics*. 64, 1-14. 10.1007/s00181-022-02320-7.
- Sonnenfeld, J., Tian, S., Sokolowski, F., Wyrebkowski M. & Kasprowicz, M. (2022), *Business retreats and sanctions are crippling the Russian economy*, SSRN.
- Timofeev I. N. (2020). Sanctions for Sanctions Violation: U.S. Department of Treasury Enforcement Actions against Financial Sector. – Polis. *Political Studies*. 6, 73-90. <https://doi.org/10.17976/jpps/2020.06.06>
- Titov, A. (2022). *The impact of the Ukraine war on Russia*. *Political Insight*, 13(2), 32-36.
- Tsouloufas, G., & Rochat, M. (2023). Revisiting the effectiveness of economic sanctions in the context of Russia's invasion of Ukraine. *Canadian Foreign Policy Journal*, 1-16.
- Van Bergeijk, P. A. G. (2009), *Economic Diplomacy and the Geography of International Trade*. Cheltenham: Edward Elgar.
- Van Bergeijk, P. A. G. (2021). *Research handbook on economic sanctions*. Edward Elgar Publishing.
- Wallensteen, P. (1968). Characteristics of Economic Sanctions. *Journal of Peace Research* 5(3): 248-267.
- Wallensteen, P., (2000). A century of economic sanctions: a field revisited. *Uppsala Peace Research Papers* 1, 1-23. Uppsala University, Sweden.
- Yurgens, I. (2015). A positive stalemate for Ukraine. *Survival*, 57(1), 71-77.

# THE RUSSIA-UKRAINE CONFLICT – THE IMPACT OF ECONOMIC SANCTIONS ON RUSSIA – A NARRATIVE LITERATURE REVIEW

## CONFLITO RÚSSIA-UCRÂNIA – O IMPACTO DAS SANÇÕES ECONÓMICAS NA RÚSSIA – UMA REVISÃO NARRATIVA DA LITERATURA

**Ana Carina da Costa e Silva Martins Esteves**

Lieutenant Colonel (Aeronautical Administrator) in the Portuguese Air Force

Lecturer at the Military University Institute

Rua de Pedrouços, 1449-027, Lisbon, Portugal

ana.esteves.lx@gmail.com

### Abstract

This study examines the effects of the economic sanctions imposed on Russia due to the conflict between Russia and Ukraine, which began in 24 February 2022. The methodology used in the study is a narrative literature review of articles collected from open sources on 11 April 2023. All articles were published after February 2022 and had titles that contained the words “impact”, “sanctions” and “Russia”. The review focused on eight studies by different authors, obtained from *Google Scholar* and *Open Knowledge Maps*, which examine the impact of trade sanctions and financial sanctions. The studies show how financial and economic sanctions have weakened the Russian economy by analysing the following variables: exports, imports, the rouble, industries, GDP, unemployment, inflation and exchange rates. According to most authors, this impact was initially reduced by Russian strategies but is becoming increasingly visible. Therefore, they argue that the sanctions should be maintained and adapted. This review shows that, according to the most recent theories about sanctions, the conditions under which they were applied are effective. Future studies should continue to monitor the impact of sanctions over time and investigate the effects of counter-sanctions, which are particularly relevant for the Armed Forces. One limitation in this study is the lack of official data from Russia.

**Keywords:** Russia, impact, economic sanctions

**How to cite this article:** Esteves, A. C. C. S. M. (2023). The Russia-Ukraine Conflict - The Impact of Economic Sanctions on Russia - A Narrative Literature Review *Revista de Ciências Militares*, November, XI(2), 107-128. Retrieved from <https://www.ium.pt/publist/1>

## Resumo

*O presente estudo tem como objetivo examinar os efeitos das sanções económicas na Rússia no contexto do conflito Rússia-Ucrânia, de 24 de fevereiro de 2022. Adotou-se a revisão narrativa da literatura como metodologia, tendo por base artigos recolhidos no dia 11 de abril de 2023 de fonte aberta, e com data posterior a fevereiro de 2022, que contivessem “impact”, “santions” e “Russia” no título. Foram incluídos oito estudos na revisão, obtidos no Google Scholar e na Open Knowledge Maps, que abrangeram diferentes origens e captaram o impacto de sanções comerciais e de sanções financeiras. Os oito estudos demonstram o impacto das sanções financeiras e económicas no enfraquecimento da economia russa, designadamente nas variáveis exportações, importações, rublo, indústrias, PIB, desemprego, inflação e taxa de câmbio. A grande maioria dos autores avaliou o impacto como mitigado, no início, por estratégias russas, mas que está a tornar-se cada vez mais visível. Defendem, por isso, manter as sanções e refiná-las. Concluímos que as sanções foram aplicadas sobre condições que a teoria das sanções mais recente refere como eficaz. Estudos futuros devem dar continuidade ao acompanhamento do impacto das sanções ao longo do tempo e, com particular importância para as Forças Armadas, a investigação sobre contrassanções. Destacamos, como limitações, a ausência de dados oficiais da Rússia.*

**Palavras-chave:** Rússia, impacto, sanções económicas.

## 1. Introduction

The triumph of force is based on the production of arms, and this, in turn, on production in general – therefore, on “economic power”. [...] nothing is more dependent on economic prerequisites than precisely army and navy.

Engels, 1970

On 24 February 2022, Russia violated one of the main principles of international law when it began a military invasion of Ukraine and annexed the regions of Donetsk, Lugansk, Zaporizhzhia and Kherson, launching uninterrupted attacks, occupying territories and causing military and civilian deaths and injuries. The West, and especially the European Union (EU) (under the framework of the Common Foreign and Security Policy<sup>1</sup>) in close cooperation with the United States (US), the United Kingdom, Canada, Australia and Japan, responded by imposing unprecedented sanctions in both scale and severity to express its disapproval. The aim of sanctions is to change behaviours or policies, including violations of international law or human rights. Almost all possible sanctions instruments were used against Russia in 2022, in a total of about 3000 sanctions.

---

<sup>1</sup> [portaldiplomatico.mne.gov.pt](http://portaldiplomatico.mne.gov.pt)

Sanctions and arms deliveries to Ukraine have become the main tool of US policy and Western strategy to counter Russia's actions in Ukraine (Bubnova, 2022). World peace is a powerful ideal for the West, and the shift in the global security and economic relations paradigm (Snower, 2022) has made Russia the most sanctioned country in the world. Harsh sanctions, mainly economic ones, have been used as a non-military instrument of coercion in what has been described as a "sanctions revolution"<sup>2</sup> that aims to reduce deaths and destruction by hindering Russia's ability to wage war (Caprile & Delivorias, 2023) and undermining its ability to finance the military effort (Nell, 2023).

The War and Peace Observation Centre of the Military University Institute monitors the daily progression of the war in Ukraine and holds weekly meetings to discuss the relevance of examining certain issues in greater detail. Given that several sanctions packages have been adopted (eleven so far), with mixed results (Gaur et al., 2023), the impact of economic sanctions on Russia one year into the war emerges as a relevant research topic that raises doubts and scepticism, and on which scholars have different views. Therefore, the goal of this paper on the "Russia-Ukraine conflict – the impact of economic sanctions on Russia – a narrative review of the literature" is to collect up to date information from recent studies on the effect of the sanctions on the Russian economy and assess their effectiveness. The study will answer the following research question: how do economic sanctions affect Russia?

Scholars' interest in the issue has been increasing exponentially since 2014, and especially since 2022. Recent studies on economic sanctions have focused on the Russia Ukraine conflict and on investigating whether economic sanctions work (Meyer et al., 2023), assessing their effectiveness (Tsouloufas & Rochat, 2023) and analysing the public sentiment towards them (Ngo et al., 2022). Some studies attempt to estimate the effects of sanctions on Russia (Mahlstein et al., 2022), more specifically on export values in Canadian dollars (which could appreciate), given that Canada is one of the world's largest exporters of raw materials such as oil and natural gas, which are affected by the war (Sokhanvar & Lee, 2023).

Experts state that the economic sanctions will hit Russia's imports sector the hardest because its main import partner is precisely the EU (Shevchenko, 2017) and Russia is highly dependent on high tech, engineering products, medicines and food (Sinyakov et al., 2015). These imports come from 48 countries whose share of the world's gross product is approximately 60%. Therefore, replacing them is virtually impossible. The breakdown of integration and cooperation ties will inevitably lead to a decline in labour productivity on a global scale, reflecting a shift in the international division of labour, and to a slowdown in global economic growth.

As Russia had already been targeted by economic sanctions in 2014, the 2022 sanctions did not catch it off guard. It was able to withstand them and minimise their negative economic effects, and it has adapted: it bolstered patriotic and nationalist sentiment in Russians (Yurgens,

---

<sup>2</sup> Sanctions timeline, retrieved 11 April 2023 from: <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/sanctions/restrictive-measures-against-russia-over-ukraine/history-restrictive-measures-against-russia-over-ukraine/>

2015); it changed its diplomatic strategy with a pivot to the East and attempted to break out of the diplomatic isolation from the US and the EU by cooperating with Asian countries. Some examples of this cooperation are the construction of an oil pipeline to China, the “Indra-2014” joint military exercises with India and the cancellation of 90% of North Korea’s debt to the former Soviet Union (Kundu & Banerjee, 2023).

Russia’s situation in 2022 was caused by the impact of the sanctions of 2014, which alerted it to the need to close its technology gap (Gould-Davies, 2020) and adapt (Ashford, 2017), and thus had negligible effects (Davis, 2016). Russia has faced and averted several economic crises in the last 14 years: in 2008 / 2009, its economy experienced a sharp contraction of 9%; in 2014 / 2015, it entered another recession as a result of Western sanctions and, more importantly, of the drop in oil prices; in 2020 / 2021 it suffered the consequences of the COVID-19 pandemic (Titov, 2022).

The Kremlin’s narrative, the scarcity of official data and the large number of sanctions make assessing the impact of the economic sanctions on Russia, both individually and as a whole, a task that will entail carefully gathering and comparing data from various sources.

Using a narrative literature review methodology, this study will examine the impact of the economic sanctions on Russia, providing the first comprehensive exploratory analysis of the articles that have been published after a year of conflict. We will begin by introducing a theoretical framework in which we explain what sanctions are and what they intend to achieve, as well as the determinants of their success or failure. We will then describe the methodology and present and discuss the findings of the studies on the impact of sanctions. The final section will present the conclusions.

## **2. Theoretical framework**

### **2.1 The aims of economic sanctions**

Economic sanctions are a form of coercive diplomacy (Baldwin, 1985; Hufbauer et al., 1990; Mulder, 2022; Naylor, 2001) designed to pressure governments. They are a type of international negotiation (Lacy & Niou, 2004; Marinov, 2005; Morgan & Miers, 1999; Smith, 1996) and an alternative to military force used by states to achieve political goals and change or block policies of a target government.

Economic sanctions are used when diplomacy fails and when the military option seems too extreme. Their goal is to damage the target country’s economy by restricting or prohibiting trade in certain goods and services, severing financial links or imposing a total embargo, interrupting trade, financial and investment relations to generate costs for the target nation (Lektzian & Souva, 2007). The costs themselves are not the goal, but a means to achieve political objectives: sanctions translate economic costs into political objectives. They create new commitments and realities, deter future actions by threatening retaliation, show that the behaviour will not be tolerated in the future, generating costs that prevent or hinder the target’s ability to continue its behaviour, changing the regime or the transgressors. Sanctions can also be used to condemn unacceptable behaviours and reaffirm norms and rules that have been violated in order to safeguard international order (Gould-Davies, 2023).

Another, less studied perspective, sees economic sanctions as way to precondition the war. They can be used to prepare the battlefield and the Armed Forces of a target nation, support strategic infrastructures and industries or reduce the military resources and time required to win the conflict. They may help reduce war casualties, both for the sending and target governments, as well as the funds and time required for post-war reconstruction. It will take a new approach with a well-defined vision to neutralise international conflicts before they become full-blown wars that will further disrupt the community of nations (Boudreau, 1997).

Countries use economic sanctions for different reasons and objectives, which can be divided into: primary objectives relating to the targets' behaviour and policies; secondary objectives relating to the international status of the sanctioning countries; and tertiary objectives that concern the structure and operation of the international system (Barber, 1979). These reasons and objectives usually relate to foreign policy, compliance, subversion, deterrence, domestic symbolism and international symbolism (Lindsay, 1986).

Political rationality when making decisions on economic sanctions is explained by the theory of multiple incentives, which counters the dominant "warmonger" theory, that is, the argument that authoritarian leaders are more likely to choose military action (Castro, 2012).

Economic sanctions have effects on the economy (on economic, trade and financial variables), which can be estimated using econometric models (Bali & Rapelanoro, 2021) or a "Bayesian VAR" model (Pestova & Mamonov, 2019). These tools simulate international economic sanctions to reveal the economic effects of international coercive measures.

Designing effective sanctions requires a clear goal, understanding the target's weaknesses and its ability to endure pain, creating a strategy to focus that pain and weaken the target's resolve, continuously adapting the strategy and defining clear conditions to lift the sanctions (Nephew, 2018).

EU member states have adopted eleven sanctions packages, the tenth of which marked one year since the start of the war. Each package gradually changed and expanded the scope of the sanctions regimes adopted since 2014. The sanctions defined by the EU include a ban on transactions with Russian state-owned military industrial enterprises, the disconnection of Russian financial institutions (from the SWIFT system), a ban on the export to Russia of dual use goods and technologies, drone engines, civilian firearms, ammunition, military vehicles and paramilitary equipment, a ban on exports in the maritime aviation and technology sectors (e.g. semiconductors) and the export of luxury goods to Russia, a ban on imports of coal, crude oil and petroleum products from Russia, the imposition of a price cap on Russian crude oil and petroleum products exported to third countries, a ban on exports to Russia of goods and technologies in the oil refining sector, and a ban on new investments in the Russian energy and mining sector (Caprile & Delivorias, 2023).

## **2.2 Determinants of the success or failure of economic sanctions**

When sanctions are implemented, it is not yet known whether the target state is willing and has the ability to endure the economic cost of those sanctions. Both the target and the

sender country make their own decisions on whether to continue the sanctions. Over time, these decisions allow both states to update their beliefs about the other's resolve.

Most existing studies have shed light on the determinants of these policies' success or failure and the effect of sanctions on the target economy. Drezner (1999), Hufbauer et al. (2009) and van Bergeijk (2009) provide overviews of the state of the art on the issue. Hufbauer et al. (2009) published an empirical analysis based on a comprehensive list of cases in which sanctions were applied, with emphasis on sanctions imposed by the US and Europe. The Threat and Imposition of Economic Sanctions (TIES) database by Morgan & Bapat (2009) is also a comprehensive source of data on sanctions which covers even more sender and target countries. Both datasets provide quantitative measures on the scope and intensity of the measures that have been applied and attempt to assess their success or failure in achieving their intended political goals. Caruso (2003) presents an estimate of the average effects of sanctions on aggregate trade flows during the second half of the 20th century.

Several studies have tried to answer the question of whether economic sanctions work, with varying conclusions (Doxey, 1987; Galtung, 1967; Nincic & Wallenstein, 1983; Nossal, 1989), and it is unlikely that a consensus will be reached (van Bergeijk, 2021).

Even when the targeted country does not surrender, sanctions can still be effective, or at least not ineffective, if they result in partial concessions or even in agreements between sanctioning and target countries (Baldwin, 1985, 1998; Elliott, 1998; Hufbauer et al., 2007). According to the latter study, sanctions are successful approximately 35% of the time (Hufbauer et al., 2007; Morgan et al., 2014), assuming that effective sanctions result in full compliance or at least in a partial change in policy to comply with the sanctioner's stated policy goals.

The type of regime of the target state is an important factor on both sides of the sanctions equation. The duration of sanctions tends to be shorter when the target is a democracy, regardless of which side concedes (Allen, 2005).

Sanctions can be effective if they are combined with other policies, such as diplomacy and regional cooperation. They are even more effective if they are implemented in stages, beginning with lighter measures and adding pressure over time, and if they are imposed by a group of countries rather than a single country (Hufbauer et al., 2007). The key variables are: the sanctions are imposed by a multilateral coalition (Morgan & Bapat, 2009; Kaempfer & Lowenberg, 1999; Martin, 1993; Miers & Morgan, 2002); the costs are too high for the target to bear (Doxey 1980; Drury 1998; Hufbauer et al., 1990; Morgan & Schwebach, 1997); the sanctions are designed to ensure that the costs are borne by the right people in the target state (i.e. "smart sanctions") (Cortright & Lopez, 2002; Morgan & Schwebach, 1996); whether sender and target expect to be involved in future conflicts (Drezner, 1999). The characteristics of the states involved in sanctions episodes also play a role, and democratic targets or states facing internal political instability are especially vulnerable to sanctions (Bolks & Al-Sowayel, 2000; Brooks, 2002; Lektzian & Souva, 2007).

Economic sanctions are successful about a third of the time (Hufbauer et al., 1990) and can be effective in bringing about political change (Askari et al. 2003; Barber, 1979; Doxey, 1971; Galtung, 1967; Haass, 1998; Kaempfer & Lowenburg, 1988, 1992; Lektzian & Souva, 2007; Pape, 1997; Renwick, 1981; Wallenstein, 1968, 2000).



The effectiveness of economic sanctions depends on the degree of economic interdependence between the target state and the sanctioning state (Drezner, 2003). Furthermore, sanctions are more likely to be effective when combined with military force or the threat of military force (Pape, 1997) and when they are multilateral (Martin, 1992).

According to game theoretic approaches to the study of the conditions for effective economic sanctions, due to strategic interaction, most failures are observed, but most successes are missed. Game theoretic models of economic coercion suggest that the success rate of sanctions can be understated (Drezner, 2003).

Other studies investigate whether targeted sanctions are more effective than conventional trade and investment sanctions. Targeted sanctions include asset freezes, financial restrictions on international banking activity, bans on the sale of luxury goods, sectoral sanctions (e.g. arms embargoes and restrictions on dual-use technology) and travel restrictions. Conventional sanctions were the norm in the 20th century, but over the last two decades targeted sanctions have replaced them as the main tools of coercion because of the expectation that they would impose direct pressure on the main target actors and the coalitions that support them.

A study that provides detailed data on 23 episodes of targeted sanctions imposed by the UN found that targeted measures achieved their intended goal approximately 22% of the time, which means that they have a lower success rate than conventional sanctions (Hufbauer et al., 1990) (34%) and the sanctions in the TIES databases (37.5%) (Biersteker et al., 2016). However, for the same period, Pape (1997) estimated that sanctions were successful 5% of the time. On the other hand, the financial sanctions imposed by the US may be a notable exception to the rather low success rate of targeted sanctions. A study that analyses data from 22 cases of financial sanctions implemented by the US since 11 September 2001 found that financial sanctions work about 40% of the time (Rosenberg et al, 2016).

Another study states that coercive measures have unpredictable effects that are paradoxically beneficial for the targeted countries (Giffen's Paradox) (Nureev & Petrakov, 2016). Furthermore, Jones & Whitworth (2014) show that international sanctions have encouraged Russia to find new partners and become less dependent on the West. Therefore, they argue that sanctions are ineffective.

Countries with strong economies are better able to withstand the economic consequences of sanctions (Drury, 1998).

Twenty years ago, the conventional wisdom was that economic sanctions were not effective as a political tool. However, recent studies have persuaded several scholars that sanctions can influence the behaviour of targets under identifiable conditions.

A study on the robustness of relationships and the identification of systematic robust correlations identified variables that should be included in theories on the effectiveness of sanctions. Of 18 variables, only two were found to have positive and robust effects on sanctions success: the involvement of international organizations and the costs for the target. Three other variables appear to be systematically (and positively) related to the success of sanctions, even though they are only weakly robust: financial sanctions, multiple issues, and target trade dependence (Bapat et al., 2013).



A quantitative study on the effectiveness of sanctions attempted to find an “optimal sanction” strategy for imports. As we know, sanctions affect the target country, but also the sender’s. The goal is to strike a balance between the economic pain (which should be maximised) and the collateral effects for the sanctioner (which should be minimised), and to keep the distribution of economic gains and losses for the senders as equitable as possible. Thus, a set of eight sectors with substantial effects was identified to avoid the need for a general ban on imports from all sectors (Schropp & Tsigas, 2023).

Against democracies, the winning coalition can be targeted with relatively broad sanctions. When non-democracies are targeted by broad sanctions that impose significant costs on society, non-democratic leaders are able to extract more revenue and strengthen their political position, which means they are less likely to yield. Therefore, there is a conditional relationship between the cost of sanctions and the type of regime they target. Sanctions that focus on the leadership are more likely to succeed against non-democratic leaders (Lektzian & Souva, 2007).

Finally, sanctions often fail because third parties (sanction busters) help to undermine them (Berner et al., 2022). States with political interests (black knights) or commercial interests have a powerful negative effect on whether sanctions will be successful (Hufbauer et al. 1990). According to the authors, the number of sanctions violations committed to help a target state decreases the likelihood of sanctions being successful, but violations by a single black knight do not have the same effect. Multilateral and non-global sanctions can be circumvented by importing from third countries or through direct or indirect re-exports, among other strategies.

Briefly, we have found that more recent studies tend to find that sanctions are effective and highlight six conditions for their effectiveness: weakened targets, costly sanctions, cooperation with international organizations, the sender does not have national security concerns, economic coercion against a democratic target (which is usually more effective than against non-democratic targets), and a relationship of dependency.

Economic sanctions are not a goal themselves, but a tool to translate economic costs into political goals. While they have an impact on economic variables, there is no direct or linear relationship between them and their intended effect – effectiveness –, making the issue rather controversial.

### **3. Methodology**

The methodology used in this study was a qualitative narrative literature review. The choice was based on its ability to provide an answer to the research question, the scarcity of official data from Russia, and the relevance that exploring this topic has for the Military University Institute.

Our goal is to summarise the available knowledge by conducting a selective search with systematised criteria, without a quality appraisal, and to synthesise the information in a narrative summary (Paré et al., 2015). We used a wide research base to map the findings of recent studies and identify areas for future research.

To ensure that the data was accurate and consistent (Paré et al., 2015), we used articles published after February 2022, retrieved from open sources on 11 April 2023, with titles that

contained the words “impact”, “sanctions” and “Russia”. Two databases, Web Of Science and Scopus, did not return any results, so the search was broadened to Google Scholar and Open Knowledge Maps. The review included nine studies from different authors and with different perspectives (Green et al., 2006).

#### 4. Findings and discussion

The search identified eight studies on the impact of sanctions against Russia: two reports by international working groups (Caprile & Delivorias, 2023; Nell et al., 2023) and six articles (Babina et al., 2023; Demertzis et al., 2023; Kalish, 2022; Makhoulf & Selmi, 2022; Novianto, 2022; Rácz et al., 2023).

Two studies were published in March 2022, shortly after the conflict began, and another two in 2022 (June and October). The remaining four were published in 2023, after one year of conflict, and provide a more comprehensive view.

According to the studies, the goal of the West’s economic sanctions against Russia is to weaken its economy, hinder its ability to wage war, limit its access to military technologies and components (Rácz, 2022; Caprile & Delivorias, 2023) and its main sources of revenue (exports of oil and petroleum products), restrict its access to military technologies and components and undermine support for the regime (Caprile & Delivorias, 2023).

Their potential economic impact is based on power. Russia is a petrostate and Russian exports of crude oil and petroleum products are the main drivers of the country’s external accounts, economy and government financing, including its ability to finance the war effort (Babina et al., 2023; Kalish, 2022; Nell et al., 2023). Approximately 60% of Russia’s state revenues come from the energy sector and almost 50% of its energy exports go to the European Union (Nell et al., 2023; Novianto, 2022).

The sanctions analysed in this study are: the EU’s embargo on seaborne crude oil and the G7 oil price cap mechanism, which came into force on 5 December 2022 (Babina et al., 2023); the sanctions against Russian exports of coal, gold, iron, steel and luxury goods; the sanctions on its financial sector, which include a ban on transactions and asset freezes, limitations on access to capital and financial markets, restrictions on debt and equity, and disconnection from the SWIFT financial messaging system; the sanctions on military and dual-use goods and high tech (Nell et al., 2023).

Table 1 summarises the studies analysed here. The table includes the date and type of publication, the sanctions / impact variables analysed in each study, and the sources where the data were obtained.

**Table 1 – Empirical studies on the impact of economic sanctions on Russia**

Authors	Title	Date	Impact Variable	Info Sources	Source
Babina et al., 2023	Assessing the Impact of International Sanctions on Russian Oil Exports	FEB23	Oil exports	Federal Customs Service; Bloomberg	Paper
Caprile & Delivorias, 2023	EU sanctions on Russia: overview, impact, challenges	MAR23	GDP Unemployment Inflation Exchange rate Trade Russian and foreign companies	Rosstat; Bloomberg; Worl Bank; EBRD; IMF; OECD	European Parliamentary Research Service Briefing
Demertzis et al., 2023	How have sanctions impacted Russia?	OCT22	Imports Exports Ruble	Bruegel	Paper
Kalish, 2022	How sanctions impact Russia and the global economy	MAR22	Financial sanctions	Central Bank of Russia	Paper
Makhlouf & Selmi, 2022	Do sanctions work in a crypto world? The impact of the removal of Russian Banks from SWIFT on Remittances	MAR22	Financial sanctions	World Bank	Paper
Nell et al., 2023	One year of war: sanctions impact assessment and action plan for 2023	n.d.	Several	Worl Bank; Air Force Command of EUA Armed Forces; Banco da Rússia	KSE Institute Sanctons Team
Novianto, 2022	European Union Sanctions Against Russia as Impact of Russia-Ukraine Conflict	JUN22	Energy Ruble Industries		Paper
Rácz et al., 2023	Why sanctions against Russia work?	2023	Imports	The Bank of Russia	Paper

#### 4.1 The impact of economic sanctions on Russia

The first studies that analysed the impact of sanctions on Russia were published in March 2022. They were prospective studies with a pedagogical purpose that examined the impact of the sanctions imposed by the US, the EU, the UK, Canada and Japan. The sanctions included banning secondary trading in Russian bonds, transactions with major Russian banks and exports of critical technology to Russia, freezing assets, and suspending the process to certify the Nord Stream II gas pipeline. This uncertainty has led to an increase in the price of key commodities, a rise in inflation and a slowdown of global growth. The Russian Central Bank's access to a substantial part of its foreign reserves was restricted, the rouble dropped almost 40% against the US dollar, lessening the real purchasing power of consumers, the interest rate was raised by 20% to compensate citizens and there was a sharp decline in the real GDP (Kalish, 2022).

Also in March 2022, a study tried to ascertain if sanctions would work in a crypto world and if it would be possible to completely sever Russia from the global financial system by disconnecting it from the SWIFT payment system. A consequence of being cut off from access to the SWIFT banking system is that international transactions become more difficult and costly, and Russia may be tempted to use cryptocurrencies, which were introduced into the global financial system as a new type of money, to circumvent sanctions by keeping its wealth in bitcoin. However, cryptocurrency is not a solution, and, in fact, has several limitations: large multinationals that generate billions in revenue would not be able to make the switch efficiently because the cryptocurrency markets do not have enough volume or liquidity (Makhlouf & Selmi, 2022).

The data from the Federal Customs Reserve is consistent with the data from the Bank of Russia: in 2022 Russia's trade increased by 21% compared to 2021, recording a record trade surplus of \$316 billion due to the spike in energy prices (natural gas, coal, petroleum products and crude oil) and a sharp drop in Russia's imports. However, the annual statistics do not show the decline in Russia's trade volume, which dropped from \$22.7 billion a month in January / February 2022 to \$4.1 billion a month in December of the same year (Babina et al., 2023; Demertzis et al., 2023; Rácz et al., 2023).

On the other hand, the prices of Russia's oil exports have been the subject of much speculation. Bloomberg and the Federal Custom Service state that Russia is selling crude oil well above the G7 price cap of \$60 a barrel (Babina et al., 2023), which compromises the effectiveness of the main policy tool to reduce Russia's oil revenues (Nell et al., 2023).

As both the EU embargo and the G7 price cap were implemented in December 2022, it is easy to understand that the rise in oil prices and the redirection of oil exports more than offset or reduced the sanctioning countries' dependence on Russian oil (Babina et al., 2023). According to the authors, the sanctions are only now beginning in earnest.

The sanctions on Russian exports of oil and petroleum products are critical and will lead to significant changes in export patterns, which have already been felt in 2022. When imports of Russian oil into the EU declined, China and India replaced it as Russia's main export market. This caused significant changes in trade patterns and fragmentation in the market for Russian oil (Babina et al., 2023). However, due to infrastructure restrictions, Russia has not been able to replace its oil exports through the Pacific, neither the 60% it exports to Germany and Poland through the northern branch of the Druzhba pipeline, nor the 40% that go through the southern branch to the Czech Republic, Hungary and the Republic (Babina et al., 2023).

Russia faces a similar challenge when attempting to find new customers for its gas: the pipeline infrastructure is geared towards the West and cannot be easily reorganised. Therefore, Russia has massively reduced its gas exports to Europe (Rácz et al., 2023).

The coal embargo was more successful, inasmuch as Russia has been unable to find new customers to compensate for the drop in demand from the European Union. But in financial terms, coal is not as important for Russia's revenues as oil and gas (Nell et al., 2023; Rácz et al., 2023).

Initially, Russia benefited from the energy war because oil and gas prices rose sharply (to record levels in the case of gas and power). This led to higher inflation and rates, causing an economic slowdown in Europe, at the same time as it gave Russia record revenues that helped to protect its economy and budget from the impact of sanctions (Nell et al., 2023).

Sanctions on gold, iron, steel and luxury exports have significant gaps. Since the invasion, the economy has contracted on average by 4% in most sectors, with a strong contraction in wholesale and retail trade (12%), whereas the construction and agriculture sectors expanded. This shows that the sanctions have had an impact. Export volumes dropped for all products, especially gold. Therefore, sanctions should be extended to all sanctioning countries and include goods such as diamonds, fish, steel products and timber. Another proposal is to impose a price cap on the sale of nitrogen fertilisers (Nell et al., 2023).

Sanctions on imports lead to production losses due to lack of materials, raw materials and technology. Data from Russia's main trading partners shows that Russia's imports fell by up to 50% in the first half of 2022 (Rácz et al., 2023). In fact, production of tanks and other armoured vehicles temporarily halted, and when it resumed, there was a shortage of high-tech components. There are signs that Russia is running low on stocks of cruise missiles and unmanned aerial attack vehicles, and that the intensity of attacks on Ukraine has decreased (Nell et al., 2023).

Technology sanctions and the withdrawal of Western high-tech companies has had an impact on the Russian armed forces, as Russia has not been able to replace the losses of military material with new weapons systems (Rácz et al., 2023).

The sanctions designed to shorten the war included restrictions on Russia's financial sector, such as a ban on transactions and asset freezes, limitations on access to capital and financial markets, restrictions on debt and equity, and disconnection of Russia's Central Bank from the SWIFT financial messaging system.

If the current fiscal dynamics persist, Russia will likely have a budget deficit of approximately 2% of its GDP. Despite increasing pressure on its fiscal balance, Russia has managed to create fiscal buffers through significant consolidation after 2014, when sanctions were first imposed. This means that the Fortress Russia strategy has been working. Russia's financial sector is dominated by public banks that account for more than two thirds of total assets and can still increase their holdings, which could help stabilise the financial sector. Even though these assets have lost access to the US and EU financial systems (the world's two most important currencies), structural liquidity conditions have returned to pre-sanctions levels, and banks have been able to stay connected to the outside world through various channels. However, the financial system is facing considerable challenges: according to the Bank of Russia, Russian banks lost almost \$25 billion in the first half of 2022, largely from foreign currency operations. Given that Russia is capable of rebuilding its reserves, sanctions should be changed and updated constantly (Demertzis et al., 2023; Nell et al., 2023).

At first, there was an impact on the banking system's liquidity because there was a surge in withdrawals by Russian citizens, but Russia was able to stabilise the situation through domestic incentives and by raising the interest rate.

A strong rouble is not a sign that the sanctions were ineffective (Demertzis et al., 2023). The assertion that sanctions on imports lead to currency appreciation while sanctions on exports and foreign exchange reserves lead to depreciation is correct. Therefore, exchange rate fluctuations do not reflect a simple linear relationship between the exchange rate and welfare (Rácz et al., 2023). In fact, the Russian Central Bank responded with measures that included raising the key interest rate to 20%, mandating the conversion 80% of export revenues into roubles and limiting the ability of non-resident investors to withdraw capital and the ability of Russians to move cash across the border. This policy has prevented a capital flight (Caprile & Delivorias, 2023).

Sanctions on military and dual-use goods, which aimed to limit Russia's access to high tech through export controls, have had a negative impact on Russia's arms industry, hindering its ability to produce and store weapons. Companies operating in the Russian and Belarusian defence sector as well as individuals involved in military production were selected. The list of prohibited dual-use goods was extended, trade licences for the export of dual-use goods were suspended, and Promsvyazbank, the central bank responsible for operations that involve state defence orders and large state contracts, was banned from the SWIFT financial messaging system (Nell et al., 2023).

The sanctioning countries cooperated to limit the export, supply, transfer and delivery of aviation and space-related items, goods and technologies for the oil refining sector, and goods and technologies used by Russian-flagged vessels and for maritime navigation. The overall impact has not been significant yet (Nell et al., 2023).

Before the war, the International Monetary Fund (IMF) projected that Russia's GDP (Gross Domestic Product) growth would be +2.8% in 2022 and +2.1% in 2023. The World Bank report published in January 2022 was slightly more pessimistic, estimating Russia's GDP growth to be +2.4% in 2022 and +1.8% in 2023. Having averted a financial crisis and with military related production increasing (included in GDP), the deficit projected for 2022 was gradually reduced to -4.5% by the World Bank, -3.9% by the Organization for Economic Cooperation and Development (OECD), and -3.4% by the IMF (which revised this figure upwards to -2.2% in January 2023) (Caprile & Delivorias, 2023).

The OECD forecasts estimate that the Russian GDP will fall by -5.6% in 2023 and -0.2% in 2024. The World Bank expects the recession to continue in 2023 (-3.3% of the GDP) due to the impact of sanctions, but also that modest growth will return in 2024 (1.6%). On the other hand, in January 2023, the IMF projected a GDP growth of 0.3% in 2023 (while its October 2022 update projected a drop of -2.3%) and a slightly higher growth in 2024 (2.1%) (Caprile & Delivorias, 2023).

The measures were countered by Russia's National Wealth Fund (NWF), which was originally created to support the nation's pension system. Since the Ukraine invasion began, it has become a primary source of financing for the budget deficit, as well as a tool to support struggling state companies. Russia also used one-off taxes such as the "voluntary" windfall tax on large companies that was recently proposed (which is expected to bring the state \$2.8-3.5 billion) to compensate for the drop in oil revenues.

The IMF estimated that Russia's unemployment rate would drop from 4.9% to 4.6% in 2022. According to official Russian sources, unemployment is currently at a record low of 3.7%. However, experts believe that the real number of unemployed citizens at the end of 2022 was at least double the official figures, if not closer to 10% (if we account for military mobilisation and other missing data).

In December 2022, inflation was at 11.9%, well above the Central Bank of Russia's target of 4%. Inflation is expected to fall to 5% in 2023 and 4% in 2024 (IMF) and to 5.9% in 2023 and 4.5% in 2024 (World Bank). This could increase the cost of living for Russian consumers, exacerbating the decline in consumption and worsening citizens' quality of life (Caprile & Delivorias, 2023).

Another study on the impact of the 2014 sanctions warns that, if the sanctions continue and Russia shows that it is capable of standing on its own without the support of Western countries, it will become a bigger country, and the EU will have to urge Russia to cooperate again. If it is faced with counter-sanctions, the EU will have to make an effort to counteract the impact of unfavourable international economic factors (Novianto, 2022).

#### **4.2 Observations on the impact of economic sanctions on Russia**

The restrictive measures affected key sectors of the Russian economy, including finance, power, ferrous metallurgy, mining, electronics, engineering and transportation. Almost every possible sanctions tool has been employed: blocking financial sanctions, bans on investment, export and import controls, transport blockades, etc. These restrictions are unprecedented both in pace and scale. Furthermore, the countries that initiated the sanctions showed a unique political consolidation. If at first the US led the way and the EU lagged behind (Timofeev, 2020), now their efforts are highly synchronised.

The effects cannot be easily linked to sanctions alone, and isolating the relevant variables and establishing their relative dependence or independence is practically impossible (Mayntz, 2004). The relevant factors for this causal explanation are identified by Gramscian state theory (Falleti & Lynch, 2009). The impact on a set of economic variables was assessed: economic growth, oil prices in roubles, agricultural policy, India's developing economic relations with Russia and the Eurasian Economic Union, business development in the oil and gas industries, the debt sustainability of state owned enterprises and external debt sustainability, the impact on Russia's industrial regions.

Sanctions often fail because third parties help to undermine them (sanction busters) (Berner, 2022). Several countries have helped Russia evade sanctions: China, Turkey, Cyprus, the United Arab Emirates, Belarus, Kazakhstan and Uzbekistan. China, India and Turkey account for a substantial share of Russian crude oil exports, while Singapore and the United Arab Emirates import significant quantities of petroleum products. Japan has complied with international sanctions against Russia in many areas, but has not implemented any restrictions on Russian oil and gas (Nell et al., 2023).

In 2022, Russia continued to import semiconductors, UAVs and UAV parts. In fact, Russia's imports of microprocessors / semiconductors increased by more than 34% in 2022 (Bienkowski et al., 2023).



As Russia's ability to export certain products will be limited in the near future, there could be repercussions for the domestic refinery industry. There are signs that, as early as 2022, discounts were being offered to alternative buyers in an attempt to maintain the volume of petroleum products exports. Countries that banned Russian petroleum products are purchasing them through India and Turkey, which have increased their imports of Russian crude oil as a consequence (Babina, 2023).

The main idea is that sanctions have proved ineffective in terms of the immediate impact of the restrictive measures that were used as a foreign policy instrument because they have not changed Russia's political conduct (Timofeev, 2022). Even so, they should be continued or strengthened.

It is increasingly difficult to find new customers for Russian gas because the pipeline infrastructure is geared towards the West and cannot be easily reorganized.

More than 500,000 Russians have left the country, about 50% of whom are highly educated or technology specialists (Demertzis, 2022; Sonnenfeld et al., 2022), and over 1,000 Western companies have left Russia since the invasion began, reversing around 30 years of foreign investment (Rácz et al., 2023).

A group of researchers from the Yale University Chief Executive Leadership Institute assessed Russia's economic situation and found that it differed significantly from the Kremlin's official narrative (Sonnenfeld et al., 2022). According to their analysis, sanctions have substantially weakened Russia. This study, which gathers data from eight studies, also recommends strengthening sanctions, closing gaps and preventing evasion. Sanctions have been effective, inasmuch as they have sent a strong signal of Western resolve and unity to the Kremlin, degrading Russia's military capabilities and stifling its economy and its energy sector, with permanent consequences.

Actual restrictions on Russian energy imports came very late and some are still pending. On the one hand, this allowed Russia to find new customers and establish alternative import routes. On the other hand, it continued to export to Europe, as the EU embargo on Russian oil only came into force in December 2022. For this reason, the authors of the studies analysed in this literature review argue that Russia gained from the war, having managed to avoid a crisis.

All authors agree that the shield is beginning to crack, and that sanctions should not only continue, but be enhanced and adapted to restrict and isolate Russia even more (Babina et al., 2023; Caprile & Delivorias, 2023, Demertzis et al., 2022, Kalish, 2022; Makhlof & Selmi, 2022, Nell, 2023, Rácz et al., 2023).

Furthermore, energy sanctions should be intensified, including: lowering the oil price cap to \$30/bbl; monitoring and enforcing the price cap regime; applying full sanctions on Russian oil and gas companies and Gazprombank; stopping imports of Russian gas; banning Russian power in Asia's high tech sector, improving cooperation and coordination of the measures restricting military materials and dual-use goods, improving export controls, extending the list of dual-use goods, imposing comprehensive sanctions on the Russian and Belarusian military industrial sector, stopping the production and / or supply of high-tech products to Russia.



It is vital that the oil price cap be enforced effectively. Therefore, measures should be put in place to improve compliance, such as confiscating oil when the origin is uncertain and selling it to support Ukraine, taking action against Western companies that act as transport services for Russian crude oil and petroleum products sold above the cap (Nell et al., 2023).

Most authors recommend banning imports of additional goods from Russia, setting a price cap for Russian exports of nitrogen fertilisers and closing important gaps in the current sanctions regime by extending full sanctions to metals companies (Nell et al., 2023). However, one author does not advise continuing the sanctions, arguing that they jeopardise future cooperation (Novianto, 2022), which makes them ineffective.

Most effects of the sanctions regime are not only direct, but also indirect, as they affect the structural characteristics of economic development. The overall effects of sanctions (and not only the direct ones) are macroeconomically significant for both Russia and the EU. The potential negative effect of sanctions on the Russian economy is estimated to be 8-10% of Russia's GDP (for sender countries, the estimate is 0.5% of the GDP). The negative effect of sanctions could be partially offset by the resources available to Russian economic agents in the long and medium term. More serious effects are possible if the sanctions regime is maintained in the long term (Allen, 2022).

Hufbauer & Oegg (2003) analysed the effects of the sanctions that were in place during the 1990s on Russia's macroeconomic performance and found that their overall effect on the US' GDP was about 0.4%. Dreger et al. (2016) assessed the economic impact of the sanctions regime on Western countries and on the Russian Federation, rather than the impact on trade flows.

Sanctions can have a significant effect on the global economy and on enterprises that operate in sanctioned countries, and may have unintended negative effects, such as political regimes toughening their positions and high economic costs for citizens (Hufbauer et al., 2007).

While sanctions are frequently used to force another country to change its behaviour, they often fail to achieve their intended goals and have unintended consequences, such as harming innocent people, strengthening the resolve of the targeted government or bringing it closer to its allies (Bali & Rapelanoro, 2021; Drezner, 2003). Economic sanctions destabilise the target countries' leaders, who often lose power as a result (Marinov, 2005).

In the last century, European security has been strongly influenced by economic and military power dynamics, as well as by the use of economic warfare and sanctions. This has shifted the balance between adversaries.

## 5. Conclusions

Since Russia's invasion of Ukraine on 24 February 2022, successive unprecedented sanctions have been imposed to express disapproval with the nation's actions. Their goal is to change certain behaviours and policies, such as violations of international law and human rights.

The sanctions have had an impact on the Russian economy, but have yet to achieve their intended goal. Even though Russia's economy contracted less than expected, the country's performance is attributed to its initial resilience. On the one hand, it was less vulnerable and

better prepared than in 2014, and, on the other, the increase in oil and gas revenues have helped sustain its economy. Analysts argue that the impact is becoming increasingly visible with each of the eleven sanctions packages, which have been tightened and adjusted over time, especially the ones that entered into force in December 2022.

The most recent studies argue that sanctions are effective when they are imposed under certain conditions: they generate high costs for the target nation, they are implemented in close cooperation with international organizations or there is a relationship of dependence between sender and target countries.

The studies analysed here found that Russia was able to avert a financial crisis, avoid repercussions for the real economy and find alternative import routes. Thus, it was able to minimise the impact of the sanctions.

The authors of the eight articles analysed in this narrative literature review agree that the sanctions have had an impact on Russia's economy and that they should continue and be enhanced. Furthermore, the measures should be adjusted over time in order to isolate and restrict Russia. To isolate it, the studies recommend improving multilateral cooperation and enforcing the sanctions more effectively (by closing gaps and preventing circumvention). To restrict it, the proposed measures include reducing the oil price cap to \$30 per barrel, stopping the import of Russian gas into Europe, prohibiting Japan, South Korea and Taiwan from importing Russian oil, coal and gas, capping the price of nitrogen fertiliser exports, banning other products (such as diamonds, uranium, iron ore, steel products, timber and fish) and monitoring compliance with the sanctions.

However, one author argues that the sanctions should not be continued because they jeopardise future cooperation (Novianto, 2022).

Future studies should continue to investigate and monitor the effects of the sanctions against Russia. This is vital because it allows us to fully understand the situation and the power of this tool of international politics, as well as the different theories about sanctions, which often reach varying and sometimes divergent conclusions. On the other hand, investigating counter-sanctions is particularly relevant for the Armed Forces, as is exploring the possibility that Russia is in check but is still capable of delivering a checkmate (Dolidze, 2015), and the view that sees economic sanctions as something more tremendous than war (Wilson, 1919).

The study's limitations include the small number of scientific articles available whose quality, methodology and data sources could be assessed (all of which were included in this study).

## References

- Allen, S. H. (2005). The determinants of economic sanctions success and failure. *International Interactions*, 31(2), 117-138.
- Allen, S. H. (2022). The uncertain impact of sanctions on Russia. *Nature Human Behaviour*, 6(6), 761-762.
- Ashford, E. (2017). *On Sanctions and Negotiations*.
- Askari H., Forrer J., Teegen H. & J. Yang (2003). *Economic sanctions: examining their philosophy and efficacy*. Greenwood Publishing Group.

- Babina, T., Hilgenstock, B., Itskhoki, O., Mironov, M., & Ribakova, E. (2023). *Assessing the impact of international sanctions on Russian oil exports*. Available at SSRN.
- Baldwin, D. A. (1985). *Economic Statecraft*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Baldwin, D. A., & Pape, R. A. (1998). Evaluating economic sanctions. *International Security*, 23(2), 189-198.
- Bali, M. & Rapelanoro, N. (2021). "How to simulate international economic sanctions: A multipurpose index modelling illustrated with EU sanctions against Russia," *International Economics*, Elsevier, 168(C), 25-39.
- Barber, J. (1979). Economic Sanctions as a Policy Instrument. *International Affairs* 5(3): 367–384. doi:10.2307/2615145.
- Bapat, N. A., Heinrich, T., Kobayashi, Y., & Morgan, T. C. (2013). Determinants of sanctions effectiveness: Sensitivity analysis using new data. *International Interactions*, 39(1), 79-98.
- Berner, R., Cecchetti, S. & Schoenholtz, K. (2022). Russian Sanctions: Some Questions and Answers [4], VoxEU.org, 21 March.
- Bienkowski, P., Kausman, M., Lunde, N., Mironov, M. (2023) *Effectiveness Of U.S. Sanctions Targeting Russian Companies And Individual*. Free Russia Foundation.
- Biersteker, T. J., Eckert, S. E., & Tourinho, M. (2016). *Targeted sanctions*. Cambridge University Press.
- Bolks, S. M., & Al-Sowayel, D. (2000). How long do economic sanctions last? Examining the sanctioning process through duration. *Political Research Quarterly*, 53(2), 241-265.
- Boudreau, D. G. (1997). Economic sanctions and military force in the twenty-first century, *European Security*, 6(2), 28-46, DOI: 10.1080/09662839708407310
- Brooks, R. A. (2002). Sanctions and regime type: What works, and when?. *Security Studies*, 11(4), 1-50.
- Bubnova, N. I. (2022). Total Sanctions in the Context of “Integrated Deterrence”: Western Countries’ Response to Russia’s Special Military Operation in Ukraine (2022). *Herald of the Russian Academy of Sciences*, 92(Suppl 13), S1230-S1239.
- Caprile, A. & Delivorias, A. (2023). EU sanctions on Russia: Overview, impact, challenges. European Parliamentary Research Service.
- Caruso, R. (2003). The Impact of International Economic Sanctions on Trade: An Empirical Analysis', *Peace Economics, Peace Science and Public Policy* 9(2): Article1.
- Castro, T. (2012). *Teoria das Relações Internacionais*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão.
- Chorzempa, M. (2022), Export controls against Russia are working – with the help of China, *PIIE Realtime Economics Blog*.
- Cortright, D., Lopez, G. A., & Gerber, L. (2002). *Sanctions and the search for security: Challenges to UN action*. Lynne Rienner Publishers.
- Davis, C. M. (2016) The Ukraine conflict, economic–military power balances and economic sanctions, *Post-Communist Economies*, 28:2, 167-198, DOI: 10.1080/14631377.2016.1139301.
- Demertzis, M., Hilgenstock, B., McWilliams, B., Ribakova, E., & Tagliapietra, S. (2022). *How have sanctions impacted Russia?* 26. Bruegel.

- Doxey, M. P. (1980). *Economic sanctions and international enforcement*. Springer.
- Doxey, M. P. (1987). *International sanctions in contemporary perspective*. Springer.
- Drezner, D. W. (1999). *The sanctions paradox: Economic statecraft and international relations* (No. 65). Cambridge University Press.
- Drezner, D. (2003). *The Hidden Hand of Economic Coercion*. *International Organization*, 57(3), 643-659. doi:10.1017/S0020818303573052
- Dreger, C., Kholodilin, K. A., Ulbricht, D., & Fidrmuc, J. (2016). Between the hammer and the anvil: The impact of economic sanctions and oil prices on Russia's ruble. *Journal of comparative economics*, 44(2), 295-308.
- Drury, A. C. (1998). Revisiting economic sanctions reconsidered. *Journal of Peace Research*, 35(4), 497-509.
- Elliott, K. A. (1998). The sanctions glass: half full or completely empty?. *International Security*, 23(1), 50-65.
- Engels, F. (1970). *Anti-Dühring*. New York, NY: International Publishers.
- Falleti, T.G., & Lynch, J.F. (2009). Context and Causal Mechanisms in Political Analysis. *Comparative Political Studies*, 42(9), 1143-1166. <https://doi.org/10.1177/0010414009331724>.
- Galtung, J. (1967). On the effects of international economic sanctions, with examples from the case of Rhodesia. *World politics*, 19(3), 378-416.
- Gould-Davies, N. (2023). Russia, the West and sanctions. In *Survival: Global Politics and Strategy (February-March 2020): Deterring North Korea* (pp. 7-28). Routledge.
- Green, B. N., Claire D. J. & Adams, A. (2006). Writing Narrative Literature Reviews for Peer-Reviewed Journals: Secrets of the Trade. *Journal of Chiropractic Medicine*. 5(3): 101-17.
- Haass, R. (1998). *Economic sanctions and American diplomacy*. Council on Foreign Relations.
- Hufbauer, G. C., Schott, J. J. & Elliot, K. A. (1990). *Economic Sanctions Reconsidered: History and current policy*, Second Edition, 2 volumes, Washington, D.C.: Institute for International Economics.
- Hufbauer, G. C., & Oegg, B. (2003). *The impact of economic sanctions on US trade: Andrew Rose's gravity model* (No. PB03-04).
- Hufbauer, G. C., Schott, J. J., Elliott, K. A. & Oegg, B. (2007) *Sanções econômicas reconsideradas*. Washington, DC: Peterson Institute for International Economics.
- Hufbauer, G. C., Schott, J. J. & Elliott, K. A. (2009). *Economic Sanctions Reconsidered*, 3rd Edition. Peterson Institute Press: All Books, Peterson Institute for International Economics, number 4129, October.
- Kalish, I. (2022) *How sanctions impact Russia and the global economy*. Obtido em: <https://www2.deloitte.com/xe/en/insights/economy/global-economic-impact-of-sanctions-on-russia.html>
- Kaempfer, W. H., & Lowenberg, A. D. (1988). The theory of international economic sanctions: A public choice approach. *The American Economic Review*, 78(4), 786-793.
- Kaempfer, W. H. & Lowenberg, A. D. (1992). *International Economic Sanctions: A Public Choice Perspective* (Westview Press, Boulder, CO).

- Kaempfer, W. H., & Lowenberg, A. D. (1999). Unilateral versus multilateral sanctions: A public choice perspective. *International Studies Quarterly*, 43(1): 37-58.
- Kundu, S., & Banerjee, A. (2023). Diplomatic Associations and Exchange Rates: A Study on Russia-Ukraine War. *Indian Journal of Finance*, 17(3), 8-19.
- Lacy, D., & Niou, E. M. (2004). A theory of economic sanctions and issue linkage: The roles of preferences, information, and threats. *The journal of politics*, 66(1), 25-42.
- Lektzian, D., & Souva, M. (2007). An institutional theory of sanctions onset and success. *Journal of Conflict Resolution*, 51(6), 848-871.
- Lindsay, J. M. (1986). Trade sanctions as policy instruments: A re-examination. *International Studies Quarterly*, 30(2), 153-173.
- Mahlstein, K., McDaniel, C., Schropp, S., & Tsigas, M. (2022). Estimating the economic effects of sanctions on Russia: An Allied trade embargo. *The World Economy*, 45, 3344-3383. <https://doi.org/10.1111/twec.13311>.
- Makhlouf, F. & Selmi, R. (2022) *Do sanctions work in a crypto world? The impact of the removal of Russian Banks from SWIFT on Remittances*.
- Marinov, N. (2005). Do Economic Sanctions Destabilize Country Leaders? *American Journal of Political Science* 49 (3): 564-576. [10.1111/ajps.2005.49.issue-3](https://doi.org/10.1111/ajps.2005.49.issue-3)
- Martin, L. (1992). *Coercive Cooperation: Explaining Multilateral Economic Sanctions*. Princeton, N.J.: Princeton University Press.
- Martin, L. (1993) Credibility, Costs, and Institutions: Cooperation on Economic Sanctions. *World Politics*. 45(3). 406-432. <https://doi.org/10.2307/2950724>.
- Mayntz, R. (2004). Mechanisms in the Analysis of Social Macro-Phenomena. *Philosophy of the Social Sciences*, 34(2), 237-259. <https://doi.org/10.1177/0048393103262552>.
- Meyer, K. E., Fang, T., Panibratov, A. Y., Peng, M. W., & Gaur, A. (2023). International business under sanctions. *Journal of World Business*, 58(2), 101426.
- Miers, A., & Morgan, T. (2002). Multilateral sanctions and foreign policy success: Can too many cooks spoil the broth?. *International Interactions*, 28(2), 117-136.
- Morgan, T. C., & Schwebach, V. L. (1996). Economic sanctions as an instrument of foreign policy. *International Interactions*. 21:247-263
- Morgan, T. C., & Schwebach, V. L. (1997). Fools suffer gladly: The use of economic sanctions in international crises. *International Studies Quarterly*, 41(1), 27-50.
- Morgan, T. C., & Miers, A. C. (1999). When threats succeed: A formal model of the threat and use of economic sanctions. In *Annual Meeting of the American Political Science Association, Atlanta, GA* (Vol. 264).
- Morgan, T. C., Bapat, N. & Kobayashi, Y. (2014) *The Threat and Imposition of Economic Sanctions 1945-2005: Updating the TIES Dataset*. *Conflict Management and Peace Science* 31(5):541-558.
- Morgan, T. C. & Bapat, N. A. (2009). Multilateral versus unilateral sanctions reconsidered: A test using new data. *International Studies Quarterly*, 53(4), 1075-1094.
- Mulder, N. (2022). *The Economic Weapon: The Rise of Sanctions as a Tool of Modern War*. Yale University Press. <https://doi.org/10.2307/j.ctv240df1m>

- Naylor R. T. (2001). *Economic Warfare: Sanctions, Embargo Busting, and Their Human Costs*. Boston: Northeast University Press.
- Nell, J., Hilgenstock, B. & Dodonov, B. (2023). *One year of war: sanctions impact assessment and action plan for 2023*. [https://uglobal.university/wp-content/uploads/2023/03/KSE\\_One-year-of-war\\_Sanctions-impact-assessment.pdf](https://uglobal.university/wp-content/uploads/2023/03/KSE_One-year-of-war_Sanctions-impact-assessment.pdf)
- Nephew, R. (2018). The hard part: The art of sanctions relief. *The Washington Quarterly*, 41(2), 63-77.
- Ngo, V. M., Huynh, T. L. D., Nguyen, P. V. & Nguyen, H. H. (2022). Public sentiment towards economic sanctions in the Russia–Ukraine war. *Scottish Journal of Political Economy*, 69, 564–573. Available from: <https://doi.org/10.1111/sjpe.12331>.
- Nincic. M. & Wallenstein, P. (1983). *Dilemmas of Economic Coercion: Sanctions in World Politics*. Praeger.
- Nossal, K. R. (1989). International sanctions as international punishment. *International Organization*, 43(2), 301-322.
- Novianto, B. P. P. (2022). DOI: European Union Sanctions Against Russia as Impact of Russia-Ukraine Conflict. *International Journal of Multicultural and Multireligious Understanding*, 9(6) <http://dx.doi.org/10.18415/ijmmu.v9i6.3920>.
- Nephew, R. (2017). *The Art of Sanctions*. Columbia University Press. Retrieved from <https://www.perlego.com/book/773624/the-art-of-sanctions-a-view-from-the-field-pdf>.
- Pape, R. A. (1997). Why economic sanctions do not work. *International security*, 22(2), 90-136.
- Paré, G., Trudel, M. C., Jaana, M., & Kitsiou, S. (2015). Synthesizing information systems knowledge: A typology of literature reviews. *Information & Management*, 52(2), 183-199.
- Rácz, András, Spillner, Ole and Wolff, Guntram B. (2023). "Why Sanctions Against Russia Work" *Intereconomics*, 58(1), 52-55. <https://doi.org/10.2478/ie-2023-0009>
- Renwick, R. (1981) *Economic Sanctions*. Center for International affairs, Harvard University.
- Schropp, S. & Tsigas, M. (2023). Designing ‘optimal’ sanctions on Russian imports. *The World Economy*, 46, 498– 531. <https://doi.org/10.1111/twec.13377>
- Shevchenko, A. (2017). *Sanktsii Zapada protiv Rossii: kto teryaet bol'she? [Western sanctions: who loses more?]*. Available on the Internet: <https://riss.ru/smi/43483>
- Sinyakov, A., Roitman, A. & Seleznev, S. (2015). *Dinamika potentsial'nogo VVP Rossii posle neftyanogo shoka: rol' sil'nogo izmeneniya otnositel'nykh tsen i strukturnykh zhestkosti [Dynamics of Russia's potential GDP after the oil shock: The role of big change in relative prices and structural rigidities]*. Moscow: Bank of Russia Publ.
- Smith, A. (1996). *The success and use of economic sanctions*. *International Interactions* 21:229-245.
- Snower, D. (2022). Multilateralism after the Ukraine invasion", VoxEU.org, 21 March.
- Sokhanvar, A. & Lee, C.-C. (2022). How do energy price hikes affect exchange rates during the war in Ukraine? *Empirical Economics*. 64, 1-14. [10.1007/s00181-022-02320-7](https://doi.org/10.1007/s00181-022-02320-7).
- Sonnenfeld, J., Tian, S., Sokolowski, F., Wyrebkowski M. & Kasprowicz, M. (2022), *Business retreats and sanctions are crippling the Russian economy*, SSRN.

- Timofeev I. N. (2020). Sanctions for Sanctions Violation: U.S. Department of Treasury Enforcement Actions against Financial Sector. – Polis. *Political Studies*, 6, 73-90. <https://doi.org/10.17976/jpps/2020.06.06>
- Titov, A. (2022). *The impact of the Ukraine war on Russia*. *Political Insight*, 13(2), 32-36.
- Tsouloufas, G., & Rochat, M. (2023). Revisiting the effectiveness of economic sanctions in the context of Russia's invasion of Ukraine. *Canadian Foreign Policy Journal*, 1-16.
- Van Bergeijk, P. A. G. (2009), *Economic Diplomacy and the Geography of International Trade*. Cheltenham: Edward Elgar.
- Van Bergeijk, P. A. G. (2021). *Research handbook on economic sanctions*. Edward Elgar Publishing.
- Wallensteen, P. (1968). Characteristics of Economic Sanctions. *Journal of Peace Research* 5(3): 248–267.
- Wallensteen, P., (2000). A century of economic sanctions: a field revisited. *Uppsala Peace Research Papers* 1, 1–23. Uppsala University, Sweden.
- Yurgens, I. (2015). A positive stalemate for Ukraine. *Survival*, 57(1), 71-77.



# THE EU'S ROLE IN MAINTAINING A SAFE AND SECURE ENVIRONMENT IN BOSNIA AND HERZEGOVINA<sup>1</sup>

## *O PAPEL DA UE NA MANUTENÇÃO DE UM AMBIENTE SEGURO E ESTÁVEL NA BÓSNIA HERZEGOVINA*

**Paulo Pereira Zagalo**

Colonel, Portuguese Army

PhD student in Military Sciences at the Military University Institute and MA in Military Sciences from the Portuguese Military Academy

Researcher at the Research and Development Centre, Military University Institute (Portuguese War College) and at the Portuguese Military Academy Research Center (CINAMIL), Military Academy  
zagalo.pp@ium.pt

### **Abstract**

The EU objectives are to improve peace, freedom, security, and justice across borders. However, without regional stabilization in the Balkans, the EU's goals could be challenged. Our argument is that wrong attitudes of Bosnian politicians could jeopardize the Dayton Agreement's fulfilment.

This research analyses the relevance of the impact of EU neighbouring countries and candidate countries like Bosnia and Herzegovina (BiH) on stability and economic growth on that part of Europe. A change in attitude can directly affect the region's stability.

The EU's options for resolving the conflict in BiH are examined, and it is argued that if the EU provides inexorable conditions for the Dayton Agreement's continued implementation, its importance in addressing potential conflicts will increase.

**Keywords:** European Union, Bosnia-Herzegovina, EU Global Strategy, Integrated Approach, Common Security and Defence Policy.

### **Resumo**

*A UE tem por objetivos melhorar a paz, a liberdade, a segurança e a justiça além fronteiras. No entanto, esses objetivos poderão ser postos em causa se a região dos Balcãs não for estabilizada. O nosso argumento é que as atitudes erradas dos políticos bósnios ameaçam colocar em risco o cumprimento do Acordo de Dayton.*

**How to cite this article:** Zagalo, P. P. (2023), The EU's Role in Maintaining a Safe and Secure Environment in Bosnia and Herzegovina. *Revista de Ciências Militares*, November, XI(2), 129-158. Retrieved from <https://www.ium.pt/publist/1>

<sup>1</sup> This paper has its base on a document prepared for a presentation at the 15th Pan-European Conference on International Relations, held in Athens at Panteion University on 1-4 September 2022.

*Este estudo analisa a relevância da influência dos países vizinhos da UE e dos países candidatos à adesão como a Bósnia Herzegovina (BiH) na estabilidade e no crescimento económico dessa zona da Europa. Uma mudança de atitude pode ter um impacto direto na estabilidade da região.*

*O artigo analisa as opções que a UE tem à sua disposição para resolver o conflito na BiH e argumenta que, se a UE criar condições inexoráveis para que o Acordo de Dayton continue a ser aplicado, verá a sua relevância na resolução de futuros conflitos aumentar.*

**Palavras-chave:** *União Europeia, Bósnia-Herzegovina, Estratégia Global da UE, Abordagem Integrada, Política Comum de Segurança e Defesa.*

## **1. Introduction**

Because of globalisation and the interconnected world we find ourselves in, we are experiencing a moment of great contagion (Keohane & Nye, 1998) among all actors on the international scene. This phenomenon is characterised by uncertainty, unpredictability, and competition (Bodenhausen & Peery, 2009).

Security is a permanent concern of States and organizations, like the European Union, having the objective of promoting peace and the well-being of its members, as well as guaranteeing the freedom of movement of people, goods, and capital, and economic and social cohesion (European Union, 2007).

In order for the EU to contribute to fruitful relations with the rest of the world, any behaviour that could jeopardise economic, social, cultural, and political relations, even if exhibited by countries in the vicinity of the Union, especially candidate countries, will have consequences for the desired stability that will directly affect the economic area.

Since its signing in December 1995, Bosnia and Herzegovina has complied with the Dayton Agreements, sometimes under pressure from the international community, purportedly moving towards the creation of conditions for the departure of external entities that have been providing its support at the political, social, economic, and security and defence levels, among others, starting to assume the "governance" of the country in a completely autonomous way (European Union, n.d.).

Recently, signs have been perceived that could indicate the secession of one of the entities that integrate BiH. If confirmed, those signs, originated by the representative of Republika Srpska, Milorad Dodik, a former member of the tripartite presidency and leader of one of the ethnic groups, may jeopardize the compliance with the Dayton Agreements, raising issues that need to be resolved, particularly by the EU.

Considering this, the Union must identify options for the solution of the identified problem, because it may compromise the fulfilment of international agreements and could affect the stability of the country, advancing with the implementation of those options in accordance with the development verified in BiH.

Thus, the question that this research answers is: How can the European Union influence BiH in maintaining a safe, secure and stable environment?

We argue that only an Integrated Approach, building on the EU's Comprehensive Approach and promoting a civil-military cooperation, making use of all forms and possibilities of action in a more coherent and holistic engagement, will have effective and efficient results aiming to maintain a safe and secure environment in the country.

This paper is organised into nine chapters. After this introduction, the second chapter summarizes the literature review and presents the main concepts. The third chapter presents the materials and methods used in this research. The following chapter, the fourth, presents a historical framework, from the Balkan Wars (1912-1913) to the Dayton Agreements' signing that ended the 1992-1995 civil war. The fifth chapter analyses the opportunities given to BiH by the accession to EU and NATO as a full member. The sixth chapter identifies the current instability factors and where they can be located. In the seventh chapter, the options of the EU to tackle the identified conflict are analysed, and in the eighth chapter, the EU's response is proposed as the answer to the research question. The paper concludes with some final notes.

## **2. Theoretical and conceptual framework**

Before addressing the challenges posed by the questions identified above, it is necessary to define the expression "safe and secure environment". It was extracted from the mission statement of the EU Forces deployed in 2004, the Operation ALTHEA, still under execution, in which is referred that the "EU deployed a robust military force (EUFOR) to ensure continued compliance with the Dayton/Paris Agreement and to contribute to a Safe And Secure Environment (SASE) in BiH" (European Union, 2020).

The meaning of a "safe and secure environment" can be drawn from the Guiding Principles for Stabilization and Reconstruction of the United States Institute of Peace (Figure 1), i. e., the environment in which individuals may go about their daily lives without fear of widespread violence politically motivated. Specifically, large-scale fighting must cease; there must be a sufficient level of public order; responsible security forces must submit to lawful state authority; and important people, communities, sites, and infrastructure must be safeguarded. In addition to that, freedom of movement must be ensured without fear of unnecessary harm to life (United States Institute of Peace & Peacekeeping and Stability Operations Institute, 2009).



**Figure 1 – Safe and Secure Environment**

Source: Available from United States Institute of Peace & Peacekeeping and Stability Operations Institute (2009, p. 6–38)

The terms "conflict" and "crisis" need to be conceptualized, and the United Nations' operational definitions can be compared to the EU's structural framework.

This text explores the Union's crisis management doctrine, tracing its evolution since the Petersberg Declaration, and including the Global Strategy, and the Strategic Compass for Foreign and Security Policy. This research enables us to identify potential solutions for crisis or conflict situations that are aligned with the defined parameters.

Samuel Huntington (2002) wrote that for most of humanity's existence, conflicts between civilizations were intermittent or non-existent and that in the post-Cold War world, the most important distinctions between peoples are not ideological, political, or economic. They are cultural, and tribal wars and ethnic conflicts will take place within civilization (Huntington, 2002). Observing the behaviour of the three ethnic groups<sup>2</sup> and the two entities<sup>3</sup> living in imposed harmonious coexistence in BiH, we can conclude that these statements make sense.

Moreso, relationships are established between the various actors, which can be of cooperation, reciprocity, and conflict, depending on whether the objectives are stated as common, reciprocal or conflictual (Fry, 2013).

So, we can consider that the first two types of relationships are friendly and the last is a conflicting one, noting that we can accept that politics respects all types of relationships, including those of conflict.

<sup>2</sup> Catholics, Muslims and Orthodox.

<sup>3</sup> The Federation of Bosnia and Herzegovina is one of the two entities within the State of Bosnia and Herzegovina, the other being Republika Srpska.

As is detailed in this research paper, those statements define the relations between the Bosnian ethnic groups and entities.

On the other hand, taking into account the considered political positions, decisions and announced projects of the leaders of BiH, it is clear that we are dealing with the Strategy's mainframe. It is known that this area of knowledge deals with conflictual interaction, in particular when coercion is used to resolve the problem, generating and organizing the resources to be used in favour of this form of resolution, even considering potentially opposing purposes.

As the security environment can deteriorate as a result of conflicts or crises, it is important to establish the definitions of these two concepts.

## 2.1 Conflict and Crisis

Before proceeding, and because we argue that the Strategy (Baylis et al., 2019) deals with conflict interaction, intending to guarantee the great ends of the State, which are well-being and security, we can say that strategy has a very close relationship with coercion because it is necessary to nullify it or to restrict the purposes of adversaries that oppose the achievement of our objectives.

Thus, Strategy is closely related to the conflict.

Conflict is as old as Humans are. It is considered something intrinsic to the existence of humanity (Tidwell, 2001). Its premise is the sociable nature of the human being, which often culminates in misunderstandings or disputes in social relations, caused by differences in understanding regarding the lived or perceived reality (Honneth, 1996).

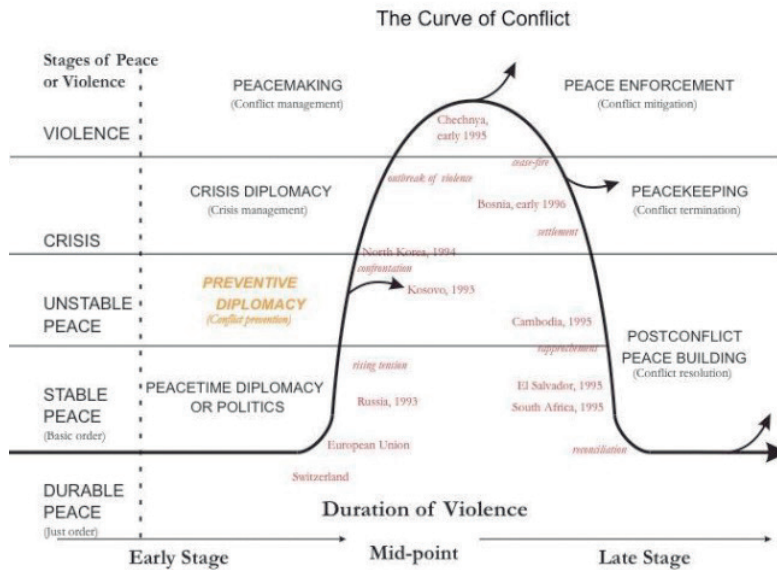
The EU's role in conflict resolution and crisis management in BiH requires a clear definition of concepts to address potential reigniting conflicts or maintaining the identified crisis.

Considering that there is no single universally accepted definition of conflict, and that is an intensification of a divergence, which is its common prerequisite, and is characterised by the existence of conflict behaviour, in which the beings are actively trying to damage one another, we will use the one that is proposed by Michael Nicholson (1992).

Nicholson defines conflict as an "activity, which takes place when conscious beings (individuals or groups) wish to carry out mutually inconsistent acts concerning their wants, needs or obligations" (Nicholson, 1992).

Peter Wallensteen (2015) recognizes three types of conflict: interstate, internal, and state-formation conflicts. Interstate conflicts occur when nation-states disagree or when the state system is violated. Civil and ethnic wars, anti-colonial efforts, separatist and autonomous movements, territorial conflicts, and contests for control of government are all examples of internal and state-formation conflicts (Wallensteen, 2015).

Conflict is a dynamic situation, and it evolves through time in terms of its level of intensity, passing by a situation defined as a crisis that can evolve to violence (conflict). Understanding this relationship is made easier by the conflict cycle notion (Figure 2).



**Figure 2 – Life Cycle of a Conflict**

Source: Available from Lund (1996, p. 38)

Analysts agree that conflict prevention consists of taking proactive steps before violent conflict erupts, ideally during the "uneasy peace" phase of the conflict cycle.

Figure 2 refers to the crisis, a situation that comprises three conditions arising from a change in the state's internal or external environment, a threat to one or more core values, recognition of limited time to assess the identified threat, and a high probability of escalation to military activities (Brecher & Wilkenfeld, 1997).

"We live in a time of crises. Or rather, we live in a time when our dominant representation of the world is one of crises" (Brecher & Wilkenfeld, 1997, p. 1). The term "crisis" refers to a rupture, a discontinuity - a point at which regular order can no longer be maintained. However, crisis rhetoric has made its way into our common language to the point where recognized irregularities have become accepted (Brecher & Wilkenfeld, 1997).

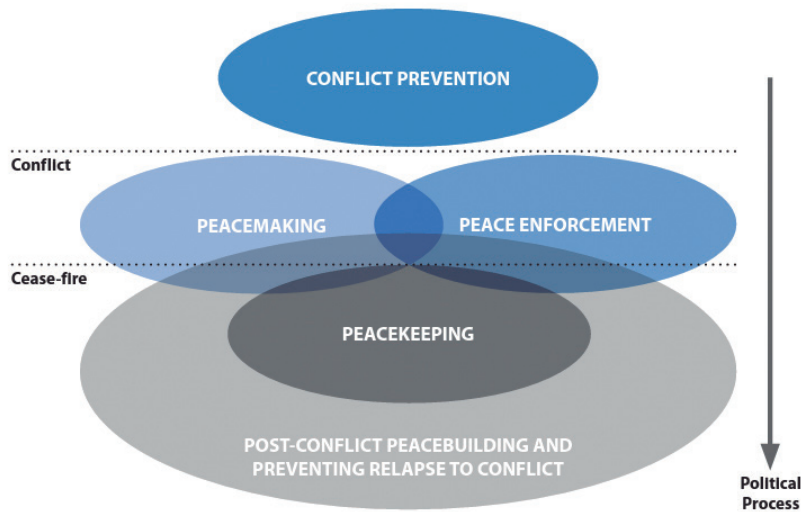
The concept of crisis is often perceived within or between states and is therefore a matter of domestic or foreign policy. A crisis is, therefore, an alteration of the normal course of relations between two or more actors of a State or from the international scene with a high probability of the use of force.

Occurring between peace and war, it is considered a factor of particular concern, as, if not resolved in time, it could trigger a war. A crisis is always constituted as a risk or threat, related to a situation evaluated according to the information and values adopted by the entities that observe it, which may jeopardize the rule of law and the values it contains (Zwitter, 2012).

For the United Nations (UN), the spectrum of peace and security activities is developed into five types of intervention in the conflict, all related to each other: Conflict prevention, Peacemaking, Peacekeeping, Peace enforcement, and Peacebuilding (United Nations, 2008b, pp. 17–19).

The United Nations' peace and security activities spectrum reveals overlapping boundaries between conflict prevention, pacification, peacekeeping, peacebuilding, and peace enforcement, as depicted in Figure 3.

Reality shows that peace operations are rarely limited to one type of activity, either led by the United Nations or conducted by non-United Nations actors.



**Figure 3 – Spectrum of peace and security activities**

Source: Available from United Nations (2008b, p. 19).

In addition to all the peace missions presented above, it is our understand that it is necessary to mention that mediation is present in all of them, at all times, as a "conflict management process where the parties seek support or accept the offer of help from an individual, group, state or organization, to resolve their conflict or resolve their differences, without resorting to physical force or invoking the authority of the law" (DeRouen et al., 2011, p. 664).

As we live times of crisis, including social, demographic, economic, security, and defence, events in and near the European Union significantly affect its citizens.

For the Crisis Response Mechanism under the European External Action Service, a crisis or an emergency is a sudden, serious deterioration of the political, security, and/or economic situation. Can be also defined as an event or development in a given country or region that might have an impact on the security interests of the EU or the security of EU personnel or citizens (Rehrl, 2021).



It is defined by the EU that, in addition to preserving peace and strengthening international security, the policy aims to promote democracy, the rule of law, and respect for human rights and freedoms worldwide (European Union, 2016a, pp. 41–42).

The concept of crisis management evolved since the Treaty of Brussels, in 1948, passing through the Maastricht Treaty (1992), when was decided to implement a Foreign Security and Defence Policy (FSDP/ESDP), allowing the Member States to have more influence in the global sphere than if they acted individually (European Union, 1992).

In the Maastricht Treaty, ambitious objectives were established in the area of external security and defence relations and the “Petersberg Missions” (European Union, n. d.) were agreed upon. Despite that, it was only in 1999, due to the sequence of events resulting from the Balkan War and the conflict in Kosovo, that the urgent need to provide the EU with a security and defence policy became evident. Therefore, the missions were included in the text of the Amsterdam Treaty, having a prominent placement within the text (European Union, 1999).

The Treaty of Lisbon created the diplomatic branch of the EU, the European External Action Service (EEAS), under the authority of the High Representative of the Union for Foreign Affairs and Security Policy, to allow the Union to speak “with one face and one voice” on foreign policy issues (European Union, 2007).

In 2016, the European Union's Global Strategy (EUGS) was approved (European Union, 2016c), defining a new Implementation Plan on Security and Defence (European Union, 2016b).

Federica Moguerini also referred to the EUGS as “a strategy that focuses both on military and anti-terrorist fighting capabilities, as well as on employment opportunities, on the inclusiveness of societies and human rights”, stating that “the weaknesses of my neighbours and partners are my weaknesses” (European Union, 2016c, p. 5).

One of the priorities points to “an integrated approach to conflicts” (European Union, 2016c, p. 2), through a coherent use of all policies at the EU's disposal.

The EU should act at all stages of the conflict cycle, intervening promptly in prevention, reacting to crises with responsibility and determination, investing in stabilization, and avoiding premature withdrawal when a new crisis erupts (European Union, 2016c).

The relationships between crisis and conflict are significant. In general, we can say that crisis and conflict are a consequence of changes in the strategic environment, generating changes in the behaviour of the State and its agents, and leading to changes in the international system (Brecher, 2018).

The EU's actions in BiH aim to create peace and security conditions in Europe through an integrated approach, defending common European interests.

Changes in the strategic environment influence the behaviour of States and their agents, causing changes to the organization of the international system, leading to crises and conflicts. The EU must act at every stage of the conflict cycle, invest in stabilization, respond responsibly, and intervene quickly.

EU activities in Bosnia and Herzegovina aim for peace and security in the region, but efforts have been implemented below intentions, despite all the work carried out in preparing a body of documents that is logical and supportive of external actions - since 1948, when the Treaty of Brussels was signed.

### 3. Methodology and Method

This article was developed using a case study. It is qualitative in nature and follows a deductive logical approach. The choice of the case study strategy is justified by the need to assess the European Union's response to the resurgence of conflict in Bosnia and Herzegovina. For this purpose, three methodological phases were defined: exploratory, analytical and conclusive.

The exploratory phase was used to search for scientific articles, legislation, and other supporting documents (Santos et al., 2019). The analysis phase was based on the collection and interpretation of various data sources, such as scientific articles, official documents and historical data.

For the search for scientific articles, we used SCOPUS and Google Scholar. SCOPUS was selected because it is considered the largest international and multidisciplinary database of manuscripts reviewed by academic peers (Rozario et al., 2021; SCOPUS, 2022).

With the help of research and articles categorized by the Ranking Web of Universities/ Highly Cited Researchers, Google Scholar is a tool that enables thorough academic material searches.

As a result, when using Google Scholar, the results are primarily from academic sources, and if the desired work is entirely available online, it can be viewed right away. Time savings is a benefit because using this search engine is quicker than using other search engines where results come from many sources.

As Google Scholar is a component of Google, a broad search engine, there is a drawback to utilizing it: occasionally, search results from non-academic sources or even erroneous or out-of-date sources emerge (Mayr & Walter, 2007; Vine, 2006; Zientek et al., 2018). Due consideration was considered for those cases.

The content analysis (Mayring, 2004) ended the analytical stage. After reading all of the content (transcripts, field notes, and official documents), we were able to use this technique to pinpoint the phrases and concepts that were the most pertinent.

We considered the categories and subcategories during the coding process (Hsieh & Shannon, 2005), which required us to look for patterns in the codes to pinpoint the most pertinent concepts and create a map that gave us a general picture of the data.

The conclusion phase aimed to evaluate, interpret, and discuss data on the European Union's potential solutions to the BiH conflict and its potential contributions to reducing or eliminating conflicts in the region.

#### **4. Background to the Bosnia-Herzegovina War, from the Balkan Wars of 1912-1913 to the Dayton Agreements**

Analysing the events and consequences since the Balkan wars of 1912-1913 until the signing of the Dayton Agreement is crucial for comprehending the current situation.

##### **4.1 The Balkan Wars of 1912-1913**

The Balkan Wars of 1912-1913 involved conflicts between the Ottoman Empire and European powers, with Bulgaria, Greece, Montenegro, and Serbia seeking access to the Adriatic Sea, Bosnia and Herzegovina, and Thrace. A final agreement between Bulgaria and Greece defined Bulgaria's retention of Thrace and Greece's control of South Macedonia.

The first Balkan War began on October 13, 1912, with Macedonia's attack and Ottoman-European occupation. Serbia sought review of agreement terms, claiming initial Adriatic coast possession was denied.

In 1913, Russia was called to mediate between the Balkan League and Bulgaria, who sought to divide Macedonia, following a treaty between Greece and Serbia. (Pavlowitch, 2000).

After a month of fighting, Greeks were forced to withdraw to the south. Romania, exploiting Bulgaria's balance, attacked and approached Sofia, forcing Bulgaria to end hostilities against Greece.

The Second Balkan War was a series of conflicts between the Ottoman Empire, the Balkan nations, and the Austro-Hungarian Empire, which ended with the signing of the Peace Treaties of Bucharest and Constantinople in August and September 1913 respectively (Pavlowitch, 2000).

##### **4.2 The Civil War 1992-1995<sup>4</sup>**

Bosnia and Herzegovina joined the Kingdom of Serbs, Croats, and Slovenes in 1921. In 1929 the kingdom was renamed Yugoslavia (Land of the South Slavs). In 1941 BiH was "dissolved" as an entity and its territory reorganized.

During the Second World War, after the invasion of Yugoslavia by the Axis forces, the entire territory of Bosnia was absorbed by the Independent State of Croatia, which was a "puppet state of Berlin" (Ristovitch, 2014). The genocide that followed was terrible, with most of the 14,000 Jewish people killed and Serbs massacred on a large scale.

The Bosnian capital was then taken over by a Serb-Croatian army led by Josip Broz Tito, who declared a People's Government, of communist ideology, which began to govern BiH, and the war ended.

During World War II, BiH was part of the Federal People's Republic of Yugoslavia, a country that was the meeting point of a truly diverse set of ethnicities, creeds, and languages.

---

<sup>4</sup> This chapter uses as reference information collected, compiled and used by the author as Deputy Joint Operations Center Director at EUFOR Headquarters in Sarajevo between December 2006 and June 2007.

It is estimated that 164,000 Serbs, 75,000 Muslims, and 64,000 Croats were killed in BiH during this war (Andreychuk, 2018, p. 18).

Although keeping the communist matrix, Tito never accepted to submit to the Union of Soviet Socialist Republics (USSR), constituting and leading the Non-aligned Movement (Munro, 2023).

After Tito's death, in 1980, Yugoslavia went into economic decline with the consequent and rapid popular protest. In 1989, the first parties appeared and, soon after, in 1990, elections took place in Slovenia and Croatia.

In Bosnia, after elections, a new government was formed resulting from a tripartite coalition, composed of Bosniaks (Muslims), Bosnian Croats (Catholics) and Bosnian Serbs (Orthodox).

Political tensions escalated, leading Serbian Democratic Party members to leave parliament and establish the Serbian National Assembly in Banja Luka, while Belgrade armed Bosnian Serbs, leading to territorial division.

On the 3rd of March 1992, President Izetbegovi proclaimed the independence of Bosnia and Herzegovina (International Crisis Group (ICG), 1996).

International recognition of BiH by most European countries and the United States occurred on the 7th of April, with the country being admitted by the United Nations in 1992.

What could have been given reasons for national unity and convergence has become a cause of ethnic conflict and, later, ethnic cleansing (United Nations, 1994, p. 33).

Bosnian Serbs targeted Bosniaks, while Croats were targeted and massacred. In 1994, Bosnians and Croats signed an agreement, reducing warring factions to two.

In mid-1994, NATO began planning for the withdrawal of troops of its members from the United Nations Protection Force (UNPROFOR) from Bosnia, even though three NATO planes were targeted near Goražde. In August 1994, Serbs increased the siege of Sarajevo, cutting off the distribution of natural gas to the city. Furthermore, UN officials confirmed the increase in ethnic cleansing by Serbs (United Nations, 1994, p. 34).

A four-month ceasefire, negotiated by former US President Jimmy Carter, took effect in early 1995.

The Serbs were ordered to surrender to UN troops and withdraw heavy weapons, but ignored this order, leading to NATO attacking a Serbian ammunition depot, attacks on Muslim security areas, and hostage-taking among UN personnel.

In April 1995, the Serbs deepened the siege to Sarajevo and began deliberately attacking and harassing UNPROFOR troops more frequently. In early July, Serbs started attacks at the UN-protected area (UNPA) of Srebrenica and be-sieged Žepa, also a UNPA<sup>5</sup>.

In July 1995, Fikred Abdić declared himself president of the "Independent Republic of West Bosnia". In August, a mortar attack originating from the Serbian side killed 37 civilians

---

<sup>5</sup> The ICTY has brought new charges against Radovan Karadžić and General Ratko Mladić for crimes against humanity, including the massacre of approximately 6,000 Bosnians in the capture of Srebrenica.

in Sarajevo. Most Krajina Serbs (Rieff, 1995) converged into Serbia via Bosnia and settled in the Vojvodina region and Kosovo.

NATO's 15-day air campaign against violations of the UN resolution led to a Geneva agreement between Bosnia, Croatia, Serbia, and Montenegro's foreign ministers, establishing BiH as a legal entity with parallel relations with neighbouring countries.

US Special Envoy Richard Holbrooke met with President Slobodan Milošević to negotiate a "framework for cessation of hostilities". On 10 October 1995, a comprehensive ceasefire began.

### **4.3 Peace plans for Bosnia and Herzegovina**

Prior to the 1995 Dayton Agreements, four peace plans were proposed by UN and European Community (EEC) diplomats to resolve the conflict in BiH.

They were the Carrington-Cutileiro Plan, the Vance-Owen Plan, the Owen-Stoltenberg Plan and the Contact Group Plan, and, lastly, the Dayton Agreements.

The Carrington-Cutileiro Plan (Cutileiro & Carrington, 1992), named after its authors Lord Carrington and the Portuguese ambassador José Cutileiro, resulted from the European Community Peace Conference held in February 1992, in an attempt to prevent BiH from slipping into the war. Its text proposed the sharing of ethnic power at all administrative levels and the devolution of the central government to local ethnic communities.

In addition, all BiH districts would be classified as Muslim, Serb or Croat, even where no ethnic majority was evident. On the 11th of March 1992, the Assembly of the Republic of Bosnia and Herzegovina unanimously rejected the plan, releasing its map that claimed nearly 2/3 of Bosnia's territory, with a series of ethnically divided cities and isolated enclaves.

On the 18th of March 1992, all three sides of the conflict signed the agreement: Alija Izetbegović for the Bosnians, Radovan Karadžić for the Serbs and Mate Boban for the Croats. On the 28th of March 1992 however, Izetbegović, after meeting with then-US Ambassador to Yugoslavia Warren Zimmermann in Sarajevo, withdrew his signature and declared his opposition to any kind of division of Bosnia;

The Vance-Owen Peace Plan (Vance & Owen, 1993) started when, in early January 1993, UN Special Envoy Cyrus Vance and EEC Representative Lord Owen began negotiating a peace proposal with Bosnian faction leaders. The proposal, which became known as the Vance-Owen Peace Plan, called for the division of Bosnia into ten semi-autonomous regions and received UN support.

The president of Republika Srpska (RS) (Wagener, 2023), Radovan Karadžić, signed the plan on the 30th of April, but it was rejected by the Bosnian Serb National Assembly on the 6th of May and later countersigned. 96% of the voters rejected the plan, although mediators referred to the referendum as a farce.

The Owen-Stoltenberg Plan (Owen & Stoltenberg, 1993), named after the UN mediators Thorvald Stoltenberg and David Owen, on the 20th of August 1993, unveiled a map that would divide Bosnia into three ethnic mini-states.

According to the plan, Bosnian Serb forces would receive 52% of BiH's territory, Muslims would be allocated 30% and Bosnian Croats would receive 18%. On the 29th of August 1993, the Bosnians rejected the plan and therefore it was never signed.

The Contact Group Plan (Leigh-Phippard, 1998). Between February and October 1994, another attempt was made to reach an agreement, this time by a group of diplomats from the USA, Russia, France, the United Kingdom, and Germany (Schwegmann, 2000). The Group made progress that allowed moving toward a negotiated solution to the conflict in BiH. It was ultimately rejected in a referendum held on the 28th of August 1994.

New Peace Talks took place between the 1st and 20th of November, 1995, at Wright-Patterson Air Force Base, Dayton, Ohio, USA, due to ethnic groups' rejection of compromises influencing their claims.

The General Framework Agreement for Peace in Bosnia and Herzegovina was formally signed in Paris on the 14th of December 1995 (GFAP, 1995).

As a result of the Dayton Agreement, the country was divided into two entities The Federation of Bosnia and Herzegovina and the RS.

On the 20th of December 1995, all remaining UNPROFOR forces were transferred to the NATO leadership – to the Implementation Force (IFOR) – or withdrawn. Around 60,000 military personnel from all 16 NATO countries and 16 non-NATO countries were present for the execution of the Joint Endeavor operation, which was employed until mid-February 1996.

Dayton Agreement established the Bosnian/Croatian Federation of Bosnia and Herzegovina and the Serb Republic of Bosnia. The agreement also established a second level of government for the Federation and RS governments. The UN Office of the High Representative (OHR) was created to oversee civilian aspects of the agreement.

#### **4.4 The implementation of the Dayton Agreement**

In 1995-96, a 60,000-strong NATO-led international peacekeeping force IFOR was installed in Bosnia to implement and monitor the military aspects of the agreement.

IFOR was succeeded by a smaller NATO-led Stabilization Force SFOR, whose mission, defined in Operation Joint Forge, was to deter renewed hostilities and ensure the stabilization of peace.

The European Union peacekeeping troops EUFOR replaced SFOR in December 2004. The mission, involving 2500 troops, aimed to maintain peace and stability in the country, while NATO supported defence sector reform and counter-terrorism operations. Despite international assistance, the economy remained chaotic, with many unemployed. World Bank-financed projects rebuilt infrastructure and implemented political and economic reforms.

### **5. Towards EU and NATO**

BiH's EU membership offers full access to the world's principal single market, financial and development assistance, sustainable development, and freedom for citizens to live, study, or work anywhere, thereby stabilizing the state and the region.

BiH plans to boost NATO support for democratic, institutional, and security sector reforms, focusing on developing professional armed forces based on national values and high professional standards.

The intention of BiH to join the European Union and to be admitted as a member of NATO was also registered as proof of its determination to be a sovereign country.

### **5.1 BiH's intention to integrate EU**

Aiming to move forward to give better living conditions to its citizens, BiH declared its intention to apply for EU membership, although other problems continued to delay the internal integration of BiH. While the danger of renewed violence remained minimal, the stalemate between the Federation and RS persisted. Struggles over a new constitution, including contested provisions for a common police force, have staunchly resisted resolution.

The United Nations High Representative remained in office despite repeated attempts to end his authority and transfer his advisory functions to an EU office. Behind all these difficulties are the ongoing troubled relations between Bosniaks and Bosnian Serbs.

Their leaders' respective demands for a federation with a few central powers in Sarajevo and a loose confederation offering the right of secession were not consensual. Their disagreement thwarted repeated efforts to draft a new constitution (GFAP, 1995) to replace the Dayton Agreement.

In 2013, the work of the Parliament of Bosnia and Herzegovina was hampered by attempts to reform the government and by street demonstrations in Sarajevo. Later that year, the rupture of an alliance between the two main Bosnian Serb parties - the Alliance of Independent Social Democrats (SNSD) and the Serb Democratic Party (SDS) further compromised the government's precarious balance of ethnically based agendas.

In its annual progress report, the European Commission warned that Bosnia's complex decision-making process is hindering its progress towards EU membership.

On 15 February 2016, Bosnia and Herzegovina formally applied for EU membership. While full membership was likely more than a decade away, the move signalled the country's commitment to economic and political reforms and greater integration with other European countries (Lampe et al., 2023).

The relations that Bosnia and Herzegovina has with European Union are based on the fact that the EU is its biggest trading partner, other than a security provider. In 2020, 60.6% of the country's imports originated from the EU, while 72.3% of its exports went to the EU. About two-thirds of the country's stock in FDI originates in EU countries. Adding to this, the European Union continues to support the implementation of the General Framework Agreement for Peace signed at Dayton/Paris in 1995.

EU is planning to maintain if not increase its support for the Armed Forces of BiH (AFBiH). The plan is to support the AFBiH through an assistance measure announced in November 2021 worth €10 million for the demining battalion of the AFBiH, an assistance measure worth €6 million announced in June 2022 for the benefit of the Balkan Medical Task Force (BMTF) and the continuous support for EUFOR Althea for the BiH Armed forces, including through training.



Those assistance measures intend to provide BiH with the conditions to comply with 14 fundamental priorities to become a member as defined by the Council on the 10th of December 2019 (European Union, 2019).

## 5.2 BiH's connection to NATO

Continuing efforts to maintain peace, security, and stability in the country and the region, in 2007 NATO accepted BiH in the Partnership for Peace (PfP) program and in 2010 it was invited to integrate the Action Plan for NATO membership (NATO's Membership Action Plan).

NATO maintains a Headquarters in Sarajevo to support Bosnia in the PfP program while promoting greater integration with this organization and providing logistical support to EU forces in the country.

Bosnia intends to join NATO, aspiring for stability and to have support for the needed democratic, institutional, security sector and defence reforms, recognizing that NATO is the greatest security and defence umbrella of Europe as a Continent and of EU as the main peace and prosperity provider since the Second World War.

NATO wants to play its original role in deterring increased Russian influence in Western Europe by using a Balkan country as a gateway. Doing so, it returns to the main purpose of its creation, i.e., to preserve the freedom and security of Europe as a whole, preventing its general breakdown.

For NATO, having BiH as a candidate and, if so decided, a member allows it to fulfil another purpose, denying the increase of Russia's power and influence in the country and the Balkans at large, preventing the augmentation of its advantage through Serbia.

The dynamics of the inclusion of the Western Balkans in the EU is seen in complementary terms when Atlantic integration (NATO) was considered a prerequisite for EU integration. It was a path followed by all Western Balkan countries so far, so the support regarding NATO integration reflected the fact that NATO integration is the first plan to fulfil the ultimate goal, the EU integration.

## 6. Current instability factors (consequences of the 1992-1995 war)

This chapter presents the causes of the instability currently perceived in BiH. It is based on the analysis of the motivations associated with the present social and political instability, as well as the implications of the intervention of external entities (countries or organizations), which, according to the conflict cycle, can be considered specific catalysts.

As we argue, the instability is due to various factors, derived mainly from the consequences of the war that took place between 1992 and 1995.

### 6.1 Identification of the instability

About 20 years have passed since the implementation of the Dayton Agreements and Bosnia and Herzegovina continues to have the presence of forces from the international community, namely the EU, under the mandate of the United Nations (United Nations, 2021a).

Recently, at a meeting held on June 29, 2021, the United Nations Security Council analysed

the situation in BiH, with the head of Europe and Central Asia Division of the Department of Peace Support Operations, Hervé Lecoq, expressing his concern about the situation in the country. He was referring to aspects of consolidating peace and reconciliation, with hate and revisionist speeches being recorded and the glorification of those convicted of war crimes, despite progress being made in some areas.

The recently appointed High Representative for BiH, Christian Schmidt, was also officially received at the meeting, despite RS having sent a document requesting the closure of this High Representative's office in the country (United Nations, 2021a). In response, it was stated that the cabinet will be closed when BiH achieves the objectives of the "Agenda 5+2" defined by the High Representative and approved by the Peace Implementation Council Steering Board (PIC SB) (United Nations, 2008a).

In a report sent to the Council, Christian Schmidt states that the country faces the greatest threat of the post-war period, with the imminent danger of splitting, with a very real prospect of a return to conflict. Very explicitly, in the Summary on page 1, it is said that:

"Persistent, grave challenges to the fundamentals of the General Framework Agreement for Peace (GFAP) by the Republika Srpska (RS) entity authorities, led by the biggest RS party, the Alliance for Independent Social Democrats (SNSD) headed by BiH Presidency member Milorad Dodik, endanger not only the peace and stability of the country and the region but – if unanswered by the international community – could lead to the undoing of the Agreement itself" (United Nations, 2021b, p. 1).

According to the document, if this threat is carried out, Dodik intends to have a new constitution for RS, rejecting all "decisions and other laws illegally imposed by the High Representatives". This statement, in practice, would mean the "recreation" of his army, dividing the national armed forces and occupying the facilities currently in use by the Armed Forces of Bosnia and Herzegovina (AFBiH) with its military, in addition to the withdrawal of the high court and tax administration, fundamental pillars of the country (defence, judicial and tax system).

The parliament of Bosnia's autonomous Serb Republic voted on December 2021 (48 votes out of 83 seats) to start the work on withdrawing from the AFBiH, judiciary, and tax system institutions, breaking ties with Bosnia, in a non-binding motion meant to pave the way for secession (Sito-sucic, 2021).

In the report, still in the Summary, on page 1, it is mentioned that this behaviour is to carry out secession without proclaiming it since the unilateral withdrawal of any entity from state institutions would lead to the collapse of those institutions and ultimately jeopardizes the state's ability to function and fulfil its constitutional responsibilities.

Dodik continues to assert that there is no war, there will be no war, nor does he raise that possibility, adding that the Serbian leadership does not intend to take military action (Sito-Sucic, 2021) and that even in the face of the threat of Western sanctions; it will always count on China and Russia (Boffey, 2021). In addition to these statements, Dodik criticizes the decisions taken by the High Representative, which he considers "decisions of unelected foreigners" (Guimarães, 2021).

For their part, the other members of the Presidency called for the guarantee of constitutional protection, stability and compliance with the agreements and other commitments assumed.

Added to these appeals is that in October 2021, a few thousand people demonstrated in Banja Luka against the government, accusing Milorad Dodik's party of corruption in acquiring equipment intended to combat the COVID-19 pandemic (Higgins, 2022).

From what has been described, the absence of armed conflict and the obedience to the Dayton Agreements seem to configure what Johan Galtung calls a situation of negative peace, since there is no war or conflict when the aim is to achieve positive peace (Galtung, 1967).

At this point, it is worth not forgetting that at the end of the Balkan wars of 1912-1913, Serbia was left to claim territory that was "snatched from its interests" by the other countries of the Balkan League. Other arguments used are that in the Second World War, the Croats and Muslims massacred the Serbs on a large scale, and that one of the focuses of the civil war was to create "Greater Serbia" in the territories where this ethnic group was the majority.

In addition to this, with the signing of the Dayton Agreements, the presence of foreign troops was imposed. This presence is still maintained in a residual form and a constitution that should remain in force until a proper "Fundamental Law" was defined, voted, and implemented, that has not yet happened and, as the highest representative of the international community, the High Representative of the United Nations monitors in detail the action of the tripartite presidency.

Also noteworthy is the report of 19th December 2021 by the Head of the European Union Delegation, who is also the European Union Special Representative in Bosnia and Herzegovina (EUSR), Ambassador Johann Sattler. The report says that BiH is still at an early stage in the reform of the public administration and the judicial system, reflecting poor performance and the discredit of the actions of these institutions, which causes the lack of motivation of the citizens and the increase of corruption and organised crime, with the police being very vulnerable to the influence of politicians, and freedom of expression and assembly being guaranteed, particularly in RS, where activists are subject to persecution and prosecution (European Union, 2021c).

In the report of December 22, 2021, the EUSR states that Milorad Dodik has informed the European Commissioner for Neighbourhood and Enlargement, Olivér Várhelyi, of his intention to convene a session of the RS parliament to start the process of reducing competence to the national parliament as far as the Republic is concerned.

In response, Commissioner Várhelyi replied that if the plans of the Bosnian Serb member of the tripartite presidency were to be implemented, the consequence would be a deviation, a setback, in the EU accession process, with all the resulting implications, and that "the EU is fully committed to the territorial integrity and sovereignty of Bosnia and Herzegovina and rejects any proposal that would undermine the constitutional framework of BiH" (European Union, 2021d).

Recently, as a consequence of the Ukraine war, the Bosnian Serb nationalists decided to delay the plans to pull their region out of Bosnia's national institutions, not implementing

what was decided in December 2021, as said by their leader Milorad Dodik on the 6th of June (Reuters, 2022).

Despite this, on February 27, Dodik, as RS President, and after the HR for BiH issued a decree suspending a law approved by the RS National Assembly that seeks to establish RS ownership of selected property used by RS public authorities, rejected it, threatening that RS would secede from BiH if the legislation were interfered with (United Nations, 2023).

In the presidential elections held on 2 October 2022, voters in the Federation elected Denis Bećirović, a Bosniak, and re-elected Željko Komšić, a Croat, while voters in Republika Srpska elected Željka Cvijanović, a Serb (United Nations, 2022).

The High Representative Christian Schmidt emphasized the significance of establishing a government quickly and enacting the main reforms required for BiH to seek EU candidate status and move forward with its Euro-Atlantic integration (United Nations, 2022).

During a recent working visit to Croatia, last May, the Member of the BiH Presidency Denis Bećirović, stated, "I came to Croatia first and foremost to send a message that it is time to relax and improve bilateral ties between our two countries" (Office of the President of the Republic of Croatia, 2023).

BiH instability stems from Dayton Agreements peace and ethnic group presence, with problematic tripartite presidency and seldom consensus-generating consensus, despite distant Balkan and World Wars memories.

The conflict cycle is triggered by factors such as Serbian President Milorad Dodik's ambition for personal and political affirmation, and disputes over Balkan geostrategic space by Russia and China.

After the 2022 elections a hope for peace and stability emerged, with the departure of Dodik from the tripartite presidency, despite having been elected president of the RS.

Even though Dodik left the tripartite presidency of Bosnia and Herzegovina, it is believed that the instability he and his supporters are creating will undermine the Dayton Peace Agreement and the state of BiH.

Dodik, by stating that his voters want him to take the decision to declare independence and secede RS from BiH, is destabilizing the country and the region, and preventing its progress towards the EU, putting security and the stability of the region at risk, creating conditions for a return to interethnic conflict.

My analysis is that EU must intervene actively to persuade BiH to maintain a safe and secure environment.

## **7. European Union Options**

Given the conceptual framework presented and the situation currently experienced, without disregarding the general and specific antecedents and catalysts identified, it is necessary to address the options that arise for the EU to reduce and eliminate the sources of conflict that seem to jeopardize the Dayton agreement and the social, political and, consequently, the economic stability of BiH.

As stated by the European Commissioner for Neighbourhood and Enlargement, Olivér Várhelyi, "the policy of enlargement is a geostrategic investment in peace, stability, security and economic growth on the European continent" (European Union, 2022).

The enlargement will take place if EU candidates accept and meet the criteria that are agreed upon, something that the Commission on BiH's application for EU membership says Bosnia is not doing.

This information is taken from the Commission's opinion on BiH's application for EU membership, according to which, "Bosnia and Herzegovina currently does not sufficiently meet the Copenhagen political criteria and must make considerable efforts to strengthen its institutions to ensure democracy, the rule of law, human rights and the respect and protection of minorities" (European Union, 2022).

We, therefore, consider that to enforce the conditions of the Dayton Agreement and the requisites for admission to become a Member State, the EU has at its disposal three approaches to face the deterioration of political, social, and economic stability in terms of security and defence experienced or envisioned in BiH, i. e., the diplomatic option, the economic option, and the military option (under the CSDP).

### **7.1 The political/diplomatic option**

In her intervention during her official visit to BiH, the President of the European Commission, Ursula von der Leyen, said that the country "belongs to the European Union", being a cause of common interest and a shared destiny and calling for it to build the "bridge of reconciliation" on behalf of victims of war and youth, with people's interests being placed first.

For the candidacy process to advance, the country's leaders have to make progress in terms of reforming the electoral system and the constitution, and above all, equal status must be granted to all citizens of Bosnia and Herzegovina: "this is the key to advancing its European aspiration" (European Union, 2021b).

EUSR advocates for Bosnian authorities to comply with agreements, guarantee stability, equal treatment, sustainable development, combat corruption, and organised crime, while maintaining EU membership focus in diplomatic action.

This option is in line with the EUGS and is implemented in any situation, being the reason for recommendation by the current head of European diplomacy, Josep Borrell, who said at a press conference: "I encourage Bosnia and Herzegovina to intensify alignment with external decisions and security of the EU. (...) I regret that the alignment rate has decreased in the first months of this year. It is certainly not in line with the aspirations to become a candidate country to the European Union" (European Union, 2021a).

It should not be forgotten that also at the political/diplomatic level, measures must be taken to keep BiH complying with the principles and values of the EU, despite the influences of Russia and China.

In practical terms, it is admitted that China intends to place a foothold on the Balkan Peninsula to expand its “string of pearls” (Jie & Wallace, 2021) having, among other projects, started to provide support for the construction of a hydroelectric power generation complex in the region of Foča, located 80 km southeast of Sarajevo, with a budget of 103 million euros (Huaxia, 2021).

Regarding Russia, there is a historical connection to the region and the country belonging to the “South Slavic peoples” (Yugoslavia), and, in particular, to RS, creating conditions to guarantee a port in the “warm waters of the Mediterranean”. Also related to the rapprochement with Russia is the “affective relationship” with Serbia, which recently received weapons from Russia, in particular, “Kornet” (Klimentyev, 2022) anti-tank missiles and which, in the event of an escalation of conflict, may cross the border.

As an additional argument from Russia, confirming its opposition to BiH joining the EU and NATO, was expressed by the Russian Ambassador to Sarajevo, Igor Kalabijov, when he threatened to follow the Ukrainian example, saying that if Sarajevo decides to join NATO Moscow will consider that a “threat attack” (DN/LUSA, 2022).

Another player to be considered is the USA, which was one of the first countries to recognize BiH's independence, having established diplomatic relations with it in 1992, and which has always supported the implementation of the Dayton agreements in BiH (and taken a very active part in the process of peace that preceded it).

Its position is that the territorial integrity and sovereignty of the country must be maintained, as well as its European integration, as published on the Foreign Policy (Tamkin, 2018).

This position gives the USA a great deal of credit in BiH, both for the role played in the peace process and during the initial phases of the implementation. Therefore, they try to remove pressure by sending diplomats to the country, to reiterate their support for the country's territorial integrity and central institutions.

## **7.2 The economic option**

From an economic point of view, BiH relies significantly on the international community, receiving large funds from EU support of key sectors, the largest part of which is to provide the rule of law and fundamental rights, and which, between 2014 and 2020, amount to 530 million euros.

Regarding trade, the EU is the destination for 72% of products originating in BiH, and BiH imports 61% from the EU, making the Union its biggest trading partner. In loans, the EU, since 1999, has already granted 2.4 billion euros (European Union, 2023b).

Meanwhile, in the voice of the German Foreign Minister, Annalena Baerbock, Germany suggests that sanctions be applied to Milorad Dodik considering that the secession attempt is unacceptable and that the situation in BiH is worrying.

Although this position was taken at a meeting of EU foreign ministers, no decisions were taken in this regard, as the measure requires unanimity, which is not guaranteed, as Slovenia and Hungary blocked the proposal (Zawada, 2021).

Other investors weigh BiH's economy, the US worth mentioning, which in 2020 made a direct investment of 10 million US dollars - a value that remained in 2021 (U.S. Bureau of Economic Analysis, 2022).

Here also positions have already begun to emerge with some solidity, with the US Treasury imposing punitive measures such as freezing assets and the travel ban to Dodik. Other measures may also be adopted if the Bosnian Serb leader does not change his stance tends to weaken the central state (U.S. Department of the Treasury, 2022).

In response to these decisions and others taken in the meantime, Dodik has already said that "his Chinese and Russian friends" are available to provide all the help that is understood as necessary (Boffey, 2021), in a clear posture of a challenge to the Western international community.

### **7.3 The military option (under CSDP)**

Taking as a starting point the declarations of Christian Schmidt, HR at BiH, it is certain that EUFOR, with a force of approximately 1,100 soldiers, is the key to the stability of the country. It must be borne in mind that, in the event of the departure of the Bosnian Serbs from the AFBiH and the worsening of instability, its mission must be expanded (in terms of tasks and personnel) (United Nations, 2021b).

Considering what has already been mentioned about the EUGS and its Integrated Approach, we conclude that the presence of an EU force, acting under the UN mandate, EUFOR, is an effective deterrent to the escalation of the conflict.

EUFOR has been in BiH since 2004, accomplishing the ALTHEA mission, as "the European Union's military contribution to the stabilization and integration of Bosnia and Herzegovina into the family of European Nations", with a mandate in two parts, one executive and another non-executive.

The executive derives from the aforementioned United Nations Security Council resolution (supporting BiH authorities in maintaining a safe environment) (United Nations, 2021a). The non-executive one (to support the collective and combined training of AFBiH), is executed in compliance with the stipulations of the Dayton Agreement and seeks that BiH is a "security provider" rather than a "security consumer" (European Union, 2023a).

The HR's statement regarding an extension of the EUFOR mission seems very unlikely. The main justification for that lays on the Union decision-making process, which requires unanimity for a proposal to be carried out, and Hungary's evident and already expressed support for Dodik, associated with an unwillingness of the other member states to increase their presence.

On the other hand, it is not considered that the conditions are met for the return of a NATO force, in close collaboration with the EU, considering that namely Turkey, which has shown an alignment with Russia in support of Dodik, would oppose it.



## 8. The European Union's Response

EU has played a significant role in promoting a safe and stable environment in BiH. After the armed conflict in the Balkans in the 1990s, the EU has been a key actor in the region's peace and stabilization process.

Given that the strategy of a political entity is based on interests and that it is in the EU's interest for Europe to be at peace, to ensure the security of all citizens to continue sustainable development, and to deal with the crisis in Bosnia and Herzegovina, the EU has three options at its disposal, concerning that country.

The first is the diplomatic option, which has always been used and was enhanced by the more visible performance of the EUSR, the UN HR, with the visit of the President of the European Commission and the statements of the EU High Representative for External Relations.

Bearing in mind the positioning and economic dependence of BiH on the EU, an economic option was also identified, which, if implemented extensively, will have an immediate impact on citizens, their living conditions, and their purchasing power, already affected by the pandemic COVID-19. A fact of different importance is the application of sanctions on the Bosnian Serb leader, to make him stop the secessionist impetus that will jeopardize the union of the country constituted by two entities and the fulfilment of the Dayton Agreement.

The third option is military, with the maintenance of the EUFOR mission in the territory, providing deterrence and continued compliance with the Dayton Agreements. This presence contributes to a safe and secure environment in the country, in line with its mandate, and to fulfilling the core tasks of the OHR's Mission Implementation Plan and the Stabilization and Association Process (SAP).

This option can be accomplished with the extension of the mission, or even with the participation of NATO forces, essentially to support the AFBiH training, and in their progression towards NATO standards.

Considering the options available to the EU, an analysis of their applicability in the context described and lived in BiH is needed.

It is important to consider that the political/diplomatic option is and will always be present at any time, to ensure that the country has the conditions to interact with its peers in the international community. The main objective is that, through timely and opportune advice, extremist positions are not taken by any of the national leaders, whether for political, nationalist, or individual reasons, leading to negotiation, and be-ing taken consensual and reasonable decisions.

Still in this area, the change in geostrategic balances should be taken into account, providing timely advice so that there are no deviations that jeopardize the EU and NATO accession process, deviations that may arise as a result of opportunities taken by Russia and/or by China.

In the economic scope and having described what can be done about this option, it is believed that it is a powerful instrument of influence to reduce nationalist impulses and a natural focus of instability.

The pressure was placed on the tripartite presidency. Especially on the Bosnian Serb member, Milorad Dodik, who has made statements and taken secessionist positions, by the USA and the European Union, and individually by their leaders, namely by the President of the European Commission, the High Representative of the Union for Foreign Affairs and Security Policy, and by representatives of the EUMS. This point is even more relevant considering the dependence on external funding, namely from the Union, via loans and the transfer of structural funds is well known.

Looking now at the military option, we find that the EU has been present in BiH since 2004 under a United Nations mandate and in the execution of Operation ALTHEA. Considering its objectives of supporting the formation and training of AFBiH and guaranteeing a safe and secure environment, providing security and well-being to the populations, it is an important asset on site. Other than that, it constitutes a rapid reaction force to cope with any change in the situation or as a force of emergency military support, being accepted as a guarantor of social stability for the deterrence it presents. Despite the 1,100 military personnel of ALTHEA present in BiH, we believe that it will be maintained in the execution of the current mission, keeping the mandate and with the present strength.

Considering the initial question of this paper - How can the European Union influence BiH in maintaining a safe, secure and stable environment? - we believe that an integrated solution will be adopted - the "Integrated Approach", as defined in the European Union's Global Strategy presented and strongly defended by Federica Mogherini, responsible for the EU's external and defence relations until 2019.

The Integrated Approach uses at the same time all the instruments available to the EU in the resolution of the crisis, intending that it does not evolve into conflict. To reach this goal, the EU is due to act in a multidimensional way. Doing so, will use all options within the scope of the prevention, maintenance, and management of the conflict, multiphase, and acting at all stages of the conflict cycle. EU will intervene multilevel, by acting at the local, regional and global levels in conflict resolution, and multilateral, involving all actors present in the conflict and considered necessary for its resolution, whether international organizations, countries or the country's civil society (European Union, 2016c).

In addition to this, Josep Borrell, the current EU High Representative for foreign and security policy, continues to favour this approach within the framework of the Common Security and Defence Policy. The main reason is that it utilizes all available options concurrently, makes the most of what each one can contribute to the resolution of the crisis in Bosnia and Herzegovina, and is unmistakably consistent with the ideas put forth and supported by Federica Mogherini on the EUGS.

In an attempt to maintain BiH motivated to move forward the European values and principles, on 15 December 2022, the European Council unanimously voted to grant BiH candidate status, making a milestone in the country's path towards EU integration (United Nations, 2023).

## 9. Conclusion

Globalisation forces us to look at the world holistically, knowing that the action of one actor will affect all other actors on the international scene. This statement drives us to the need to pay attention to the position taken by the Bosnian Serb member of the tri-partite presidency of Bosnia and Herzegovina, Milorad Dodik, for the possible change in the security situation and its impact on Europe, with particular importance in the European Union.

BiH has a past based on wars and conflicts, with preponderance, in recent memory, for the civil war of 1992-1995, from which, after the signing of the Dayton Agreement, a compromise solution came out with a tripartite presidency, where the three ethnic groups and the two entities are represented.

BiH keeps on having trouble developing its institutions due to economic constraints, racial conflicts, several levels of administration, and corruption.

In face of the nationalist positions taken by Dodik, outbreaks of instability have been perceived that can lead to crisis and, ultimately, to conflict.

After the recent general 2022 elections, one of the major obstacles to the needed safe and secure environment was removed from the tripartite presidency, when Dodik was replaced by Željka Cvijanović. Despite that, he is still influencing the nationalists and radical activists of his ethnic group and going further on his attempt to creating conditions to the secession from the Bosnia as created by the Dayton Agreements.

The EU has played a key role in promoting a safe and secure environment in Bosnia and Herzegovina through its involvement in security, support for the rule of law, encouragement of the European integration process, promotion of regional cooperation, and economic and development assistance.

However, it is important to highlight that there are still challenges to be faced in the region, and the EU continues to play an active role in the search for lasting peace, stability and prosperity in Bosnia and Herzegovina.

To seek a solution, the EU must analyse the options at its disposal and adopt what it considers to safeguard the ultimate purpose of the safety and well-being of its citizens, in an integrated manner.

Having identified the origins of the conflict in the presence of differences between the ethnic groups and entities that make up BiH and, in particular, in the nationalist impulses of Milorad Dodik, we believe that the options available to the EU to deal with the reigniting of the conflict are of a political/diplomatic, economic and military nature (under the CSDP), being the EU Integrated Approach.

All the above mentioned might be associated with Dodik's need for political affirmation due to the approach of elections and the possible cover-up of economic illicit activities, not ruling out the geostrategic dispute of the Balkan peninsula by Russia and China, with the opposition of the USA and the EU.

Considering a theoretical approach, the activities of the EU in BiH are being conducted mainly by neoliberalism ideas, with Van der Leyen and Josep Borrell acting at the institutions

and government level (legal, tax, and defence systems). Working with the local leaders and institutions are the UNSC HR, Christian Schmidt, and the Head of EU Delegation and EU Special Representative, Johann Sattler, providing timely advice on the benefit of cohesion and territorial integrity.

The main objective of international action is to evolve from a negative peace to a positive one.

The solutions presented are based on an integrated approach, resorting to all the options identified, considering that security, liberty, and development are intertwined, focusing on security and defence, economic development, and diplomacy.

By using humanitarian aid, economic advice and diplomatic actions, in addition to military capacity, to bring the dissonant party to common ground where, in a negotiated solution, the crisis ends, so that there is no escalation in the cycle of conflict, being, thus, the situation resolved peacefully. Thus, the answer to the starting question is given.

The research materialized in this article was limited by the positions adopted by Milorad Dodik and his followers and associates, since the instability experienced is large-ly due to his statements or actions, which, if a solution is not adopted, enables the reigniting of conflict in BiH.

Even being a nationalist and trying to gain an advantage in the elections held at the end of 2022, both individually and politically, and calling China and Russia to the internal dispute, Dodik lost the elections. Another limitation to his purposes was the invasion of Ukraine by Russia, rightfully deviating the attention and resources from the EU and the international community to this war, defusing Dodik's arguments.

So, removing Dodik from the leadership of his party and, therefore, from the tripartite presidency, is considered a new breath to BiH, returning to the safe and secure environment that gives the right strength and focus to fulfil the integration in the EU, although the results are not being recognised by Dodik or his hardliners.

At this point, a future investigation is to be carried out, with the objective of knowing how the tripartite presidency, formed by different personalities, will behave, which we assume to be less nationalistic and more committed to the integration of BiH in the EU as a member full right.

To this fact two things must be added: the first is the reaction of Dodik and his followers, who have done everything to annul the result of the elections; the second is the unpredictability of the end of the war in Ukraine. Yet another unknown fact will be the position adopted by the Kremlin in relation to the assumed rapprochement of BiH with the EU and, possibly, to NATO. Finally, it is also important to analyse the role that Serbia may play in the whole situation, being known its proximity to Moscow.

The closing remark of this research work refers to the need for the EU to adopt a more interventionist stance, namely through the integrated approach, overcoming its recognized timidity to act more effectively in the construction of peace, security and sustainable development.

## References

- Andreychuk, R. (2018). Security in the Western Balkans. *Report to the NATO Parliamentary Assembly, 178 PCNP 18 E rev1 fin*. <https://www.nato-pa.int/download-file?filename=/sites/default/files/2018-12/178%20PCNP%2018%20E%20rev.1%20fin%20-%20SECURITY%20IN%20THE%20WESTERN%20BALKANS%20-%20ANDREYCHUK%20REPORT.pdf>
- Baylis, J., Wirtz, J. J., & Gray, C. S. (Eds.). (2019). *Strategy in the contemporary world: An introduction to strategic studies* (Sixth edition). Oxford University Press.
- Bodenhausen, G. V., & Peery, D. (2009). Social Categorization and Stereotyping *In vivo*: The VUCA Challenge: Social Categorization *In vivo*. *Social and Personality Psychology Compass*, 3(2), 133–151. <https://doi.org/10.1111/j.1751-9004.2009.00167.x>
- Boffey, D. (2021). *Bosnian Serb leader: Putin and China will help if west imposes sanctions*. The Guardian. <https://www.theguardian.com/world/2021/nov/29/bosnian-serb-leader-putin-and-china-will-help-if-west-imposes-sanctions>
- Brecher, M. (2018). *A Century of Crisis and Conflict in the International System: Theory and Evidence: Intellectual Odyssey III* (1st ed. 2018). Springer International Publishing: Imprint: Palgrave Macmillan. <https://doi.org/10.1007/978-3-319-57156-0>
- Brecher, M., & Wilkenfeld, J. (1997). *A study of crisis*. The University of Michigan Press.
- Cutileiro, J., & Carrington, P. (1992, março 18). *Statement of Principles for New Constitutional Arrangements for Bosnia and Herzegovina (CarringtonCutileiro Plan of March 1992)*.
- DeRouen, K., Bercovitch, J., & Pospieszna, P. (2011). Introducing the Civil Wars Mediation (CWM) dataset. *Journal of Peace Research*, 48(5), 663–672. <https://doi.org/10.1177/0022343311406157>
- DN/LUSA. (2022, março 17). *Embaixador russo em Sarajevo ameaça seguir «exemplo ucraniano» se Bósnia aderir à NATO*. <https://www.dn.pt/internacional/embaxador-russo-em-sarajevo-ameaca-seguir-exemplo-ucraniano-se-bosnia-aderir-a-nato-14690525.html#media-1>
- European Union. (1992). Treaty on European Union (Maastricht, 7 February 1992). *Official Journal of the European Communities (OJEC)*. 29.07.1992, No C 191. [s.l.]. [http://www.cvce.eu/obj/treaty\\_on\\_european\\_union\\_maastricht\\_7\\_february\\_1992-en-2c2f2b85-14bb-4488-9ded-13f3cd04de05.html](http://www.cvce.eu/obj/treaty_on_european_union_maastricht_7_february_1992-en-2c2f2b85-14bb-4488-9ded-13f3cd04de05.html)
- European Union. (1999). *CONCLUSIONS OF THE PRESIDENCY. COLOGNE EUROPEAN COUNCIL*. [https://www.europarl.europa.eu/summits/kol1\\_en.htm](https://www.europarl.europa.eu/summits/kol1_en.htm)
- European Union. (2016a). *CONSOLIDATED VERSION OF THE TREATY ON EUROPEAN UNION*. [http://data.europa.eu/eli/treaty/teu\\_2016/oj](http://data.europa.eu/eli/treaty/teu_2016/oj)
- European Union. (2016b). *Council Conclusions on the Implementation of the Joint Declaration by the President of the European Council, the President of the European Commission and the Secretary General of the North Atlantic Treaty Organization*.
- European Union. (2016c). *Shared Vision, Common Action: A Stronger Europe—A Global Strategy for the European Union’s Foreign and Security Policy*. UE.

- European Union. (2007). *TREATY OF LISBON, AMENDING THE TREATY ON EUROPEAN UNION AND THE TREATY ESTABLISHING THE EUROPEAN COMMUNITY (2007/C 306/)*. [http://publications.europa.eu/resource/cellar/688a7a98-3110-4ffe-a6b3-8972d8445325.0007.01/DOC\\_19](http://publications.europa.eu/resource/cellar/688a7a98-3110-4ffe-a6b3-8972d8445325.0007.01/DOC_19)
- European Union. (2019, maio 29). *Commission Opinion on Bosnia and Herzegovina's application for membership of the European Union*. <http://europa.ba/wp-content/uploads/2019/05/20190529-bosnia-and-herzegovina-opinion.pdf>
- European Union. (2020, novembro 30). *EUFOR BOSNIA-HERZEGOVINA Military Operation ALTHEA*.
- European Union. (2021a, julho 13). *Bosnia must step up re-alignment with Europe if it wants to join the bloc: Borrell*. <https://www.euronews.com/my-europe/2021/07/13/bosnia-must-step-up-re-alignment-with-europe-if-it-wants-to-join-the-bloc-borrell>
- European Union. (2021b, setembro 30). *Statement by President von der Leyen on the occasion of her official visit to Bosnia and Herzegovina*. [https://neighbourhood-enlargement.ec.europa.eu/news/statement-president-von-der-leyen-occasion-her-official-visit-bosnia-and-herzegovina-2021-09-30\\_pt](https://neighbourhood-enlargement.ec.europa.eu/news/statement-president-von-der-leyen-occasion-her-official-visit-bosnia-and-herzegovina-2021-09-30_pt)
- European Union. (2021c, outubro 19). *Key findings of the 2021 Report on Bosnia and Herzegovina*. <http://europa.ba/?p=73569>
- European Union. (2021d, dezembro 22). *EU Delegation/EUSR comment on recent allegations published in Istraga.ba*. <http://europa.ba/?p=74078>
- European Union. (2022, outubro 12). *European Commission assesses reforms in the Western Balkans and Türkiye and recommends candidate status for Bosnia and Herzegovina*. [https://ec.europa.eu/neighbourhood-enlargement/news/2021-enlargement-package-european-commission-assesses-and-sets-out-reform-priorities-western\\_en](https://ec.europa.eu/neighbourhood-enlargement/news/2021-enlargement-package-european-commission-assesses-and-sets-out-reform-priorities-western_en)
- European Union. (2023a, abril 25). *European Union in BiH, Operation ALTHEA*. <https://euforbih.org/index.php/about-eufor/background>
- European Union. (2023b, julho). *EU factograph on the status of implementation in Bosnia and Herzegovina*. [https://ec.europa.eu/neighbourhood-enlargement/document/download/c9f70a09-5a77-42b6-88fb-e82d798f0c9e\\_en](https://ec.europa.eu/neighbourhood-enlargement/document/download/c9f70a09-5a77-42b6-88fb-e82d798f0c9e_en)
- European Union. (n.d.). *EU governance*.
- European Union. (n. d.). *Petersberg Missions*.
- Fry, D. P. (Ed.). (2013). *War, peace, and human nature: The convergence of evolutionary and cultural views*. Oxford University Press.
- Galtung, J. (1967). *Theories of peace. A Synthetic Approach to Peace Thinking*. International Peace Research Institute.
- GFAP. (1995, novembro 21). *General Framework Agreement for Peace in Bosnia and Herzegovina (Dayton Peace Agreement)*. <https://www.peaceagreements.org/generateAgreementPDF/389>
- Guimarães, M. J. (2021). *Líder sérvio bósnio diz que em caso de sanções há sempre a Rússia e a China*. Público. <https://www.publico.pt/2021/11/29/mundo/noticia/lider-servio-bosnio-caso-sancoes-ha-russia-china-1986839>

- Higgins, A. (2022). *In the Tinderbox of Bosnia, a Serb Nationalist Lights a Match*. The New York Times. <https://www.nytimes.com/2022/01/02/world/europe/bosnia-war-putin.html>
- Honneth, A. (1996). *The struggle for recognition: The moral grammar of social conflicts* (1st MIT Press ed). MIT Press.
- Hsieh, H.-F., & Shannon, S. E. (2005). Three Approaches to Qualitative Content Analysis. *Qualitative Health Research*, 15(9), 1277–1288. <https://doi.org/10.1177/1049732305276687>
- Huaxia. (2021). *BiH, China launch construction of green energy project*. XINHUANET.net. <https://english.news.cn/europe/20211229/014631cc600f4460956ca06c7ecbca7f/c.html>
- Huntington, S. P. (2002). *The clash of civilizations and the remaking of world order* (Repr.). Free Press.
- International Crisis Group (ICG). (1996). *Elections in Bosnia-Herzegovina: Introduction and Background, 22 September 1996*. International Crisis Group (ICG). <https://www.refworld.org/docid/3ae6a6d50.html>
- Jie, Y., & Wallace, J. (2021). *What is China's Belt and Road Initiative (BRI)?* Chatham House. <https://www.chathamhouse.org/2021/09/what-chinas-belt-and-road-initiative-bri>
- Keohane, R. O., & Nye, J. S. (1998). Power and Interdependence in the Information Age. *Foreign Affairs*, 77(5), 81. <https://doi.org/10.2307/20049052>
- Klimentyev, M. (2022). *Sérvia recebe novo armamento proveniente da Rússia*. Observador. [https://observador.pt/2022/01/04/servia-recebe-novo-armamento-proveniente-da-russia/?cache\\_bust=1700002516051](https://observador.pt/2022/01/04/servia-recebe-novo-armamento-proveniente-da-russia/?cache_bust=1700002516051)
- Lampe, J., Malcolm, N., & Pickering, P. (2023). *Bosnia and Herzegovina*. <https://www.britannica.com/place/Bosnia-and-Herzegovina/additional-info#contributors>
- Leigh-Phippard, H. (1998). The Contact Group on (And in) Bosnia: An Exercise in Conflict Mediation? *International Journal*, 53(2), 306. <https://doi.org/10.2307/40203296>
- Lund, M. S. (1996). *Preventing violent conflicts: A strategy for preventive diplomacy*. United States Institute of Peace Press.
- Mayr, P., & Walter, A. (2007). An exploratory study of Google Scholar. *Online Information Review*, 31(6), 814–830. <https://doi.org/10.1108/14684520710841784>
- Mayring, P. (2004). *Qualitative content analysis: Theoretical foundation, basic procedures and software solution*. <http://nbn-resolving.de/urn:nbn:de:0168-ssoar-395173>
- Munro, A. (2023). *Non-Aligned Movement*. Encyclopedia Britannica. <https://www.britannica.com/topic/Non-Aligned-Movement>
- Nicholson, M. (1992). *Rationality and the analysis of international conflict*. Cambridge University Press.
- Office of the President of the Republic of Croatia. (2023). *President Milanović after Meeting with Member of BiH Presidency Bećirović: It is in Croatia's interest for BiH to be a factor of stability and a member of the EU*. Office of the President of the Republic of Croatia. <https://www.predsjednik.hr/en/news/president-milanovic-after-meeting-with-member-of-bih-presidency-becirovic-it-is-in-croatias-interest-for-bih-to-be-a-factor-of-stability-and-a-member-of-the-eu/>



- Owen, D., & Stoltenberg, T. (1993, setembro 16). *Agreement relating to Bosnia and Herzegovina (Owen-Stoltenberg Peace Plan, or 'Invincible plan')*. <https://www.peaceagreements.org/wgenerateAgreementPDF/472>
- Pavlowitch, S. K. (2000). *A history of the Balkans, 1804—1945* (Nachdr.). Longman.
- Rehrl, J. (2021). *Handbook on CSDP: The common security and defence policy of the European Union* (Fourth edition). Directorate for Security Policy of the Federal Ministry of Defence and Sports of the Republic of Austria.
- Reuters. (2022). *Bosnian Serb leader Dodik says Ukraine war has delayed secession plan*. Reuters. <https://www.reuters.com/world/europe/bosnian-serb-leader-dodik-says-ukraine-war-has-delayed-secession-plan-2022-06-06/>
- Rieff, D. (1995, janeiro). The Krajina War: Endgame for the United Nations. *World Policy Journal*, 71–74.
- Ristovitch, M. (2014). A short overview of the history of the Yugoslav experiment. *Revista portuguesa de história*, 45, 127–157.
- Rozario, S. D., Venkatraman, S., Marimuthu, M., Khaksar, S. M. S., & Subramani, G. (2021). Creating Smart Cities: A Review for Holistic Approach. *Applied System Innovation*, 4(4), 70. <https://doi.org/10.3390/asi4040070>
- Santos, L., Lima, J., Garcia, F., Santos, R., Monteiro, F., Silva, N., Afonso, C., Piedade, J., & Fachada, C. (2019). *Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação* (2a, 1–1). Instituto Universitário Militar.
- Schwegmann, C. (2000). *The Contact Group and its impact on the European Institutional Structure*. European Union Institute for Security Studies (EUISS). <https://www.iss.europa.eu/sites/default/files/EUISSFiles/occ016.pdf>
- SCOPUS. (2022). *Expertly curated abstract & citation database*. <https://www.elsevier.com/solutions/scopus>
- Sito-Sucic, D. (2021). *Secessionist leader says Serbs will undo Bosnia state institutions*. Reuters. <https://www.reuters.com/world/europe/secessionist-leader-says-serbs-will-undo-bosnia-state-institutions-2021-10-14/>
- Sito-sucic, D. (2021). *Serbs vote to start quitting Bosnia's key institutions in secessionist move*. Reuters. <https://www.reuters.com/world/europe/serbs-vote-start-quitting-bosnias-key-institutions-secessionist-move-2021-12-10/>
- Tamkin, E. (2018). *Bosnia Is Teetering on the Precipice of a Political Crisis*. *Foreign Policy*. <https://foreignpolicy.com/2018/03/21/bosnia-is-teetering-on-the-precipice-of-a-political-crisis-balkans-election-law-dodik/>
- Tidwell, A. C. (2001). *Conflict resolved? A critical assessment of conflict resolution* (Repr.). Continuum.
- United Nations. (1994, maio 25). *FINAL REPORT OF THE COMMISSION OF EXPERTS ESTABLISHED PURSUANT TO SECURITY COUNCIL RESOLUTION 780 (1992)*. [https://www.icty.org/x/file/About/OTP/un\\_commission\\_of\\_experts\\_report1994\\_en.pdf](https://www.icty.org/x/file/About/OTP/un_commission_of_experts_report1994_en.pdf)
- United Nations. (2008a). *Agenda 5+2*. <https://www.ohr.int/agenda-52/>

- United Nations. (2008b). *Department of Peacekeeping Operations (DPKO), United Nations Peacekeeping Operations: Principles and Guidelines*. <https://www.refworld.org/docid/484559592.html>
- United Nations. (2021a). *Resolution 2604 (2021) was Adopted by the Security Council at its 8896th meet-ing, on 3 November 2021*. <http://unscr.com/en/resolutions/2604>
- United Nations. (2021b, maio 11). 60th Report of the High Representative for Implementation of the Peace Agreement on Bosnia and Herzegovina to the Secretary-General of the United Nations. *Office of the High Representative (OHR)*. <https://www.ohr.int/60th-report-of-the-high-representative-for-implementation-of-the-peace-agreement-on-bosnia-and-herzegovina-to-the-secretary-general-of-the-united-nations/>
- United Nations. (2022, novembro 17). *High Representative congratulates newly elected BiH Presidency members*. <https://www.ohr.int/high-representative-congratulates-newly-elected-bih-presidency-members/>
- United Nations. (2023, maio). *Security Council Report. May 2023 Monthly Forecast*. <https://www.securitycouncilreport.org/monthly-forecast/2023-05/bosnia-and-herzegovina-9.php>
- United States Institute of Peace, & Peacekeeping and Stability Operations Institute (Eds.). (2009). *Guiding principles for stabilization and reconstruction*. United States Institute of Peace.
- U.S. Bureau of Economic Analysis. (2022). *Bosnia and Herzegovina—International Trade and Investment Country Facts*. <https://apps.bea.gov/international/factsheet/factsheet.html#358>
- U.S. Department of the Treasury. (2022, janeiro 5). *Treasury Sanctions Milorad Dodik and Associated Media Platform for Destabi-lizing and Corrupt Activity*. <https://home.treasury.gov/news/press-releases/jy0549>
- Vance, C., & Owen, D. (1993, maio 2). *The Vance-Owen Plan*. <https://www.peaceagreements.org/wgenerateAgreementPDF/606>
- Vine, R. (2006). Google scholar. *Journal of the Medical Library Association*, 91–97.
- Wagener, V. (2023, janeiro 15). What is Republika Srpska? *Deutsche Welle*. <https://www.dw.com/en/what-is-republika-srpska/a-64373205>
- Wallenstein, P. (2015). *Quality peace: Peacebuilding, victory, and world order*. Oxford University Press.
- Zawada, A. (2021). *Alemanha sugere aplicação de sanções da UE ao líder dos sérvios bósnios*. Observador. <https://observador.pt/2021/12/13/alemanha-sugere-aplicacao-de-sancoes-da-ue-ao-lider-dos-servios-bosnios/>
- Zientek, L. R., Werner, J. M., Campuzano, M. V., & Nimon, K. (2018). The Use of Google Scholar for Research and Research Dissemination: The Use of Google Scholar for Research and Research Dissemination. *New Horizons in Adult Education and Human Resource Development*, 30(1), Artigo 1. <https://doi.org/10.1002/nha3.20209>
- Zwitter, A. J. (2012). The Rule of Law in Times of Crisis—A Legal Theory on the State of Emergency in the Liberal Democracy. *SSRN Electronic Journal*. <https://doi.org/10.2139/ssrn.2369335>

# O PAPEL DA UE NA MANUTENÇÃO DE UM AMBIENTE SEGURO E ESTÁVEL NA BÓSNIA HERZEGOVINA<sup>1</sup>

## THE EU'S ROLE IN MAINTAINING A SAFE AND SECURE ENVIRONMENT IN BOSNIA AND HERZEGOVINA

**Paulo Pereira Zagalo**

Coronel do Exército Português

Doutorando em Ciências Militares no Instituto Universitário Militar e Mestre em Ciências Militares pela Academia Militar Portuguesa

Investigador do Centro de Investigação e Desenvolvimento do Instituto Universitário Militar (Escola Superior de Guerra) e do Centro de Investigação da Academia Militar Portuguesa (CINAMIL), Academia Militar zagalo.pp@ium.pt

### Resumo

A UE tem por objetivos melhorar a paz, a liberdade, a segurança e a justiça além fronteiras. No entanto, esses objetivos poderão ser postos em causa se a região dos Balcãs não for estabilizada. O nosso argumento é que as atitudes erradas dos políticos bósnios ameaçam colocar em risco o cumprimento do Acordo de Dayton.

Este estudo analisa a relevância da influência dos países vizinhos da UE e dos países candidatos à adesão como a Bósnia Herzegovina (BiH) na estabilidade e no crescimento económico dessa zona da Europa. Uma mudança de atitude pode ter um impacto direto na estabilidade da região.

O artigo analisa as opções que a UE tem à sua disposição para resolver o conflito na BiH e argumenta que, se a UE criar condições inexoráveis para que o Acordo de Dayton continue a ser aplicado, verá a sua relevância na resolução de futuros conflitos aumentar.

**Palavras-chave:** União Europeia, Bósnia-Herzegovina, Estratégia Global da UE, Abordagem Integrada, Política Comum de Segurança e Defesa.

### Abstract

*The EU objectives are to improve peace, freedom, security, and justice across borders. However, without regional stabilization in the Balkans, the EU's goals could be challenged. Our argument is that wrong attitudes of Bosnian politicians could jeopardize the Dayton Agreement's fulfilment.*

**Como citar este artigo:** Zagalo, P. P. (2023). O Papel da UE na Manutenção de um Ambiente Seguro e Estável na Bósnia-Herzegovina. *Revista de Ciências Militares*, novembro, XI(2), 159-189. Retirado de <https://www.ium.pt/publist/1>

<sup>1</sup> Artigo adaptado de um documento elaborado para uma apresentação na 15ª Conferência Pan-Europeia de Relações Internacionais, realizada em Atenas, na Universidade Panteion, de 1 a 4 de setembro de 2022.

*This research analyses the relevance of the impact of EU neighbouring countries and candidate countries like Bosnia and Herzegovina (BiH) on stability and economic growth on that part of Europe. A change in attitude can directly affect the region's stability.*

*The EU's options for resolving the conflict in BiH are examined, and it is argued that if the EU provides inexorable conditions for the Dayton Agreement's continued implementation, its importance in addressing potential conflicts will increase.*

**Keywords:** *European Union, Bosnia-Herzegovina, EU Global Strategy, Integrated Approach, Common Security and Defence Policy.*

## **1. Introdução**

Uma das consequências da globalização e do mundo interligado em que vivemos é que a conjuntura atual é de elevado contágio (Keohane & Nye, 1998) entre todos os atores da cena internacional. Este fenómeno é caracterizado pela incerteza, imprevisibilidade e concorrência (Bodenhausen & Peery, 2009).

A segurança é uma preocupação permanente dos Estados e de organizações como a União Europeia, que tem por objetivo promover a paz e o bem-estar dos seus Estados Membros, bem como garantir a livre circulação de pessoas, bens e capitais e a coesão económica e social (União Europeia, 2007).

O papel da UE no desenvolvimento de relações positivas com o resto do mundo significa que qualquer comportamento que ponha em causa as relações económicas, sociais, culturais e políticas, mesmo por parte de países vizinhos da União, nomeadamente os países candidatos, terá consequências para a estabilidade desejada, que por sua vez terão impacto direto no espaço económico.

A Bósnia-Herzegovina tem cumprido os Acordos de Dayton desde a sua assinatura em dezembro de 1995 (por vezes sob pressão da comunidade internacional) e está, alegadamente, a criar as condições necessárias para a saída das entidades externas que lhe têm dado apoio a nível político, social, económico, de segurança e defesa, entre outros, e assumir a “governança” do país de forma totalmente autónoma (União Europeia, n.d.).

Recentemente, têm surgido indícios que sugerem a possível secessão de uma das entidades que integram a BiH. Caso se confirmem, esses indícios, que têm origem em Milorad Dodik, o representante da Republika Srpska, antigo membro da presidência tripartida e líder de um dos grupos étnicos, podem colocar em causa o cumprimento dos Acordos de Dayton e criar problemas que terão de ser resolvidos, nomeadamente pela UE.

Tendo em conta o que precede, a União deverá identificar opções para evitar que a situação comprometa o cumprimento dos acordos internacionais e prejudique a estabilidade do país, e implementar essas opções em consonância com o progresso alcançado na BiH.

Assim, a questão a que este estudo pretende responder é: *Como é que a União Europeia pode influenciar a Bósnia Herzegovina a manter um ambiente seguro e estável?*

O nosso argumento é que só será possível manter um ambiente seguro no país de forma eficaz e eficiente através de uma abordagem integrada, que deverá basear-se na abordagem global da UE e promover a cooperação civil-militar, utilizando todas as formas e possibilidades de ação disponíveis num envolvimento mais coerente e holístico.

O artigo está organizado em nove capítulos. Após esta introdução, o segundo capítulo resume a revisão da literatura e apresenta os principais conceitos abordados. O terceiro capítulo contém os materiais e métodos utilizados na investigação. O capítulo seguinte, o quarto, apresenta a contextualização histórica do período entre as Guerras dos Balcãs (1912-1913) e a assinatura dos Acordos de Dayton, que puseram fim à guerra civil de 1992-1995. O quinto capítulo analisa as oportunidades de que a BiH poderá desfrutar com a adesão à UE e à OTAN como membro de pleno direito. O sexto capítulo identifica os atuais fatores de instabilidade e onde se encontram. No sétimo capítulo, as opções da UE para lidar com o conflito são analisadas, e, o oitavo capítulo responde à pergunta de partida, que coincide com a resposta da UE. O documento termina com algumas reflexões finais.

## 2. Enquadramento teórico e conceptual

Antes de abordar os desafios colocados pelas questões acima identificadas, devemos definir a expressão “ambiente seguro e estável”. O termo foi retirado da declaração da missão das forças da UE destacadas em 2004, denominada Operação ALTHEA, e que ainda está neste momento em curso. A declaração refere que a “UE destacou uma força militar robusta (EUFOR) para assegurar o cumprimento continuado do Acordo de Dayton / Paris e contribuir para um ambiente seguro e estável (SASE) na BiH” (União Europeia, 2020).

Os Princípios Orientadores para a Estabilização e Reconstrução do Instituto da Paz dos Estados Unidos (Figura 1) definem “ambiente seguro e estável” como um ambiente em que as pessoas podem viver a sua vida quotidiana sem receio de violência generalizada com motivações políticas. Mais especificamente: os combates em grande escala deverão terminar; deve existir um nível suficiente de ordem pública; as forças de segurança responsáveis devem submeter-se à autoridade legítima do Estado; e as pessoas e comunidades, bem como locais e infraestruturas importantes devem ser salvaguardados. Além disso, a liberdade de circulação deve ser assegurada, sem receio de danos desnecessários à vida humana (Instituto da Paz e Instituto de Operações de Estabilidade e Manutenção da Paz dos Estados Unidos da América, 2009).



**Figura 1 –Ambiente seguro e estável**

Fonte: Instituto da Paz e Instituto de Operações de Estabilidade e Manutenção da Paz dos Estados Unidos da América (2009, p. 6–38)

É necessário conceptualizar os termos “conflito” e “crise” e as definições operacionais das Nações Unidas poderão ser comparadas com o quadro estrutural da UE.

Este texto examina a doutrina de gestão de crises da União, descrevendo a sua evolução desde a Declaração de Petersberg, e abordando a Estratégia Global e as Bússola Estratégica para a Política Externa e de Segurança. Este estudo permitirá identificar possíveis soluções para situações de crise ou conflito que estejam em conformidade com os parâmetros definidos.

Samuel Huntington (2002) afirmou que, durante grande parte da existência da humanidade, os conflitos entre civilizações foram intermitentes ou inexistentes, salientando que as distinções mais importantes entre os povos no mundo pós-Guerra Fria não são ideológicas, políticas ou económicas, mas culturais, e que guerras tribais e conflitos étnicos ocorrerão mesmo dentro de sociedades civilizadas (Huntington, 2002). Se observarmos o comportamento dos três grupos étnicos<sup>2</sup> e das duas entidades<sup>3</sup> na BiH aos quais foi imposta uma coexistência harmoniosa, podemos concluir que estas afirmações fazem sentido.

Além disso, os vários intervenientes estabelecem relações entre si, que podem ser de cooperação, de reciprocidade ou conflito, consoante os seus objetivos sejam comuns, recíprocos ou conflituosos (Fry, 2013).

<sup>2</sup> Católicos, muçulmanos e ortodoxos.

<sup>3</sup> A Federação da Bósnia Herzegovina é uma das duas entidades do Estado da Bósnia Herzegovina, sendo a outra a Republika Srpska.

Assim, os dois primeiros tipos de relações são amigáveis e o último é conflituoso, sendo aceitável que a política respeite todos os tipos de relações, incluindo as de conflito.

Tal como descrito neste trabalho de investigação, estas declarações definem as relações entre os grupos e entidades étnicas da Bósnia.

Por outro lado, tendo em conta as posições políticas, as decisões e os projetos anunciados dos líderes da BiH, torna-se claro que estamos a lidar com o domínio da Estratégia. Esta área do conhecimento lida com a interação conflitual, em particular quando a coerção é o instrumento utilizado para resolver o problema, gerando e organizando os recursos necessários para a sua resolução, mesmo tendo em conta propósitos potencialmente opostos.

Dado que o ambiente de segurança pode deteriorar-se em consequência de conflitos ou crises, é importante definir os dois conceitos.

## 2.1 Conflito e crise

Antes de prosseguir, e porque argumentamos que a Estratégia (Baylis et al., 2019) lida com a interação conflitual e que a sua finalidade é garantir os fins maiores do Estado, que são o bem-estar e a segurança, podemos dizer que a estratégia tem uma relação estreita com a coerção porque é necessário anulá-la ou restringir os desígnios dos adversários que se opõem à concretização dos nossos objetivos.

Sendo assim, a Estratégia tem uma relação íntima com o conflito.

O conflito é tão antigo como o ser humano. É considerado algo intrínseco à existência da humanidade (Tidwell, 2001). A sua premissa é a natureza sociável do ser humano, que gera frequentemente em mal-entendidos ou disputas nas relações sociais, causadas por diferenças de entendimento sobre a realidade vivida ou percebida (Honneth, 1996).

Dado o papel da UE na resolução de conflitos e na gestão de crises na BiH, os conceitos a adotar devem ser definidos de forma clara para fazer face a um possível reacendimento de conflitos ou à continuação da crise.

Considerando que não há uma definição única e universalmente aceite de conflito e que este consiste na intensificação de uma divergência (que é uma condição comum para que ele ocorra), e que se caracteriza pela existência de um comportamento de conflito em que seres tentam prejudicar-se mutuamente de forma deliberada, optámos pela definição proposta por Michael Nicholson (1992).

Nicholson define o conflito como uma “atividade que ocorre quando seres conscientes (indivíduos ou grupos) pretendem concretizar atos mutuamente inconsistentes relativamente aos seus desejos, necessidades ou obrigações” (Nicholson, 1992).

Peter Wallensteen (2015) reconhece três tipos de conflitos: interestatais, internos e de formação do Estado. Os conflitos interestatais ocorrem quando há uma divergência entre Estados-nação ou quando o sistema estatal é desafiado. As guerras civis e étnicas, as lutas anti-coloniais, os movimentos separatistas e autónomos, os conflitos territoriais e as disputas pelo controlo das instituições estatais são alguns exemplos de conflitos internos e de formação do Estado (Wallensteen, 2015).



O conflito é uma situação dinâmica, em que o nível de intensidade evolui ao longo do tempo, e que passa por uma situação definida como crise que poderá escalar para a violência (conflito). O conceito de ciclo de conflito clarifica esta relação (Figura 2).

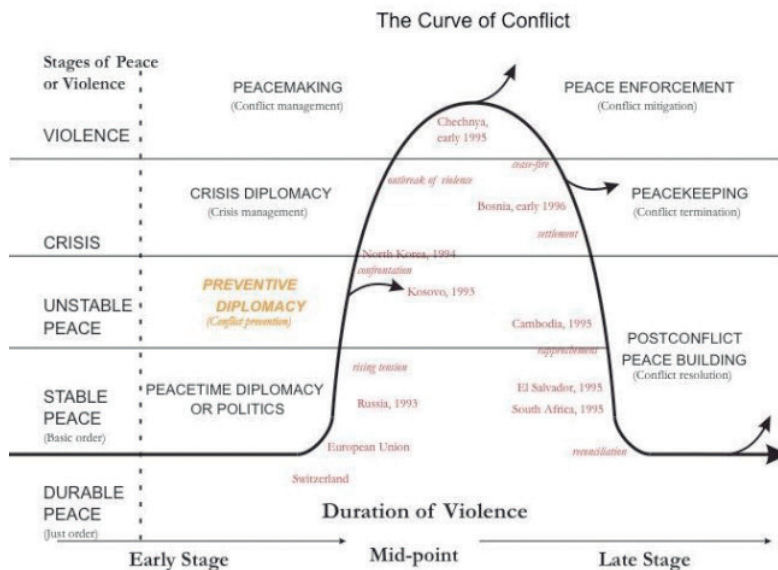


Figura 2 – Ciclo de vida de um conflito

Fonte: Lund (1996, p. 38).

A opinião generalizada dos analistas é que a prevenção de conflitos consiste em tomar medidas proativas antes que um conflito violento deflagre, idealmente durante a fase de “paz incerta” do ciclo de conflito.

A Figura 2 ilustra uma situação de crise, que inclui três condições que resultam de uma mudança no ambiente interno ou externo do Estado: a ameaça a um ou mais valores fundamentais, o reconhecimento de que há um período limitado para avaliar a ameaça identificada e uma probabilidade elevada de a situação escalar para a ação militar (Brecher & Wilkenfeld, 1997).

“Vivemos numa época de crises. Ou melhor, vivemos num tempo em que a nossa representação dominante do mundo é uma representação de crise” (Brecher & Wilkenfeld, 1997, p. 1). O termo “crise” refere-se a uma rutura, uma descontinuidade. Ou seja, o ponto a partir do qual se torna impossível manter a ordem normal. No entanto, a retórica da crise entrou de tal forma na nossa linguagem corrente que irregularidades reconhecidas são agora aceites (Brecher & Wilkenfeld, 1997).

O conceito de crise está frequentemente associado ao ambiente interno de um Estado ou a uma disputa entre Estados e é, portanto, uma questão de política interna ou externa.

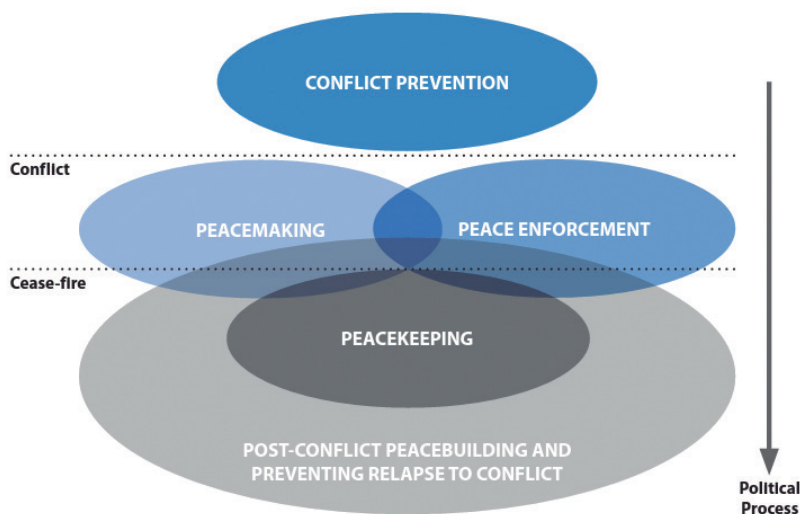
Assim, uma crise é uma alteração do desenvolvimento normal das relações entre dois ou mais atores de um Estado ou da cena internacional, que inclui uma probabilidade elevada do uso da força.

Uma crise é particularmente preocupante quando emerge entre a paz e a guerra, pois poderá desencadear uma guerra se não for resolvida a tempo. A crise acarreta sempre um risco ou ameaça associados a uma situação avaliada de acordo com a informação e os valores adotados pelas entidades que a observam, podendo colocar em causa o Estado de Direito e os seus valores fundamentais (Zwitter, 2012).

Para a Organização das Nações Unidas (ONU), o espectro das atividades de paz e segurança divide-se em cinco tipos de intervenção no conflito, que estão interrelacionados: prevenção de conflitos, restabelecimento da paz (Peacemaking), manutenção da paz (Peacekeeping), imposição da paz (Peace enforcement) e construção da paz (Peacebuilding) (Nações Unidas, 2008b, pp. 17-19).

O espectro de atividades das Nações Unidas em matéria de paz e segurança revela uma sobreposição de fronteiras entre a prevenção de conflitos, a pacificação, a manutenção da paz, a construção da paz e a imposição da paz, conforme se ilustra na Figura 3.

Na realidade, as operações de paz raramente se limitam a um único tipo de atividade, sejam conduzidas pelas Nações Unidas ou por atores externos às Nações Unidas.



**Figura 3 – Espectro de atividades de paz e segurança**

Fonte: Nações Unidas (2008b, p. 19).

Além das missões de paz acima referidas, é importante mencionar que a mediação está presente em todas, em todos os momentos, como um “processo de gestão de conflitos em que as partes procuram apoio ou aceitam a oferta de ajuda de um indivíduo, grupo, Estado

ou organização para resolver uma disputa ou as suas diferenças sem recorrer à força física ou invocar a autoridade da lei” (DeRouen et al., 2011, p. 664).

Vivemos tempos de crise (social, demográfica, económica, de segurança e de defesa) e os acontecimentos na União Europeia e na sua vizinhança têm um impacto significativo nos seus cidadãos.

Para o Mecanismo de Resposta a Crises do Serviço Europeu para a Ação Externa, uma crise ou emergência é uma degradação súbita e grave da situação política, de segurança e / ou económica. Também pode ser definida como um acontecimento ou desenvolvimento num determinado país ou região que poderá prejudicar os interesses de segurança da UE ou a segurança do pessoal ou dos cidadãos da UE (Rehrl, 2021).

Além da manutenção da paz e do reforço da segurança internacional, a política da UE visa promover a democracia, o Estado de direito e o respeito pelos direitos humanos e liberdades em todo o mundo (União Europeia, 2016a, pp. 41-42).

O conceito de gestão de crises continuou a evoluir desde o Tratado de Bruxelas, em 1948 até ao Tratado de Maastricht (1992), quando foi tomada a decisão de implementar uma Política Externa de Segurança e Defesa (PESD) que permitisse aos Estados-Membros aumentar a sua influência na esfera global de forma mais eficaz do que se agissem individualmente (União Europeia, 1992).

O Tratado de Maastricht define objetivos ambiciosos no domínio das relações externas de segurança e defesa e adota as “Missões de Petersberg” (União Europeia, n. d.). No entanto, foi apenas em 1999, devido à sequência de acontecimentos que resultou da Guerra dos Balcãs e do conflito no Kosovo, que ficou clara a necessidade urgente de definir uma política de segurança e defesa da UE. Assim, as missões foram incluídas no texto do Tratado de Amesterdão, onde ocupam um lugar de destaque (União Europeia, 1999).

O Tratado de Lisboa criou o Serviço Europeu para a Ação Externa (SEAE), que é o ramo diplomático da UE, sob a autoridade do Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, com o objetivo de permitir que a União fale “a uma só voz” sobre questões de política externa (União Europeia, 2007).

Em 2016, foi aprovada a Estratégia Global da União Europeia (EUGS) (União Europeia, 2016c) e definido um novo Plano de Implementação para a Segurança e Defesa (União Europeia, 2016b).

Federica Moguerini referiu-se ainda à EUGS como “uma estratégia que se centra tanto nas capacidades militares e de combate ao terrorismo, como nas oportunidades de emprego, na inclusão nas sociedades e nos direitos humanos”, afirmando que “as fraquezas dos meus vizinhos e parceiros são as minhas fraquezas” (União Europeia, 2016c, p. 5).

Uma das prioridades consiste numa “abordagem integrada aos conflitos” (União Europeia, 2016c, p. 2) através da utilização coerente de todas as políticas à disposição da UE.

A UE deve atuar em todas as fases do ciclo de conflito, intervindo atempadamente para o prevenir, reagindo às crises com responsabilidade e determinação, investindo na estabilização e evitando a retirada prematura quando surge uma nova crise (União Europeia, 2016c).

As interrelações entre crise e conflito são significativas. De forma geral, podemos dizer que a crise e o conflito são consequência de alterações no ambiente estratégico que geram mudanças no comportamento do Estado e dos seus agentes e levam a alterações no sistema internacional (Brecher, 2018).

O objetivo das ações da UE na BiH é criar condições para a paz e segurança na Europa recorrendo a uma abordagem integrada que defenda os interesses europeus comuns.

As mudanças no ambiente estratégico influenciam o comportamento dos Estados e dos seus agentes, levando a alterações na organização do sistema internacional que despoletam crises e conflitos. A UE deve atuar em todas as fases do ciclo do conflito, investir na estabilização, responder de forma responsável e intervir atempadamente.

As atividades da UE na BiH têm como objetivo a paz e a segurança na região. No entanto, os esforços têm ficado aquém das intenções, apesar de todo o trabalho realizado na preparação de um conjunto coerente de documentos que apoiem a ação externa – desde 1948, a data em que foi assinado o Tratado de Bruxelas.

### 3. Metodologia e método

Este artigo foi elaborado recorrendo a um estudo de caso, baseado numa estratégia de natureza qualitativa e numa abordagem lógica dedutiva. A razão para a escolha de um estudo de caso como estratégia de pesquisa foi a necessidade de avaliar a resposta da União Europeia ao ressurgimento do conflito na BiH. Assim, foram definidas três fases metodológicas: exploratória, analítica e conclusiva.

A fase exploratória foi utilizada para a pesquisa de artigos científicos, legislação e outros documentos de apoio (Santos et al., 2019). A fase de análise baseou-se na recolha e interpretação de várias fontes de dados, incluindo artigos científicos, documentos oficiais e dados históricos.

A pesquisa de artigos científicos foi efetuada nas plataformas SCOPUS e Google Scholar. Essa escolha deveu-se ao facto de que SCOPUS é considerada a maior base de dados internacional e multidisciplinar de manuscritos revistos por pares (Rozario et al., 2021; SCOPUS, 2022).

O Google Scholar é uma ferramenta que permite efetuar pesquisas exaustivas de estudos científicos com o auxílio de pesquisas e artigos categorizados pelo Ranking Web of Universities / Highly Cited Researchers.

Consequentemente, a maioria dos resultados obtidos através do Google Scholar são fontes académicas. Se o trabalho pretendido estiver totalmente disponível online, pode ser consultado de imediato. Uma das vantagens é a poupança de tempo, pois a pesquisa nesta plataforma é consideravelmente mais célere do que noutros motores de pesquisa, que obtêm resultados de muitas fontes.

O Google Scholar pertence ao Google, um motor de pesquisa abrangente, e como tal há um inconveniente na sua utilização: por vezes, as pesquisas devolvem resultados de fontes

não acadêmicas ou mesmo incorretas ou desatualizadas (Mayr & Walter, 2007; Vine, 2006; Zientek et al., 2018). Nesses casos, foram acauteladas as devidas considerações.

Após a análise de conteúdo, a fase analítica foi dada como concluída (Mayring, 2004). Após uma leitura de todo o conteúdo (transcrições, notas de campo e documentos oficiais), esta técnica foi utilizada para identificar os conceitos e expressões mais pertinentes.

As categorias e subcategorias foram identificadas durante o processo de codificação (Hsieh & Shannon, 2005). Por essa razão, foi necessário procurar padrões nos códigos para localizar os conceitos mais pertinentes e criar um mapa que nos desse uma imagem geral dos dados.

A fase de conclusão serviu para avaliar, interpretar e discutir os dados recolhidos sobre as possíveis soluções da União Europeia para o conflito na BiH e a forma como poderá contribuir para mitigar ou eliminar conflitos na região.

#### **4. Contextualização da Guerra da Bósnia-Herzegovina, das Guerras dos Balcãs de 1912-1913 até aos Acordos de Dayton**

Para compreender a situação atual, é fundamental analisar os acontecimentos (e as suas consequências) que tiveram lugar entre as guerras dos Balcãs de 1912-1913 e a assinatura do Acordo de Dayton.

##### **4.1 As guerras dos Balcãs de 1912-1913**

As Guerras dos Balcãs de 1912-1913 envolveram conflitos entre o Império Otomano e as potências europeias, durante os quais a Bulgária, a Grécia, o Montenegro e a Sérvia procuraram obter acesso ao Mar Adriático, à BiH e à Trácia. Um acordo final entre a Bulgária e a Grécia definiu que a Bulgária manteria o controlo da Trácia e que a Macedónia do Sul ficaria sob o domínio da Grécia.

A primeira Guerra dos Balcãs deflagrou a 13 de outubro de 1912, com o ataque da Macedónia e a ocupação otomano-europeia. A Sérvia pediu a revisão dos termos do acordo, alegando que a posse da costa do Adriático lhe tinha sido negada desde o início.

Em 1913, após a assinatura um tratado entre a Grécia e a Sérvia, a Rússia atuou como mediadora entre a Liga dos Balcãs e a Bulgária, que pretendia dividir a Macedónia (Pavlowitch, 2000).

Após um mês de combates, os gregos foram obrigados a retirar para sul. A Roménia atacou, explorando o equilíbrio da Bulgária, e aproximou-se de Sófia, o que forçou a Bulgária a cessar as hostilidades contra a Grécia.

A Segunda Guerra dos Balcãs consistiu numa série de conflitos entre o Império Otomano, as nações dos Balcãs e o Império Austro-Húngaro, que terminou com a assinatura dos Tratados de Paz de Bucareste e Constantinopla em agosto e setembro de 1913, respetivamente (Pavlowitch, 2000).

## 4.2 A Guerra Civil 1992-1995<sup>4</sup>

Em 1921, a BiH passou a fazer parte do Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos. Em 1929, o nome oficial do reino foi mudado para Jugoslávia (Terra dos Eslavos do Sul). Em 1941, a BiH foi “dissolvida” como entidade e o seu território foi reorganizado.

Durante a Segunda Guerra Mundial, após a invasão da Jugoslávia pelas forças do Eixo, o território da Bósnia foi anexado pelo Estado Independente da Croácia, que era um “Estado fantoche de Berlim” (Ristovitch, 2014). Seguiu-se um genocídio atroz que resultou na morte da maioria dos 14.000 judeus e no massacre em grande escala dos sérvios.

A capital da Bósnia foi tomada por um exército sérvio-croata liderado por Josip Broz Tito, que instituiu um Governo Popular de ideologia comunista, que passou a controlar as instituições estatais da BiH, pondo um fim à guerra.

Durante a Segunda Guerra Mundial, a BiH era parte da República Popular Federal da Jugoslávia, um país que reunia um conjunto diversificado de etnias, credos e línguas. Estimase que 164.000 sérvios, 75.000 muçulmanos e 64.000 croatas tenham sido mortos na BiH durante a guerra (Andreychuk, 2018, p. 18).

Apesar de se manter fiel à matriz comunista, Tito nunca aceitou submeter-se à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), constituindo e liderando o Movimento dos Não-Alinhados (Munro, 2023).

Após a morte de Tito, em 1980, a Jugoslávia entrou em declínio económico e, em pouco tempo, emergiram movimentos de contestação popular. Em 1989, surgiram os primeiros partidos e, pouco depois, em 1990, realizaram-se eleições na Eslovénia e na Croácia.

Após as eleições na Bósnia, foi formado um novo governo baseado numa coligação tripartida composta por bósnios (muçulmanos), croatas da Bósnia (católicos) e sérvios da Bósnia (ortodoxos).

As tensões políticas agravaram-se e os membros do Partido Democrático Sérvio acabaram por abandonar o parlamento e criar a Assembleia Nacional Sérvia em Banja Luka. Entretanto, Belgrado armava os sérvios da Bósnia, o que levou à divisão territorial.

O Presidente Izetbegovi declarou a independência da BiH a 3 de março de 1992 (International Crisis Group (ICG), 1996).

Em 7 de abril, a BiH foi reconhecida pela maioria dos países europeus e pelos Estados Unidos e o país tornou-se membro das Nações Unidas em 1992.

Aquilo que poderia ter sido um fator de unidade e convergência nacional tornou-se uma fonte de conflitos étnicos e resultaria eventualmente numa limpeza étnica (Nações Unidas, 1994, p. 33).

Os sérvios da Bósnia atacavam os bósnios, enquanto os croatas eram atacados e massacrados. Em 1994, bósnios e croatas assinaram um acordo, restando apenas duas fações em conflito.

---

<sup>4</sup> Este capítulo é baseado em informação recolhida, compilada e utilizada pelo autor durante o período em que foi Diretor Adjunto do Centro de Operações Conjuntas no Quartel-General da EUFOR em Sarajevo, de dezembro de 2006 a junho de 2007.

Em meados de 1994, a OTAN começou a planear a retirada dos militares dos Estados membros que participavam na Força de Proteção das Nações Unidas (UNPROFOR) da Bósnia, apesar dos ataques a três aviões da OTAN perto de Goražde. Em agosto de 1994, os sérvios intensificaram o cerco a Sarajevo e cortaram a distribuição de gás natural à cidade. Adicionalmente, funcionários da ONU confirmaram que a limpeza étnica levada a cabo pelos sérvios também se estava a intensificar (Nações Unidas, 1994, p. 34).

No início de 1995, entrou em vigor um cessar-fogo de quatro meses negociado pelo antigo Presidente dos EUA Jimmy Carter.

Foi ordenado aos sérvios que se rendessem às tropas da ONU e retirassem as armas pesadas, mas a ordem foi ignorada. A consequência foi um ataque da OTAN a um depósito de munições sérvio, ataques a áreas de segurança muçulmanas e a tomada de reféns entre os funcionários da ONU.

Em abril de 1995, os sérvios reforçaram o cerco a Sarajevo e começaram a atacar e a intimidar deliberadamente as tropas da FORPRONU com mais frequência. No início de julho, os sérvios executaram ataques na zona protegida pela ONU (UNPA) de Srebrenica e cercaram outra UNPA, a aldeia de Žepa<sup>5</sup>.

Em julho de 1995, Fikred Abdić declarou-se presidente da “República Independente da Bósnia Ocidental”. Em agosto, um morteiro proveniente do lado sérvio matou 37 civis em Sarajevo. A maioria dos sérvios de Krajina (Rieff, 1995) entrou na Sérvia através da Bósnia, tendo se instalado na região de Voivodina e no Kosovo.

A campanha aérea da OTAN contra as violações da resolução da ONU durou 15 dias e resultou na assinatura de um acordo em Genebra pelos ministros dos Negócios Estrangeiros da Bósnia, da Croácia, da Sérvia e do Montenegro, que estabeleceu a BiH como uma entidade jurídica com relações paralelas com os países vizinhos.

Richard Holbrooke, o enviado especial dos EUA, reuniu com o Presidente Slobodan Milošević para negociar “condições para o cessar das hostilidades”. Um cessar-fogo generalizado teve início a 10 de outubro de 1995.

### **4.3 Planos de paz para a Bósnia Herzegovina**

Antes dos Acordos de Dayton de 1995, os diplomatas da ONU e da Comunidade Europeia (CEE) propuseram quatro planos de paz para resolver o conflito na BiH:

O Plano Carrington-Cutileiro, o Plano Vance-Owen, o Plano Owen-Stoltenberg e o Plano do Grupo de Contacto e, finalmente, os Acordos de Dayton.

O Plano Carrington-Cutileiro (Cutileiro & Carrington, 1992), que ficou conhecido pelo nome dos seus autores, Lord Carrington e o embaixador português José Cutileiro, surgiu na Conferência de Paz da Comunidade Europeia de fevereiro de 1992, realizada na tentativa de evitar que a BiH resvasse para a guerra. O texto do plano propunha a partilha do poder

---

<sup>5</sup> O TPIJ instaurou um novo processo contra Radovan Karadžić e o General Ratko Mladić por crimes contra a humanidade, que incluem o massacre de cerca de 6.000 bósnios durante a captura de Srebrenica.



étnico a todos os níveis administrativos e a devolução do governo central às comunidades étnicas locais.

Adicionalmente, todas as províncias da BiH seriam classificadas como muçulmanas, sérvias ou croatas, mesmo nos casos em que não existia uma maioria étnica evidente. Em 11 de março de 1992, a Assembleia da República da BiH rejeitou o plano por unanimidade e propôs um mapa que reivindicava quase dois terços do território da Bósnia e que incluía diversas cidades divididas etnicamente e vários enclaves isolados.

O acordo foi assinado a 18 de março de 1992 pelas três partes em conflito: Alija Izetbegović pelos bósnios, Radovan Karadžić pelos sérvios e Mate Boban pelos croatas. No entanto, a 28 de março de 1992, em Sarajevo, após um encontro com Warren Zimmermann, que à data era o embaixador dos EUA na Jugoslávia, Izetbegović retirou a sua assinatura e declarou que se opunha a qualquer tipo de divisão da Bósnia;

A implementação do Plano de Paz Vance-Owen (Vance & Owen, 1993) foi iniciada quando Cyrus Vance, o enviado especial da ONU, e Lord Owen, o representante da CEE, começaram a negociar uma proposta de paz com os líderes das fações bósnias no início de janeiro de 1993. A proposta, que foi apoiada pela ONU e que ficou conhecida com o Plano de Paz Vance-Owen, incluía a divisão da Bósnia em dez regiões semi-autónomas.

Radovan Karadžić, o presidente da Republika Srpska (RS) (Wagener, 2023), assinou o plano a 30 de abril. No entanto, este foi rejeitado pela Assembleia Nacional Sérvia da Bósnia a 6 de maio e, mais tarde, contra-assinado. O plano foi rejeitado por 96% dos eleitores, embora o referendo tenha sido descrito pelos mediadores como uma farsa.

Em 20 de agosto de 1993, o Plano Owen-Stoltenberg (Owen & Stoltenberg, 1993), que recebeu o nome dos mediadores da ONU Thorvald Stoltenberg e David Owen, propôs um mapa que dividiria a Bósnia em três mini-estados étnicos.

De acordo com o plano, as forças sérvias da Bósnia receberiam 52% do território da BiH, os muçulmanos teriam direito a 30% e os restantes 18% seriam atribuídos aos croatas da Bósnia. Em 29 de agosto de 1993, os bósnios rejeitaram o plano, que nunca chegou a ser assinado.

O Plano do Grupo de Contacto (Leigh-Phippard, 1998). Entre fevereiro e outubro de 1994, houve uma nova tentativa de acordo levada a cabo por um grupo de diplomatas dos EUA, Rússia, França, Reino Unido e Alemanha (Schwegmann, 2000). Os resultados alcançados pelo Grupo permitiram avançar para uma solução negociada para o conflito na BiH. Não obstante, o acordo acabou por ser rejeitado através de um referendo realizado a 28 de agosto de 1994.

Na sequência da rejeição por parte dos grupos étnicos de compromissos que influenciassem as suas reivindicações, de 1 a 20 de novembro de 1995, foram iniciadas novas conversações de paz na Base da Força Aérea de Wright-Patterson, Dayton, Ohio, EUA.

O Acordo-Quadro Geral para a Paz na BiH foi formalmente assinado em Paris a 14 de dezembro de 1995 (GFAP, 1995).

Como consequência do Acordo de Dayton, o país foi dividido em duas entidades: a Federação da BiH e a RS.

Em 20 de dezembro de 1995, todas as forças da UNPROFOR que ainda estavam destacadas no país foram transferidas para o comando da OTAN – a Força de Implementação (IFOR) – ou retiradas. Cerca de 60.000 militares dos 16 países da OTAN e de 16 países externos à OTAN estiveram presentes durante a execução da operação Joint Endeavor, que durou até meados de fevereiro de 1996.

O Acordo de Dayton estabeleceu a Federação Bósnia / Croata da BiH e a República Sérvia da Bósnia e um segundo nível de governo para os governos da Federação e da RS. Foi ainda criado o Gabinete do Alto Representante das Nações Unidas (GAR) para supervisionar os aspetos civis do acordo.

#### **4.4 A aplicação do Acordo de Dayton**

Em 1995-96, uma força internacional de manutenção da paz (IFOR) liderada pela OTAN, com 60.000 militares, foi destacada na Bósnia, com a missão de implementar e monitorizar os aspetos militares do acordo.

A IFOR foi substituída por uma Força de Estabilização (SFOR) com um efetivo menor, comandada pela OTAN e com a missão de impedir o retomar das hostilidades e assegurar a estabilização da paz, tal como definido na Operação Joint Forge.

Em dezembro de 2004, as tropas de manutenção da paz da União Europeia EUFOR substituíram a SFOR. A missão, que empenhou 2.500 militares, visava manter a paz e a estabilidade no país, enquanto a OTAN apoiava a reforma do setor da defesa e a operações de combate ao terrorismo. Apesar da assistência internacional, a economia manteve-se caótica, com níveis de desemprego elevados. Recorrendo a projetos financiados pelo Banco Mundial, as infraestruturas foram reconstruídas e foram implementadas reformas políticas e económicas.

### **5. O caminho para a UE e a OTAN**

Com a adesão à UE, a BiH teria acesso ao principal mercado único do mundo, a assistência financeira e apoio ao desenvolvimento e ao desenvolvimento sustentável, bem como à liberdade dos seus cidadãos para viverem, estudarem ou trabalharem em qualquer lugar, estabilizando o Estado e a região.

A BiH tenciona aumentar o apoio da OTAN às reformas democráticas, institucionais e do setor da segurança, focando-se no desenvolvimento de forças armadas altamente profissionais alinhadas com os valores nacionais.

Ao declarar a intenção de aderir à União Europeia e de se tornar membro da OTAN, a BiH demonstrou a sua determinação em ser um país soberano.

#### **5.1 A intenção da Bósnia Herzegovina de integrar a UE**

Com o objetivo de proporcionar melhores condições de vida aos seus cidadãos, a BiH declarou a intenção de se candidatar à adesão à UE, embora a integração interna do país continuasse a deparar-se com vários problemas. Apesar do risco mínimo do regresso à violência, mantinha-se o impasse entre a Federação e a RS. O desacordo relativamente à

elaboração de uma nova constituição, que incluía a contestação das disposições referentes a uma força policial comum, continuava a resistir à resolução.

O Alto Representante das Nações Unidas manteve-se em funções apesar de várias tentativas de extinguir o cargo e de transferir as suas funções consultivas para um gabinete da UE. Subjacentes a todas estas dificuldades estão as relações conturbadas entre bósnios e sérvios da Bósnia.

As exigências dos respetivos líderes, que envolviam criar uma federação com um pequeno número de poderes centrais em Sarajevo e uma confederação flexível que permitisse o direito de secessão, não eram consensuais. Esta discordância frustrou diversas tentativas de redigir uma nova constituição (GFAP, 1995) que substituísse o Acordo de Dayton.

Em 2013, o Parlamento da BiH viu o seu trabalho dificultado pelas tentativas de reforma do governo e por manifestações populares em Sarajevo. Ainda no mesmo ano, a rutura da aliança entre os dois principais partidos sérvios da Bósnia – a Aliança dos Sociais-Democratas Independentes (SNSD) e o Partido Democrático Sérvio (SDS) – comprometeu ainda mais o equilíbrio precário das agendas de base étnica do governo.

No seu relatório anual, a Comissão Europeia advertiu que o processo de tomada de decisão da Bósnia colocava entraves aos esforços do país no processo de adesão à UE.

Em 15 de fevereiro de 2016, a BiH submeteu o pedido oficial de adesão à UE. Embora fosse expectável que a adesão plena não se viesse a concretizar na década seguinte, a mudança assinalou o compromisso do país com as reformas económicas e políticas e uma maior integração com os outros países europeus (Lampe et al., 2023).

As relações entre a BiH e a União Europeia baseiam-se no facto de a UE ser o seu maior parceiro comercial, bem como um fornecedor de segurança. Em 2020, 60,6% das importações do país provinham da UE, enquanto 72,3% das suas exportações se destinavam à UE. Cerca de dois terços do IED do país têm origem em países da UE. Além disso, a União Europeia continua a apoiar a aplicação do Acordo-Quadro Geral para a Paz assinado em Dayton / Paris em 1995.

A UE planeia manter ou eventualmente aumentar o seu apoio às Forças Armadas da BiH (FABeH). O plano consiste em usar a medida de assistência anunciada em novembro de 2021, no valor de 10 milhões de dólares destinados ao batalhão de desminagem das FABeH, uma medida de assistência no valor de 6 milhões de dólares destinados à Task Force Médica dos Balcãs (BMTF), anunciada em junho de 2022, e o apoio contínuo da EUFOR Althea às Forças Armadas da BiH, incluindo na sua formação e treino.

O objetivo das medidas de assistência é criar as condições necessárias para que a BiH possa cumprir as 14 prioridades fundamentais para se tornar membro, tal como definido pelo Conselho a 10 de dezembro de 2019 (União Europeia, 2019).

## **5.2 A ligação entre a Bósnia Herzegovina e a OTAN**

Em 2007, no sentido de continuar os esforços para manter a paz, a segurança e a estabilidade no país e na região, a OTAN aceitou a inclusão da BiH no programa da Parceria para a Paz (PpP) e, em 2010, o país foi convidado a integrar o Plano de Ação para a adesão à OTAN (Plano de Ação para a Adesão à OTAN).

A OTAN mantém um quartel-general em Sarajevo que apoia a Bósnia no programa da PpP, promove uma maior integração com esta organização e providencia apoio logístico às forças da UE no país.

A Bósnia pretende aderir à OTAN, pois deseja a estabilidade e o apoio que esta lhe poderá proporcionar para efetuar as reformas necessárias – democráticas, institucionais, do setor da segurança e da defesa – e reconhece que a OTAN é o maior “guarda-chuva” de segurança e defesa da Europa enquanto continente, e da UE enquanto principal garante da paz e da prosperidade desde a Segunda Guerra Mundial.

A OTAN quer desempenhar o seu papel original, que é o de contrariar a expansão da influência russa na Europa Ocidental, utilizando um país dos Balcãs como porta de entrada. Desta forma, regressa ao objetivo principal da sua criação: preservar a liberdade e a segurança de toda a Europa, evitando um colapso generalizado.

Para a OTAN, a candidatura da BiH e, caso seja aceite, a sua adesão como membro de pleno direito, permite-lhe alcançar outro objetivo, que é o de evitar que a Rússia adquira mais poder e influência no país e nos Balcãs em geral, impedindo-a de aumentar a sua vantagem através da Sérvia.

A dinâmica da inclusão dos Balcãs Ocidentais na UE é vista como complementar à integração atlântica (OTAN), que foi considerada um pré-requisito para a integração na UE. Até à data, foi o caminho seguido por todos os países dos Balcãs Ocidentais. Como tal, o apoio à integração na OTAN refletia o facto de que esse era o primeiro plano para alcançar o objetivo final, a integração na UE.

## **6. Fatores de instabilidade atuais (consequências da guerra de 1992-1995)**

Este capítulo apresenta as causas da atual instabilidade na BiH. Para as determinar, foi as motivações da instabilidade social e política sentida atualmente foram analisadas, bem as implicações da intervenção de entidades externas (países ou organizações) que, de acordo com o ciclo do conflito, podem ser consideradas catalisadores específicos.

Na nossa perspetiva, a instabilidade deve-se a vários fatores que advêm maioritariamente das consequências da guerra de 1992-1995.

### **6.1 Identificação da instabilidade**

Cerca de 20 anos após a implementação dos Acordos de Dayton, a BiH continua a ter no seu território forças da comunidade internacional, nomeadamente da UE, sob o mandato das Nações Unidas (Nações Unidas, 2021a).

Recentemente, numa reunião de 29 de junho de 2021, o Conselho de Segurança das Nações Unidas analisou a situação na BiH. Hervé Lecoq, o diretor da Divisão da Europa e Ásia Central do Departamento de Operações de Apoio à Paz, expressou a sua preocupação com a situação no país. Os aspetos preocupantes referiam-se à consolidação da paz e da reconciliação face à emergência de discursos de ódio e revisionistas e da glorificação de indivíduos condenados por crimes de guerra, apesar do progresso alcançado em algumas áreas.

Christian Schmidt, que tinha sido recentemente nomeado Alto Representante para a BiH, também participou oficialmente na reunião, apesar da RS ter enviado um documento solicitando o encerramento do gabinete deste Alto Representante no país (Nações Unidas, 2021a). A resposta foi que o gabinete será encerrado quando a BiH atingir os objetivos da “Agenda 5+2” definidos pelo Alto Representante e aprovados pelo Conselho de Direção do Conselho de Implementação da Paz (PIC SB) (Nações Unidas, 2008a).

Num relatório enviado ao Conselho, Christian Schmidt afirma que o país enfrenta a maior ameaça do pós-guerra, uma vez que há o perigo iminente de se dividir e uma perspectiva muito real do regresso ao conflito. O Resumo na página 1 afirma explicitamente:

“As violações persistentes e graves dos fundamentos do Acordo-Quadro Geral para a Paz (GFAP) por parte das autoridades da entidade Republika Srpska (RS), que estão sob o comando do maior partido da RS, a Aliança para os Sociais-Democratas Independentes (SNSD) liderada pelo membro da Presidência da BiH Milorad Dodik, não só põem em perigo a paz e a estabilidade do país e da região – se não houver uma resposta da comunidade internacional –, como podem levar à anulação do próprio Acordo” (Nações Unidas, 2021b, p. 1).

De acordo com o documento, se a ameaça se concretizar, Dodik tenciona redigir uma nova constituição para a RS, rejeitando todas as “decisões e outras leis ilegalmente impostas pelos Altos Representantes”. Na prática, isto implicaria “recriar” o seu exército, o que levaria à divisão das forças armadas nacionais e à ocupação pelos seus militares das instalações atualmente em uso pelas Forças Armadas da BiH (FAB H), juntamente com a saída do tribunal superior e da administração fiscal, que são pilares fundamentais do país (defesa, sistema judicial e fiscal).

Em dezembro de 2021, o parlamento da República Sérvia Autônoma da Bósnia votou a favor (com 48 votos num total de 83 lugares) de iniciar a retirada das instituições da FAB H, do sistema judicial e do sistema fiscal, rompendo todos os laços com a Bósnia, através de uma moção não vinculativa destinada a abrir caminho à secessão (Sito-sucic, 2021).

Ainda no Resumo na página 1, o relatório refere que este comportamento acaba por concretizar a secessão sem a proclamar, uma vez que a retirada unilateral de qualquer entidade das instituições do Estado levaria ao colapso dessas instituições e comprometeria a capacidade do Estado para funcionar e cumprir as suas responsabilidades constitucionais.

Dodik continua a afirmar que não há guerra, que não haverá guerra, e não levanta sequer essa possibilidade, reiterando que os dirigentes sérvios não tencionam tomar uma ação militar (Sito-Sucic, 2021) e que, mesmo no caso de sanções ocidentais, contará sempre com o apoio da China e a Rússia (Boffey, 2021). Dodik critica igualmente as decisões tomadas pelo Alto Representante, que considera serem “decisões tomadas por estrangeiros não eleitos” (Guimarães, 2021).

Por seu lado, os restantes membros da Presidência apelaram à garantia da proteção constitucional, à estabilidade e ao cumprimento dos acordos e compromissos assumidos.

Mais tarde, em outubro de 2021, em Banja Luka, milhares de pessoas manifestaram-se contra o Governo, acusando o partido de Milorad Dodik de corrupção na aquisição de equipamento destinado ao combate contra a pandemia da COVID-19 (Higgins, 2022).

Pelo que é descrito acima, a ausência de um conflito armado e a obediência aos Acordos de Dayton parecem configurar aquilo a que Johan Galtung chama uma situação de paz negativa, uma vez que não há guerra ou conflito quando o objetivo é alcançar uma paz positiva (Galtung, 1967).

Não nos devemos esquecer que, após o fim das guerras dos Balcãs de 1912-1913, a Sérvia continuou a reivindicar o território que lhe foi “tomado à revelia dos seus interesses” pelos outros países da Liga dos Balcãs. O massacre em grande escala de croatas e muçulmanos pelos sérvios durante a Segunda Guerra Mundial, bem como o facto de que um dos objetivos da guerra civil era criar a “Grande Sérvia” nos territórios onde este grupo étnico era maioritário foram alguns dos argumentos utilizados para justificar a reivindicação.

Além disso, a assinatura dos Acordos de Dayton impôs a presença de forças estrangeiras. Hoje, estas forças ainda mantêm uma presença residual no território. A constituição deveria permanecer em vigor apenas até que uma “Lei Fundamental” adequada fosse definida, votada e implementada, o que ainda não sucedeu. Além disso, como representante máximo da comunidade internacional, o Alto Representante das Nações Unidas monitoriza atentamente a ação da presidência tripartida.

Merece igual destaque o relatório de 19 de dezembro de 2021 do Embaixador Johann Sattler, que acumula o cargo de Chefe da Delegação da União Europeia e de Representante Especial da União Europeia na BiH (REUE). O relatório revela que a BiH está ainda numa fase inicial da reforma da administração pública e do sistema judicial, fruto do fraco desempenho e do descrédito destas instituições. Como consequência, há uma falta de motivação por parte dos cidadãos e um aumento da corrupção e da criminalidade organizada, uma vez que a polícia é vulnerável à influência do poder político e a liberdade de expressão e de reunião não está garantida, particularmente na RS, onde os ativistas são alvo de perseguições e processos judiciais (União Europeia, 2021c).

No relatório de 22 de dezembro de 2021, o EUSR afirma que Milorad Dodik informou o Comissário Europeu para a Vizinhança e o Alargamento Olivér Várhelyi que tencionava convocar uma sessão do Parlamento da RS para iniciar o processo de redução das competências do Parlamento nacional no que diz respeito à República.

O Comissário Várhelyi respondeu que, se os planos do membro sérvio-bósnio da presidência tripartida se concretizassem, isso constituiria um desvio e um retrocesso no processo de adesão à UE, com todas as implicações que isso acarretaria, e que “a UE está totalmente empenhada na integridade territorial e na soberania da BiH e rejeita qualquer proposta que possa comprometer o quadro constitucional da BiH” (União Europeia, 2021d).

Recentemente, a guerra na Ucrânia levou os nacionalistas sérvios da Bósnia a adiar os planos para retirar a sua região das instituições nacionais da Bósnia e a decidir não implementar as decisões de dezembro de 2021, como afirmou o seu líder Milorad Dodik a 6 de junho (Reuters, 2022).

Apesar disso, a 27 de fevereiro, Dodik, na qualidade de Presidente da RS, rejeitou um decreto emitido pela Assembleia Nacional da BiH, que suspendia uma lei aprovada pela Assembleia Nacional da RS que estabelecia o direito da RS a certas propriedades utilizadas pelas autoridades públicas da RS, acrescentando que a que a RS se separaria da BiH se a legislação fosse alterada (Nações Unidas, 2023).

Nas eleições presidenciais de 2 de outubro de 2022, os eleitores da Federação elegeram Denis Bećirović, um bósnio, e reelegeram Željko Komšić, um croata, enquanto os eleitores da República Srpska elegeram Željka Cvijanović, um sérvio (Nações Unidas, 2022).

O Alto Representante Christian Schmidt sublinhou a importância de ser constituído rapidamente um governo e de se realizarem as principais reformas necessárias para que a BiH possa obter o estatuto de candidato à UE e avançar com a sua integração euro-atlântica (Nações Unidas, 2022).

Mais recentemente, em maio deste ano, durante uma visita de trabalho à Croácia, Denis Bećirović, o Membro da Presidência da BiH, declarou: “Vim à Croácia, em primeiro lugar e acima de tudo, para trazer mensagem de que é o momento de relaxar e melhorar os laços bilaterais entre os nossos dois países” (Gabinete do Presidente da República da Croácia, 2023).

As causas da instabilidade na BiH estão relacionadas com a paz imposta pelos Acordos de Dayton e com a presença de grupos étnicos governados por uma presidência tripartida problemática, que raramente gera consensos, não obstante a memória distante dos Balcãs e das guerras mundiais.

O ciclo do conflito é desencadeado por vários fatores, que incluem a ambição de afirmação pessoal e política do Presidente sérvio Milorad Dodik e as disputas pelo espaço geoestratégico dos Balcãs protagonizadas pela Rússia e pela China.

As eleições de 2022 ditaram a saída de Dodik da presidência tripartida (apesar de este ter sido eleito presidente da RS) e trouxeram a esperança de paz e estabilidade.

Não obstante ter deixado a presidência tripartida da BiH, a instabilidade criada por Dodik e os seus apoiantes irá colocar em causa o Acordo de Paz de Dayton e o Estado da BiH.

Ao afirmar que os seus eleitores desejam a independência e a secessão da RS da BiH, Dodik está a desestabilizar o país e a região e a impedir que este avance no caminho de adesão à UE, pondo em risco a segurança e a estabilidade da região e criando as condições para o regresso de conflitos interétnicos.

A minha análise é que a UE deve intervir ativamente no sentido de persuadir a BiH a preservar um ambiente seguro e estável.

## **7. As opções da União Europeia**

Tendo em conta o enquadramento conceptual acima descrito e a conjuntura atual, bem como os antecedentes e catalisadores gerais e específicos identificados, torna-se necessário analisar as opções à disposição da UE para reduzir e eliminar as fontes de conflito que ameaçam comprometer o acordo de Dayton e a estabilidade social, política e, conseqüentemente, a estabilidade económica da BiH.



Nas palavras do Comissário Europeu para a Vizinhança e o Alargamento Olivér Várhelyi, “a política de alargamento é um investimento geoestratégico na paz, na estabilidade, na segurança e no crescimento económico do continente europeu” (União Europeia, 2022).

Este alargamento só se concretizará se os candidatos à UE aceitarem e cumprirem os requisitos acordados, algo que a Comissão encarregue de acompanhar o pedido de adesão da BiH à UE afirma que a Bósnia não está a fazer.

Esta informação foi retirada do parecer da Comissão sobre o pedido de adesão da BiH à UE, segundo o qual “atualmente, a BiH não cumpre de forma satisfatória os critérios políticos de Copenhaga e deve desenvolver esforços significativos para reforçar as suas instituições e garantir a democracia, o Estado de direito, os direitos humanos, o respeito pelas minorias e a sua proteção” (União Europeia, 2022).

Assim, consideramos que, para impor o cumprimento das condições do Acordo de Dayton e os requisitos para a admissão como Estado-Membro, a UE poderá adotar uma de três abordagens para mitigar a deterioração da estabilidade política, social e económica identificada ou prevista na BiH em termos de segurança e defesa: a opção diplomática, a opção económica e a opção militar (no âmbito da PCSD).

### **7.1 A opção política / diplomática**

No seu discurso durante uma visita oficial à BiH, a Presidente da Comissão Europeia Ursula von der Leyen afirmou que o país “pertence à União Europeia”, sendo uma causa de interesse comum e um destino partilhado, e exortou o governo a construir a “ponte da reconciliação” em nome das vítimas da guerra e dos jovens, colocando os interesses das pessoas em primeiro lugar.

Para que o processo de candidatura avance, os dirigentes do país têm de continuar o processo de reforma do sistema eleitoral e da Constituição e, acima de tudo, conceder um estatuto de igualdade a todos os cidadãos da BiH: “esta é a chave para que o país concretize as suas aspirações europeias” (União Europeia, 2021b).

A posição do EUSR é que as autoridades bósnias devem cumprir os acordos e a garantir a estabilidade, a igualdade de tratamento, o desenvolvimento sustentável e o combate à corrupção e à criminalidade organizada, focando a sua ação diplomática no processo de adesão à UE.

Esta opção está alinhada com a EUGS e é aplicada em todas as situações, tendo motivado a recomendação do atual chefe da diplomacia europeia, Josep Borrell, que declarou, numa conferência de imprensa: “Encorajo a BiH a intensificar o alinhamento com as decisões externas e a segurança da UE. (...) Lamento que esse alinhamento tenha diminuído nos primeiros meses deste ano. Não está seguramente em sintonia com as aspirações de se tornar um país candidato à União Europeia” (União Europeia, 2021a).

Além disso, não convém esquecer é que devem ser tomadas medidas também a nível político / diplomático para que a BiH continue alinhada com os princípios e valores da UE, apesar das influências da Rússia e da China.

Na prática, é um facto conhecido que a China tenciona estabelecer uma presença na Península Balcânica para expandir o seu “colar de pérolas” (Jie & Wallace, 2021). Para esse

fim, tem iniciado vários projetos, um dos quais inclui o apoio à construção de um complexo hidroelétrico na região de Foča, a 80 km a sudeste de Sarajevo, com um orçamento de 103 milhões de euros (Huaxia, 2021).

Por seu lado, a Rússia tem uma ligação histórica à região e ao país dos “povos eslavos do sul” (a Jugoslávia) e, em particular, à RS, o que lhe permite criar as condições necessárias para garantir um porto nas “águas quentes do Mediterrâneo”. Outro fator de aproximação à Rússia é a sua “relação afetiva” com a Sérvia, que recentemente recebeu armamento da Rússia, sendo de destacar os mísseis anti-tanque “Kornet” (Klimentyev, 2022) que, em caso de escalada do conflito, têm a capacidade de atravessar a fronteira.

Outro argumento da Rússia que confirma a sua oposição à adesão da BiH à UE e à OTAN foi o invocado pelo embaixador russo em Sarajevo, Igor Kalabijov, que ameaçou seguir o exemplo ucraniano ao afirmar que, caso Sarajevo tome a decisão de aderir à OTAN, Moscovo considerará esse ato um “ataque de ameaça” (DN/LUSA, 2022).

Outro interveniente a ter em conta são os EUA, que foram um dos primeiros países a reconhecer a independência da BiH, tendo iniciado relações diplomáticas com o país em 1992, e que sempre apoiaram a implementação dos acordos de Dayton na BiH (e participaram ativamente no processo de paz que a precedeu).

A sua posição, publicada na Política Externa, é que devem ser preservadas a integridade territorial e a soberania do país, bem como a sua integração europeia (Tamkin, 2018).

Fruto desta posição, os EUA ganharam considerável credibilidade na BiH, tanto pelo papel que desempenharam no processo de paz como durante as fases iniciais da sua implementação. Por esta razão, têm enviando diplomatas para o país na tentativa de aliviar a pressão, reiterando o seu apoio à integridade territorial e às instituições centrais do país.

## 7.2 A opção económica

Do ponto de vista económico, a BiH tem uma dependência significativa da comunidade internacional. O país recebe uma quantidade considerável de fundos da UE (cerca de 530 milhões de euros entre 2014 e 2020) para apoiar sectores-chave, sendo que a maior parte deste valor se destina a garantir o Estado de direito e os direitos fundamentais.

Relativamente ao comércio, 72% dos produtos originários da BiH são exportados para a UE e 61% das suas importações são da UE, o que torna a União o seu maior parceiro comercial. Desde 1999, a UE já concedeu empréstimos ao país no valor 2,4 mil milhões de euros (União Europeia, 2023b).

Entretanto, através da Ministra dos Negócios Estrangeiros alemã Annalena Baerbock, a Alemanha sugeriu a aplicação de sanções a Milorad Dodik, por considerar que a tentativa de secessão é inaceitável e que a situação na BiH é preocupante.

Embora esta posição tenha sido expressa numa reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros da UE, nada foi decidido a esse respeito, uma vez que a medida exige uma unanimidade que não está garantida, já que a Eslovénia e a Hungria bloquearam a proposta (Zawada, 2021).

Outra potência que tem investido consideravelmente na economia da BiH são os EUA. Em 2020, o país fez um investimento direto de 10 milhões de dólares americanos e investiu o mesmo valor em 2021 (Gabinete de Análise Económica dos EUA, 2022).

Também aqui já começaram a surgir posições relativamente firmes, como a imposição de medidas punitivas pelo Departamento do Tesouro americano, como o congelamento de bens e a proibição de viajar imposta a Dodik. Se o líder sérvio-bósnio não alterar a sua postura, que ameaça enfraquecer o Estado central, poderão ser adotadas outras medidas (Departamento do Tesouro dos EUA, 2022).

Em resposta a estas decisões e a outras que foram entretanto tomadas, Dodik já afirmou que “os seus amigos chineses e russos” estão disponíveis para prestar toda o auxílio que for entendido como necessário (Boffey, 2021), numa clara postura de desafio à comunidade internacional ocidental.

### **7.3 A opção militar (no âmbito da PCSD)**

Com base nas declarações do AR da BiH Christian Schmidt, a EUFOR, que tem um efetivo de aproximadamente 1.100 soldados, é seguramente a chave para a estabilidade do país. É necessário ter em conta que, caso se verifique a saída dos sérvios da Bósnia da FAB H e o agravamento da instabilidade, a sua missão deve ser alargada (em termos de missões e de pessoal) (Nações Unidas, 2021b).

Dado o que já foi referido sobre a EUGS e a Abordagem Integrada, concluímos que a presença de uma força da UE que atua sob o mandato das Nações Unidas, ou seja, a EUFOR, é um fator eficaz de dissuasão da escalada do conflito.

A EUFOR está presente na BiH desde 2004 com a missão ALTHEA, que constitui “o contributo militar da União Europeia para a estabilização e integração da BiH na família das Nações Europeias”. O seu mandato tem duas vertentes, uma executiva e outra não executiva.

A vertente executiva decorre da resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas acima referida (que apoia as autoridades da BiH na manutenção de um ambiente seguro) (Nações Unidas, 2021a). A vertente não executiva (que dá apoio à formação coletiva e combinada das FAB H) é executada em conformidade com as disposições do Acordo de Dayton e o seu objetivo é tornar a BiH um “fornecedor de segurança” em vez de um “consumidor de segurança” (União Europeia, 2023a).

A afirmação do AR relativamente a um prolongamento da missão EUFOR afigura-se muito pouco provável. A principal justificação para este facto baseia-se no processo decisório da União, que requer unanimidade para que uma proposta seja implementada, e no apoio evidente e já expresso da Hungria a Dodik, associado à relutância dos outros Estados-Membros em aumentar a sua presença.

Por outro lado, não se considera que estejam reunidas as condições para o regresso de uma força da OTAN em colaboração com a UE, uma vez que esta teria a oposição da Turquia, que tem demonstrado estar alinhada com a Rússia no apoio a Dodik.

## 8. A resposta da União Europeia

A UE tem tido um papel significativo na promoção de um ambiente seguro e estável na BiH. Desde o fim do conflito armado nos Balcãs na década de 1990, a UE tem sido um dos principais intervenientes no processo de paz e estabilização da região.

Considerando que a estratégia de uma entidade política se baseia em interesses e que a manutenção da paz na Europa é do interesse da UE, esta tem três opções à sua disposição para garantir a segurança de todos os cidadãos da BiH, continuar o desenvolvimento sustentável e fazer face à crise que assola o país.

A primeira é a opção diplomática, que tem sido utilizada desde o início e que foi reforçada pela atuação mais visível do EUSR, o Alto Representante da ONU, com a visita do Presidente da Comissão Europeia e as declarações do Alto Representante da UE para as Relações Externas.

Tendo em conta a postura e a dependência económica da BiH em relação à UE, foi ainda identificada uma opção económica que, sendo implementada consistentemente, terá um impacto imediato nos cidadãos, nas suas condições de vida e no seu poder de compra, que já tinham sido afetados pela pandemia de COVID-19. Outro fator importante, embora de forma distinta, é a aplicação de sanções ao líder sérvio da Bósnia com o intuito de o forçar a pôr fim ao ímpeto secessionista que ameaça comprometer a união do país constituído por duas entidades e o cumprimento do Acordo de Dayton.

A terceira é a opção militar, que implica a manutenção da missão EUFOR no território como fator de dissuasão e garante do cumprimento permanente dos Acordos de Dayton. Esta presença contribui para um ambiente seguro e estável no país, tal como ditado pelo seu mandato, e para o cumprimento das missões essenciais do Plano de Implementação da Missão do GAR e do Processo de Estabilização e Associação (PEA).

Esta opção poderá ser tomada prolongando a missão ou até com a participação de forças da OTAN no apoio à formação das FAB H e à sua adaptação aos padrões da OTAN.

Assim, é relevante analisar a aplicabilidade das opções à disposição da UE no contexto descrito e vivido na BiH.

É imperativo ter em conta que a opção político-diplomática está e estará sempre presente, em todos os momentos, para garantir que o país cumpre as condições para interagir com os seus pares na comunidade internacional. O objetivo principal é que seja dado aconselhamento atempado e oportuno aos líderes nacionais para que não sejam tomadas posições extremistas, seja por razões políticas, nacionalistas ou individuais, incentivando a negociação e a tomada de decisões consensuais e razoáveis.

Ainda neste contexto, deve ser equacionada a alteração dos equilíbrios geoestratégicos e prestado aconselhamento no momento certo para que não ocorram desvios que ponham em causa o processo de adesão à UE e à OTAN, desvios esses que poderão resultar de oportunidades exploradas pela Rússia e / ou pela China.

No âmbito económico, tendo descrito o que pode ser feito em relação a esta opção, consideramos que é um instrumento de influência poderoso que poderá reduzir os impulsos nacionalistas, que são um foco natural de instabilidade.

A Presidência tripartida foi colocada sob pressão. Essa pressão incidiu em particular sobre Milorad Dodik, o membro sérvio da Bósnia que fez declarações e tomou posições secessionistas, tendo sido exercida pelos EUA e pela União Europeia, bem como individualmente pelos respectivos líderes, nomeadamente, o Presidente da Comissão Europeia, o Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança e os representantes dos Estados-Membros da UE. Este argumento torna-se ainda mais relevante face à dependência do país de financiamento externo, nomeadamente da União, através de empréstimos e da transferência de fundos estruturais.

No que diz respeito à opção militar, verificámos que a UE está presente na BiH desde 2004, ao abrigo de um mandato das Nações Unidas, no âmbito da Operação ALTHEA. Dados os seus objetivos de apoiar a formação e treino das FAB H e de garantir de um ambiente seguro e estável que proporcione segurança e bem-estar às populações, a UE tem um papel importante a nível local. Constitui-se ainda como uma força de reação rápida capaz de lidar com quaisquer alterações na situação ou como uma força de apoio militar de emergência, sendo aceite como garante da estabilidade social pelo seu poder dissuasor. Apesar dos 1.100 militares da ALTHEA destacados na BiH, acreditamos que esta continuará a cumprir a sua missão atual, mantendo o mandato com o mesmo efetivo.

Respondendo à pergunta de partida deste documento – Como pode a União Europeia influenciar a BiH a manter um ambiente seguro e estável? –, consideramos que será adotada uma solução integrada: a “Abordagem Integrada” definida na EUGS apresentada e defendida veementemente por Federica Mogherini, que foi responsável pelas relações externas e de defesa da UE até 2019.

A abordagem integrada utiliza simultaneamente todos os instrumentos que a UE pode utilizar para resolver a crise e evitar que esta evolua para um conflito. Para que este objetivo seja alcançado, a UE deverá agir de forma multidimensional, o que implicará a utilização de todas as opções de prevenção, manutenção e gestão do conflito, de forma multifásica e atuando em todas as fases do ciclo do conflito. A UE terá uma intervenção multinível, atuando na resolução de conflitos a nível local, regional e global, e multilateral, envolvendo todos os intervenientes no conflito que tenham sido considerados necessários para essa resolução, sejam organizações internacionais, países ou a sociedade civil do país (União Europeia, 2016c).

Adicionalmente, Josep Borrell, o atual Alto Representante da UE para a política externa e de segurança, continua a favorecer esta abordagem no âmbito da Política Comum de Segurança e Defesa. Isso deve-se principalmente ao facto de esta utilizar todas as opções disponíveis em simultâneo, de aproveitar ao máximo o contributo que cada uma pode dar para a resolução da crise na BiH e de ser absolutamente coerente com as ideias apresentadas e apoiadas por Federica Mogherini sobre a EUGS.

Com o intuito de manter a BiH motivada para adotar os valores e princípios europeus, em 15 de dezembro de 2022, o Conselho Europeu votou por unanimidade a concessão do estatuto de candidato à BiH, num momento histórico no caminho do país para a integração na UE (Nações Unidas, 2023).

## 9. Conclusão

A globalização obriga-nos a olhar para o mundo de forma holística e a estar cientes de que a ação de um ator terá impacto em todos os outros atores na cena internacional. Esta afirmação alerta para o facto de que deve ser dada a devida atenção à posição do membro da presidência tripartida da BiH, o sérvio-bósnio Milorad Dodik, pois poderá levar a uma alteração da situação de segurança com impacto na Europa, e em particular na União Europeia.

A BiH tem uma história de guerras e conflitos, entre os quais o mais recente e importante foi a guerra civil de 1992-1995. Foi deste conflito que, após a assinatura do Acordo de Dayton, saiu uma solução de compromisso que impôs uma presidência tripartida onde estão representados os três grupos étnicos e as duas entidades.

A BiH continua a ter dificuldade em desenvolver as suas instituições fruto de restrições económicas, conflitos raciais, múltiplos níveis de administração e corrupção.

Como consequência das posições nacionalistas assumidas por Dodik, têm sido identificados focos de instabilidade que podem conduzir a crises e, eventualmente, a conflitos.

Após as eleições gerais de 2022, um dos principais obstáculos ao ambiente seguro e estável foi removido da presidência tripartida com a substituição de Dodik por Željka Cvijanović. Apesar disso, Dodik continua a influenciar os nacionalistas e ativistas radicais do seu grupo étnico e a tentar criar condições que permitam a secessão da Bósnia, nos moldes em que foi criada pelos Acordos de Dayton.

A UE tem desempenhado um papel fundamental na promoção de um ambiente seguro na BiH, estando envolvida na segurança, apoiando o Estado de direito, incentivando o processo de integração europeia, promovendo a cooperação regional e prestando assistência económica e ao desenvolvimento.

Não obstante, é de salientar que ainda há desafios a enfrentar na região e que a UE continua a ter um papel ativo nos esforços para alcançar uma paz duradoura, a estabilidade e a prosperidade na BiH.

A UE deve analisar as opções à sua disposição para encontrar uma solução e adotar, de forma integrada, as medidas que salvaguardem o seu objetivo, que é a segurança e o bem-estar dos seus cidadãos.

Tendo aferido que as origens do conflito resultam das diferenças entre os grupos étnicos e entidades que compõem a BiH e, em particular, dos impulsos nacionalistas de Milorad Dodik, consideramos que as opções da UE para lidar com o reacendimento do conflito são de natureza política / diplomática, económica e militar (no âmbito da PCSD), ou seja, constituem a Abordagem Integrada da UE.

Os aspetos acima referidos poderão estar associados à necessidade de afirmação política de Dodik, uma vez que se aproximam as eleições e que poderá haver a necessidade de ocultar atividades económicas ilícitas. No entanto, a disputa geoestratégica pela península balcânica pela Rússia e pela China, com a oposição dos EUA e da UE, não deve ser descartada.

Numa abordagem teórica, as atividades da UE na BiH são orientadas maioritariamente por ideias neoliberalistas, com Van der Leyen e Josep Borrell a atuar ao nível das instituições

e do governo (sistemas jurídico, fiscal e de defesa). O Alto Representante do Conselho de Segurança da ONU Christian Schmidt e o Chefe da Delegação da UE e Representante Especial da UE Johann Sattler têm colaborado com os dirigentes e as instituições locais e prestado aconselhamento atempado para que o país possa manter a coesão e a integridade territorial.

O principal objetivo da ação internacional é a evolução de uma paz negativa para uma paz positiva.

As soluções apresentadas baseiam-se numa abordagem integrada, que deve envolver todas as opções identificadas, tendo em conta a interligação entre segurança, liberdade e desenvolvimento, e que deve focar-se na segurança e defesa, no desenvolvimento económico e na diplomacia.

Recorrendo à ajuda humanitária, ao aconselhamento económico e à ação diplomática, bem como à capacidade militar, para encontrar um terreno comum onde uma solução para a crise possa ser negociada com o partido dissonante, evitando uma escalada no ciclo do conflito e resolvendo a situação de forma pacífica. Considera-se assim que foi dada a resposta à pergunta de partida.

A investigação em que se baseou este artigo foi limitada pelas posições tomadas por Milorad Dodik e pelos seus seguidores e associados, uma vez que a instabilidade atual se deve, em grande parte, às suas declarações ou ações, que poderão reacender o conflito na BiH, caso não seja encontrada uma solução.

Apesar de ser um nacionalista e de ter tentado obter vantagem nas eleições do final de 2022, tanto a nível individual como político, envolvendo a China e a Rússia na disputa interna, Dodik perdeu as eleições. Outro fator que afetou os seus planos foi a invasão da Ucrânia pela Rússia, por ter desviado, compreensivelmente, a atenção e os recursos da UE e da comunidade internacional, desarmando os argumentos de Dodik.

Assim, o afastamento de Dodik da liderança do seu partido e da presidência tripartida trouxe um novo fôlego à BiH, que, regressando a um ambiente seguro, terá a força e a concentração necessárias para concretizar a integração na UE, embora os resultados não estejam a ser reconhecidos por Dodik ou pelos seus partidários da linha dura.

Será realizado um novo estudo para aferir como se comportará esta presidência tripartida formada por personalidades diferentes, que em princípio deverá ser menos nacionalista e estar mais empenhada na integração da BiH na UE como membro de pleno direito.

A este facto há dois elementos a acrescentar: o primeiro é a reação de Dodik e dos seus seguidores, que tentaram a todo o custo anular o resultado das eleições; o segundo é a imprevisibilidade do fim da guerra na Ucrânia. Outra incógnita é a posição que será adotada pelo Kremlin em relação à aproximação da BiH à UE e, eventualmente, à OTAN. Por fim, é igualmente importante analisar o papel que a Sérvia poderá desempenhar no desenrolar da situação, considerando a sua proximidade a Moscovo.

Como reflexão final deste trabalho de investigação, alertamos para o facto de que a UE deve adotar uma postura mais interventiva, nomeadamente através da abordagem integrada, e ultrapassar a sua habitual timidez, atuando de forma mais eficaz na construção da paz, da segurança e do desenvolvimento sustentável.



## Referências Bibliográficas

- Andreychuk, R. (2018). Security in the Western Balkans. *Report to the NATO Parliamentary Assembly, 178 PCNP 18 E rev1 fin*. <https://www.nato-pa.int/download-file?filename=/sites/default/files/2018-12/178%20PCNP%2018%20E%20rev.1%20fin%20-%20SECURITY%20IN%20THE%20WESTERN%20BALKANS%20-%20ANDREYCHUK%20REPORT.pdf>
- Baylis, J., Wirtz, J. J., & Gray, C. S. (Eds.). (2019). *Strategy in the contemporary world: An introduction to strategic studies* (Sixth edition). Oxford University Press.
- Bodenhause, G. V., & Peery, D. (2009). Social Categorization and Stereotyping *In vivo*: The VUCA Challenge: Social Categorization *In vivo*. *Social and Personality Psychology Compass*, 3(2), 133–151. <https://doi.org/10.1111/j.1751-9004.2009.00167.x>
- Boffey, D. (2021). *Bosnian Serb leader: Putin and China will help if west imposes sanctions*. The Guardian. <https://www.theguardian.com/world/2021/nov/29/bosnian-serb-leader-putin-and-china-will-help-if-west-imposes-sanctions>
- Brecher, M. (2018). *A Century of Crisis and Conflict in the International System: Theory and Evidence: Intellectual Odyssey III* (1st ed. 2018). Springer International Publishing: Imprint: Palgrave Macmillan. <https://doi.org/10.1007/978-3-319-57156-0>
- Brecher, M., & Wilkenfeld, J. (1997). *A study of crisis*. The University of Michigan Press.
- Cutileiro, J., & Carrington, P. (1992, março 18). *Statement of Principles for New Constitutional Arrangements for Bosnia and Herzegovina (CarringtonCutileiro Plan of March 1992)*.
- Departamento do Tesouro dos EUA. (2022, janeiro 5). *Treasury Sanctions Milorad Dodik and Associated Media Platform for Destabilizing and Corrupt Activity*. <https://home.treasury.gov/news/press-releases/jy0549>
- DeRouen, K., Bercovitch, J., & Pospieszna, P. (2011). Introducing the Civil Wars Mediation (CWM) dataset. *Journal of Peace Research*, 48(5), 663–672. <https://doi.org/10.1177/0022343311406157>
- DN/LUSA. (2022, março 17). *Embaixador russo em Sarajevo ameaça seguir «exemplo ucraniano» se Bósnia aderir à NATO*. <https://www.dn.pt/internacional/embaixador-russo-em-sarajevo-ameaca-seguir-exemplo-ucraniano-se-bosnia-aderir-a-nato-14690525.html#media-1>
- Fry, D. P. (Ed.). (2013). *War, peace, and human nature: The convergence of evolutionary and cultural views*. Oxford University Press.
- Gabinete de Análise Econômica dos Estados Unidos da América. (2022). *Bosnia and Herzegovina—International Trade and Investment Country Facts*. <https://apps.bea.gov/international/factsheet/factsheet.html#358>
- Gabinete do Presidente da República da Croácia. (2023). *President Milanović after Meeting with Member of BiH Presidency Bećirović: It is in Croatia's interest for BiH to be a factor of stability and a member of the EU*. Office of the President of the Republic of Croatia. <https://www.predsjednik.hr/en/news/president-milanovic-after-meeting-with-member-of-bih-presidency-becirovic-it-is-in-croatias-interest-for-bih-to-be-a-factor-of-stability-and-a-member-of-the-eu/>

- Galtung, J. (1967). *Theories of peace. A Synthetic Approach to Peace Thinking*. International Peace Research Institute.
- GFAP. (1995, novembro 21). *General Framework Agreement for Peace in Bosnia and Herzegovina (Dayton Peace Agreement)*. <https://www.peaceagreements.org/generateAgreementPDF/389>
- Guimarães, M. J. (2021). *Líder sérvio bósnio diz que em caso de sanções há sempre a Rússia e a China*. Público. <https://www.publico.pt/2021/11/29/mundo/noticia/lider-servio-bosnio-caso-sancoes-ha-russia-china-1986839>
- Higgins, A. (2022). *In the Tinderbox of Bosnia, a Serb Nationalist Lights a Match*. The New York Times. <https://www.nytimes.com/2022/01/02/world/europe/bosnia-war-putin.html>
- Honneth, A. (1996). *The struggle for recognition: The moral grammar of social conflicts* (1st MIT Press ed). MIT Press.
- Hsieh, H.-F., & Shannon, S. E. (2005). Three Approaches to Qualitative Content Analysis. *Qualitative Health Research*, 15(9), 1277–1288. <https://doi.org/10.1177/1049732305276687>
- Huaxia. (2021). *BiH, China launch construction of green energy project*. XINHUANET.net. <https://english.news.cn/europe/20211229/014631cc600f4460956ca06c7ecbca7f/c.html>
- Huntington, S. P. (2002). *The clash of civilizations and the remaking of world order* (Repr.). Free Press.
- Instituto da Paz e Instituto de Operações de Estabilidade e Manutenção da Paz dos Estados Unidos da América (Eds.). (2009). *Guiding principles for stabilization and reconstruction*. United States Institute of Peace.
- International Crisis Group (ICG). (1996). *Elections in Bosnia-Herzegovina: Introduction and Background, 22 September 1996*. International Crisis Group (ICG). <https://www.refworld.org/docid/3ae6a6d50.html>
- Jie, Y., & Wallace, J. (2021). *What is China's Belt and Road Initiative (BRI)?* Chatham House. <https://www.chathamhouse.org/2021/09/what-chinas-belt-and-road-initiative-bri>
- Keohane, R. O., & Nye, J. S. (1998). Power and Interdependence in the Information Age. *Foreign Affairs*, 77(5), 81. <https://doi.org/10.2307/20049052>
- Klimentyev, M. (2022). *Sérvia recebe novo armamento proveniente da Rússia*. Observador. [https://observador.pt/2022/01/04/servia-recebe-novo-armamento-proveniente-da-russia/?cache\\_bust=1700002516051](https://observador.pt/2022/01/04/servia-recebe-novo-armamento-proveniente-da-russia/?cache_bust=1700002516051)
- Lampe, J., Malcolm, N., & Pickering, P. (2023). *Bosnia and Herzegovina*. <https://www.britannica.com/place/Bosnia-and-Herzegovina/additional-info#contributors>
- Leigh-Phippard, H. (1998). The Contact Group on (And in) Bosnia: An Exercise in Conflict Mediation? *International Journal*, 53(2), 306. <https://doi.org/10.2307/40203296>
- Lund, M. S. (1996). *Preventing violent conflicts: A strategy for preventive diplomacy*. United States Institute of Peace Press.
- Mayr, P., & Walter, A. (2007). An exploratory study of Google Scholar. *Online Information Review*, 31(6), 814–830. <https://doi.org/10.1108/14684520710841784>
- Mayring, P. (2004). *Qualitative content analysis: Theoretical foundation, basic procedures and software solution*. <http://nbn-resolving.de/urn:nbn:de:0168-ssoar-395173>

- Munro, A. (2023). *Non-Aligned Movement*. Encyclopedia Britannica. <https://www.britannica.com/topic/Non-Aligned-Movement>
- Nações Unidas. (1994, maio 25). *FINAL REPORT OF THE COMMISSION OF EXPERTS ESTABLISHED PURSUANT TO SECURITY COUNCIL RESOLUTION 780 (1992)*. [https://www.icty.org/x/file/About/OTP/un\\_commission\\_of\\_experts\\_report1994\\_en.pdf](https://www.icty.org/x/file/About/OTP/un_commission_of_experts_report1994_en.pdf)
- Nações Unidas. (2008a). *Agenda 5+2*. <https://www.ohr.int/agenda-52/>
- Nações Unidas. (2008b). *Department of Peacekeeping Operations (DPKO), United Nations Peacekeeping Operations: Principles and Guidelines*. <https://www.refworld.org/docid/484559592.html>
- Nações Unidas. (2021a). *Resolution 2604 (2021) was Adopted by the Security Council at its 8896th meeting, on 3 November 2021*. <http://unscr.com/en/resolutions/2604>
- Nações Unidas. (2021b, maio 11). 60th Report of the High Representative for Implementation of the Peace Agreement on Bosnia and Herzegovina to the Secretary-General of the United Nations. *Office of the High Representative (OHR)*. <https://www.ohr.int/60th-report-of-the-high-representative-for-implementation-of-the-peace-agreement-on-bosnia-and-herzegovina-to-the-secretary-general-of-the-united-nations/>
- Nações Unidas. (2022, novembro 17). *High Representative congratulates newly elected BiH Presidency members*. <https://www.ohr.int/high-representative-congratulates-newly-elected-bih-presidency-members/>
- Nações Unidas. (2023, maio). *Security Council Report. May 2023 Monthly Forecast*. <https://www.securitycouncilreport.org/monthly-forecast/2023-05/bosnia-and-herzegovina-9.php>
- Nicholson, M. (1992). *Rationality and the analysis of international conflict*. Cambridge University Press.
- Owen, D., & Stoltenberg, T. (1993, setembro 16). *Agreement relating to Bosnia and Herzegovina (Owen-Stoltenberg Peace Plan, or 'Invincible plan')*. <https://www.peaceagreements.org/wgenerateAgreementPDF/472>
- Pawlowitch, S. K. (2000). *A history of the Balkans, 1804—1945* (Nachdr.). Longman.
- Rehr, J. (2021). *Handbook on CSDP: The common security and defence policy of the European Union* (Fourth edition). Directorate for Security Policy of the Federal Ministry of Defence and Sports of the Republic of Austria.
- Reuters. (2022). *Bosnian Serb leader Dodik says Ukraine war has delayed secession plan*. Reuters. <https://www.reuters.com/world/europe/bosnian-serb-leader-dodik-says-ukraine-war-has-delayed-secession-plan-2022-06-06/>
- Rieff, D. (1995, janeiro). The Krajina War: Endgame for the United Nations. *World Policy Journal*, 71–74.
- Ristovitch, M. (2014). A short overview of the history of the Yugoslav experiment. *Revista portuguesa de história*, 45, 127–157.
- Rozario, S. D., Venkatraman, S., Marimuthu, M., Khaksar, S. M. S., & Subramani, G. (2021). Creating Smart Cities: A Review for Holistic Approach. *Applied System Innovation*, 4(4), 70. <https://doi.org/10.3390/asi4040070>

- Santos, L., Lima, J., Garcia, F., Santos, R., Monteiro, F., Silva, N., Afonso, C., Piedade, J., & Fachada, C. (2019). *Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação* (2a, 1–1). Instituto Universitário Militar.
- Schwegmann, C. (2000). *The Contact Group and its impact on the European Institutional Structure*. European Union Institute for Security Studies (EUISS). <https://www.iss.europa.eu/sites/default/files/EUISSFiles/occ016.pdf>
- SCOPUS. (2022). *Expertly curated abstract & citation database*. <https://www.elsevier.com/solutions/scopus>
- Sito-Sucic, D. (2021). *Secessionist leader says Serbs will undo Bosnia state institutions*. Reuters. <https://www.reuters.com/world/europe/secessionist-leader-says-serbs-will-undo-bosnia-state-institutions-2021-10-14/>
- Sito-sucic, D. (2021). *Serbs vote to start quitting Bosnia's key institutions in secessionist move*. Reuters. <https://www.reuters.com/world/europe/serbs-vote-start-quitting-bosnias-key-institutions-secessionist-move-2021-12-10/>
- Tamkin, E. (2018). *Bosnia Is Teetering on the Precipice of a Political Crisis*. *Foreign Policy*. <https://foreignpolicy.com/2018/03/21/bosnia-is-teetering-on-the-precipice-of-a-political-crisis-balkans-election-law-dodik/>
- Tidwell, A. C. (2001). *Conflict resolved? A critical assessment of conflict resolution* (Repr). Continuum.
- União Europeia. (1992). Treaty on European Union (Maastricht, 7 February 1992). *Official Journal of the European Communities (OJEC)*. 29.07.1992, No C 191. [s.l.]. [http://www.cvce.eu/obj/treaty\\_on\\_european\\_union\\_maastricht\\_7\\_february\\_1992-en-2c2f2b85-14bb-4488-9ded-13f3cd04de05.html](http://www.cvce.eu/obj/treaty_on_european_union_maastricht_7_february_1992-en-2c2f2b85-14bb-4488-9ded-13f3cd04de05.html)
- União Europeia. (1999). *CONCLUSIONS OF THE PRESIDENCY. COLOGNE EUROPEAN COUNCIL*. [https://www.europarl.europa.eu/summits/ko11\\_en.htm](https://www.europarl.europa.eu/summits/ko11_en.htm)
- União Europeia. (2016a). *CONSOLIDATED VERSION OF THE TREATY ON EUROPEAN UNION*. [http://data.europa.eu/eli/treaty/teu\\_2016/oj](http://data.europa.eu/eli/treaty/teu_2016/oj)
- União Europeia. (2016b). *Council Conclusions on the Implementation of the Joint Declaration by the President of the European Council, the President of the European Commission and the Secretary General of the North Atlantic Treaty Organization*.
- União Europeia. (2016c). *Shared Vision, Common Action: A Stronger Europe—A Global Strategy for the European Union's Foreign and Security Policy*. UE.
- União Europeia. (2007). *TREATY OF LISBON, AMENDING THE TREATY ON EUROPEAN UNION AND THE TREATY ESTABLISHING THE EUROPEAN COMMUNITY (2007/C 306/)*. [http://publications.europa.eu/resource/cellar/688a7a98-3110-4ffe-a6b3-8972d8445325.0007.01/DOC\\_19](http://publications.europa.eu/resource/cellar/688a7a98-3110-4ffe-a6b3-8972d8445325.0007.01/DOC_19)
- União Europeia. (2019, maio 29). *Commission Opinion on Bosnia and Herzegovina's application for membership of the European Union*. <http://europa.ba/wp-content/uploads/2019/05/20190529-bosnia-and-herzegovina-opinion.pdf>
- União Europeia. (2020, novembro 30). *EUFOR BOSNIA-HERZEGOVINA Military Operation ALTHEA*.

- União Europeia. (2021a, julho 13). *Bosnia must step up re-alignment with Europe if it wants to join the bloc: Borrell*. <https://www.euronews.com/my-europe/2021/07/13/bosnia-must-step-up-re-alignment-with-europe-if-it-wants-to-join-the-bloc-borrell>
- União Europeia. (2021b, setembro 30). *Statement by President von der Leyen on the occasion of her official visit to Bosnia and Herzegovina*. [https://neighbourhood-enlargement.ec.europa.eu/news/statement-president-von-der-leyen-occasion-her-official-visit-bosnia-and-herzegovina-2021-09-30\\_pt](https://neighbourhood-enlargement.ec.europa.eu/news/statement-president-von-der-leyen-occasion-her-official-visit-bosnia-and-herzegovina-2021-09-30_pt)
- União Europeia. (2021c, outubro 19). *Key findings of the 2021 Report on Bosnia and Herzegovina*. <http://europa.ba/?p=73569>
- União Europeia. (2021d, dezembro 22). *EU Delegation/EUSR comment on recent allegations published in Istraga.ba*. <http://europa.ba/?p=74078>
- União Europeia. (2022, outubro 12). *European Commission assesses reforms in the Western Balkans and Türkiye and recommends candidate status for Bosnia and Herzegovina*. [https://ec.europa.eu/neighbourhood-enlargement/news/2021-enlargement-package-european-commission-assesses-and-sets-out-reform-priorities-western\\_en](https://ec.europa.eu/neighbourhood-enlargement/news/2021-enlargement-package-european-commission-assesses-and-sets-out-reform-priorities-western_en)
- União Europeia. (2023a, abril 25). *European Union in BiH, Operation ALTHEA*. <https://euforbih.org/index.php/about-eufor/background>
- União Europeia. (2023b, julho). *EU factograph on the status of implementation in Bosnia and Herzegovina*. [https://ec.europa.eu/neighbourhood-enlargement/document/download/c9f70a09-5a77-42b6-88fb-e82d798f0c9e\\_en](https://ec.europa.eu/neighbourhood-enlargement/document/download/c9f70a09-5a77-42b6-88fb-e82d798f0c9e_en)
- União Europeia. (n.d.). *EU governance*.
- União Europeia. (n. d.). *Petersberg Missions*.
- Vance, C., & Owen, D. (1993, maio 2). *The Vance-Owen Plan*. <https://www.peaceagreements.org/wgenerateAgreementPDF/606>
- Vine, R. (2006). Google scholar. *Journal of the Medical Library Association*, 91–97.
- Wagener, V. (2023, janeiro 15). *What is Republika Srpska? Deutsche Welle*. <https://www.dw.com/en/what-is-republika-srpska/a-64373205>
- Wallensteen, P. (2015). *Quality peace: Peacebuilding, victory, and world order*. Oxford University Press.
- Zawada, A. (2021). *Alemanha sugere aplicação de sanções da UE ao líder dos sérvios bósnios*. Observador. <https://observador.pt/2021/12/13/alemanha-sugere-aplicacao-de-sancoes-da-ue-ao-lider-dos-servios-bosnios/>
- Zientek, L. R., Werner, J. M., Campuzano, M. V., & Nimon, K. (2018). The Use of Google Scholar for Research and Research Dissemination: The Use of Google Scholar for Research and Research Dissemination. *New Horizons in Adult Education and Human Resource Development*, 30(1), Artigo 1. <https://doi.org/10.1002/nha3.20209>
- Zwitter, A. J. (2012). The Rule of Law in Times of Crisis—A Legal Theory on the State of Emergency in the Liberal Democracy. *SSRN Electronic Journal*. <https://doi.org/10.2139/ssrn.2369335>



## NORMAS PARA PUBLICAÇÃO NA REVISTA DE CIÊNCIAS MILITARES (RCM)

1. A *Revista de Ciências Militares (RCM)* é uma publicação de carácter científico, com indexação aprovada pela SciELO – *Scientific Electronic Library Online*, que compreende trabalhos de autores nacionais e internacionais, e destinada a um público nacional e internacional.
2. A RCM tem como principal objetivo, no âmbito das Ciências Militares, olhar para as questões da Segurança e da Defesa, em geral, e da Estratégia, Operações e Administração das Forças Armadas e da Guarda Nacional Republicana, em particular, tanto no plano nacional como internacional. De forma complementar, constitui-se como um fórum de reflexão, debate e divulgação da produção académica, científica e de investigação realizada no Instituto Universitário Militar (IUM), através da apresentação de temas e artigos de relevante qualidade, interesse e oportunidade.
3. A decisão de publicar os artigos científicos submetidos à RCM é do Comandante do IUM – sob proposta da Direção Editorial – depois de sujeitos a uma plataforma para deteção de inconformidades e do parecer favorável da avaliação de, pelo menos, dois “revisores” externos (*peer review*) em regime de duplo anonimato (*double-blind*). Nesta avaliação os artigos podem ser classificados como: *Sim, sob a forma atual; Sim, sofrendo algumas correções; Não deve ser publicado.*
4. A notificação do resultado é efetuada por correio electrónico ao(s) autor(es), e é acompanhada pelas fichas de avaliação elaboradas pelos revisores científicos.
5. A Direção Editorial reserva-se o direito de promover e publicar entrevistas, debates, reflexões e incluir artigos de revisão, estudos de caso, recensões e conclusões de seminários ou *workshops*, no âmbito temático da RCM, não estando estas contribuições sujeitas à avaliação de revisores externos.
6. A RCM é editada em duplo formato, digital (*e-book*, versão integralmente bilingue, no sítio do IUM) e impresso.
7. As **normas de autor/redação** constam numa publicação de uma das Linhas Editoriais do IUM, e estão disponíveis no respetivo sítio, especificamente:

Fachada, C. P. A., Ranhola, N. M. B., Marreiros, J. P. R., &



Santos, L. A. B. (2020). *Normas de Autor no IUM* (3.<sup>a</sup> ed., revista e atualizada). IUM Atualidade, 7. Lisboa: Instituto Universitário Militar. Retirado de <https://www.ium.pt/container/100>

8. Conforme indicado – quer no sítio do IUM, que versa as Normas de Autor (disponível em <https://www.ium.pt/container/100>), quer na publicação elencada no ponto 7. –, os artigos devem ser acompanhados por uma declaração de originalidade e uma ficha de identificação do artigo/autor.

## PUBLICATION GUIDELINES OF THE *PORTUGUESE JOURNAL OF MILITARY SCIENCES*

1. **The Portuguese Journal of Military Sciences is a scholarly/scientific journal, indexed by SciELO – Scientific Electronic Library Online**, that publishes studies by Portuguese and foreign authors aimed at national and international audiences.
2. Its scope being the field of Military Science, the *Portuguese Journal of Military Sciences* deals with Security and Defence issues, especially with the Strategy, Operations, and Administration of the Portuguese Armed Forces and the *Guarda Nacional Republicana*, both at home and abroad. It is also a forum where the academic, scientific, and research work carried out at the Military University Institute (IUM) can be reflected on, discussed, and disseminated by highlighting relevant, interesting, and timely themes and articles.
3. The IUM Commander is responsible for the decision to publish the scientific articles submitted to the *Portuguese Journal of Military Sciences* at the proposal of the Editorial Board, after the articles have been checked for discrepancies using an automated software and once they have been approved by at least two external “referees” (peer review) in a double-blind system. The articles can receive an evaluation of: “Accepted in its current form”; “Accepted after some revision”; “Should not be published”.
4. The author(s) receive an email informing them if their article has been accepted and a file with the reviewers’ comments and suggestions.
5. The Editorial Board reserves the right to disseminate and publish interviews, discussions, and reflections, including review articles, case studies, reviews, and conclusions of seminars or workshops within the themes covered by the *Portuguese Journal of Military Sciences*. These contributions do not undergo external peer-review.
6. The *Portuguese Journal of Military Sciences* is published in two formats: digital (fully bilingual e-book available on the IUM website - English and Portuguese) and in print (in the original Portuguese).
7. The **author/article guidelines** have been published in one of the issues of the IUM Editorial Lines, and can be downloaded from the IUM website:

Fachada, C. P. A., Ranhola, N. M. B., Marreiros, J. P. R., & Santos, L. A. B. (2020). Normas de Autor no IUM [Author rules] (3.<sup>a</sup> ed., revised and updated). IUM Atualidade, 7. Lisboa: Instituto Universitário Militar. Retrieved from <https://www.ium.pt/container/100>

8. As stated in the IUM website - where the full Publication Guidelines can be downloaded (available from: <https://www.ium.pt/container/100>) - and in the issue listed in point (7), the articles must be accompanied by a declaration of originality and the article/author identification form.

## **REVISORES CIENTÍFICOS A CUJO PARECER SE RECORREU NO ANO TRANSATO DE 2023**

### ***SCIENTIFIC REVIEWERS WHO CONTRIBUTED THEIR TIME AND EXPERTISE IN THE LAST YEAR OF 2023***

Professora Doutora Maria Francisca Alves Ramos Gil de Saraiva, ISCSP – Universidade de Lisboa  
Professor Doutor Pedro Borges Graça, ISCSP – Universidade de Lisboa  
Tenente-General António Martins Pereira, Instituto Universitário Militar  
Major-general David José Gaspar, Força Aérea Portuguesa  
Contra-Almirante José Rafael Salvado de Figueiredo, Instituto Universitário Militar  
Comodoro Nuno Sardinha Monteiro (Doutor), Marinha Portuguesa  
Brigadeiro-general Ana Rita Duarte Gomes Simões Baltazar (Doutora), Direção-Geral de Política de Defesa Nacional  
Capitão-de-mar-e-guerra (Res.) João Afonso Marques Coelho Gil (Doutor), Instituto Universitário Militar  
Coronel (Res.) Carlos Jorge Ramos Páscoa (Doutor), Força Aérea Portuguesa  
Coronel (Res.) José Carlos Cardoso Mira, Força Aérea Portuguesa  
Coronel Carlos João Soares Costa (Mestre), Guarda Nacional Republicana  
Coronel (Res.) Luís Manuel Brás Bernardino (Doutor), Instituto Universitário Militar  
Coronel António Pedro Cordeiro de Menezes (Mestre), Instituto Universitário Militar  
Tenente-Coronel Nuno Miguel Casado Alberto (Mestre), Guarda Nacional Republicana  
Tenente-Coronel João Luís Barreira, Instituto Universitário Militar  
Major Ricardo Filipe Ferreira Oliveira, Instituto Universitário Militar  
Capitão Daniela Patrícia Monteiro Freixo e Silva (Mestre), Força Aérea Portuguesa  
Capitão Carla Sofia dos Santos Melo (Mestre), Força Aérea Portuguesa



Editorial: [revistacienciasmilitares@ium.pt](mailto:revistacienciasmilitares@ium.pt)  
Telephone: (+351) 213 002 100; Fax: (+351) 213 002 162  
Morada: Rua de Pedrouços – 1449-027 Lisboa



Capa

Composição Gráfica

Tenente-coronel TINF Rui José da Silva Grilo

Sobre aguarela de

Tenente-general Vitor Manuel Amaral Vieira